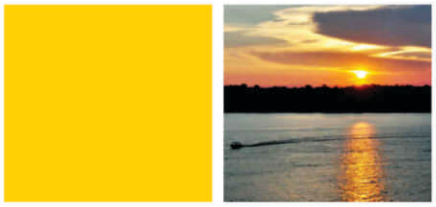
PDES
RONDÔNIA
Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável
2015 – 2030

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA

2015-2030



Con&SeA
IICA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA Governo do Estado
Ministério da Integração Nacional
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA

Contrato nº 214018 IICA/CON&SEA LTDA

Realização:

Elaboração:

Porto Velho - Rondônia
Novembro - 2015

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gilberto Magalhães Occhi
MINISTRO DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Alexandre de Lima Chumbinho
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Maria Thereza Ferreira Teixeira (Interina)
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

João Mendes da Rocha Neto
COORDENADOR-GERAL DE PLANOS REGIONAIS E TERRITORIAIS

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Confúcio Aires Moura
GOVERNADOR

Daniel Pereira
VICE-GOVERNADOR

George Alessandro Gonçalves Braga
SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COORDENADOR GERAL

Pedro Antônio Afonso Pimentel
SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Economista
COORDENADORA TÉCNICA – Fase I

Zilene Santana Silva Rabêlo
Assistente Social
Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
COORDENADORA TÉCNICA – Fase II

ASSESSORIA TÉCNICA

Ana Maria Alves de Avelar

Socióloga - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SEAE

Conceição Rúbia Lima de Sousa

Matemática - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Maria Lúcia Leal Santos

Arquiteta- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Mirtes Ferreira Fontenele

Administradora - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Cirléia Carla S. Soares Santos

Auditora Fiscal de Tributos Estaduais – SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

Nicandro Ernesto de Campos

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

André Roberto Lima de S. Carli

Delegado de Polícia – Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO ESTADUAL

CASA CIVIL
Titular: Glauber Luciano Costa Gahyva
Suplente: Mac-Donald Rivero Junior

SEAE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Titular: Maila Andrade de Souza
Suplente: Roberto de Souza Maia

SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.
Titular: Alexsandro Quirino de Oliveira
Suplente: Marcelo Aparecido de Oliveira

SEFIN - SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
Titular: Luiz Fernando Pereira
Suplente: Ana Luisa Carvalho

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação
Titular: Eliane Monteiro de Carvalho
Suplente: Luiza Pereira Zamora

SESAU - Secretaria de Estado da Saúde
Titular: Eloia Duarte Rodrigues
Suplente: Ruth Bessa Pinto

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
Titular: Eliezer de Oliveira
Suplente: Antonio Vicente Cocco Cargnin

SEJUS - Secretaria de Estado de Justiça
Titular: Alessandro Martins Santos
Suplente: Mônica Nascimento Melo de Oliveira

SEAS - Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social
Titular - Valdenice Domingos Ferreira
Suplente: Sandra Coura

SESDEC - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
Titular: Anchiles Lima do Nascimento
Suplente: Jaqueline Oliveira Costa

EQUIPE TÉCNICA CON&SEA LTDA

Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro - Engenheiro Agrônomo
COORDENADOR GERAL

Ruth Helena Cristo Almeida - Socióloga. M.Sc. em Sociologia Geral - Doutora em Ciências Agrárias
ESPECIALISTA SÊNIOR 1

Healthy Kobashi - Economista - M.Sc. em Comunicação
ESPECIALISTA SÊNIOR 2

Ana Rosa Mesquita de Figueiredo - Engenheira Química
PROFISSIONAL MODERAÇÃO e ESPECIALISTA SÊNIOR 3

Emanoel C. de Souza Pinheiro
PROFISSIONAL PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

ÓRGÃOS ESTADUAIS

Casa Civil
Casa Militar
SEPOG - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEFIN - Secretaria de Estado de Finanças
SESDEC - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
SEJUS - Secretaria de Estado da Justiça
SESAU - Secretaria de Estado da Saúde
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
SEAS - Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social
SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
PGE - Procuradoria Geral do Estado
CGE - Controladoria Geral do Estado
SEGEP - Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas
SEAE - Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos
SECOM - Superintendência Estadual de Comunicação
SUDER - Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia
SIBRA - Superintendência de Integração do Estado de Rondônia, em Brasília
SUGESPE - Superintendência de Gestão de Suprimentos, Logística e Gastos Públicos Essenciais
SEPAZ - Superintendência Estadual de Políticas Sobre Drogas
SEJUCEL - Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer
SETUR - Superintendência Estadual de Turismo
POLITEC - Superintendência de Polícia Técnica Científica
Polícia Militar do Estado de Rondônia
Polícia Ambiental do Estado de Rondônia
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Polícia Civil do Estado de Rondônia
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
IPERON - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
DER - Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos do Estado de Rondônia
CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
IPEM - Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia
IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
JUCER - Junta Comercial do Estado de Rondônia
SOPH - Sociedade dos Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia
CMR - Companhia de Mineração de Rondônia
DPE - Defensoria Pública do Estado de Rondônia
FAPERO - Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DAS OFICINAS

BANCO DA AMAZÔNIA

BANCO DO BRASIL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

INCRA

CEPLAC

ELETROBRÁS/ELETRONORTE

CONAB

IFRO

UNIR – CAMPUS JI-PARANÁ

DER

FECOMÉRCIO

SEBRAE

EMATER

ASSOCIAÇÃO KANINDÉ

ATT/TCMM/RAMH

FUNDAÇÃO JI-CRED

VALE DO GUAPORÉ - ECOVALE

Foto: R. Machado

ABREVIATURAS

A&A	Acompanhamento e Avaliação
ABC	Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
ABRAFIGO	Associação Brasileira de Frigoríficos
AEDS	Agendas Estratégicas de Desenvolvimento Sustentável
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AFERON	Agência de Fomento do Estado de Rondônia
AGIR	Agenda Integrada de Resultados
ALC	Área de Livre Comércio
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APL	Arranjos Produtivos Locais
APP	Área de Preservação Permanente
ARL	Área de Reserva Legal
BACEN	Banco Central
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCZEE	Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
CEPLAC	Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNDR	Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional de Transportes
CON&SEA LTDA	Empresa de Consultoria e Serviços Socioeconômico e Ambiental Ltda.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDER	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rondônia
CONSEPLAN	Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DER-RO	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DETRAN-RO	Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFMM	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER-RO	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública
ESPVIDA	Esperança de Vida ao Nascer
FACER	Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia

ABREVIATURAS (CONTINUAÇÃO)

FAPERO	Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia
FC	Fundos Constitucionais
FD	Fundos de Desenvolvimento
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Estado de Rondônia
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Rondônia
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FIERO	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FLONA	Floresta Nacional
FMM	Fundo de Marinha Mercante
FNAC	Fundo Nacional de Aviação Civil
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FOB	Free On Board
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GESFRON	Gerência Especializada em Segurança de Fronteira
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GTP	Grupo de Trabalho Permanente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul Americana
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IOV	Indicadores Objetivamente Verificáveis
IPS	Índice de Progresso Social
IIRSA	Integração Regional Sul-Americana
JBIC	Japan Bank for International Cooperation
JUCER	Junta Comercial do Estado
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAP	Ministério da Pesca e Aquicultura
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério das Cidades
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação

ABREVIATURAS (CONTINUAÇÃO)

MEGP	Modelo de Excelência em Gestão Pública
MI	Ministério da Integração Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Mtur	Ministério do Turismo
NEAPL-RO	Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Rondônia
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
ODR	Observatório de Desenvolvimento Regional
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDES-RO	Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia
PDIF-RO	Plano de Desenvolvimento e Integrado de Fronteira do Estado de Rondônia
PDRTS/ES	Programa de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária
PIB	Produto Interno Bruto
PIDISE	Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PLEAPO	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PLT-RO	Plano Estratégico de Logística e Transporte para o Estado de Rondônia
PMFS	Planos de Manejo Florestal Sustentável
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNH	Política Nacional de Habitação
PNMC	Política Nacional sobre Mudanças do Clima
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Plano Operativo Anual
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPA	Plano Plurianual
PRODESIN	Programa de Reforço ao Desenvolvimento Social e da Infraestrutura de Rondônia
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PZEE	Programa Zoneamento Ecológico-Econômico
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RENOP	Rede Nacional de Planejamento e Orçamento
RESEX	Reserva Extrativista
RP	Região de Planejamento e Gestão
SAF	Sistemas Agroflorestais
SBF	Serviço Florestal Brasileiro

ABREVIATURAS (CONTINUAÇÃO)

SEAE	Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos
SEAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia
SEGEP	Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEJUCEL	Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEDR	Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEFIN	Secretaria de Estado de Finanças
SEGEP	Secretaria de Gestão Pública
SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça
SEPOG	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SESAU	Secretaria de Estado de Saúde
SESDEC	Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania
SETUR	Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SINIAV	Sistema Nacional de Identificação Automático de Veículos
SNDR	Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TR	Termo de Referência
TU	Taxa de Urbanização
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESFRON	Unidades Especializadas em Segurança de Fronteiras
VA	Valor Adicionado
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZPE	Zona de Processamento de Exportação
ZSEE-RO	Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 16
APRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA 17
RESUMO 18
ABSTRACT 19
INTRODUÇÃO 20

PARTE I. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 22
1. Diretrizes quanto à Abordagem Territorial 24
2. Diretrizes quanto ao Desenvolvimento Sustentável 24
3. Diretrizes quanto à Questão Social 25
4. Diretrizes quanto à Infraestrutura e Logística 25
5. Diretrizes quanto ao Fomento ao Desenvolvimento Regional com Inclusão Produtiva 26
6. Diretrizes quanto ao Fortalecimento Institucional 27

PARTE II. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL PARTICIPATIVO 28
1. Área de Abrangência do PDES-RO 29
2. Características Gerais do Estado de Rondônia 31
3. Dimensão Histórica 34
4. Dimensão Geoambiental 36
5. Dimensão Demográfica 50
6. Dimensão Econômica 53
7. Dimensão Social 73
8. Dimensão Infraestrutura e Logística 77
9. Dimensão Político- Institucional 82

PARTE III. PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA 86
1. Visão de Futuro 87
2. Objetivos 87
3. Diretrizes Estratégicas 88
4. Diretrizes, Programas e Projetos 89
4.1. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental 95
4.1.1. Programa 1. Implementação e Execução do ZSEE de Rondônia 96
4.1.2. Programa 2. Desenvolvimento Territorial 112
4.1.3. Programa 3. Gestão Ambiental 116
4.1.4. Programa 4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia 120
4.2. Diretriz II. Bem-Estar Social 122
4.2.1. Programa 1. Enfrentamento à Pobreza 123
4.2.2. Programa 2. Educação 125
4.2.3. Programa 3. Saúde 131
4.2.4. Programa 4. Habitação 139
4.2.5. Programa 5. Saneamento 143
4.2.6. Programa 6. Programa de Segurança Pública 147
4.2.7. Programa 7. Programa de Esporte 149

4.3. Diretriz III. Competitividade Sustentável 151
4.3.1. Programa 1. Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado 152
4.3.2. Programa 2. Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte 153
4.3.3. Programa 3. Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite 155
4.3.4. Programa 4. Fortalecimento da Agricultura Familiar 159
4.3.5. Programa 5. Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono 161
4.3.6. Programa 6. Apoio à Aquicultura 163
4.3.7. Programa 7. Apoio à Lavoura Cafeeira 166
4.3.8. Programa 8. Apoio à Lavoura Cacaueira 168
4.3.9. Programa 9. Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja 170
4.3.10. Programa 10. Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro 172
4.3.11. Programa 11. Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade 175
4.3.12. Programa 12. Desenvolvimento da Indústria 176
4.3.13. Programa 13. Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral 178
4.3.14. Programa 14. Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa 180
4.3.15. Programa 15. Promoção do Turismo 184
4.3.16. Programa 16. Infraestrutura Logística de Transportes 188
4.4. Diretriz IV. Modernização da Gestão Pública 194
5. Modelo de Gestão 198
5.1. Arranjos Institucionais para a construção do Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional 198
5.2. Arranjos Institucionais na esfera estadual: Elementos para a construção do Modelo de Gestão do PDES-RO 200
5.3. Ciclo de Planejamento e Gestão do PDES-RO 211
6. Fluxo de Informação. Observatório de Desenvolvimento Regional 214
7. Estratégias de Implementação 215
8. Correlação entre Programas/Projetos PDES-RO X PPA-RO X PPA-Federal e Instituições Executoras 223
9. Resultados Esperados. Efeitos e Impactos 223
9.1. Breves Considerações de Ordem Metodológica 223
9.2. Matriz de Resultados Esperados e Indicadores de Efeitos 225
9.3. Impactos Esperados 233
9.4. Breve referencial para uma análise dos possíveis impactos do PDES-RO 236
10. Fontes de Financiamento e Incentivos Fiscais 241
11. Cronograma de Execução 244

POSFÁCIO 248
LISTA DE FIGURAS 250
LISTA DE QUADROS 251
LISTA DE TABELAS 252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 253

APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Nos últimos anos, o Brasil percorreu trajetória de avanços sociais e econômicos - dimensões que não podem, nem devem, ser tratadas separadamente - reconhecida nacional e internacionalmente.

O conjunto de iniciativas do Governo Federal foi amplo e permitiu reverter um quadro tendencial de ampliação de desigualdades regionais. A Economia brasileira dinamizou-se e milhões de brasileiros saíram da miséria, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os Planos Plurianuais vêm reforçando a importância do tema do desenvolvimento regional na agenda do País e a questão territorial passou a ser elemento organizador das políticas setoriais.

Assim, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto n. 6.047/2007, mostrou-se instrumento referencial para debate entre as várias esferas governamentais e com a Sociedade Civil e a criação e estruturação das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (SUDAM) e do Centro-Oeste (SUDECO) permitiu a constituição de ambiente capaz de organizar parte desse debate.

Os instrumentos de planejamento formulados pelo Ministério da Integração Nacional e pelas Superintendências, em diferentes escalas, cumprem papel orientador de ações federais e estaduais, no sentido de manter a nação no curso de cumprir o mandato constitucional de reduzir as desigualdades regionais.

Estados e municípios - onde as vidas das pessoas acontecem - vêm construindo suas próprias políticas, instrumentos e agendas de inserção e desenvolvimento regional e o Governo Federal tem procurado apoiá-los nessa empreita, tanto para o aperfeiçoamento da relação federativa quanto para alinhamento de estratégias gerais e ampliação da sinergia entre as várias ações concretas. Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional vem apoiando governos estaduais na elaboração de seus Planos Estaduais de Desenvolvimento Regional.

Dessa forma, entregamos à sociedade o **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia** e desejamos que esse seja instrumento orientador das ações governamentais e de pavimentação do caminho para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Alexandre de Lima Chumbinho
Secretário de Desenvolvimento Regional

APRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Planejar não é uma tarefa fácil. Geralmente, recebemos ideias "brilhantes", mas que devemos excluir o corporativismo, os interesses particulares e projetos que não obedecem à relação custo x benefício. O olhar do gestor voltado para a cosmovisão. A visão do todo. A sustentabilidade na Amazônia é um desafio. Ao passo em que todos sabem o que fazer, a execução, a avaliação e o monitoramento se transformam num grande monstro a ser vencido. Assim, é o presente para uma reflexão, desenhando linhas gerais e que podem e devem ser reavaliadas de tempos em tempos.

A partir da realidade de Rondônia, que se destaca no cenário nacional como um estado de oportunidades e da visão de futuro de transformar Rondônia em um Estado desenvolvido, sustentado em três grandes pilares: a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social, o Governo do Estado apresenta o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia – PDES 2015-2030.

A construção de um plano regional permite evitar os desperdícios e colocar o Estado rumo ao desenvolvimento e às melhores oportunidades por meio de gestão eficiente, eficaz e efetiva, consolidando-o no cenário nacional e internacional em condições competitivas. Sua elaboração orientou-se pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelos princípios constitucionais, para atender aos objetivos de desenvolvimento desejado pela sociedade do Estado de Rondônia.

OPDES-RO 2015-2030 estabelece o planejamento do desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia, com base no conhecimento de sua realidade e nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, mediante a execução de um conjunto de diretrizes, programas e projetos, visando reduzir as desigualdades entre as regiões de planejamento do Estado e direcionar o potencial da diversidade existente para o desenvolvimento regional sustentável.

O Plano foi construído a partir de um esforço conjunto do governo federal e governo estadual, materializado em um Acordo de Cooperação Técnica por intermédio do Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão firmado em 07.02.2014. Para a execução, o governo federal fez a contratação de uma Consultoria - Contrato de Prestação de Serviços Nº 214018, celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e a Empresa Consultoria e Serviços Socioeconômico e Ambiental Ltda. (CON&SEA LTDA.), que trabalhou em conjunto com uma Coordenação Técnica no estado. Para efetivação dos trabalhos foram envolvidas as secretarias de Estado e instituições públicas, privadas e não governamentais, vinculadas e articuladas com as demandas sociais. Cabe destacar que as demandas sociais foram levantadas por meio de diversas oficinas de trabalho, realizadas no Estado e pelo acompanhamento e monitoramento das secretarias de governo.

O PDES/RO 2015-2030 considera as peculiaridades regionais com vistas a possibilitar a diminuição das desigualdades entre as regiões do Estado, no que se refere ao nível de vida, bem como a favorecer a integração fronteiriça e aumentar a riqueza, com responsabilidade social e ambiental. Tais premissas básicas servem de referência para o comprometimento dos gestores públicos, em suas atuações dentro do território estadual. A sustentabilidade é a estratégia que dará a oportunidade para que Rondônia se posicione em uma situação de protagonista do processo de superação de crises e destacando-se como Estado Brasileiro Estratégico para colocar em marcha o novo modelo nacional de desenvolvimento regional.

Este trabalho foi a compilação e fruto do labor de todas as secretarias de estado envolvidas, bem como das instituições já mencionadas e que após a publicação, devem ser levados para a chancela das universidades, das comunidades científicas, ouvindo-se a população em audiências públicas, transformando-se, ao final, em Lei com a revisão bienal dos projetos e do planejamento.

Que venham os próximos quinze anos!

Rondônia, outubro de 2015.

George Alessandro Gonçalves Braga
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

RESUMO

No âmbito do Governo Federal, o Ministério da Integração Nacional (MI) tem como atribuição executar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo é a redução das desigualdades e o aproveitamento das potencialidades regionais de desenvolvimento. A intervenção planejada do Estado, visando ao desenvolvimento regional, parte da constatação de que há forte diferenciação entre as macrorregiões brasileiras. Essa diferenciação tornou evidente a inadequação da abordagem tradicional de políticas públicas centradas em ações que utilizam as macrorregiões como referencial geográfico exclusivo. O Documento da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional passa a formular a definição de Regiões Programa, que podem ser delimitadas no âmbito dos territórios estaduais. É dentro deste foco que se coloca o presente Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia.

O foco na ação territorial parte da identificação dos problemas e das potencialidades específicas do território do Estado de Rondônia, envolvendo a participação mais direta, coordenada e efetiva de atores sociais e governamentais na formulação e avaliação das ações a serem desenvolvidas, integrando as administrações federal, estadual e municipais, além de atores não governamentais.

O Estado de Rondônia está localizado na Região Norte do Brasil. Possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.590,547km². Sua capital é Porto Velho, situada nas margens do Rio Madeira. No ano de 2007, os 52 municípios de Rondônia foram divididos em dez Regiões de Planejamento e Gestão pela Lei Complementar N° 414, de 28/12/2007. Esta regionalização foi realizada a partir de estudos que estabeleceram regiões com identidades e características comuns, facilitando o processo de planejamento e de territorialização das políticas públicas.

Rondônia está entre os estados mais novos da federação, tendo a sua origem, quando, a partir da década de 1950 o Governo Federal criou oficialmente vários territórios, e dentre eles o Território Federal do Guaporé. Em 1956 sua denominação foi alterada para Território Federal de Rondônia, transformado finalmente, em 1981, em Estado, com o mesmo nome.

O efetivo processo de ocupação do território do atual Estado de Rondônia evolui desde o período inicial da colonização da Amazônia, no século XVII, quando a busca pelas “drogas do sertão” motivou a penetração na floresta e o estabelecimento de prelazias católicas, comandadas principalmente pela ordem dos jesuítas. Os marcos importantes da história e da ocupação de Rondônia foram o primeiro e o segundo ciclo da borracha, que a despeito de sua ascensão e queda, vão conformar os primeiros assentamentos humanos. As primeiras intervenções planejadas vão ocorrer, principalmente, a partir de 1930, com a implantação das linhas telegráficas e outras ações de pacificação de indígenas e de colonização empreendidas pelo Marechal Rondon, cujo legado proporcionou a denominação do Estado. No entanto, o processo decisivo da ocupação territorial irá ocorrer a partir de 1966, com as políticas federais dos grandes projetos e de expansão da fronteira agropecuária. A partir do século XXI, novas orientações passam a influenciar no processo de desenvolvimento do estado, considerando as novas abordagens das políticas públicas, centradas no planejamento territorial e regional e no desenvolvimento sustentável, nas quais se insere o presente plano.

Assim, este Plano desenvolve um modelo de intervenção estadual, considerando as diretrizes da PNDR, conforme o citado documento da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que aponta eixos estratégicos que convergem para: i) adoção da abordagem territorial, ii) desenvolvimento sustentável, iii) desenvolvimento social, iv) enfretamento da problemática da infraestrutura e logística e v) fomento do desenvolvimento regional/local com inclusão produtiva.

Em face destas orientações o Plano contempla quatro diretrizes: 1) Territorialização e Gestão Ambiental; 2) Bem-Estar Social; 3) Competitividade Sustentável; e 4) Modernização da Gestão Pública.O planejamento contempla 28 programas e 157 projetos, estruturado em um Plano de Metas para o Estado de Rondônia, em um horizonte de 15 anos, tendo-se como parâmetros de execução de curto prazo, 5 anos; de médio prazo, 10 anos; e de longo prazo,15 anos.

Para a sua execução está prevista a implementação de um modelo de gestão, de um fluxo de informações a serem disponibilizadas no Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), de estratégias de implementação, da correlação entre seus programas e projetos com o PPA Federal e Estadual, de resultados esperados com o uso de indicadores, além das fontes de financiamento e incentivos fiscais disponíveis.

ABSTRACT

Within the Federal Government, the Ministry of National Integration (MI) carries out the National Policy of Regional Development (PNDR), which aims to reduce inequality and fully realize regional development potential. Planned state intervention in order to achieve the goal of regional development stems from wide regional disparities among Brazilian macro-regions. These disparities reveal the inadequacy of traditional public policies which focus on actions that adopt macro-regions as sole geographic reference. The Document of the First National Conference of Regional Development adopts henceforward the definition of Program Regions that may be delimited within the territory of the federal states. This is the focus of the current Sustainable Development Plan of the State of Rondônia.

Focus on territory-based action stems from identifying problems as well as specific potentialities of the territory of the Federal State of Rondônia that would involve direct, effective and coordinated participation of social and governmental actors in the development and evaluation of actions to be undertaken, uniting federal, state and city administrations as well as non-governmental actors.

The State of Rondônia is located in the North region of Brazil. There are 52 cities in an area of 237,590,547 km² .The state capital is Porto Velho, on the banks of the Madeira River. In the year of 2007, the 52 municipalities of Rondônia were divided in ten Planning and Management Regions by the *Lei Complementar N° 414, of 12/28/2007.* This division in regions was based on studies that established regions with common identities and characteristics, facilitating the process of planning and territorialization of public policies.

Rondônia is among the most recent states of the federation. It was created when, from the 1950s on, the Federal Government officially created several territories, among which the Federal State of Guaporé. In 1956, its name was altered to Federal Territory of Rondônia, finally turned into a State, under the same name.

The effective process of occupation of the territory of the current State of Rondônia has evolved since the beginning of the colonization of the Amazon in the 18th century, when the search for "*drogas do sertão*" (spices, foods and plants from the Amazonian rainforest) was the reason of venturing further in the rainforest as well of the settlement of Catholic prelacies , mainly under the command of the Jesuit order. The first and the second rubber economic cycles were milestones in the history and occupation of Rondônia. Notwithstanding their rise and decay, these cycles would account for the first human settlements. The first planned interventions took place mainly after 1930, when telegraph lines were built and and other actions of pacification of indigenous peoples and colonization undertaken by Marshal Rondon, whose legacy goes on in the name given to the State. However, the decisive process of territorial occupation would happen from 1966 on, with the federal policies of major state projects and expansion of agriculture and farming. From the 21st century on, new guidelines influenced the process of state development, taking into consideration new approaches on public policies, based on territory and region planning as well as on sustainable development; this plan is part of theses policies.

Therefore, this Plan develops a model of intervention at the State level, according to the PNDR guidelines stated in the aforementioned Document of the First National Conference of Regional Development, which points out strategic priority areas converging to: i) a territory-based approach, ii) sustainable development, iii) social development, iv) facing infrastructure and logistic-related issues and, v) foster local/regional development with productive inclusion.

Accordingly, the Plan focuses on four guidelines: 1) Territorialization and Environmental Management; 2) Social Well-Being; 3) Sustainable Competitiveness and 4)Modernization of Public Administration. The Plan encompasses 28 programs and 157 projects structured in a Plan of Goals for the State of Rondônia over a 15-year horizon, with implementation standards of 5 years in the short term, 10 years in the medium term and 15 years in the long term.

In order to carry out the plan, there will be a model management, a flow of information to be published at the Regional Development Observatory (Portuguese acronym ODR), implementation strategies, correlation among its programs and projects as well as the Federal and State PPA Plan, expected results with the use of indicators, in addition to financing sources and available tax support.

INTRODUÇÃO

Este documento técnico se refere ao Produto 4 do Contrato N0 214.018, celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Empresa Consultoria e Serviços Socioeconômico e Ambiental (CON&SEA LTDA), visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES-RO), contemplando o diagnóstico estadual e o plano propriamente dito.

Trata-se de uma ferramenta de planejamento estadual que contempla a compreensão atual e a visão de futuro para o Estado de Rondônia, sendo ainda, conforme seu modelo de gestão, instrumento estratégico para a gestão social do processo de planejamento. Nas etapas de planejamento e elaboração do plano o processo de motivação, participação e comprometimento dos atores estaduais, regionais e locais foram fundamentais.

A sua elaboração constou de quatro etapas, todas com processos técnicos de levantamentos e pesquisas secundárias, assim como de consultas e elaboração coletiva em Oficinas e Reuniões Técnicas.

Na primeira etapa foi elaborado um diagnóstico técnico e um diagnóstico participativo, que foram sistematizados no Diagnóstico Situacional Participativo (Produto 1). O Diagnóstico Situacional, elaborado de modo amplo e exaustivo, contempla as dimensões histórica, geoambiental, demográfica, econômica, social, infraestrutura e logística, além da político-institucional. Contempla aindauma caracterização das potencialidades e ativos regionais selecionados, tais como: bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, agricultura familiar, aquicultura, lavoura cafeeira, lavoura cacaueira, lavoura de soja, setor madeireiro, produtos da sociobiodiversidade, indústria, setor mineral e turismo, para as quais foram também definidos programas e projetos.

No âmbito deste documento, apresenta-se um resumo do Diagnóstico Situacional Participativo, com os principais aspectos das dimensões abordadas, assim como de seus gargalos e potencialidades, que permitiram a formulação de diretrizes estratégicas, programas e projetos.

Os Produtos 2 e 3, de elaboração e formatação do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia, trataram tanto de um processo de elaboração técnica, como de consultas em oficinas e reuniões locais, cujo planejamento, metodologia e resultados encontram-se em CD anexo.

O Produto 4 trata-se, portanto, de um Plano Consolidado, resultado de discussões e validação. Consiste em um conjunto robusto de 04 diretrizes, 28 programas e 157 projetos, estruturado em um Plano de Metas para o Estado de Rondônia, em um horizonte de 15 anos, tendo-se como parâmetros de execução de curto prazo, 5 anos; de médio prazo, 10 anos; de longo prazo, 15 anos.

A Diretriz I – Territorialização e Gestão Ambiental (com 4 Programas e 29 Projetos) internaliza no planejamento estadual o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE-RO), além de incluir outros programas de base territorial e gestão ambiental. A Diretriz II – Bem Estar Social (com 7 Programas e 46 Projetos) contempla programas voltados ao desenvolvimento social. A Diretriz III – Competitividade Sustentável (16 Programas e 78 projetos) objetiva o fomento do desenvolvimento da logística de transportes do Estado e do desenvolvimento econômico com inclusão produtiva e, a Diretriz IV – Modernização da Gestão Pública (1 programa e 4 projetos), objetiva a implementação, no Estado de Rondônia, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), proposto pela Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que tem como finalidade "fortalecer a gestão pública, tendo como premissa o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP)" (MPOG, 2013).

O GESPÚBLICA expressa um conjunto amplo de diretrizes e ações, grande parte voltadas para a gestão do governo federal, no entanto, aponta importante instrumento para os estados, através de uma Agenda Comum de Gestão Pública União-Estados, que consta de dez eixos voltados à implementação de um amplo programa de modernização da gestão pública estadual, em consonância com instrumentos comuns da União, facilitando sobremaneira os processos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados, na implementação das políticas públicas comuns.

Para o Eixo VII - Planejamento, Monitoramento e Avaliação do GESPÚBLICA, no Estado de Rondônia, é proposto o Sistema de Gestão do PDES-RO (conforme Modelo de Gestão, ver Capítulo 5). Assim, o Sistema de Gestão do PDES-RO deverá estar inserido e articulado ao sistema geral de planejamento do Estado, que deverá ser remodelado/redefinido com o desenvolvimento do GESPÚBLICA.

O arcabouço geral do Plano foi debatido e ajustado pelos órgãos do Governo de Rondônia (em oficinas e reuniões, conforme Anexo D do Produto 4, ver CD). Para todos os projetos definidos foram propostos diversos indicadores, sendo que em oficinas e reuniões, técnicos dos diversos órgãos executores do Estado realizaram ajustes e proposição de metas no curto, médio e longo prazo para cada uma das dez Regiões de Planejamento e Gestão (RP), sendo procedida uma consolidação geral para o Estado. O planejamento dos projetos, com indicadores e metas do Estado e por RP encontra-se no Anexo E do Produto 4 (ver CD).

As diretrizes, programas e projetos propostos pela consultoria e ajustados pelo Estado/consultoria consideraram as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), assim como a leitura da realidade do Estado propiciada pelo diagnóstico elaborado. Para as diretrizes foram previstos programas estruturantes no âmbito estadual, considerando as potencialidades e gargalos para o desenvolvimento e os programas já em execução no Estado (previstos no Plano Plurianual - PPA em execução), assim como programas federais correlacionados às diretrizes ou programas/projetos novos, como proposições a serem inseridas no próximo PPA. São considerados programas estruturantes aqueles que atendem aos objetivos do PDES-RO, não incluindo nestes programas projetos vinculados às atividades-meio, não finalísticas. Na Diretriz IV concentra-se toda a ação voltada aos processos de gestão governamental.

Da mesma forma, para cada programa previsto, foi elencado um rol de projetos relacionados, considerando os projetos em execução no Estado, assim como projetos federais correlacionados aos programas definidos ou projetos novos, como proposições a serem inseridas no próximo PPA. Para cada um dos projetos, no âmbito de uma Carteira de Projetos, foi elaborada uma ficha contendo elementos de breve detalhamento (Anexo F do Produto 4, ver CD).

O monitoramento dos indicadores e das metas, em modelo matricial, deverá estar disponível no Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR)[1], o que permitirá uma avaliação periódica (recomenda-se que seja anual) do desempenho do plano (eficiência), verificando-se o percentual de metas alcançadas, tanto individualmente por projeto, quanto de modo agregado por programas, diretrizes e o total do plano.

Uma matriz de indicadores de efeitos e impactos da execução do plano permitirá também a avaliação periódica da eficácia (efeitos – resultados alcançados) para cada programa e da efetividade (impactos – mudanças desejadas na realidade/objetivos alcançados) para cada diretriz.

Os procedimentos de programação, monitoramento e avaliação estão descritos no Modelo de Gestão. O conjunto desses parâmetros possibilitará a elaboração de um Relatório de Avaliação do PDES-RO periodicamente, a cada 3 ou 5 anos.

Os processos de monitoramento (anual) e de avaliação (a cada 3 ou 5 anos) possibilitarão a correção de rumos e o replanejamento do plano em sua totalidade, sendo inclusive factível a exclusão, reformulação ou inclusão de novos programas e projetos ao longo da execução, conforme o Modelo de Gestão.

O PDES-RO possui a seguinte estrutura: Na Parte I apresenta-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional em suas diretrizes equacionadas para o Estado de Rondônia; na Parte II, o Diagnóstico Situacional Participativo. A Parte III contempla o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia, incluindo: 1. Visão de Futuro; 2. Objetivos; 3. Diretrizes Estratégicas; 4. Diretrizes, Programas e Projetos; 5. Modelo de Gestão; 6. Fluxo de Informação. Observatório de Desenvolvimento Regional; 7. Estratégias de Implementação; 8. Correlação entre Programas/Projetos PDES-RO X PPA-RO X PPA-Federal e Instituições Executoras; 9. Resultados Esperados. Efeitos e Impactos; 10. Fontes de Financiamento e Incentivos Fiscais; 11. Cronograma de Execução.

Uma versão completa do Diagnóstico Situacional Participativo e do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (Produto 4) encontra-se em CD com anexos detalhados; contém relatórios de oficinas e seminários, metodologia e resultados, além das atas, listas de presença e registros fotográficos dos eventos.

[1] Conforme o MI/SDR/ODR (2015), o ODR foi desenvolvido com o objetivo de aprimorar a avaliação, o monitoramento e, consequentemente, a gestão da Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR). Trata-se de um instrumento de controle social e confere transparência à gestão dos recursos públicos, atendendo a crescente demanda da sociedade brasileira. E vai além, pois se constitui em uma ferramenta de pesquisa das ações do Governo Federal disponível para a sociedade que, através de suas análises, deve interagir e colaborar com o poder público para aperfeiçoar os seus gastos e tornar mais eficientes suas ações.

PARTE I. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída pelo Decreto Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, tem como objetivos: i) Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intra-regionais do Brasil valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; ii) Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia, conforme o documento Texto de Referência para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (MI/SDR, 2012). A PNDR está assentada na "busca da equidade, que se traduz na redução das desigualdades espaciais de níveis de renda e de vida, e na competitividade, não apenas das regiões e sub-regiões a serem diretamente beneficiadas, mas da economia brasileira como um todo, para torná-la mais robusta e eficiente para ocupar seu espaço na economia global."

Importantes diretrizes para a implementação da PNDR estão definidas no documento Diretrizes da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, sendo as mais importantes no contexto do PDES-RO, as seguintes:

Considerar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como base para implantação e consolidação de projetos de desenvolvimento sustentável, reconhecendo os atributos bióticos, abióticos, estéticos e culturais como ativo para desenvolvimento regional.

Apoiar a comercialização de produtos da sociobiodiversidade para criação de polos produtivos, fomentando a inovação tecnológica e a identificação das potencialidades regionais.

Reconhecer as demandas em ciência, tecnologia e inovação a partir das especificidades socioculturais e ambientais do Norte do Brasil, potencializando os APL e fomentando projetos de pesquisa e inovação tecnológica, juntamente com Instituições de ensino e considerando as necessidades de cada região.

Estruturar redes de APL para o fortalecimento e o adensamento de cadeias produtivas regionais selecionados e emergentes.

Priorizar recursos para projetos voltados à agricultura familiar, com juros subsidiados.

Criar mecanismos efetivos de estímulo, atração e promoção de empresas inovadoras no âmbito dos fundos de desenvolvimento, com definição de marcos reguladores de um novo sistema de incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.

Garantir incentivos aos pequenos produtores na instalação e melhoria de agroindústrias, na Região Norte, especialmente nos estados com maior potencial produtivo.

Fortalecer as parcerias com instituições privadas, cooperativadas e filantrópicas no atendimento das necessidades regionais.

Desenvolver recursos humanos voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, com ampliação da rede de ensino técnico e tecnológico adequado às necessidades regionais.

Combinar princípios de equidade e competitividade nas estratégias de desenvolvimento, incluindo o componente social nos critérios de elegibilidade, privilegiando a aplicação dos investimentos em projetos de ampla abrangência social.

No contexto do citado documento, a PNDR aponta um conjunto de diretrizes estratégicas que convergem para: i) adoção da abordagem territorial, ii) desenvolvimento sustentável, iii) desenvolvimento social, iv) enfretamento da problemática da infraestrutura e logística, e v) fomento do desenvolvimento regional/local com inclusão produtiva (MI/SDR, 2012).

1. DIRETRIZES QUANTO À ABORDAGEM TERRITORIAL

Para a PNDR o território envolve uma teia ou rede de relações sociais, com sentimentos de pertencimento e identidades socioculturais historicamente constituídas, mas que é, simultaneamente, um campo de forças e disputa de poder, com oposições, contradições e conflitos.

Face às questões territoriais a PNDR reconhece explicitamente o território na definição de sua intervenção e sua afinidade com a emergência de uma série de políticas que se baseiam na abordagem territorial, como a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), a territorialização do PPA e as políticas setoriais com abordagem territorial, como a promoção da agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e os Territórios da Cidadania.

Na PNDR busca-se a valorização da escala local (não localista ou fragmentada) na implementação de políticas concretas. O local surge como espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais, com foco na capacidade produtiva e criativa de cada território, ancoradas nas suas aptidões e potencialidades.

O território é também o *locus* da ação coletiva, onde deve ocorrer a participação dos atores locais na definição de agendas territoriais compartilhadas e na implementação das políticas.

É no território também que ocorre a integração e a coordenação das políticas públicas. A PNDR se coloca como uma política transversal e fio condutor estratégico da coordenação/integração das diferentes políticas setoriais. Tem também um caráter sistêmico e de abordagem em múltiplas escalas. Ou seja, aponta para a construção articulada de agendas de desenvolvimento em várias escalas, com a participação de diferentes entes federados e da sociedade civil, presididas por uma agenda nacional.

A PNDR se coloca como uma Política Nacional, capaz de articular e dar nexo e consistência às iniciativas territoriais e regionais, garantindo a integração nacional.

2. DIRETRIZES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A premissa do desenvolvimento sustentável permeia todo o documento de referência da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Destaca-se, neste particular, o ordenamento territorial e a gestão ambiental, tendo o ZEE como ferramenta básica, que conjuga o ordenamento e a gestão do território, e, desse modo, também o instrumento básico para a promoção do desenvolvimento sustentável.

No sentido da sustentabilidade, o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE-RO) se coloca como um ponto de partida para a territorialização do PDES-RO e deve considerar que as zonas e subzonas definidas pelo ZSEE-RO já possuem diretrizes de uso definidas em Lei. Também, na qualidade de instrumento de ordenamento territorial, a faixa de fronteira é definida como uma grande área do Estado com diretrizes nacionais e estaduais específicas. No sentido do ordenamento e gestão do território, as Regiões de Planejamento e Gestão (legalmente instituídas) indicam uma base territorial para a ação das políticas públicas. Ao todo, são dez regiões estaduais com base em perfis, identidades e articulações distintas no espaço estadual/regional. Além disso, o documento de referência aponta diversos momentos e estratégias de integração das políticas de desenvolvimento sustentável, via programas e projetos do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

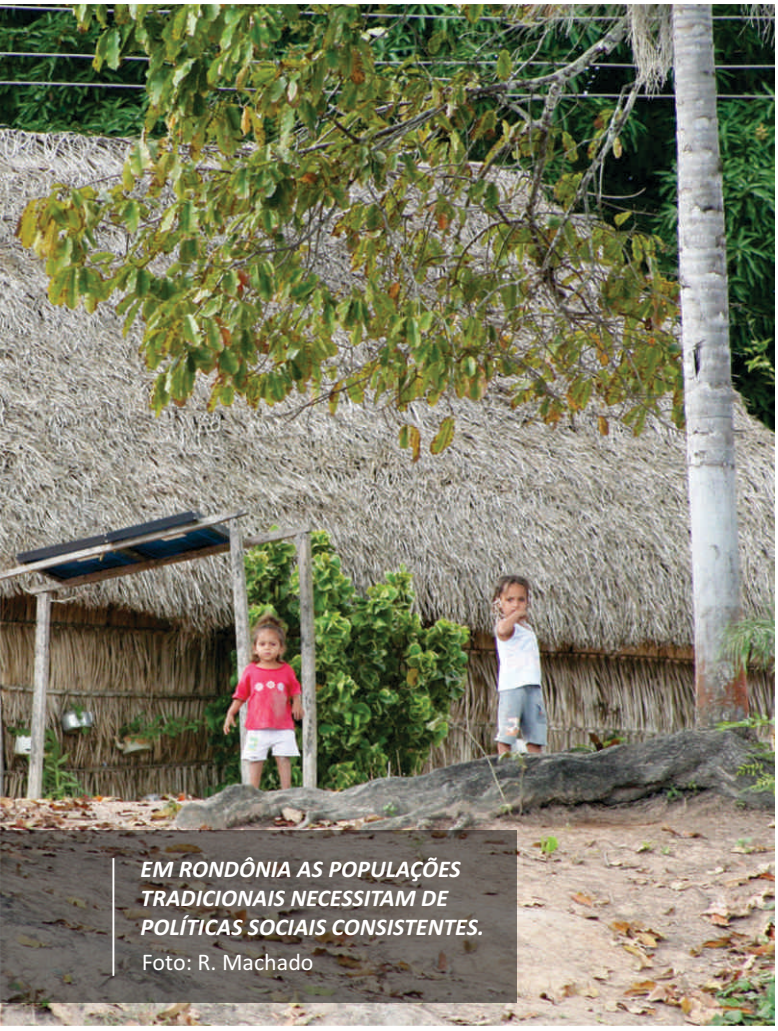
Também na articulação de arranjos institucionais, envolvendo instâncias governamentais federais, estaduais, municipais e da sociedade civil e suas proposições, o documento ressalta que “esta articulação deve-se dar a partir das diretrizes gerais da PNDR e em torno de agendas estratégicas de desenvolvimento sustentável pactuadas em várias escalas”. De maneira mais enfática, a construção de Agendas Estratégicas de Desenvolvimento Sustentável (AEDS) se coloca face ao “papel estratégico dos Comitês e Consórcios de Bacias Hidrográficas no âmbito de suas Regiões Programa e como participante ativo da construção e gestão destas agendas”.

Também nas diretrizes sugeridas, considerando os mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional, deve-se buscar “vincular a concessão de financiamentos públicos de grandes projetos estruturantes a exigências de financiamento de planos de desenvolvimento sustentável em seus entornos.”

3. DIRETRIZES QUANTO À QUESTÃO SOCIAL

Conforme o referido documento "existe grande afinidade da política regional com a questão social e territorial.".

A política social enfrenta os desafios de redução da pobreza e da inclusão social no Brasil, que não se limitam aos espaços com déficits de desenvolvimento econômico, aparecendo, igualmente, de forma bastante aguda, nas grandes regiões metropolitanas do Sul e Sudeste e em outros espaços economicamente desenvolvidos em todo o País. Já a política regional promove a dinamização econômica dos espaços que apresentam atraso relativo de desenvolvimento, enfrentando um conjunto de desafios para superar as razões deste atraso, entre os quais se destacam os de natureza social. Do ponto de vista social, o que interessa à PNDR, portanto, é a pobreza e a desigualdade de renda, na sua expressão territorial, decorrente da ausência, estagnação ou má distribuição da atividade econômica, bem como da baixa capacidade de oferta de serviços públicos básicos de qualidade.



EM RONDÔNIA AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NECESSITAM DE POLÍTICAS SOCIAIS CONSISTENTES.
Foto: R. Machado

4. DIRETRIZES QUANTO À INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A PNDR reconhece que "existe uma elevada correlação entre o grau de desenvolvimento e as dotações de infraestrutura", além do que "sendo empreendimentos em grande escala com retornos de longo prazo, investimentos em infraestrutura são, em geral, realizados direta ou indiretamente pelo Estado, mesmo que sua gestão e exploração, muitas vezes, sejam feitas pela iniciativa privada nos moldes da parceria público-privada".

A infraestrutura, principalmente no transporte, logística, energia e telecomunicações, tem um papel chave na orientação e atratividade de investimentos produtivos privados bem como na sustentação do desenvolvimento das regiões. As inversões nestes segmentos elevam a competitividade sistêmica da economia regional, promovendo efeitos multiplicadores e dinamizadores nos demais setores, induzindo outros investimentos. Rodovias, hidrovias, dutos e ferrovias são artérias de integração comercial e produtiva, são vias que abrem caminho para a indústria, a agropecuária e o comércio. Além de estruturas para circulação, elas representam possibilidades na construção de arranjos institucionais e novas formas de aprimorar processos de desenvolvimento regional.

Os demais segmentos da infraestrutura que englobam os serviços públicos (saneamento, educação, saúde, segurança, moradia e mobilidade urbana), além de serem também decisivos para a atratividade e eficiência dos investimentos produtivos, são fundamentais na promoção da igualdade de acesso às oportunidades econômicas e elevação do nível de qualidade de vida das pessoas.

Corredores logísticos são eixos de desenvolvimento e integração e instrumentos de ordenação do território. Por isso seu planejamento não comporta apenas objetivos logísticos *stricto sensu*, mas devem refletir estratégias de desenvolvimento regional e integração, considerando as necessidades e possibilidades de uma distribuição mais equilibrada da rede de cidades, de articulação intra e inter-regional e de inserção das diversas porções do território na economia nacional e global.

5. DIRETRIZES QUANTO AO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM INCLUSÃO PRODUTIVA

A PNDR, em sua vertente de apoio à estrutura produtiva, coloca diretrizes claras e focadas na superação de questões históricas e estruturais nas regiões menos desenvolvidas do País.

A expansão da demanda mundial por alimentos e outras matérias primas, apesar da crise momentânea, tem caráter estrutural e deve ser particularmente importante nos próximos vinte ou trinta anos. O Brasil possui condições excepcionais para atender esta demanda. Os recursos para atendê-la estão disponíveis em abundância nas regiões menos desenvolvidas do País, o que representa também uma oportunidade de se avançar na redução das desigualdades espaciais. Naturalmente o que se deve buscar não é um padrão de crescimento baseado em *commodities* nestes territórios. Como se sabe, trata-se de produtos intensivos em recursos naturais, que agregam baixo valor, promovem elevada pressão ambiental e distribuem pouco a renda deles advinda. A estratégia deve ser a de aproveitar esta etapa favorável para construir vantagens competitivas dinâmicas a partir destas vantagens comparativas, promovendo mudanças estruturais em direção a um modelo mais intensivo em conhecimento, ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo.

Nas cadeias do agronegócio, por exemplo, onde o País já é competitivo, trata-se não apenas de continuar investindo em aumento de produtividade, mas de se avançar cada vez mais na utilização de práticas sustentáveis, bem como na exploração do potencial de toda a cadeia produtiva para promover o desenvolvimento local e regional, o que exige fortes investimentos em inovação.

Prioridade especial, contudo, deve ser dada à agricultura familiar. São mais de 4 milhões de estabelecimentos, representando 84,4% do total de estabelecimentos, produzindo cerca de 70% dos alimentos consumidos no País, em apenas 24,3% da área ocupada. Um destaque especial deve ser dado ao grande peso que este segmento tem no desenvolvimento nas sub-regiões de baixa renda estagnada.

Destaque, igualmente, deve ser dado às micro e pequenas empresas (MPE) que representam atualmente, segundo levantamento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), 99% dos empreendimentos existentes e são responsáveis por mais da metade dos empregos formais no País. Nos municípios com até 20 mil habitantes, os pequenos negócios compõem, na maioria das vezes, a totalidade dos empreendimentos, colocando-se, juntamente com o poder público, entre os maiores empregadores locais.

Possibilidades extraordinárias para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas situam-se também na promoção dos serviços. Estes devem merecer especial atenção não só por seu crescente peso na geração de emprego e renda, como também pelo papel estratégico de vários de seus segmentos na promoção da competitividade sistêmica. As tecnologias de informação e comunicação (TIC), elas mesmas desenvolvidas fundamentalmente na forma de serviços, são hoje um importante catalisador de inovações neste segmento, inclusive nos chamados "negócios criativos", baseados em produtos e serviços inovadores, cujos modelos associam conteúdos tecnológicos e culturais.

O crescimento da importância da "economia verde" é outra oportunidade absolutamente estratégica para o desenvolvimento regional no Brasil. As já fartamente mencionadas possibilidades no campo das energias renováveis, exploração da biodiversidade, das soluções sustentáveis no atendimento das enormes demandas brasileiras por moradia, transporte coletivo, saúde e outras, devem ser objeto de grande empenho da política regional, buscando larga escala e compromisso com a competitividade. No caso da Amazônia, esta não é apenas mais uma janela de oportunidade, mas o principal caminho para uma nova inserção desta região na economia brasileira e mundial.

Ao mesmo tempo, a PNDR e seu sistema de governança, deverá passar a dialogar mais fortemente com agências de fomento nacionais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA), e com instituições executoras de programas setoriais do governo federal, tais como: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e seu braço voltado para as micro e pequenas empresas e os sistemas e arranjos produtivos locais (Grupo de Trabalho Permanente - GTP de apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APL).

Coloca-se também a necessidade de observar melhor as chamadas vantagens comparativas e vantagens competitivas de cada região e sub-região, já que estas vantagens, uma vez identificadas, de preferência pelos atores locais, poderão orientar, individualizar, racionalizar e dar maior potencialidade aos planos, políticas e programas.

É importante que os olhares não mirem somente as oportunidades já reveladas, mas também oportunidades e potencialidades implícitas e não reveladas. Neste caso, é pertinente que se pense em atividades e setores não existentes e que podem mudar o futuro das regiões, já que nada impede que regiões periféricas assumam trajetórias de desenvolvimento diferentes daquelas escolhidas por regiões já desenvolvidas.

Além das novas oportunidades, as regiões e atores empreendedores poderão praticar, de forma pioneira, os novos paradigmas de sustentabilidade ambiental. Oportuno chamar atenção para a ênfase colocada nos sistemas e arranjos produtivos locais pelo PPA 2016-2019, especificamente o objetivo 0840 - que trata da promoção e da estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial. Entretanto, todas essas estratégias produtivas só poderão avançar no sentido de um reequilíbrio regional com o envolvimento transversal entre órgãos do governo federal e a participação das várias escalas de governo e segmentos da iniciativa privada.

APL PISCICULTURA: OPORTUNIDADES PARA O SETOR PESQUEIRO.
Foto: R. Machado

6. DIRETRIZES QUANTO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Apesar de não estar explícita entre as diretrizes da PNDR, o fortalecimento da capacidade institucional do Estado de Rondônia é essencial ao desempenho do PEDS-RO.

Apesar do diagnóstico não constar de uma avaliação sistemática da capacidade institucional do Estado, suas fragilidades emergem tanto da pouca maturidade das práticas estatais (o Estado tem apenas 32 anos), quanto das grandes deficiências estruturais identificadas nos documentos de planejamento existentes, como o do Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia (PIDISE), que propõe como uma de suas diretrizes a modernização da gestão pública, além de um vasto conjunto de gargalos identificados durantes as oficinas participativas realizadas no âmbito do Diagnóstico Situacional Participativo, quando da eleição das atividades econômicas prioritárias (potencialidades), onde se colocam as debilidades das instituições governamentais, seja no fomento ao desenvolvimento, seja no âmbito do gerenciamento, da inovação tecnológica, da assistência técnica, da capacitação e demais aspectos vinculados ao desempenho institucional.

As diretrizes neste aspecto deverão convergir para um melhor desempenho do Estado em termos de resultados a serem alcançados com as políticas públicas, formatadas de forma integrada (no PDES-RO), por meio do redesenho de instituições e suas atribuições, desenvolvimento e implantação de sistemas de controle, acompanhamento e avaliação de resultados, fortalecimento de um quadro técnico e administrativo profissionalizado e de carreira, com a valorização do servidor e a adoção integrada de procedimentos gerenciais com o uso de tecnologias da informação.

PARTE II. DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL PARTICIPATIVO

1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PDES-RO

O Estado de Rondônia, em sua totalidade, se constitui na área de abrangência do PDES-RO.

O Estado de Rondônia é o primeiro Estado brasileiro a elaborar seu Plano em consonância com a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, dentro das diretrizes desta política, que aponta, entre outras situações, os estados da federação como potenciais Áreas Programa de sua atuação.

No entanto, o PDES-RO atuará de forma regionalizada, ou seja, no âmbito das Regiões de Planejamento e Gestão do Estado, considerando que no ano de 2007, os 52 municípios de Rondônia foram divididos em dez RP através da Lei Complementar N° 414, de 28/12/2007. Esta regionalização foi realizada a partir de estudos que estabeleceram regiões com identidades e características comuns, facilitando o processo de planejamento e de territorialização das políticas públicas (Tabela 1 e Figura 1).

Tabela 1 - Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia.

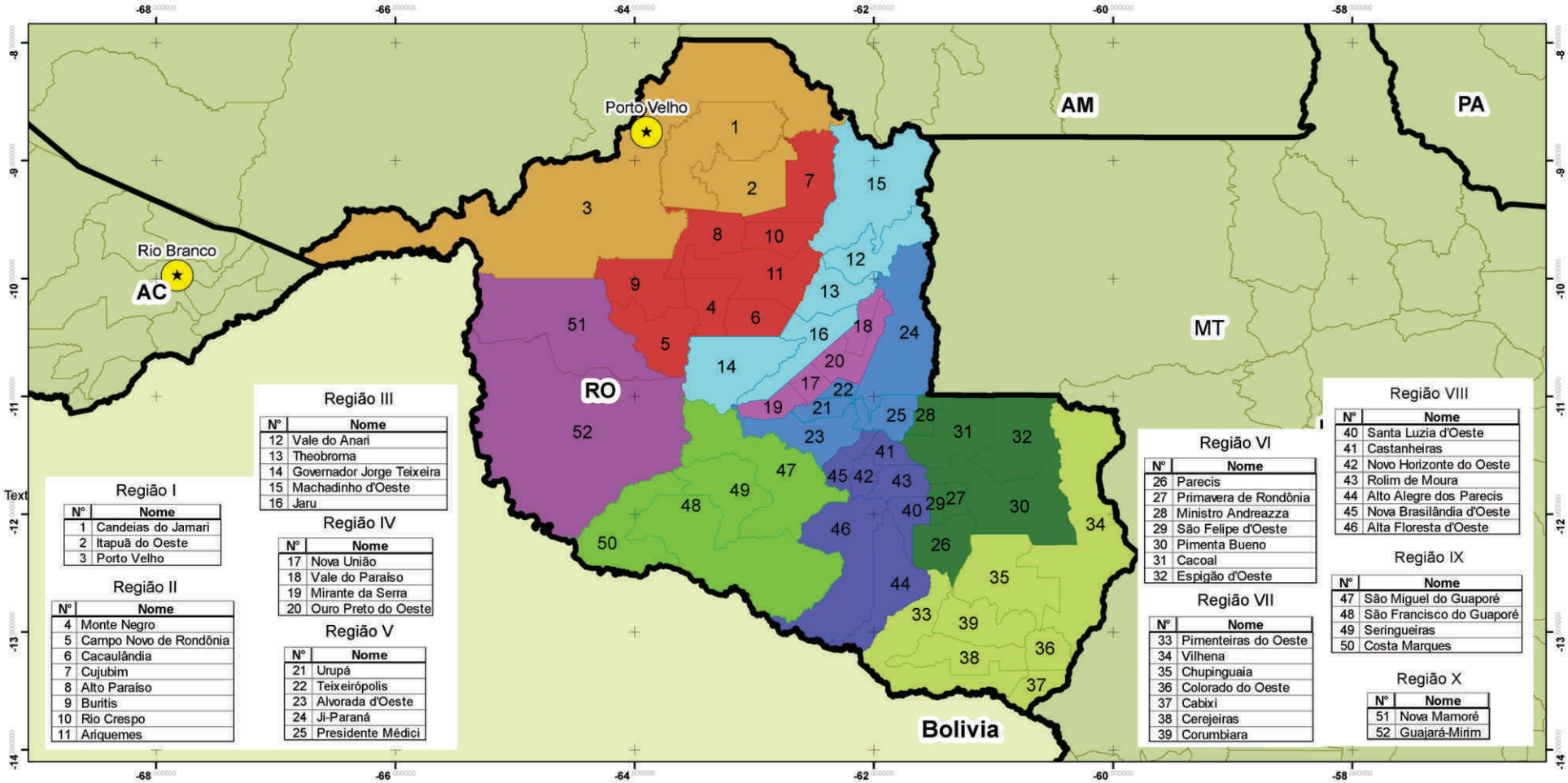
Região de Planejamento	Área total (ha)	%
Região I - Porto Velho	4.486.573,23	18,94
Região II - Ariquemes	2.317.988,31	9,79
Região III - Jaru	2.175.807,34	9,19
Região IV - Ouro Preto do Oeste	488.454,41	2,06
Região V - Ji-Paraná	2.766.399,91	11,68
Região VI - Cacoal	1.292.401,18	5,46
Região VII - Vilhena	1.903.013,45	8,03
Região VIII - Rolim de Moura	3.119.901,37	13,17
Região IX - São Francisco do Guaporé	1.657.779,82	7,00
Região X – Guajará-Mirim	3.478.875,89	14,69
Total	**23.687.194,90**	**100,00**

Fonte: Governo do Estado de Rondônia, 2007 e IBGE/Cidades, 2015.

Os estudos considerados foram elaborados no âmbito do Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional do Estado de Rondônia – Propostas e Estratégias de Desenvolvimento.

A Região I - Porto Velho é a maior em área, com 4.486.573,23 ha, que correspondem a 18,94% do território, seguida pela Região X – Guajará-Mirim e Região VII - Vilhena. A menor delas é a Região V - Ji-Paraná, com área equivalente a 5,46% do total.

Figura 1 - Mapa das Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia.



Legenda

- Unidades da Federação

Regiões de planejamento

- Região I
- Região II
- Região III
- Região IV
- Região V
- Região VI
- Região VII
- Região VIII
- Região IX
- Região X

Informações Cartográficas

Sistema de referência geocêntrico das Américas SIRGAS 2000

Meridiano principal Greenwich

1:3.500.000

0 20 40 80 120 160 km

Realização

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

IICA

Mapa de Situação

Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia

Elaboração

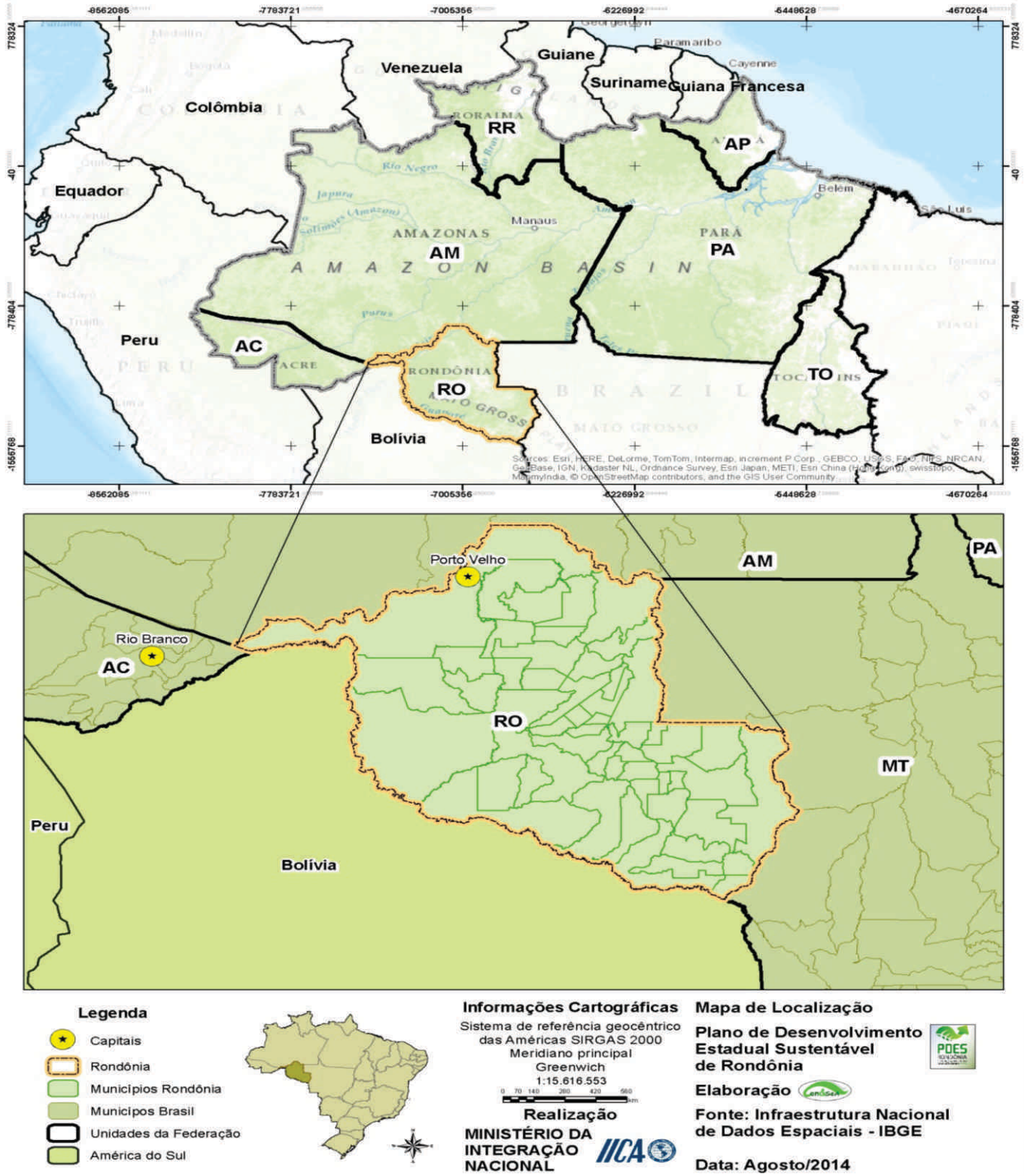
Fonte: Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - IBGE

Data: Agosto/2014

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rondônia faz limites com os estados do Mato Grosso a leste, Amazonas ao norte, Acre a oeste e com a República Plurinacional da Bolívia a oeste e sul. Rondônia está entre os estados mais novos da federação, tendo a sua origem, quando, a partir da década de 1950 o governo federal criou oficialmente vários territórios, e dentre eles o Território Federal do Guaporé. Em 1956 sua denominação foi alterada para Território Federal de Rondônia, transformado finalmente em 1981 em Estado, com o mesmo nome.

Figura 2 - Mapa de Localização do Estado de Rondônia.



A rodovia BR-364 que liga Rondônia, Acre e o Peru será o primeiro eixo multimodal Atlântico-Pacífico, tornando Rondônia um entreposto para prestação de serviços de logística, o que facilitará a exportação da produção principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste, via Oceano Pacífico.

O Estado de Rondônia encontra-se localizado em área estratégica na América do Sul. A sua principal bacia hidrográfica, a bacia do Rio Madeira, recebe águas do Norte do Mato Grosso, dos rios Grande, Guaporé e Mamoré que vertem da parte oriental da Bolívia, bem como dos rios Madre de Dios e Beni que vêm do nordeste boliviano e do oriente peruano (UNIR, 2014). Além disso, a bacia do Madeira integra-se às demais hidrovias da Região Amazônica, interligando centros urbanos regionais, franqueando o acesso dos produtos da Amazônia aos mercados mundiais.

Vale ainda ressaltar que o Estado de Rondônia possui mais da metade de seu território no interior da faixa de fronteira[2], integrando a Faixa de Fronteira Nacional, porção de 150 km de largura ao longo da fronteira terrestre, incluída no Arco Central de Fronteira, segundo o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do governo federal. As zonas de fronteira foram estabelecidas pela Lei Federal N° 6.634, de 1979, regulamentadas pelo Decreto Federal Nº 85.064 de 1980.

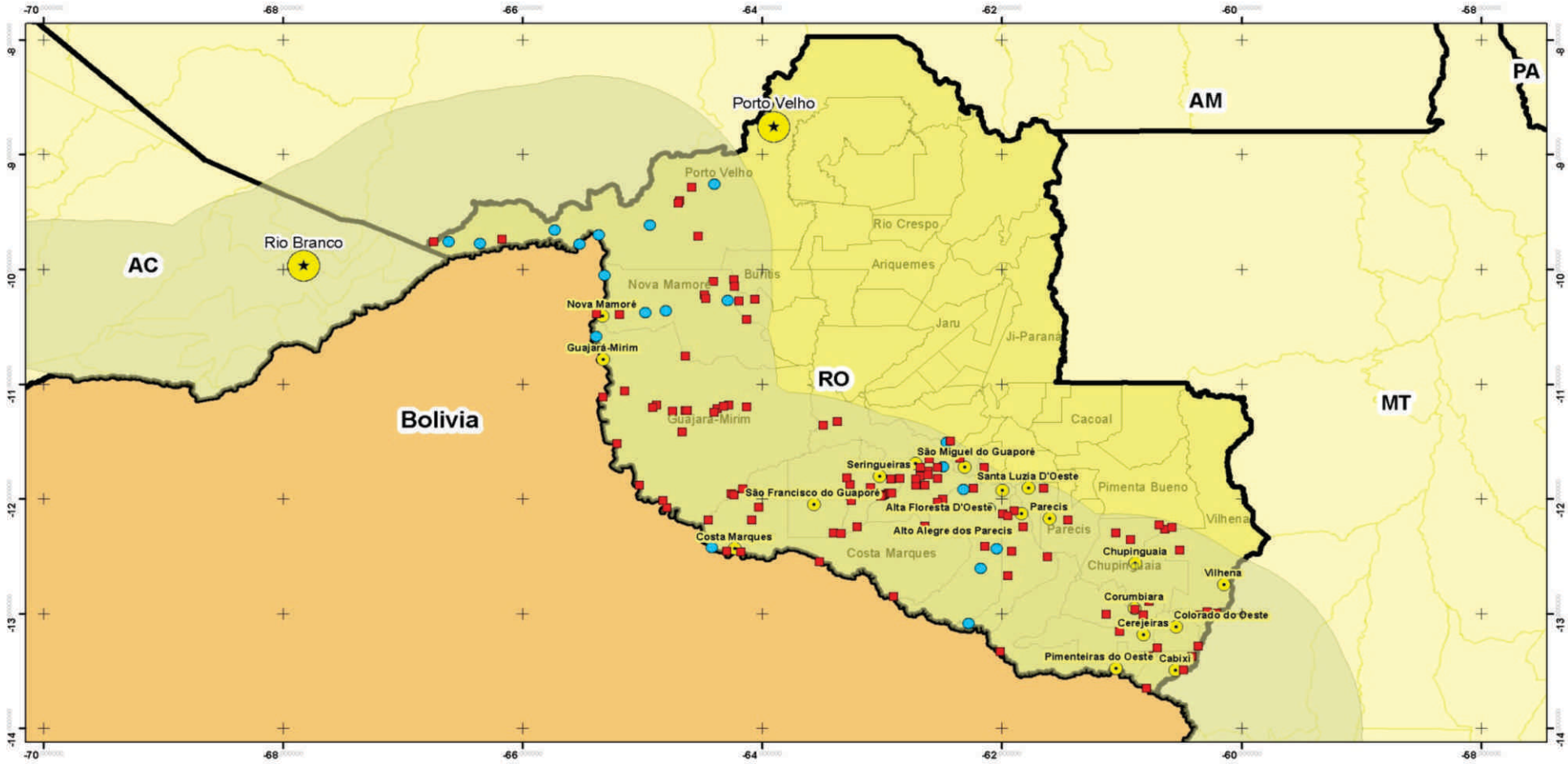
A faixa de fronteira no Estado de Rondônia tem 1.342 km, onde estão incluídos 27 municípios (Figura 3), dentre eles alguns dos mais populosos de Rondônia, como Porto Velho e Guajará-Mirim. A população estimada nesta faixa é de 850.182 habitantes.

O acesso à fronteira é possível a partir das rodovias: 1) RO-399, que liga a cidade de Vilhena a Pimenteiras, com trechos pavimentados e trechos em leito natural; 2) RO-135, que liga a cidade de Alta Floresta ao Distrito de Porto Rolim, na linha de fronteira, com pavimento em leito natural; 3) BR-429, que liga a cidade de Presidente Médici à Costa Marques, com pavimentação inacabada; e, por último 4) BR-425, rodovia pavimentada, porém em péssimo estado de conservação.

ARTICULAÇÃO INTERMODAL NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.
PORTO DE PORTO VELHO
Foto: Healthy Kobashi

[2] A Faixa de Fronteira resulta de um processo histórico que teve como base a preocupação do Estado com a garantia da soberania territorial desde o período colonial. A principal legislação em vigor sobre a Faixa de Fronteira foi promulgada em 1979, mas o espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira existe desde o Segundo Império (TR, 2014).

Figura 3 - Mapa da Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia.



Legenda

- Capitais
- Sedes Municipais
- Vila
- Aglomerado rural
- Faixa de Fronteira
- Municípios

Informações Cartográficas

Sistema de referência geocêntrico das Américas SIRGAS 2000

Meridiano principal
Greenwich
1:3.500.000

0 20 40 80 120 160 km

Realização

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

IICA

Mapa de Faixa de Fronteira

Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia

PDES RONDÔNIA

Elaboração consesa

Fonte: Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - IBGE

Data: Agosto/2014

3. DIMENSÃO HISTÓRICA

Os primeiros povos de que se tem notícia, que povoaram as terras que hoje se constituem no Estado de Rondônia, foram os povos indígenas de diversas etnias como os Karipuna, Amondauas (Tupi-Guarani); Aruás (Língua aruá); Caritianas (Tronco Linguístico: Arikem); Cintas-largas (Tronco Linguístico: Tupi Monde); Gavião Mondé (Tronco Linguístico: Mondé); Araras-caros (Tronco Linguístico: Ramarama); Kaxarari (Tronco Linguístico: Pano); Kwazá (Tronco Linguístico: Kwazá); Macurap, Sakurabiat (Tronco Linguístico: Tupari); Nambiquaras (Tronco Linguístico: Nambikwara); entre outros (ISA, 2014).

Esses povos, além de ocuparem muitas áreas no atual território de Rondônia, se encontravam espalhados por toda Amazônia e também por vários outros territórios do Brasil e da América do Sul. Eram essencialmente povos nômades ou seminômades. Esses povos, da chamada era pré-colombiana, vêm sendo estudados por antropólogos e conformam importante acervo da história da Amazônia (op. cit.).

Tomando estudos como os de Berta Becker (BECKER, B., 2001), de Machado (MACHADO, L.O., 1989) e de Aquino (AQUINO, R. S. L. *et al.*, 1990), o processo histórico de ocupação da Amazônia pós-colombiana (e neste contexto, o da região que daria lugar à formação do Estado de Rondônia), pode ser compreendido em oito períodos históricos:

1. Apropriação do território. Ruptura do Tratado de Tordesilhas. Drogas do Sertão. Século XVII.

2. Ciclo do Ouro. Início do povoamento. O branco, o índio e o negro. Século XVIII.

3. Primeiro ciclo da borracha. Século XIX/XX (1879/1912).

4. As linhas telegráficas. Primeira investida na integração nacional. Século XX (1900/1910).

5. Segundo ciclo da borracha. Século XX (1942/1945).

6. O garimpo. Diamante e cassiterita. Século XX (1950/1960).

7. A expansão acelerada da fronteira agropecuária (1960/1980).

8. A consolidação do Estado de Rondônia (1980/dias atuais).

O processo de ocupação das terras que dariam origem ao Estado de Rondônia se inicia a partir da necessidade da Coroa Portuguesa em assegurar o domínio das terras, com expedições, missões religiosas, catequese, escravidão indígena e o comércio das "drogas do sertão", sendo a marca deste período a construção do Forte do Príncipe da Beira (Figura 4), nas terras que hoje constituem o Município de Costa Marques, com a finalidade militar de defesa do território.

VISTA AÉREA ATUAL DO FORTE DO PRÍNCIPE DA BEIRA.
Foto: R. Machado

Tratava-se de uma das maiores fortalezas das Américas, que substituiria outras construções mais frágeis, que não lograram êxito em sua finalidade. A construção desse forte, assim como a dos demais fortes a oeste da linha do Tratado de Tordesilhas, demonstra a visão geopolítica da diplomacia portuguesa no século XVIII, que, aproveitando-se do Tratado de Madri, procurou assegurar a posse do território e a despeito de outros tratados que o anulariam posteriormente, garantiu em linhas gerais as atuais fronteiras do Brasil e assim a incorporação do hoje território do Estado de Rondônia (TEIXEIRA, P. R. R., 2003).

Outros episódios e processos significativos dizem respeito ao povoamento inicial, por imigrantes de diversos países, mas também por brasileiros, nos dois ciclos da borracha, sendo o primeiro (1876/1912) marcado pela construção da Estada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e a fundação da Cidade de Porto Velho (Figura 5). Deste período restam testemunhas históricas, patrimônio estadual que hoje se constitui em ativos turísticos, como a parte remanescente da Estrada de Ferro, suas locomotivas, maquinários e galpões, além de outras estruturas arquitetônicas existentes na cidade de Porto Velho e outras.

Figura 5 - Porto Velho (1909). Nas margens do Rio Madeira a cidade surgia com a construção da EFMM.

Fonte: CENTRO OESTE, 2015.

O segundo ciclo da borracha, mais efêmero (1943-1945), deixou como legado histórico, principalmente, os "soldados da borracha". Constituídos de milhares ou milhões de imigrantes nordestinos, que se estabeleceram em diversos pontos da Amazônia (principalmente onde hoje se encontram os estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Acre, na extração do látex, necessário às indústrias, inclusive bélicas, no contexto da segunda guerra mundial). Após a derrocada da empreitada da borracha (pela concorrência das plantações inglesas na Ásia – iniciadas com o contrabando de sementes da Amazônia brasileira pelos ingleses), os chamados "soldados da borracha" são abandonados pelo governo de então à sua própria sorte. A partir de miscigenações com índios constituíram o chamado "caboclo amazônico", o ribeirinho, com seu modo de vida particular, extrativista, e seus conhecimentos sobre o manejo dos inúmeros recursos naturais, sejam minerais, vegetais ou animais. Esta população, com seu modo de vida particular, suas tradições e seus conhecimentos, representa também um forte ativo estadual, a ser aproveitado nas atividades extrativas sob processos sustentáveis, assim como no turismo cultural e ecoturismo de base comunitária. (FUSINATO, T. B., 2005).

Em período mais recente de ocupação das terras do Estado, a partir da década de 1970, vão ocorrer fortes correntes migratórias em direção à Rondônia, motivadas pelas políticas de ocupação e integração nacional, mais uma vez comandadas pelo Estado, tendo como carro chefe a expansão da fronteira agropecuária, com a instalação de atividades madeireiras, pecuária e agrícola; e paralelamente o garimpo, principalmente de ouro. Acompanham este processo, também, os grandes projetos, sejam rodovias, empreendimentos minerários e hidrelétricas, assim como o processo de urbanização, com a dotação de infraestrutura urbana. Este processo irá propiciar uma nova conformação na população do Estado, uma vez que imigrantes sulistas passam a se constituir em contingentes significativos.

O processo histórico de Rondônia, assim, deixa legados importantes, tanto do ponto de vista do patrimônio histórico material (estruturas e arquitetura), como imaterial, na cultura ribeirinha extrativista, assim como na cultura sulista das atividades agropecuárias.

Gargalos e Potencialidades

Rondônia dispõe de importantes ativos regionais históricos que devem ser equacionados também como elementos possíveis de indução de atividades econômicas atuais, como o turismo, o turismo cultural e ecoturismo de base comunitária, o extrativismo. O Estado dispõe ainda de um capital humano/social presente em sua população de agricultores empresariais e familiares, com a conformação de uma rede local de cidades, onde as atividades industriais, de comércio e serviços têm surgido e podem ainda prosperar muito mais. Gargalos importantes relacionados à infraestrutura e acesso a mercados se colocam para o desenvolvimento das atividades turísticas e do extrativismo.

4. DIMENSÃO GEOAMBIENTAL

O Estado de Rondônia, território integrante da Amazônia Brasileira, apresenta riquíssimo patrimônio geoambiental, expressando diversas potencialidades e ativos naturais.

Quase 75% das terras de Rondônia são planas, com declividade inferior a 8%. Este relevo plano, em depressões ou com leves ondulações na maior parte do território foi um facilitador nos processos de ocupação, praticamente já concluído nas áreas previstas para ocupação produtiva pelo ZSEE-RO. Essa conformação de relevo, associada à rede hidrográfica, também é favorável ao desenvolvimento de processos produtivos ou extrativos nas áreas protegidas, onde as atividades sustentáveis são permitidas. Por outro lado, apresenta áreas onduladas, em regiões de solos com aptidão agrícola considerada boa, dificultando a adoção de práticas agrícolas mecanizadas. Observam-se muitas terras subutilizadas e muitas outras ocupadas por atividades para as quais não são aptas. Muitas áreas aptas para a preservação estão desmatadas e utilizadas para a agricultura ou pecuária.

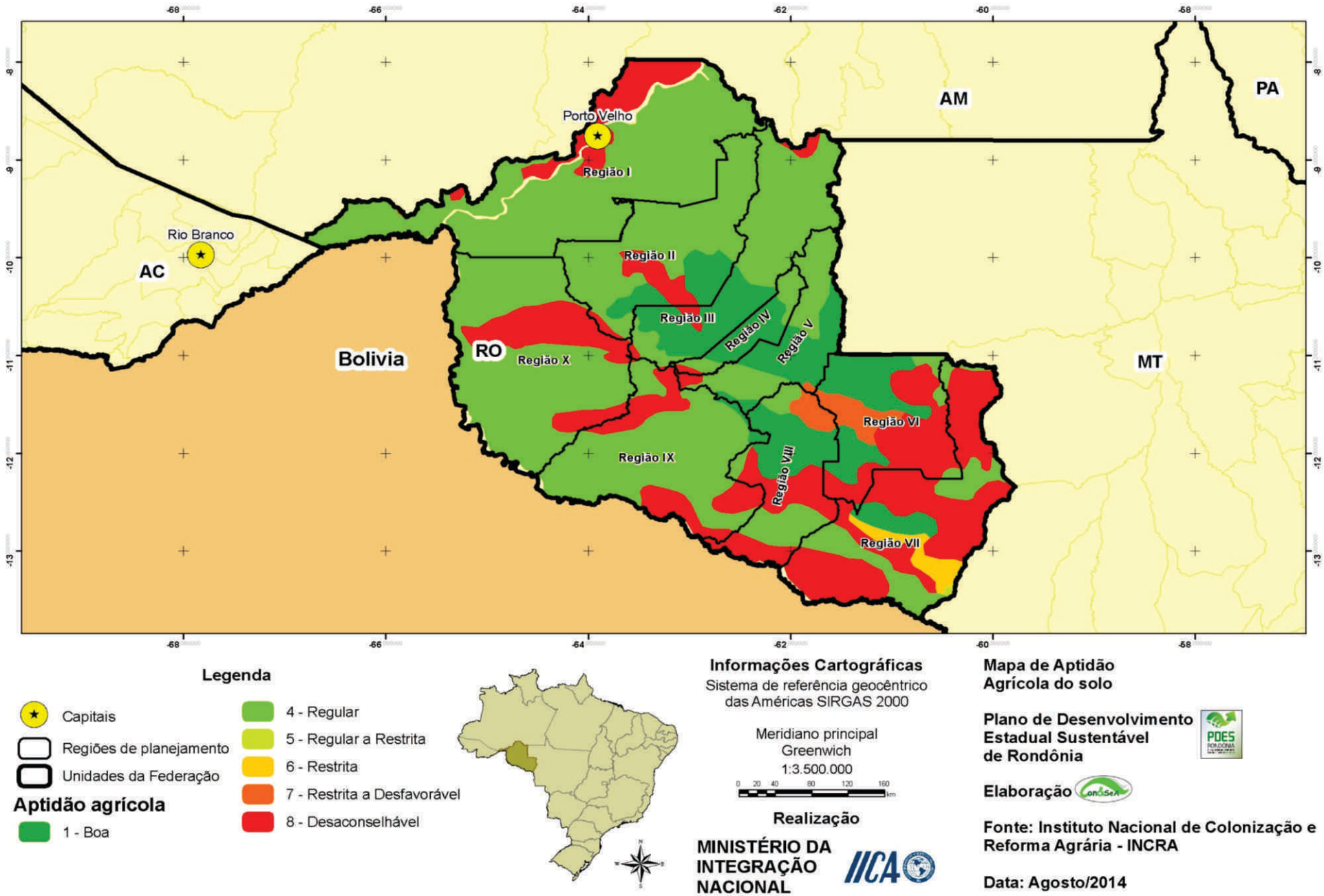
De maneira geral, os solos de Rondônia possuem aptidão regular a restrita para a produção agrícola, com potencial, em alguns locais, para pastagens, e em outros para a preservação. As áreas com boa aptidão para a agricultura são escassas, assim como os solos adequados para a exploração florestal e/ou pastagens naturais (Figura 6).

O clima de Rondônia é equatorial, como em toda região úmida da Amazônia, garantindo chuvas e umidade em qualquer estação no ano. Mas, a posição meridional do Estado, sob a ótica regional, confere-lhe algumas características diferenciadas, com caráter de transição para o clima tropical. O clima na Amazônia é úmido, ocorrendo na maioria das vezes um mês seco, enquanto em Rondônia ocorrem 3 meses secos, em média. Decorre daí o caráter de transição, em direção ao clima semiúmido do Brasil Central.

Essas características climáticas são favoráveis à atividade agropecuária, principalmente à pecuária extensiva, uma vez que as condições conjugadas de temperatura, precipitação e relevo favorável, facilitam a disseminação das pastagens.

LAGO CUNIÃ
ONDE O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ASSEGURA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.
Foto: R. Machado

Figura 6 - Mapa de Aptidão Agrícola do Estado de Rondônia.



RIO MADEIRA

O MESMO RIO QUE OUTRORA CONDUZIU IMIGRANTES E ESCOOU A BORRACHA É A HIDROVIA DO PRESENTE E DO FUTURO NA INTEGRAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA.

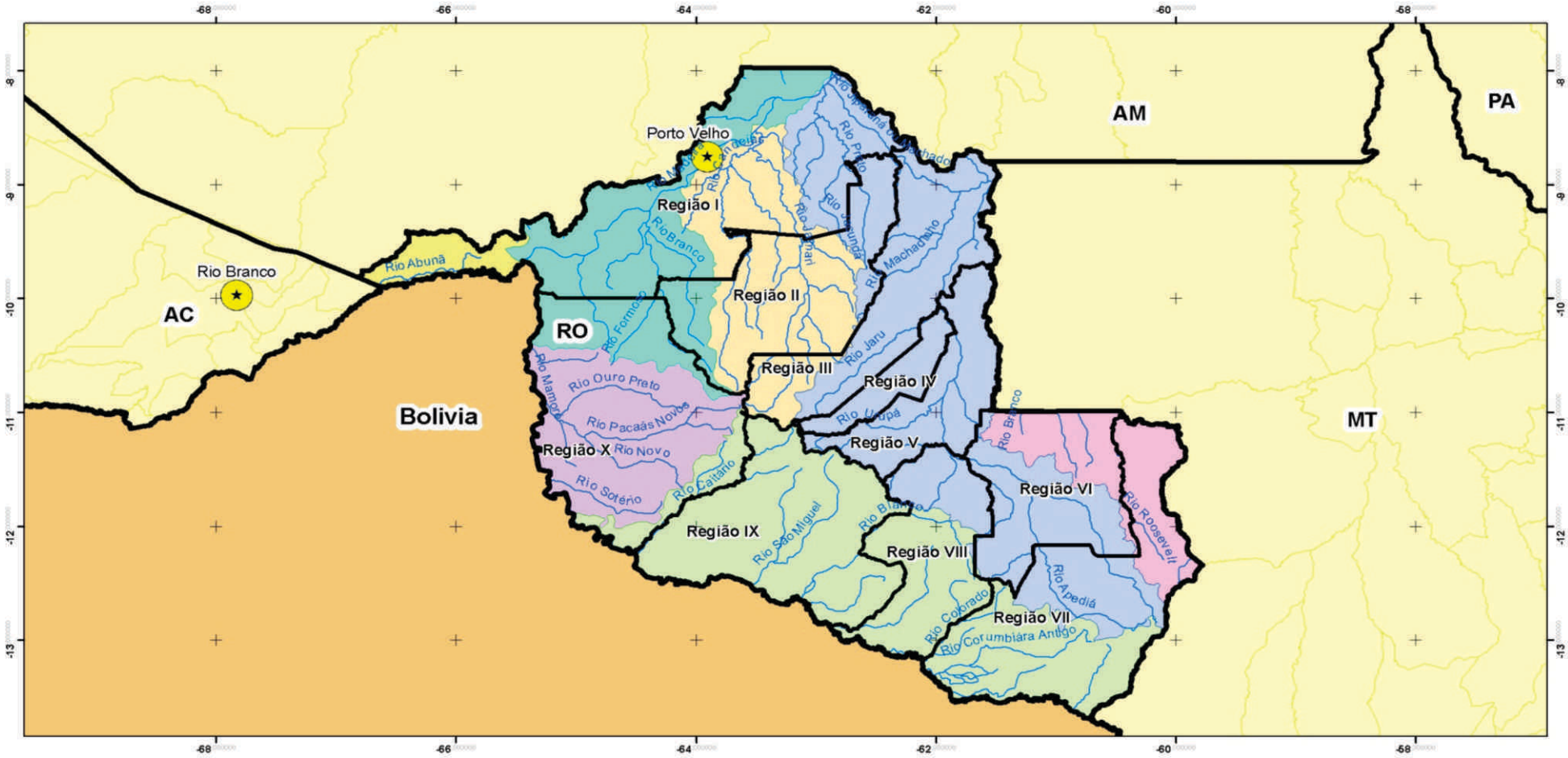
HIDROVIA DO RIO MADEIRA
Foto: R. Machado

Também como em toda a Amazônia, o Estado de Rondônia é rico em recursos hídricos, embora em seu território não ocorram rios de grandes volumes como o Xingu, o Tapajós ou o Rio Negro, que correm em outras regiões da Amazônia.

O Estado de Rondônia se localiza em um grande divisor de águas, e de seu território nascem alguns dos afluentes do Rio Madeira, um dos principais tributários do Rio Amazonas, como o Rio Machado e o Rio Mamoré, além de outros rios menores, como o Jamari. A capital do Estado, Porto Velho se localiza às margens do Rio Madeira. Outro importante recurso hídrico é o Rio Guaporé, rio transfronteiriço afluente do Rio Mamoré, que faz a fronteira de Rondônia com a Bolívia.

Esses rios se configuram para formar sete bacias hidrográficas, todas de domínio estadual: bacia do Rio Guaporé, bacia do Rio Mamoré, bacia do Rio Abunã, bacia do Rio Madeira, bacia do Rio Jamari, bacia do Rio Machado e bacia do Rio Roosevelt (Figura 7).

Figura 7 - Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado de Rondônia.



BIODIVERSIDADE
FONTE DE RIQUEZAS ESTRATÉGICAS PARA O ESTADO DE RONDÔNIA.

CORTE DE SERINGA
Foto: R. Machado

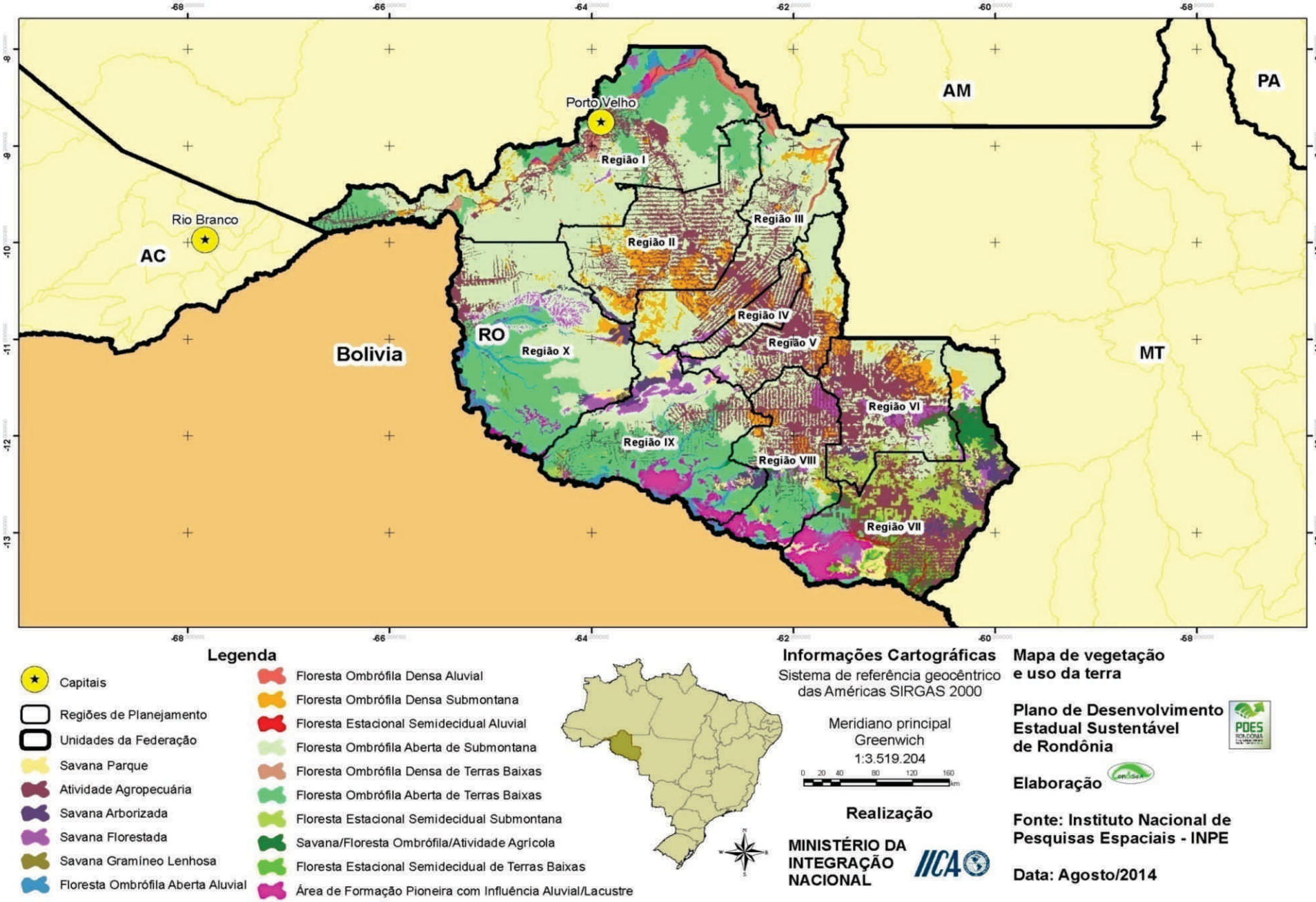
A biodiversidade do Estado é também bastante representativa da Amazônia. Situado no bioma amazônico, a sua riqueza em fanerógamas (plantas superiores) alcança a casa de 55.000 espécies, o que representa 22% do total deste grupo em todo o planeta. A fauna apresenta expressiva riqueza, principalmente em mamíferos, aves, peixes e insetos, e em menor grau, répteis, anfíbios e demais classes.

O expressivo potencial madeireiro do Estado, rico em espécies comerciais, funda uma das principais atividades econômicas do Estado e fonte de geração de emprego e renda. Os produtos florestais não madeireiros (como açaí, látex, cupuaçu, andiroba, copaíba, etc.) expressam também um enorme potencial, embora ainda subexplorado do ponto de vista comercial e principalmente como gerador de renda para as populações que vivem nas florestas.

Esta diversidade se expressa também na vegetação que apresenta diversas fitofisionomias conforme o Mapa de Vegetação.

As fisionomias que ocorrem no Estado são: floresta ombrófila densa, nas formações aluvial, submontana e de terras baixas; floresta ombrófila aberta, nas formações aluvial, submontana e de terras baixas; floresta estacional semidecidual, nas formações aluvial, submontana e de terras baixas; e por último as savanas, nas formações parque, arborizada e florestada (Figura 8).

Figura 8 - Mapa de Vegetação do Estado de Rondônia.

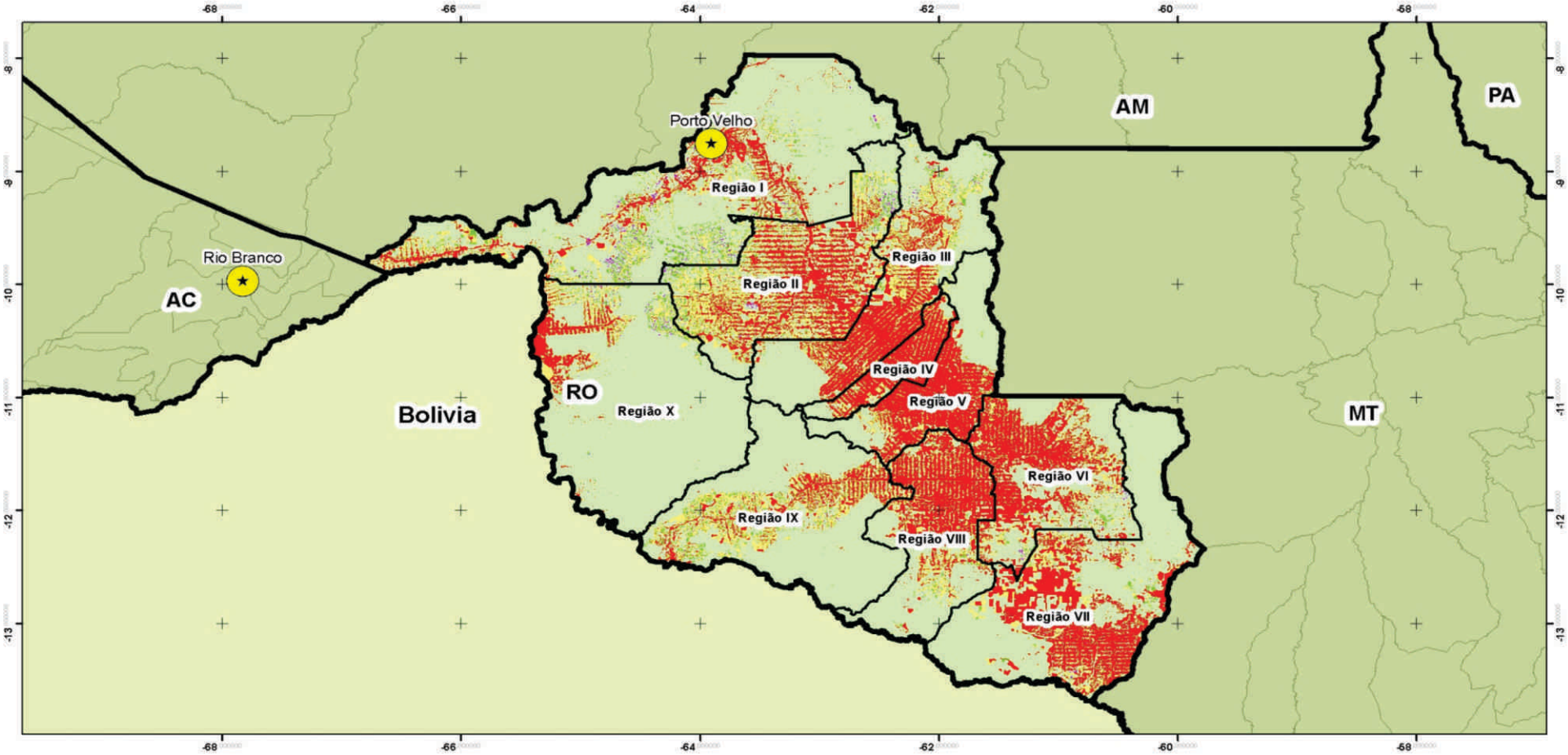


COM A QUEDA DA TAXA DE DESMATAMENTO DESDE 2008, RONDÔNIA ASSEGURA PARA AS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS PARCELAS IMPORTANTES DE SEU PATRIMÔNIO NATURAL.

VALE DO GUAPORÉ
Foto: R. Machado

A biodiversidade do Estado vem, historicamente, enfrentando o desmatamento e outras formas de antropização. O desmatamento monitorado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Rondônia, registra queda nas taxas de desmatamento desde 2005, como resultado das ações governamentais. O desmatamento, até 2000, foi de 84.891 km², colocando o Estado na 4° posição em desflorestamento na Amazônia e o 1° em termos percentuais, devido aos efeitos dos investimentos em infraestrutura de estradas, a migração da indústria madeireira para a fronteira, grilagem de terras e ausência de regularização fundiária. A taxa de desmatamento voltou a crescer no período de 2003 – 2007, para 14.359 km²/ano. A partir do ano de 2008 até o presente, a taxa de desmatamento apresenta queda, chegando a 932 km²/ano em 2013 (Figura 9).

Figura 9 - Mapa do Desmatamento do Estado de Rondônia.



Legenda

- Capitais
- Regiões de Planejamento
- Unidades da Federação
- Desmatamento até 1997
- Desmatamento 2000 - 2005
- Desmatamento 2006 - 2010
- Desmatamento 2011 - 2012

Informações Cartográficas

Sistema de referência geocêntrico das Américas SIRGAS 2000

Meridiano principal
Greenwich
1:3.519.204

0 20 40 80 120 160 km

Realização

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

IICA

Mapa do Desmatamento

Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia

Elaboração

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Data: Agosto/2014

TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO OCUPAM 36% DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA, EXPRESSANDO SIGNIFICATIVA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DA NATUREZA E NA OFERTA DE OPORTUNIDADES REGIONAIS PORTADORAS DE FUTURO.

TERRA INDÍGENA PACAÁS NOVOS
Foto: R. Machado

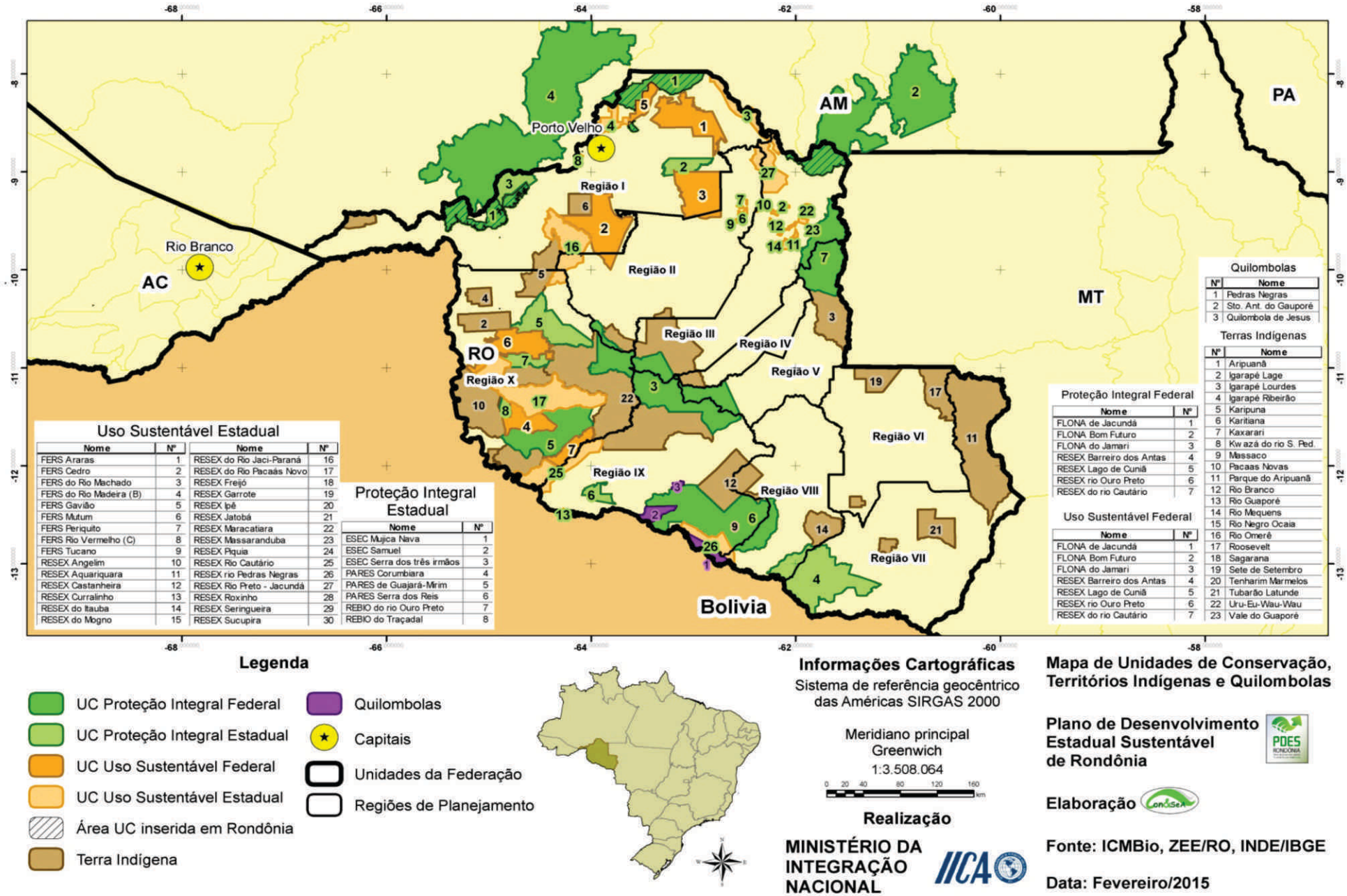
Os processos ordenados de uso e ocupação da terra ocorrem mediante a criação de unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas e assentamentos rurais planejados. As unidades de proteção têm ainda funcionado como barreiras protetoras ao desmatamento e ocupação desordenada.

O Estado de Rondônia possui 33 unidades de conservação (UC), que totalizam 1.802.306,44 ha de áreas protegidas (Figura 10), ou 7,59% do território.

Dessas, 22 são de uso sustentável e 11 de proteção integral. Destaca-se o número de Reservas Extrativistas, que representam 81% das unidades de uso sustentável, todas estaduais. Já na categoria de proteção integral, predominam as unidades federais. No total, a maioria das unidades são federais, representando 63%.

A existência dessas unidades constitui importante instrumento de preservação e conservação da natureza. Nas unidades de uso sustentável existem grandes potenciais, subutilizados, para a geração de emprego, ocupação e renda para as populações. No entanto, a gestão dessas áreas ainda não se mostrou suficientemente eficaz, havendo ainda grandes dificuldades quanto à efetiva implantação de seus objetivos.

Figura 10 - Mapa das Áreas Protegidas do Estado de Rondônia.



Legenda

- UC Proteção Integral Federal
- UC Proteção Integral Estadual
- UC Uso Sustentável Federal
- UC Uso Sustentável Estadual
- Área UC inserida em Rondônia
- Terra Indígena
- Quilombolas
- Capitais
- Unidades da Federação
- Regiões de Planejamento

Informações Cartográficas

Sistema de referência geocêntrico das Américas SIRGAS 2000

Meridiano principal Greenwich

1:3.508.064

0 20 40 80 120 160 km

Realização

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

IICA

Mapa de Unidades de Conservação, Territórios Indígenas e Quilombolas

Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia

PDES RONDÔNIA

Elaboração Consisa

Fonte: ICMBio, ZEE/RO, INDE/IBGE

Data: Fevereiro/2015

VALE DO GUAPORÉ
Foto: R. Machado

Rondônia possui 23 Terras Indígenas, desde áreas pequenas, como a Terra Indígena Aripuanã, a menor delas, com área de 196 hectares, até áreas extensas, ocupando 38,22% da área do Estado, como na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, que se distribui por 13 municípios.

Alguns desses territórios se sobrepõem a unidades de conservação, como é o caso da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, do Parque Nacional de Pacaás Novos, da Terra Indígena Massaco e da Reserva Biológica Guaporé (Figura 11).

O uso da terra, também sob uma ótica de planejamento, ocorre com a criação e implementação dos assentamentos rurais. Rondônia possui 153 assentamentos rurais (Figura 12), totalizando uma área de 4.284.378,90 ha, ou 12,05% da área do Estado.

Figura 11 - Sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral em Rondônia.

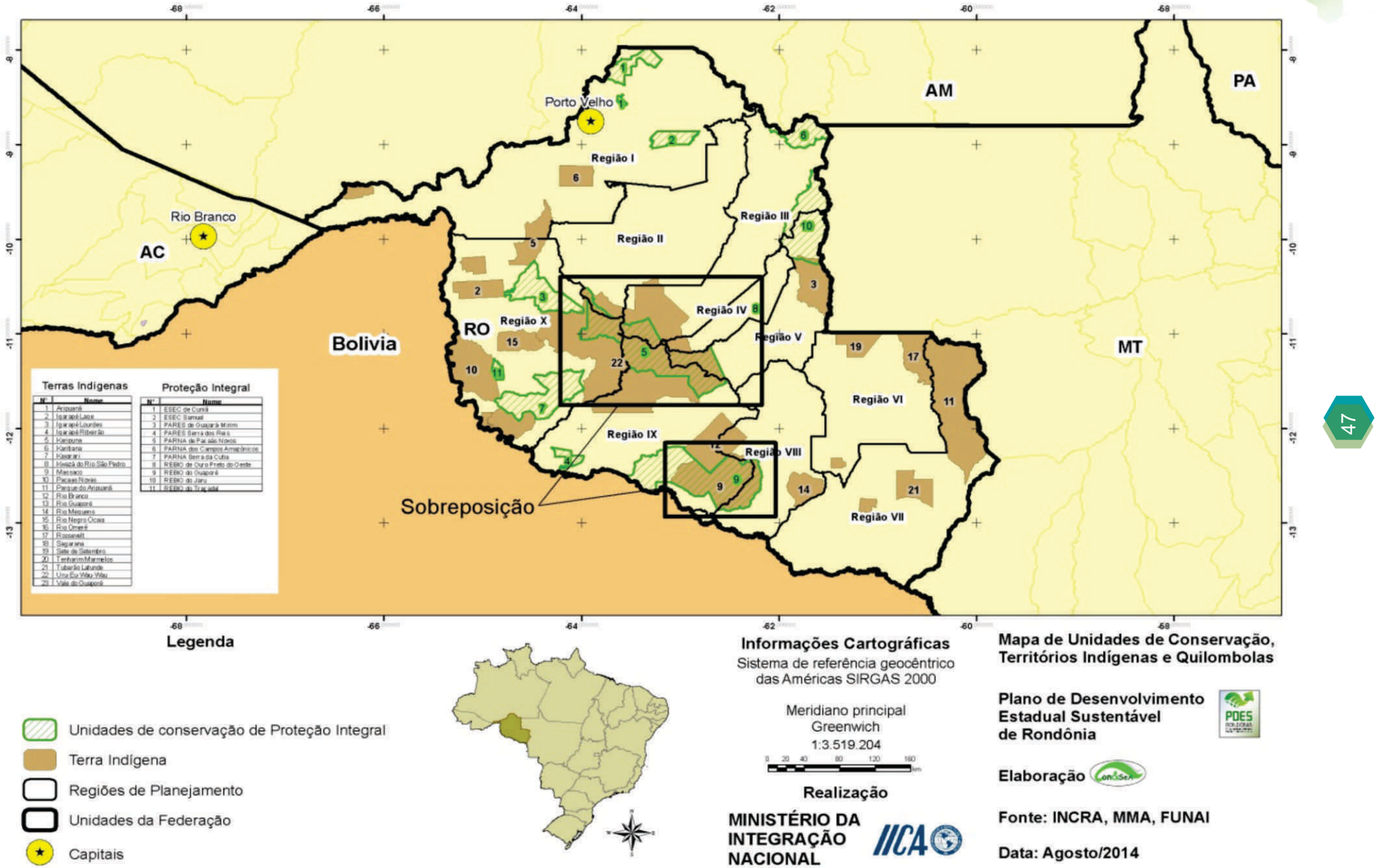
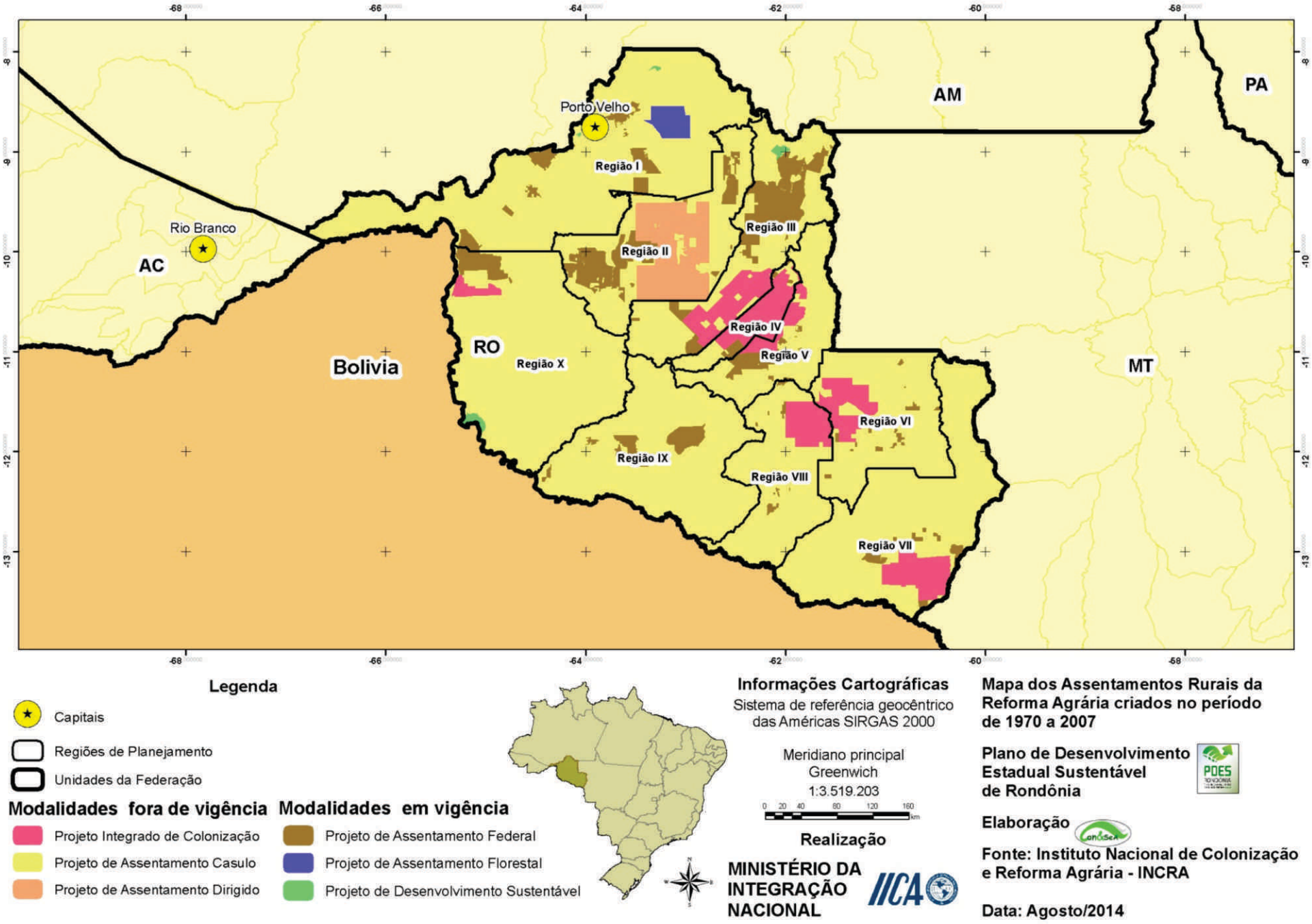


Figura 12 - Mapa dos Assentamentos Rurais do Estado de Rondônia.



Gargalos e Potencialidades

As condições naturais de Rondônia, de uma maneira geral, já colocam grandes potenciais para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e extrativistas. Destacam-se a exploração madeireira, e em muito menor grau a exploração dos recursos florestais não madeireiros. A pesca extrativista também surge como importante atividade econômica. A sociobiodiversidade, assim como os atributos naturais de beleza cênica, se colocam também como importante potencialidade para a exploração turística, em suas múltiplas modalidades. Em seus solos, também se desenvolvem atividades produtivas, com destaque para as culturas da soja, cacau, café e mandioca, sendo, no entanto, a pecuária bovina a atividade de maior destaque na economia estadual. Seu sistema hídrico superficial, em algumas regiões do Estado (principalmente na região norte e nordeste) propicia hidrovias naturais por onde circulam pessoas e mercadorias, além do potencial hidrelétrico, em parte já aproveitado, em parte, em construção de novas hidrelétricas.

Muitos são os gargalos que se apresentam para um uso mais racional deste vasto potencial natural, com maior geração de emprego e renda, entre eles:

- Os processos iniciais de ocupação desordenada do solo, que ainda persistem, embora em menor grau, vão deixando marcas na forma de áreas degradadas e subutilizadas, pressionando a fronteira agropecuária sobre áreas ainda florestadas.

- Existem grandes deficiências na gestão das áreas protegidas, gerando usos inadequados, com a desvalorização ou subutilização dos recursos naturais. A difícil equação do uso sustentável dos recursos naturais não tem tido muito sucesso e são ainda muito pontuais os resultados positivos alcançados, como por exemplo, a iniciativa do APL da Sociobiodiversidade no Município de Guajará-Mirim. Sérias restrições no funcionamento das cadeias produtivas e acesso a mercados surgem como limites decisivos à alavancagem comercial destes produtos, uma vez que o potencial produtivo parece ser de grande magnitude.

- O sustentado crescimento da indústria madeireira ainda ocorre sobre sistemas precários e predatórios de extração, quando não ilegais, embora em menor escala que no passado recente. Existem ainda grandes problemas de ordem burocrática e técnica para uma larga adoção dos sistemas de manejo, sejam sistemas florestais madeireiros ou agroflorestais não madeireiros.

- A ainda precária infraestrutura, nas cidades e nas áreas de potenciais produtivos, com relação a acessos e meios de transporte, limita o desenvolvimento do turismo, particularmente nas modalidades mais relacionadas ao patrimônio natural.

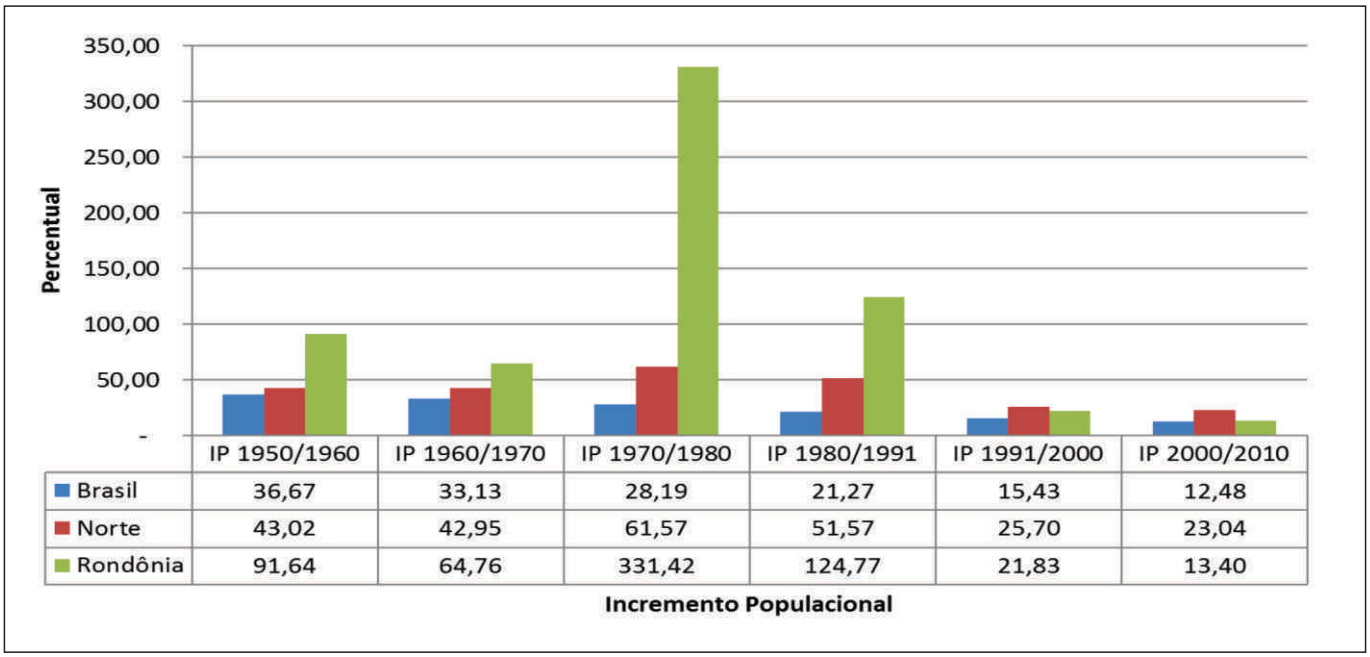
- O potencial pesqueiro carece de políticas mais efetivas, principalmente no que concerne aos mecanismos de controle dos estoques naturais, havendo também grandes dificuldades na infraestrutura, beneficiamento e armazenagem, pesquisa e apoio técnico para práticas sustentáveis na atividade.

Foto: R. Machado

5. DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

O Estado de Rondônia, em 1950, contava com uma população total de 36.935 habitantes. Com acréscimos significativos até o ano 2000, Rondônia atinge, no ano de 2010, uma população de 1.562.409 habitantes, o que significou um incremento de 4.203% entre 1950 e 2010, cinco vezes superior à da Região Norte e onze vezes superior à do Brasil (Figura 13).

Figura 13 - Evolução da População Total do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 1950 a 2010.



	IP 1950/1960	IP 1960/1970	IP 1970/1980	IP 1980/1991	IP 1991/2000	IP 2000/2010
Brasil	36,67	33,13	28,19	21,27	15,43	12,48
Norte	43,02	42,95	61,57	51,57	25,70	23,04
Rondônia	91,64	64,76	331,42	124,77	21,83	13,40

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

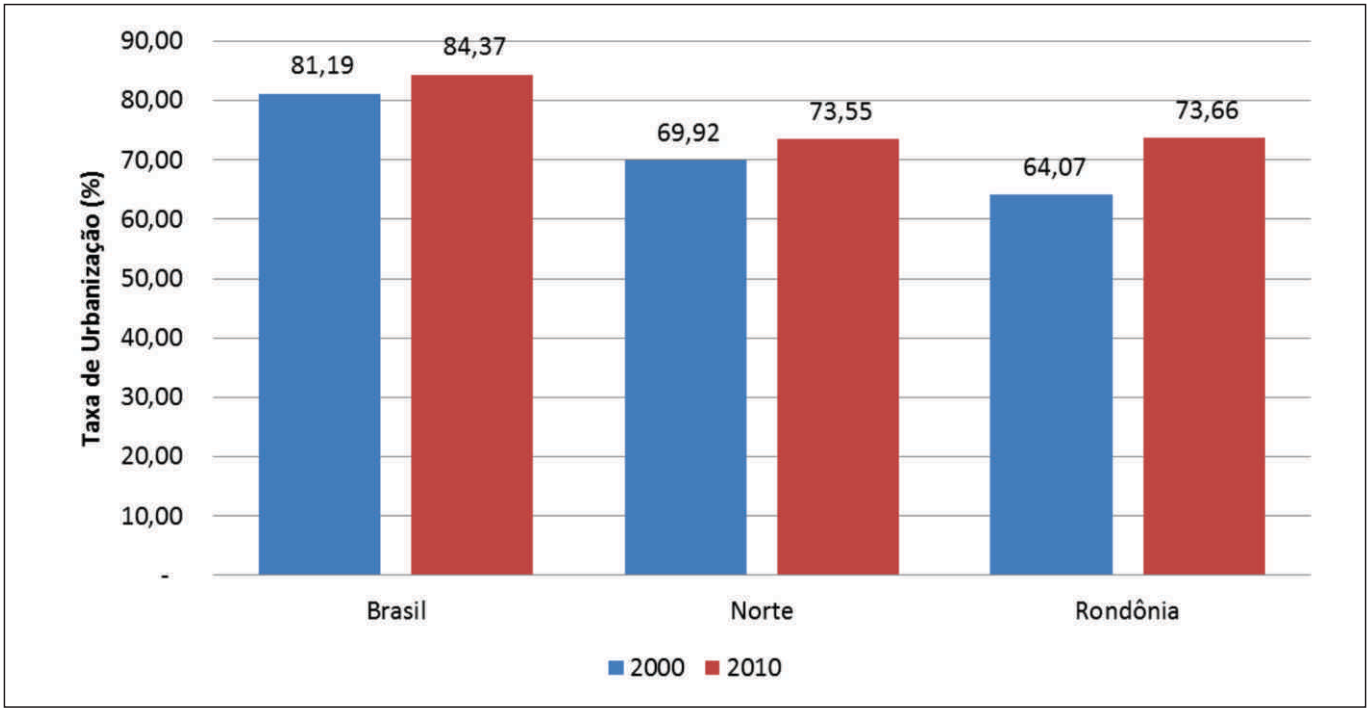
A partir do censo de 1991 o crescimento populacional de Rondônia tende à estabilização, na mesma proporção do resto do país, já que enquanto a taxa média geométrica de crescimento anual da população no Brasil ficou em torno de 1,17% e do Norte em 2,09%, no ano de 2010, este índice para o Estado de Rondônia foi de 1,25%, neste mesmo ano. Este valor é atualmente um dos mais baixos da Região Norte e indica provavelmente uma tendência de baixa dinâmica populacional na fronteira agrícola da região, com uma forte redução na taxa de imigração.

Tanto Rondônia como a Região Norte como um todo apresentam, tanto em 2000 como em 2010 uma proporção maior de homens, ao contrário do Brasil, que apresenta sempre uma proporção maior de mulheres. Todavia, vale a pena notar que para todas as três escalas a proporção de mulheres aumentou entre 2000 e 2010. Esse fato indica uma possível sintonização da dinâmica demográfica de Rondônia com o restante do território brasileiro em função de sua maior integração.

A população do Brasil é proporcionalmente mais envelhecida, com equilíbrio entre as faixas etárias que vão dos 10 até os 29 anos, em relação à da Região Norte, que apresenta um pico na faixa etária de 10 a 14 anos. O Estado de Rondônia se apresenta numa situação intermediária em que as faixas de 10 a 14 e de 15 a 19 anos apresentam as mesmas proporções. Em todos os três casos a população feminina se apresenta ligeiramente mais envelhecida do que a masculina.

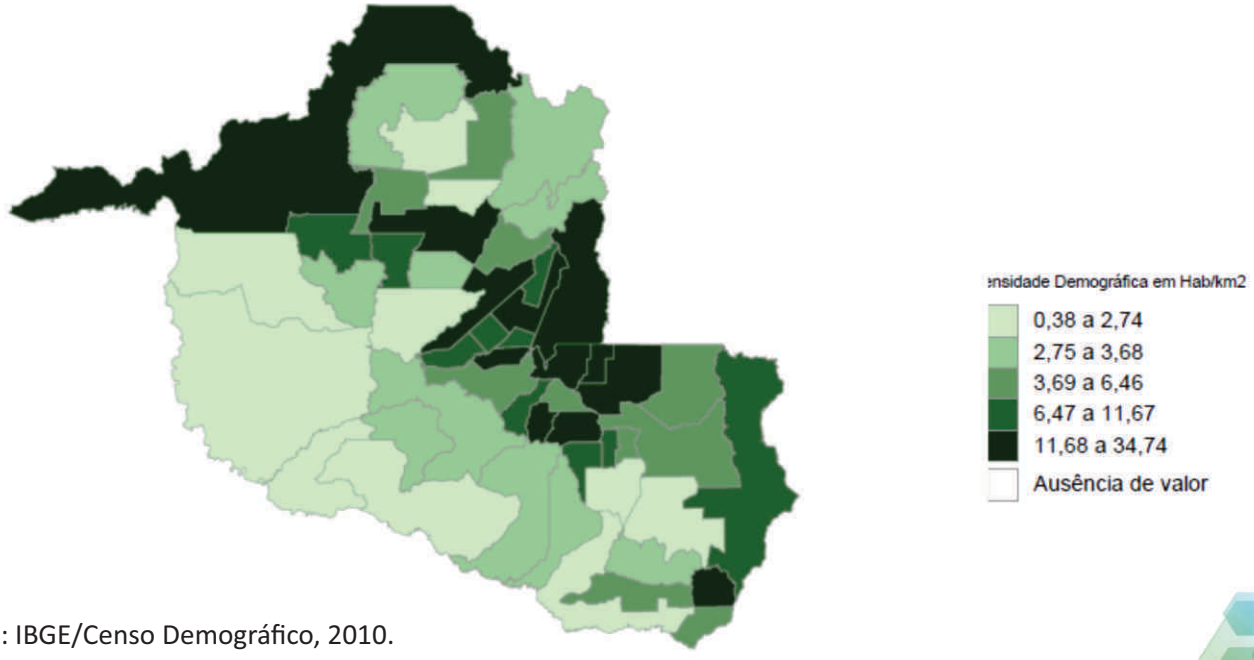
Até o ano 2000, a taxa de urbanização da Região Norte e de Rondônia (69,92% e 64,07% respectivamente) apresentavam-se significativamente abaixo da taxa de urbanização (TU) do País como um todo (81,19%). Todavia, ao longo da década seguinte até 2010, a Região Norte e o Estado de Rondônia apresentaram um incremento na taxa de urbanização superior ao restante do país. Enquanto, no plano nacional o incremento foi de ordem de 3,18%, em Rondônia verifica-se um incremento de 9,59% até 2010, atingindo uma taxa de 73,66% e superando, ainda que levemente, a média da Região Norte de 73,55% (Figura 14).

Figura 14 - Taxa de Urbanização do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2000 e 2010.



Fonte:IBGE/Censo Demográfico, 2000 e 2010.

A densidade demográfica de Rondônia (6,58) é superior à média da Região Norte (4,12) como um todo e ambas são bem inferiores à densidade demográfica do território nacional (22,43), para o ano 2010 (Figura 15).



Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010.

Historicamente, o Estado de Rondônia experimentou diversos períodos de intensa imigração. Três períodos se destacam: primeiro ciclo da borracha, o segundo ciclo da borracha e durante as décadas de 1970/80, no bojo das políticas de integração nacional e colonização da Amazônia então implementadas. Rondônia também experimenta um processo de emigração, logo após este último período, quando os resultados desta política se faz sentir entre a população na forma de falta de oportunidades, seja de ocupação, emprego e renda.

Quanto aos volumes de imigração nota-se que, da década de 70 para a de 80, houve um significativo aumento: de 285.494 imigrantes para 411.795, respectivamente. Nos anos 70, o Estado do Paraná contribuiu com cerca de 36% (103.442 pessoas) do total de imigrantes para Rondônia, seguido pelo Estado do Mato Grosso (47.455), Mato Grosso do Sul (29.463), Espírito Santo (25.569) e Minas Gerais (19.861).

O início dos anos 90 marcou um novo cenário migratório para Rondônia, chegando a registrar saldo migratório negativo em suas trocas interestaduais: 2.500 pessoas, ao contrário dos ganhos populacionais que obtivera nos 70 e 80, em torno de 265 mil pessoas em cada década.

A dinâmica demográfica de Rondônia, a partir dos anos 2000, adquire outra conformação. O valor da taxa relativa do incremento (na realidade, decremento) da taxa de emigração foi bastante similar nos três níveis territoriais (60 – 63%, negativos), apontando mais uma vez a tendência de sincronização da dinâmica demográfica de Rondônia e da Região Norte com o restante do país.

Outra importante modificação na dinâmica demográfica em Rondônia, a partir dos anos 2000, é com relação à migração intrarregional. Enquanto no âmbito nacional as populações do Nordeste e Sudeste são as que mais se mobilizam como imigrantes para outras regiões, a Região Norte apresenta uma grande imigração interna entre os seus estados, processo que corresponde a mais de 80% de toda imigração na Região. Rondônia está incluída neste processo, recebendo cerca de 61,20% de seus imigrantes da própria Região Norte em 2010, mas recebendo também aportes significativos das regiões Sul e Sudeste da ordem de 10,79% a 18,17%.

Gargalos e Potencialidades

O crescimento vertiginoso da população de Rondônia nos anos 1970 e 1980 foi de fundamental importância na conformação atual do Estado, não só pelos contingentes populacionais indispensáveis ao desenvolvimento econômico, devido às necessidades de mão de obra e à dinamização dos mercados, como pelo perfil dos imigrantes, em sua maioria formado por sulistas, com experiências diversas nas atividades agropecuárias em caráter modernizante, o que permitiu a introdução de diversas culturas, pecuárias e imprimir ganhos de produção e de produtividade em vários setores da agropecuária estadual. Este perfil populacional, assim como a herança histórica dos caboclos ribeirinhos, constitui importante potencialidade: capital social, na medida em que saberes e conhecimentos possam ser repassados às novas gerações. No entanto, a forte migração rural-urbana pode ser um forte gargalo, considerando que parte significativa da população jovem compõe os emigrantes para as cidades.

A dinâmica populacional atual de Rondônia tende à estabilização, acompanhando tendência nacional, com um contingente ainda jovem e uma boa distribuição ente os gêneros. Esse quadro não parece imprimir grandes dificuldades ao Estado, além daquelas encontradas em todo o país, e que se relacionam com a oferta de emprego e ocupação, principalmente para os mais jovens.

6. DIMENSÃO ECONÔMICA

6.1. Rondônia no Contexto da Economia da Amazônia Legal

O crescimento econômico da Amazônia Legal, região formada por nove estados, tem sido associado principalmente à expansão de atividades primárias e exportadoras – notadamente de produtos agropecuários, madeireiros e *commodities* minerais –bem como da produção industrial de bens de consumo duráveis no polo industrial de Manaus e produtos alimentares industrializados e agroindustriais nos centros urbanos maiores.

A agropecuária expandiu-se tanto em termos de área ocupada como em produção, favorecida pela demanda externa e preços em ascensão no mercado internacional. Da mesma maneira, o setor mineral teve grande crescimento nos últimos cinco anos, com o rápido incremento da demanda chinesa.

Os estados que mais contribuíram para tal crescimento foram Mato Grosso, Amazonas e Maranhão, conforme o IBGE. O Produto Interno Bruto (PIB) se encontra concentrado em municípios maiores e mais industrializados e nas capitais dos estados. O Estado de Mato Grosso, dentre os nove outros da Amazônia legal, é o possuidor do maior PIB per capita.

Em 2010, o PIB da Região Norte correspondia a 5,3% do PIB nacional, contra 4,7% em 2002, e a região foi a que apresentou a maior taxa de crescimento entre 2002 e 2010. Nesse último ano, Tocantins foi o Estado com maior índice de crescimento em volume de produção, mas as maiores contribuições para a expansão do PIB desta Região foram do Pará, Amazonas e Rondônia. No Pará, o aumento crescente do preço internacional do minério de ferro e de outras *commodities* minerais colaborou para tanto. No Estado do Amazonas, as políticas internas de expansão de crédito ao consumo foram fundamentais para a grande recuperação da sua indústria de transformação, abalada pela crise global de 2008. Rondônia, por sua vez, foi o Estado com maior ganho de participação na atividade agropecuária dentre todos os estados no período 2002-2010, cujas exportações de carne bovina corresponderam recentemente a cerca de 9% do total nacional (GEP/SEPLAN-RO, 2012; IBGE/PIB, 2002 e 2010).

Os estados do Amazonas e Rondônia, com o desempenho econômico mencionado, subiram no *ranking* nacional. O PIB do Estado do Amazonas, de 15º lugar, para 14º em 2010, ultrapassando o Mato Grosso, cujo PIB havia sofrido queda. Rondônia, por sua vez, da 23ª posição, passou a ocupar a 22ª, superando o Piauí (IBGE/PIB, 2002 e 2010).

Entre os anos 2001 e 2011, o PIB da Região Norte passou de 130,0 bilhões para 223,5 bilhões, um acréscimo de 72,5% em termos reais, enquanto o do Estado de Rondônia, 93,8% e valor de R$ 27,8 bilhões (Tabela 2).

Tabela 2 - PIB* da Região Norte e de Rondônia – 2001 a 2011 (valores em R$ bilhões).

Unidade Territorial	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/2001
Região Norte	130,0	126,0	131,3	138,3	150,4	163,8	171,6	177,7	190,4	213,2	223,5	72,5%
Rondônia	14,4	14,1	15,8	16,2	18,2	17,9	19, 3	20,5	23,6	24,9	27,8	93,8%

Fonte: IBGE/PIB, 2001 a 2011.
Nota: (*) valores arredondados e atualizados pelo IGP-M de dez./2011.

Desse modo, Rondônia aumentou a sua participação relativa de 11,1% em 2001, para 12,5% em 2011 (Tabela 3).

Tabela 3 - PIB - participação relativa (em %) da Região Norte e de Rondônia – 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Partic. % em 2001	Partic. % em 2011
Região Norte	100,0%	100,0%
Rondônia	11,1%	12,5%

Fonte: IBGE/PIB, 2001 e 2011.

Em Rondônia, na composição de seu PIB, os setores Administração Pública, Saúde e Educação Pública participaram com cerca de 28%, a Agropecuária com 21,5%, o Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação com 15,5% e a Indústria de Transformação com cerca de 9%.

Na composição do PIB da Região Norte, o Setor de Serviços representa cerca de metade do PIB total da Região, seguido pela Indústria de Alimentos e Bebidas, Administração Pública e Agropecuária. A atividade industrial se encontra concentrada em municípios como Manaus e Belém. No Pará, a Indústria de Transformação e Extração Mineral voltada para a exportação é a grande responsáveis pela expansão do PIB do Estado, sendo também importantes, mas em menor grau, os segmentos voltados para o consumo urbano regional. No Amazonas, na Zona de Franca de Manaus, a produção está focada principalmente em eletroeletrônicos e motociclos e destinada ao mercado nacional - um modelo industrial apoiado em benefícios fiscais e caracterizado pela montagem e uso de insumos oriundos do exterior.

O PIB agropecuário é composto principalmente pela silvicultura e produção de grãos, destacando-se os produtos soja, milho e mandioca. A soja tem-se expandido em maior grau em Mato Grosso, mas nos últimos cinco anos é significativa a ampliação dessa cultura em Rondônia e no Maranhão e outros estados do Nordeste, favorecidos pelo desenvolvimento de variedades adaptadas às condições amazônicas com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e ampliação da irrigação.

O crescimento da atividade pecuária tem sido acompanhado de melhoramento genético do rebanho bovino e introdução de práticas de manejo, que aumentaram a produtividade e rentabilidade do setor, em grande medida devido à atuação da EMBRAPA e da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO). Os investimentos de grandes grupos do agronegócio na atividade são os grandes motores da nova dinâmica da indústria de proteína animal.

Além do crescimento da demanda externa, a erradicação da febre aftosa e o controle fitossanitário em Rondônia permitiu que sua produção tivesse acesso aos mercados internacionais. Com isso, instalaram-se dezenas de novos frigoríficos junto às principais áreas produtoras rondonienses, aumentando as exportações da carne bovina e o seu peso na participação da produção da Amazônia Legal e no mercado nacional e internacional.

No Centro-Oeste, desde a década de 1980, com a expansão da soja e da pecuária bovina, muitas agroindústrias foram ali instaladas, principalmente de soja e frigoríficos especializados em bovinos e aves. As atividades urbanas do Centro-Oeste, favorecidas pelas rendas do agronegócio moderno, foram dinamizadoras do comércio e dos serviços voltados para o próprio segmento e também para o consumo das famílias das classes média e alta dos centros urbanos maiores. Há que se apontar uma diferença em relação à expansão da pecuária em Rondônia do Centro Oeste. Na primeira, a atividade depende menos da utilização da soja como base da alimentação do gado, e mais do uso do pasto natural e plantado, enquanto na segunda, pelo fato de a atividade ser realizada em áreas de cerrado e parte norte da região, em áreas de transição para o ecossistema amazônico.

Também a pesca extrativa e a pesca comercial são duas atividades importantes para a economia amazônica – mas típicas de subsistência e que têm sido penalizadaspela pesca predatória e pela poluição de rios. A relevância maior e crescente é a produção pesqueira da aquicultura, que tem se expandido em Rondônia e também nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Mato Grosso.

Em Rondônia, Tocantins e Maranhão, no setor primário, tem grande peso a agricultura familiar, que é a principal fornecedora de produtos para o consumo familiar regional e também de suas pequenas agroindústrias. A economia maranhense apresenta algumas diferenças em relação às das outras, pois vem ocorrendo modernização da sua agricultura com a introdução da soja, embora a agricultura familiar seja ainda da maior relevância para esse Estado. O Porto de Itaqui, que vem recebendo grandes investimentos para escoar *commodities* agrícolas e minerais para o exterior, tem contribuído também para dinamizar e mudar paulatinamente o perfil da economia maranhense, cabendo destacar também a construção da Hidrelétrica de Estreito e da Ferrovia Norte-Sul, dois grandes empreendimentos que colaborarão para o fortalecimento da economia local. Tocantins tem na pecuária, praticada extensivamente, sua maior dependência, sendo ainda pouco expressiva a sua produção de *commodities* agrícolas.

Na Amazônia, por meio dos Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PAC I e PAC II), importantes planos de investimentos em infraestrutura foram iniciados, com destaque para projetos em logística rodoviária (BR-230, BR-319, BR-364 e BR-163) e em empreendimentos voltados à expansão e melhoria de hidrovias e portos (Hidrovias do Rio Madeira, Solimões, Tocantins, Porto de Porto Velho e outros), construção de hidrelétricas (Belo Monte, Santo Antônio e Jirau) e de linhas de transmissão de energia. Além desses, os programas dos dois PACs em infraestrutura urbana, a exemplo do saneamento e habitação, produziram efeitos dinâmicos nas economias, porém em menor escala em Rondônia.

Empreendimentos privados de grande porte em mineração, de grupos como a Albrás, Alcoa, Alunorte, Mineração Rio do Norte, Vale e Votorantin, localizados principalmente no Estado do Pará, têm sido grandes fontes de mobilização econômica e pagadoras de *royalties* aos estados e municípios onde há mineração. Todavia, a queda de preços de *commodities* minerais metálicas nos dias atuais irá afetar as arrecadações da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por período ainda desconhecido. Ascotações dessas *commodities* dependem, em grande medida, da demanda chinesa, que vem flutuando e com tendência de queda graças à desaceleração da sua economia e previsão do aumento da oferta de *commodities* minerais, no curto prazo e médio prazos, pelas três grandes BHP Billiton, Vale e Rio Tinto (VALOR ECONÔMICO, 2014).

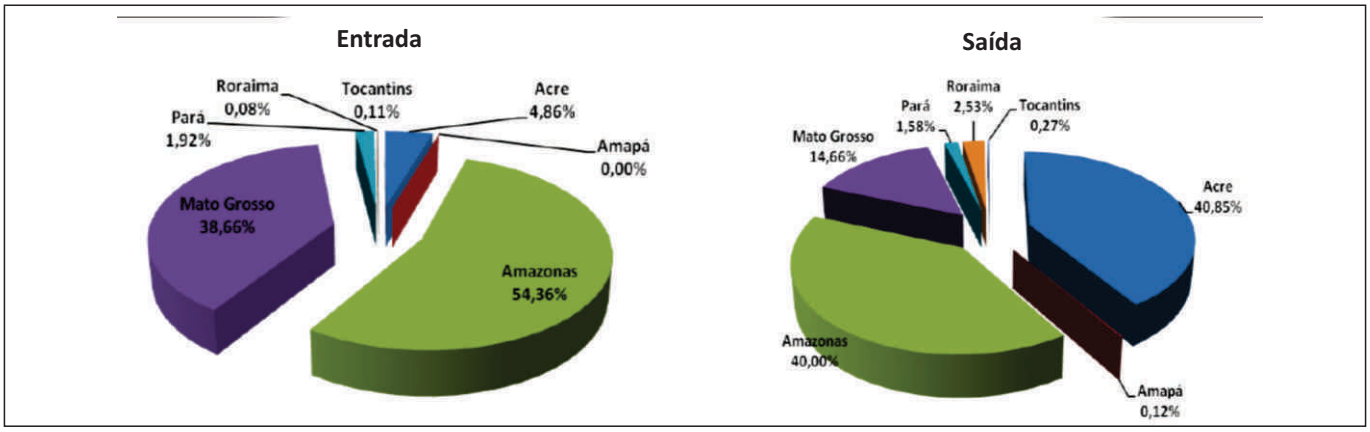
Embora tenham sido realizados grandes blocos de investimentos na Amazônia Legal, muitos deles com forte apoio público, principalmente com a concessão de financiamentos pelo BNDES e por outras fontes como o BASA, assim como a participação de fundos de pensões de empresas de setores estatais, estes não foram suficientes para alterar o quadro da desigualdade regional, situação comprovada por indicadores sociais e econômicos. Rondônia, Pará e Amazonas, em 2010, possuíam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferiores a 0,700, enquanto Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná tinham índices entre 0,700 e 0,800. Nessa mesma data, o PIB *per capita* dos três primeiros estados estava abaixo de R$ 18 mil, enquanto o dos três últimos estava acima de R$ 20 mil (PNUD, 2013; IBGE/PIB, 2010).

As terras férteis do Estado são propícias para os cultivos de café, cacau, arroz, feijão, milho, soja, mandioca, etc. Na pecuária, o Estado se destaca por ser grande exportador de carne bovina – atualmente o principal produto de exportação de Rondônia, chegando a 60% de sua pauta exportadora. O setor industrial de Rondônia sofre das mesmas debilidades percebidas nos outros estados da Amazônia Legal – tem pequena escala e pouco diversificado. Os principais segmentos produtivos são o alimentício, frigorífico, mineração e extração madeireira. Rondônia possui grandes reservas de cassiterita e é o segundo maior produtor nacional. O extrativismo vegetal não madeireiro é importante para o Estado por ser gerador de receita para residentes em reservas e áreas protegidas ambientalmente.

No setor de serviços, o comércio se alinha com o consumo urbano e com o agronegócio. O turismo, ainda incipiente, contribui pouco economicamente, sendo caracterizado mais como turismo de lazer e regional. O turismo ecológico, pelo despreparo do receptivo turístico e do *trade* turístico, é pouco explorado, embora o Estado seja rico em atrativos naturais, históricos e culturais.

Uma importante faceta a considerar, para compreender a dinâmica econômica de Rondônia é o perfil da sua relação comercial com os outros estados da Amazônia Legal e com o resto do País. Estudo elaborado pela Superintendência do Desenvolvimentoda Amazônia (SUDAM), em 2010, demonstra que a sua balança comercial é deficitária tanto em termos intra-regionais como com o resto do Brasil. O valor total das transações comerciais entre Rondônia e os estados da Amazônia Legal, naquele ano, foi de R$ 6,5 bilhões nas entradas e R$ 5,5 bilhões nas saídas, portanto, déficit de cerca de R$ 1 bilhão. Há intensa relação de troca do lado das compras de mercadorias com o Amazonas (54,36%) e Mato Grosso (39%). Pelo lado das saídas, registrou-se forte relação de troca com o Acre (40,8), Amazonas (40,0%) e Mato Grosso (15,0%) (Figura 16) (SUDAM, 2010).

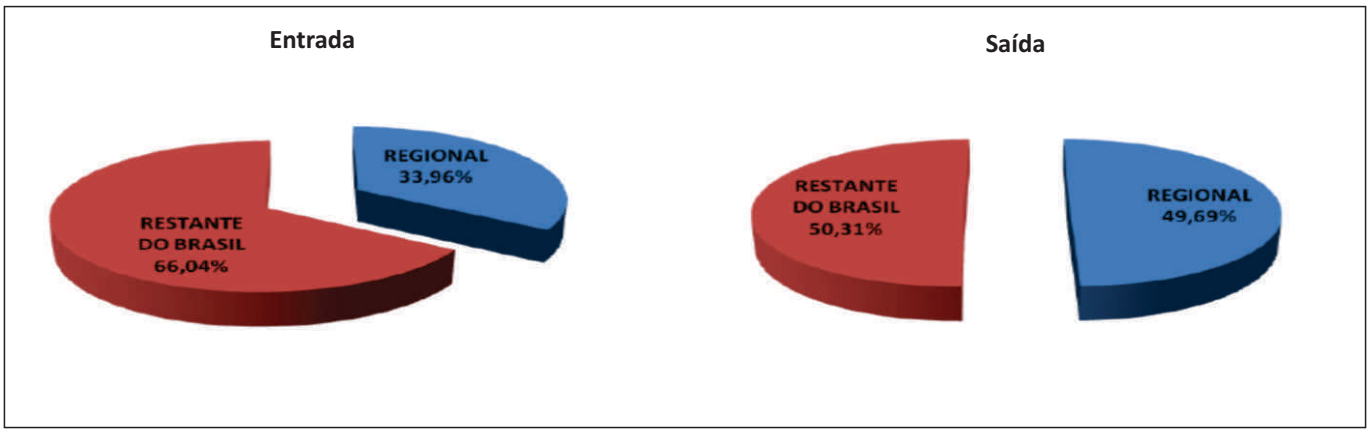
Figura 16 - Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Rondônia no mercado amazônico.



Fonte: SUDAM, 2010

A balança comercial de Rondônia, com os estados da Amazônia Legal e o restante do Brasil, é ilustrada nos gráficos de entradas e saídas na Figura 17. Quando se toma a posição da balança comercial de Rondônia com o resto do País, o resultado tem sido fortemente deficitário – as entradas totais foram de R$ 19,170 bilhões e as saídas de R$ 11,111 bilhões, sendo que 33,96% das entradas ocorreram em nível Regional (Amazônia Legal) e 66,04% com o restante do Brasil. (Tabela 4).

Figura 17 - Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país.



Fonte: SUDAM, 2010.

Tabela 4 - Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país - 2010.

Amazônia Legal	Entradas (R$)	%	Saídas (R$)	%
Regional	16.510.285.234,15	33,96	5.521.403.199,73	49,69
Restante do Brasil	2.660.075.238,88	66,04	5. 590.037.972,59	50,31
Total	19.170.360.473,03	100.00	11.111.441.172,32	100,00

Fonte: SEFAZ, 2011.

Na balança comercial de Rondônia, se por um lado há uma forte sangria dos valores gerados no Estado, por outro a situação sugere haver oportunidade de substituir as importações de outros estados, o que é justificado principalmente pelo forte crescimento populacional, do aumento da urbanização nos últimos anos, do crescimento do PIB, do aumento da oferta de energia elétrica e aumento do emprego e do poder de compra dos segmentos sociais de menor renda. O estudo da SUDAM, por não indicar os grupos de produto importados, impede que se tenha visão mais acurada das oportunidades de substituição de importações por produção local.

6.2. Setor Externo

O setor externo da economia rondoniense, no período 2006-2011, apresentou saldo positivo em todos os anos em sua balança comercial, com o pico ocorrido em 2008 (Tabela 5).

Tabela 5 - Balança Comercial do Estado de Rondônia – 2006 a 2011 (US$ 1.000 FOB).

Ano	Exportação	Importação	Saldo		
	Valor (A)	Var.% (*)	Valor (B)	Var.% (*)	(A)– (B)
2006	308.753	-	55.175	-	253.578
2007	457.552	48,19	67.805	22,89	389.746
2008	582.669	27,35	152.720	125,23	429.949
2009	391.236	-32,85	166.287	8,88	224.950
2010	426.929	9,12	235.121	41,39	171.701
2011	489.510	14,66	407.596	73,28	81.915

Fonte: MDIC/SECEX, 2006 a 2011.
Nota: FOB - *Free On Board.*

Os produtos básicos representam a maior parte de suas receitas de exportação, seguida dos industrializados – com destaque para a cassiterita e estanho, carne e a madeira (Tabela 6).

Tabela 6 - Exportação por fator agregado do Estado de Rondônia – 2006 a 2011 (US$ 1.000

Ano	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufa-turados (A)	Manufaturados (B)	Total
2006	193.452	115.301	86.604	28.697	308.753
2007	303.358	154.194	117.302	36.891	457.552
2008	472.364	110.305	83.721	26.584	582.669
2009	326.349	64.887	52.660	12.228	391.236
2010	360.950	65.978	50.479	15.500	426.929
2011	383.057	106.454	72.891	33.563	489.510

Fonte: MDIC/SECEX, 2006 a 2011.

As suas importações, por outro lado, são basicamente de industrializados (Tabela 7).

Tabela 7 - Importação por fator agregado do Estado de Rondônia – 2006 a 2011 (US$ 1.000 FOB).

Ano	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufa-turados (A)	Manufaturados (B)	Total
2006	2.197	52.977	332	52.645	55.175
2007	58	67.747	659	67.089	67.805
2008	13.702	139.019	917	138.102	152.720
2009	22.460	143.826	1.909	141.917	166.287
2010	45.601	189.521	4.575	184.946	235.122
2011	19.276	388.320	4.015	384.305	407.596

Fonte: MDIC/SECEX, 2006 a 2011.

Quanto à pauta de exportações e importações dos principais produtos, em 2011 as exportações atingiram US$ FOB 489.510.256 e as importações US$ FOB 407.595.502. Nota-se que os grupos de produtos mais relevantes, por ordem de valor das exportações, são os de proteína animal - carne e produtos cárneos.Em seguida vêm os produtos vegetais, como grãos, notadamente soja e derivados, e nesse grupo, ainda, os produtos de madeira. O terceiro grupo mais importante é o de produtos minerais metálicos e uma pequena porção de não metálicos, seguido de produtos não especificados.

O total de exportação de Rondônia em 2009 foi, em US$ FOB, de cerca de US$ 391,2 milhões e aumentou nos dois anos seguintes, atingindo US$ 489,5 milhões em 2001. Em 2011 foi, respectivamente, US$ 166,3 milhões e US$ 407,6 milhões, aproximadamente. O saldo da balança comercial foi de US$ US$ 224,9 milhões em 2009 e caiu para US$ 81,9 milhões. Essa queda se deveu ao grande aumento das importações em material elétrico, partes e componentes eletromecânicos, e insumos industriais, que conjuntamente responderam por 46,7% das importações em 2011 – equivalendo a US$ 190,0 milhões. Vale destacar que desse grupo, US$ 149,9 milhões das importações foram produtos que não compareceram na pauta de importados dos dois anos anteriores.

O grupo com maior peso, no entanto, foi o “outros produtos”, que agrega produtos diversos e não especificados. Em 2011, seu valor foi de US$ 150,6 milhões, ou 36,9% do total; e, em 2009, US$ 112,3 milhões e teve participação relativa de 47,5% das importações daquele ano.

Outro grupo de produtos com peso na pauta de importados foi o de veículos automotores, que inclui autos, aeronaves, tratores e partes e componentes para o segmento – que participou com US$ 22,2 milhões, correspondendo a cerca de 5,5% da pauta em 2011.

Quanto ao grupo de bens de consumo semi-duráveis, este pesou outros 4,2% na pauta e o seu valor foi US$ 17,0 milhões em 2011. O grupo de bens de consumo (composto por produtos alimentares, perfumaria e confecções) somou US$ 19,8 milhões, ou cerca de 4,9% das importações.

As exportações no período em questão foram: US$ 166,6 milhões em 2009, US$ 235,1 milhões em 2010 e US$ 407,6 milhões em 2011, aproximadamente, em valores FOB. Dessa forma, os saldos dos balanços entre as exportações e importações nos anos citados foram caindo, tendo sido, respectivamente, US$ US$ 224,9 milhões US$ 191,8 milhõese US$ 81,9 em 2011, pelos motivos já analisados para o último ano – o grande volume de materiais elétricos, partes e componentes importados para as usinas hidrelétricas (UHE) e seus fornecedores, bem como de insumos para a indústria, principalmente para a de cimento.

Nas exportações, os grupos de produtos de origem animal, que inclui carne bovina em suas várias formas, respondeu por 44,27% das exportações em 2011. O grupo de produtos vegetais, que inclui produtos de madeira e produtos agrícolas, notadamente a soja e, em menor proporção milho, respondeu por cerca de US$ 150,7 milhões em valor FOB; o grupo de minerais metálicos e não metálicos exportou outros US$ 62,8 milhões e o grupo outros produtos, US$ 17,5 milhões, todos os valores em dólares FOB.

As exportações de proteína animal (carne em suas várias formas) e de produtos de origem vegetal (produtos de madeira, soja e milho) continuarão tendo grande peso na pauta de produtos exportados. O estanho e os metais raros, do mesmo modo.

A balança comercial, no entanto, com as importações de insumos para a indústria, assim como materiais elétricos, partes e componentes para as duas Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira irão contribuir para reduzir o saldo comercial.

As importações de veículos automotivos, pneus e outros produtos para este segmento deverão aumentar com o incremento da frota de veículos.

Quanto aos produtos de consumo, estes têm pouca relevância nas importações, mas poderão crescer a depender do câmbio ser favorável.

6.3. Produto Interno Bruto e Valor Adicionado

a) PIB da Economia de Rondônia e desempenho recente

O PIB do Estado de Rondônia, em 2012, foi de R$ 29,362 bilhões em 2012, tendo aumentado 5,47% em relação a 2011 em termos nominais, representando participação de 12,7% do PIB da Região Norte e 0,7% do Brasil - condição que colocou o Estado na 21ª posição do *ranking* nacional e propiciou um PIB per capita estadual de cerca de R$ 18,5 mil, valor 4,6% maior que o do ano anterior (SEPOG, 2013). Com relação ao emprego em Rondônia em 2012, o estoque era 365.142 empregos formais, valor 3,6% maior do que o observado no ano anterior (MTE/RAIS, 2012).

b) Valor Adicionado por setor de atividade econômica

O perfil econômico de Rondônia, se visto pela ótica da composição do seu Valor Adicionado (VA) bruto, tem a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social como setor de maior peso, com participação de 28,5%, contra 20,5% da Agropecuária, 12,0% do Comércio, 11,1% da Construção, 5,7% da Indústria de transformação e 6,2% das Atividades Imobiliárias - atividades que, em conjunto, compunham 84,1% do VA estadual. Ao se agregar todas as atividades econômicas por grupos o Setor de Serviços respondeu por 61,2% do VA total, enquanto a Agropecuária por 20,5% e a Indústria por 18,3%.

Em 2011, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal responderam por mais de 50% do PIB rondoniense, que conjuntamente somou R$ 15.739 bilhões, e Porto Velho gerou 34% do PIB.

Dos 52 municípios de Rondônia, em 2011, catorze responderam por cerca de 50,0% do VA bruto da agropecuária, a saber: Porto Velho, Pimenta Bueno, Cacoal, Corumbiara, Vilhena, Ariquemes, Buritis, Candeias do Jamari, Alta Floresta do Oeste, Chupinguaia, Jaru, Espigão do Oeste, Ji-Paraná e São Miguel do Guaporé.

Os municípios com menor participação no VA estadual são: Primavera de Rondônia, Teixeirópolis, Castanheiras, Itapuã do Oeste, Nova União, São Felipe do Oeste, Rio Crespo, Ministro Andreazza, Guajará-Mirim, Mirante da Serra, Vale do Paraíso, Costa Marques, Urupá, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Seringueiras, Vale do Anari, Cujubim, Cabixi, Monte Negro, Alvorada do Oeste e Rolim de Moura, que contribuíram com outros 20,5% do VA.

Quanto ao VA da Indústria, seis municípios, Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena, contribuem com cerca de 75% do VA, enquanto outros 39 responderam por 15,5%, municípios que abrigam 36,3% da população rondoniense.

No setor de Serviços, os maiores contribuintes do VA são os municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal, Guajará-Mirim e Jaru, onde residem 56,8% da população.

Se examinada mais detalhadamente a participação das atividades econômicas no VA de 2012, vê-se que a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social corresponderam a 28,49%, seguida da Agropecuária com 20,51%; Comércio 12,09%; Construção com 11,12%; Indústria de transformação com 5,69%; Atividades Imobiliárias com 6,20%. Essas atividades econômicas concentraram 84,1% do VA bruto.

Destaca-se que a Construção Civil, que em 2010 participava com 4,6% do Setor Indústria, em 2012 saltou para 11,12%, enquanto a Indústria de Transformação, de 8,8% reduziu-se para 5,69% no mesmo período, quadro influenciado pela desaceleração das obras de construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (Tabela 8).

Tabela 8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico de Rondônia - 2010 a 2012 (Em R$ milhão).

Atividade econômica	2010	2011	2012			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	**4.472**	**21,5**	**4.980**	**20,2**	**5.337**	**30,51**
Indústria	**3.046**	**14,6**	**4.692**	**19,0**	**4.749**	**18,25**
Indústria Extrativa Mineral	88	0,4	169	0,7	107	0,41
Indústria de Transformação	1.841	8,8	1.588	6,4	1.481	5,69
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	167	0,8	64	0,3	268	1,03
Construção	950	4,6	2.871	11,6	2.894	11,12
Serviços	**13.298**	**63,9**	**15.001**	**60,8**	**15.938**	**61,24**
Comércio	3.209	15,4	3.571	14,5	3.146	12,09
Transporte, armazenagem e correio	538	2,6	562	2,6	770	2,96
Serviço de informação	287	1,4	168	0,7	260	1,00
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar.	586	2,8	696	2,8	785	3,02
Atividades imobiliárias e aluguel	1.439	6,9	1.534	6,4	1.613	6,20
Administração, saúde e educação públicas	5.888	28,3	6.999	28,4	7.414	28,49
Outros serviços	1.350	6,5	1.331	5,4	1.950	7,49
Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente	**20.817**	**100.**	**24.673**	**100**	**26.024**	**100**

Fonte: IBGE/PIB, 2010 a 2012.

O VA do Setor Serviços cresceu 6 % em termos nominais entre 2011 e 2012, índice próximo ao da inflação daquele ano. O segmento Comércio, o segundo mais importante pelo seu peso na economia, perdeu participação de 3,3% nos últimos três anos da série histórica. Os demais segmentos mantiveram os valores percentuais de suas participações nos três anos, variando para um pouco mais ou para menos (Tabela 9).

Tabela 9 - Participação das atividades econômicas do setor de serviços no valor adicionado bruto a preços básicos por setor de serviços - 2010 a 2012.

Atividade econômica	2010	2011	2012			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços	**13.298**	**63,9**	**15.001**	**60,8**	**15.938**	**61,24**
Comércio	**3.209**	**15,4**	**3.571**	**14,5**	**3.146**	**12,09**
Transporte, armazenagem e correio	538	2,6	562	2,6	770	2,96
Serviço de informação	287	1,4	168	0,7	260	1,00
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar.	586	2,8	696	2,8	785	3,02
Atividades imobiliárias e aluguel	1.439	6,9	1.534	6,4	1.613	6,20
Administração, saúde e educação públicas	5.888	28,3	6.999	28,4	7.414	28,49
Outros serviços	1.350	6,5	1.331	5,4	1.950	7,49

Fonte: IBGE/PIB, 2010 a 2012.

6.4. Os Ativos Regionais

Os levantamentos e análises sobre a realidade socioeconômica do Estado de Rondônia realizados no âmbito da versão completa do diagnóstico (ver Produto 4 - Volume I em CD anexo), além de outras considerações emanadas das oficinas, reuniões, sugestões e ajustes provenientes do processo participativo, possibilitaram que fossem eleitos os setores e produtos que despontam, na economia local/estadual como potencialidades/ativos regionais, também identificadas em seus gargalos e problemas. Para estes setores e produtos foram propostos programas e projetos, que compõem a estrutura e a carteira de projetos do PDES-RO. São os setores econômicos em que o PDES-RO aposta para o desenvolvimento do Estado.

O PDES-RO, em sua Diretriz III – Competitividade Sustentável, está equacionado em 16 programas e 77 projetos. Além de contemplar as potencialidades eleitas na forma de programas, esta diretriz propõe um Programa Estratégico de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado (para produtos e setores a serem definidos a partir de estudos e articulações), assim como estratégias para o desenvolvimento da economia criativa, incluindo ainda o Programa de Infraestrutura e Logística de transportes.

Em termos de produtos e setores foram eleitas como potencialidades/ativos regionais as seguintes atividades econômicas: Bovinocultura de Corte, Bovinocultura de Leite, Agricultura Familiar, Aquicultura, Lavoura Cafeeira, Lavoura Cacaueira, Lavoura de Soja, Setor Madeireiro, Produtos da Sociobiodiversidade, Indústria, Setor Mineral e Turismo, para as quais foram também definidos programas e projetos:

Perfil das potencialidades eleitas

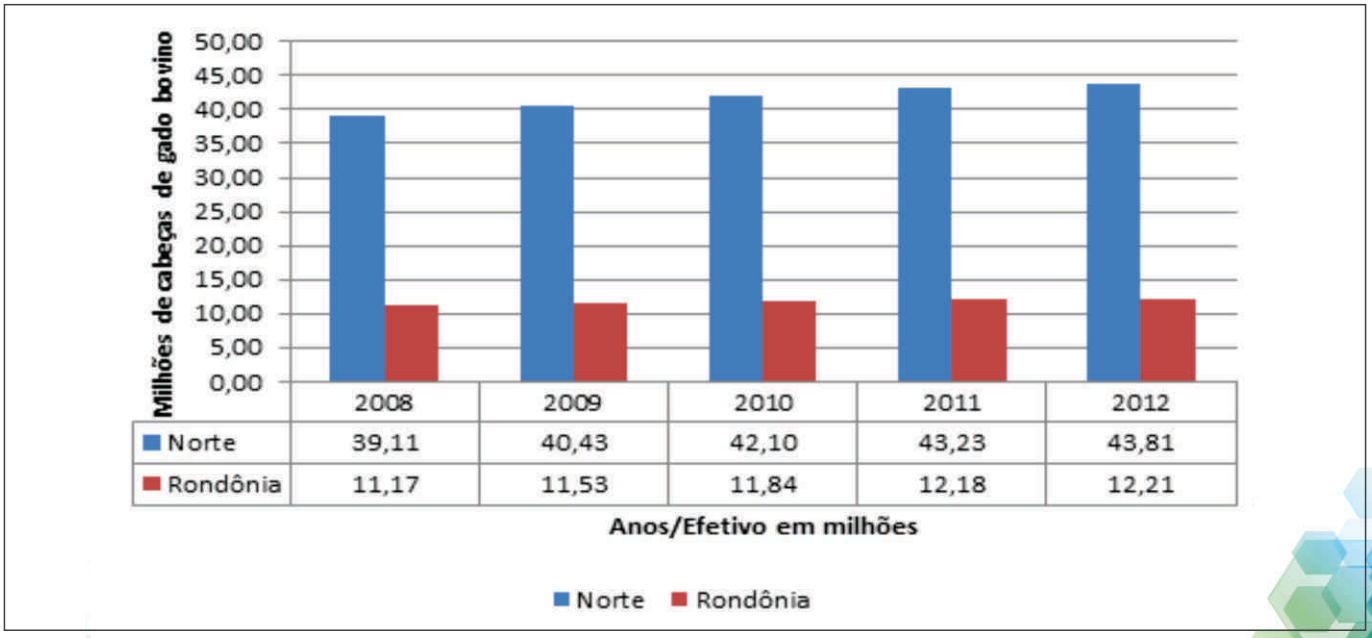
Bovinocultura de Corte

A pecuária em Rondônia se encontra em grande expansão, sendo a pecuária bovina de corte o carro chefe, que em 2012 apresentava um efetivo de cerca de 12,2 milhões de cabeças.

O Brasil, a partir de 2004, tornou-se o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de carne bovina, tendo importância circunstâncias favoráveis como a ampliação do crédito bancário para a atividade. Na Região Norte, os estados mais importantes para a pecuária bovina são Mato Grosso, Pará e Rondônia, que concentram cerca de 75% dos rebanhos da Amazônia Legal, destacando-se também o Acre, onde houve a maior expansão da atividade recentemente (BASA, 2007).

Apesar da redução do rebanho bovino brasileiro em diversas regiões do país, segundo o IBGE, o efetivo em toda a Região Norte cresceu em ritmo acelerado entre 2008 e 2012, aumentando em 12%, passando de 39,1 para 43,8 milhões de cabeças. Em Rondônia, o efetivo passou de cerca de 11,2 milhões, para 12,2 milhões no mesmo período, situação que colocou o Estado como detentor do sétimo maior rebanho nacional, ou cerca de 6% do total (Figura 18).

Figura 18 - Evolução do rebanho bovino da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012.



Fonte: IBGE/PPM, 2008 a 2012.

Dentre os principais grupos exportadores de carne instalados no Estado, destacam-se o Grupo JBS-FRIBOI/Vilhena, FRIGON/Jaru, MINERVA/Rolim de Moura e MARFRIG/Rolim de Moura. Outros grupos importantes são o Frigorífico Irmãos Gonçalves e Margen. Segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFIGO), a carne bovina se tornou o principal item exportado por Rondônia e ocupou o quarto lugar no *ranking* dos estados exportadores desse produto (IDARON, 2008).

Dos cerca de 100 mil estabelecimentos rurais de Rondônia, 80% praticam a criação de bovinos (IBGE/PPM, 2012). A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON) calcula que as propriedades que possuem até 100 bovinos representem cerca de 70% do total, e as que têm entre mais de 100 e até 300 cabeças, 22% e as acima de 300 cabeças, pouco mais de 8%.

O esforço realizado pela IDARON, com inúmeros programas voltados à saúde animal fez com que, em 2002, o Estado fosse considerado área livre de febre aftosa com vacinação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, a partir de 2003, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), abrindo o comércio internacional para Rondônia.

Em 2012, segundo o MAPA (2014), Rondônia exportou 208,2 mil toneladas de carne bovina e 35,3 mil toneladas de miúdos para 31 países, totalizando R$ 2,5 bilhões, desempenho que fez o Estado participar com cerca de 20% da exportação da carne bovina do Brasil.A partir de 2013, o Chile e os EUA passaram a importar carne de Rondônia e, para o ano seguinte, previa-se habilitação para exportar para a Malásia.

Bovino de leite

A produção brasileira de leite está concentrada em 12 estados, que respondem por cerca de 90% da produção total e Rondônia se encontra em nono lugar no *ranking*, com 2,6% da produção nacional e 46,2% da Região Norte, conforme dados do IBGE.

A produção atual de leite de Rondônia é de cerca de 2,5 milhões de litros/dia, o que posiciona o Estado como maior produtor leiteiro da Região Norte, com receita anual de R$ 500 milhões.

Mais de 80% dos produtores de leite do Estado são de pequeno porte, apresentando diversas carências. As deficiências estão relacionadas à genética imprópria para a produção de leite, às práticas inadequadas de manejo do rebanho, deficiência de controle fitossanitário, escala da produção, entre outros, e também a falhas e falta de equipamentos de armazenagem do produto. Na cadeia produtiva, além dos impactos negativos da armazenagem inadequada e das deficiências da infraestrutura de transporte – que resultam na redução da qualidade do leite e queda do preço -, o baixo índice de industrialização e de pouca variedade de produtos por parte dos laticínios, ou seja, reduzida agregação de valor (IDARON, 2008).

Em novembro de 2012, dos 41.511 estabelecimentos que produziam leite, 35.363 (85,2%) comercializavam seus produtos. Dos que vendiam sua produção, 33.330 o faziam para laticínios (94,3%) e desses, 25.309 entregavam o leite resfriado (75,9%), fato que demonstrava a elevada capacidade de processamento industrial instalada em Rondônia. Estima-se que da produção de leite, cerca de 25% é consumido *in natura* e o restante comercializado. O número de vacas ordenhadas é cerca de 1,82 milhões e produtividade média é de 4,5 litros/vaca/dia – índice que confere ao Estado o primeiro lugar do *ranking* de produtividade da Região Norte (IDARON, 2008).

A quantidade de propriedades rurais que se dedicam à produção leiteira, portanto, é altamente significativa por envolver mais da metade das pequenas propriedades rurais do Estado e as receitas obtidas serem essenciais para as mais de 34 mil famílias ligadas à agricultura familiar. A média de vacas em lactação por propriedade é de 13,4 cabeças.

A Tabela 10 apresenta os resultados gerais da produção de leite em Rondônia em 2012.

Tabela 10 - Resultados gerais da produção de leite em Rondônia - 2012.

Parâmetros Produtivos	Média Anual
Propriedades que produzem leite (unidade)	41.770
Vacas em Lactação (unidade)	560.783
Produção de leite Diária (litros)	2.526.379
Produção média por animal diária (litros)	4,50
Produção de leite anual em Rondônia (litros)	922.128.153

Fonte: IDARON, 2013.

Agricultura Familiar

Em Rondônia, a agricultura familiar abrange mais de 75 mil estabelecimentos, e responde por cerca de 74% do valor bruto da produção agropecuária estadual, empregando mais de 233 mil pessoas, correspondendo a 84% da mão de obra ocupada no campo. Responde também por 90% da produção cafeeira, por 93% do feijão, 92% da mandioca, 82% do leite, 65% das aves e 49% dos bovinos (IBGE/PAM, 2013;IBGE/PPM, 2013). Sua importância se revela também ao prover a segurança alimentar da população em geral, ao produzir aproximadamente 70% dos alimentos. A importância dessa categoria de produção é expressa também em toda a Região Norte.

Os pequenos produtores da agricultura familiar, organizados em associações, cooperativas e principalmente no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), são coordenados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRO), instituições que têm trabalhado para viabilizar a permanência de milhares de famílias e jovens no campo.

A agricultura familiar vem passando por inúmeras modificações nos últimos anos em Rondônia, apresentando grupos que se têm diferenciado com a incorporação, ainda que em pequena escala, de tecnologias de manejo, uso de insumos modernos e algum grau de mecanização, mudanças propiciadas pelo apoio técnico, notadamente da EMBRAPA e da EMATER-RO e pelos programas governamentais de apoio à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esse grupo mais diferenciado integra-se às cadeias produtivas comerciais e industriais, apresentando melhores níveis de produtividade e competitividade. De outro lado, muitos ainda permanecem alheios às novas mudanças e continuam produzindo nos moldes tradicionais: produção de subsistência e venda do excedente, fazendo suas culturas em pequena escala, porém diversificada, tendo o arroz, o feijão, o milho e a mandioca como cultivos principais. Complementando a renda, pratica-se a policultura de frutas e hortaliças, que abastecem o varejo das cidades. Alguns agregam a criação em pequena escala de bovinos para a produção de leite e queijo artesanal, aves e pequenos animais.

No entanto, o avanço da agricultura moderna em Rondônia, ao promover também a monocultura, a grande propriedade e o agronegócio (que também tem sido um dos grandes motores do crescimento econômico estadual) cria conflitos diversos com a agricultura familiar. Verifica-se, por exemplo, que os serviços de assistência técnica, cuja oferta governamental e privada não atende a todos, acaba por privilegiar setores mais organizados e mais poderosos, que também são capazes de influenciar e direcionar as políticas públicas e recursos de investimentos governamentais. Além disso, cria um ambiente de disputa pela terra, que tende à concentração, gerando monopólio da propriedade e do uso da terra, que se desdobra em elevação dos preços. A monocultura, como a soja, pode ainda trazer riscos de contaminação das culturas tradicionais, dado o uso intensivo de defensivos agrícolas.

Em Rondônia, uma das políticas mais importante de proteção à agricultura familiar foi a criação dos Territórios da Cidadania, que possui programas específicos e abrange todas as regiões do Estado. O programa é articulado com o apoio da EMATER-RO, EMBRAPA, MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre outras instituições federais, além de instituições estaduais como Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária de Rondônia (SEAGRI) e a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), além de parcerias como: o SEBRAE, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) e outras. Contempla programas de enfrentamento à pobreza, desenvolvimento social, educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento econômico com inclusão produtiva, contando com linhas de financiamento a produção, por intermedio do PRONAF.

Inúmeras são as fragilidades e adversidades enfrentadas por essa categoria. Problemas de regularização fundiária, baixo índice de capitalização e dificuldades de acesso a financiamento, baixo acesso à tecnologia e fragilidade da estrutura de apoio governamental, como o baixo índice de atendimento de assistência técnica.

Porém, mesmo aqueles produtores que não se inseriram nas cadeias produtivas comerciais mais modernas e estruturadas, cumprem um papel produtivo e por diferentes formas, atendem às perspectivas e demandas do mercado.

Desse modo, reconhecendo ser a agricultura familiar composta por grupos heterogêneos, seja quanto ao aspecto tecnológico e capacidade financeira, assim como a maior e menor sensibilidade aos apelos do mercado e de modernização, cabe ao setor público estabelecer programas também distintos e desenhados conforme o tipo de público.

A Tabela 11 apresenta os principais produtos da agricultura familiar, a produção e a taxa de crescimento da produção do Estado de Rondônia, no período de 2010 a 2012.

Tabela 11 - Principais produtos da agricultura familiar do Estado de Rondônia, produção e taxa de crescimento - 2010 a 2012.

Produtos	Produção (t)	Taxa de crescimento (%)			
	2010	2011	2012	2011/2010	2012/2011
Arroz (em casca) (t)	167.701	168.956	239.082	2,58	41,51
Feijão (em grão) (t)	233.527	218.975	221.870	-6,23	1,32
Mandioca (t)	505.004	513.515	472.207	1,69	-8,04
Milho (em grão) (t)	365.980	340.045	534.423	-7,09	57,16
Soja (em grão) (t)	385.388	419.522	470.485	8,86	12,15
Banana (cacho) (t)	53.037	53.965	59.151	1,75	9,61
Cacau (em amêndoa) (t)	17.486	15.770	16.314	-9,81	3,45
Café (em grão) total (t)	141.160	88.119	85.444	-37,59	-3,04
Coco-da-baía (mil frutos)	1.550	90	913	-94,19	914,44

Fonte: IBGE/PAM, 2010 a 2012.

Aquicultura

O Estado de Rondônia detém a maior produção nacional de peixes provenientes da piscicultura, tendo desenvolvido a atividade em 10,8 mil hectares de lâmina de água, distribuídos entre mais de 4 mil propriedades licenciadas. Em 2013, no cadastro do Ministério da Pesca e Aquicultura, constam 3.250 licenciados – mas possivelmente a quantidade de produtores é maior, pois a informalidade ainda é alta. O MPA vem incentivando piscicultores a obterem o licenciamento dessa atividade, com vistas ao mercado nacional (MPA, 2014).

Em 2011, a produção pesqueira extrativa e da aquicultura nacional foi estimada em 1,4 milhões de toneladas, sendo de cerca de 60% a participação da primeira categoria. A Região Norte respondeu por cerca de 21% do total nacional e desse subtotal, o Estado do Pará por 56%, ficando o Estado de Amazonas em segundo lugar e Rondônia em terceiro.

Em 2014, a produção de peixes em Rondônia foi estimada em 65 mil toneladas e tem crescido em cerca de 12 mil toneladas anuais desde 2011. As espécies com maior participação na produção são o tambaqui, pirarucu, jatuarana e pintado. A meta atual do governo estadual é atingir 200 mil toneladas nos próximos anos. Para apoiar a Aquicultura e pesca em nível nacional, o governo federal colocou a disposição dos piscicultores R$ 4,1 bilhões para o Plano Safra 2013/2014 e o mesmo montante estará disponível para o próximo período (MPA, 2014).

No entanto, ainda assim existem deficiências. A área de infraestrutura de apoio é ainda carente. Rondônia possui apenas dois frigoríficos de pescado com Serviço de Inspeção Federal (SIF), um em Ariquemes e outro em Vilhena, mas há três novos projetos em andamento para a construção de mais três frigoríficos no Estado e a instalação de dois entrepostos pesqueiros.

A produção de ração no Estado, um dos itens de maior custo da atividade, é também um dos gargalos. São apenas três fábricas de rações extrusadas, cuja produção não supre satisfatoriamente a demanda. Mas o gargalo maior é o fornecimento de alevinos, que é instável e conta com cerca de 12 laboratórios de produção.

Em Rondônia, a pesca artesanal é desenvolvida em pequena escala e praticada predominantemente pela população ribeirinha, principalmente nas reservas extrativistas e antigas áreas de exploração do látex. A atividade é importante para contribuir para a cesta de consumo desta população. Da pesca efetuada, apenas o excedente é vendido para atravessadores e eventualmente, diretamente para consumidores. A pesca esportiva é pouco significativa no Estado e está mais restrita à região do Vale do Mamoré-Guaporé, porém inexistem informações estatísticas confiáveis a respeito.

Lavoura Cafeeira

Rondônia ocupa o quinto lugar no *ranking* nacional de produção de café e o segundo na da espécie robusta. Em 2012, sua produção foi de 85,4 mil toneladas, contra 141,2 mil toneladas em 2010. Ao longo dos últimos anos, tem havido redução da área cultivada e perda de produtividade.

A cultura sofre pressões da demanda de terra para o pasto e para ocultivo da soja, além do envelhecimento dos cafezais, baixo grau de tecnificação vigente e manejo inadequado, que se somam às intempéries climáticas e fatores comuns à agricultura rondoniense: elevados custos dos insumos, crescente falta de mão de obra na área rural, devido ao forte processo migratório campo-cidade e elevação dos salários. Esses eventos têm levado produtores de café a migrarem para outras culturas ou atividades agropecuárias e urbanas (CONAB, 2014). Rondônia já chegou a produzir cerca de 3,5 milhões de sacas na década de noventa, mas com a grande redução no plantio nos últimos anos, a produção anual recente caiu para cerca de 800 mil sacas.

A safra a colher em Rondônia em 2014 foi estimada em 1,6 milhão de sacas, quantidade 18,9% superior a colhida em 2013 e o aumento da produtividade esperada é de 21,6%, de 16 sacas contra 13,2 sacas em 2013, resultado de investimentos maiores ocorridos em tratos culturais, utilização de materiais e condições climáticas favoráveis (CONAB, 2014). Segundo a SEAGRI, em 2013 a cadeia produtiva do café gerou divisas da ordem de R$ 31 milhões para Rondônia com a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do café, havendo perspectivas de se aumentar a arrecadação futura com a melhoria e expansão da produção estadual.

Em Rondônia, Cacoal, conhecida como a capital do café, é o produtor líder do Estado e, em 2010, ocupou a 20ª. posição entre maiores produtores municipais do País e a sua produção correspondeu a 1,7% da produção nacional.

As expectativas de evolução da produção cafeeira rondoniense, diz a CONAB (2014), são promissoras, principalmente pelo nível tecnológico atingido em algumas áreas produtoras e regime climático favorável, com chuvas bem distribuídas durante o ano, em particular em épocas de enchimento dos frutos. A expectativa é de que a safra estadual, em 2014, atingirá 1,4 milhões de sacas, contra cerca de 800 mil sacas no passado. Nessa atividade estão envolvidas cerca de 35 mil famílias.

A atividade cafeeira rondoniense é realizada, pela grande maioria dos produtores, em moldes da agricultura tradicional, cujas características são a incapacidade de absorver pacotes tecnológicos disponibilizados no mercado e dificuldades de acessar a rede financeira de crédito – o que afeta a sua produtividade. A quantidade de produtores de café que tem investido em tecnologias e práticas modernas como, por exemplo, o emprego de cultivares melhorados, controle fitossanitário, adubação, irrigação, condução de copa, boas práticas de colheita e pós-colheita é de apenas 5%, e a participação da EMBRAPA nesse processo tem sido estratégica, principalmente nas áreas de desenvolvimento genético da espécie conilon para adequá-la ao clima e ao solo rondoniense, o que tem sido um dos grandes trunfos para a melhoria do desempenho da atividade no Estado. A nova espécie desenvolvida pela EMBRAPA produzirá 80 sacas de café por hectare sem irrigação e de 100 a 130 sacas por hectare com irrigação. É também uma espécie com produção precoce - a primeira colheita ocorre somente um ano e meio após o plantio. As mudas estão sendo produzidas em 34 viveiros particulares de todo o Estado.

A Tabela 12 apresenta evolução da produção de café do Brasil, da Região Norte e de Rondônia, no período de 2008 a 2012.

Tabela 12 - Evolução da produção de café do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012.

Unidade Territorial	Café em grão (Toneladas)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	2.796.927	2.440.056	2.907.265	2.700.540	3.037.534
Região Norte	133.609	111.371	158.042	102.287	99.051
Rondônia	112.555	92.019	141.160	88.119	85.444

Fonte: IBGE/PAM, 2008 a 2012.

Lavoura Cacaueira

Até a década de 1970, a produção anual brasileira de cacau era em torno de 350 mil toneladas, o que lhe conferia a posição de segundo maior produtor mundial. Mas, com a praga "vassoura de bruxa", houve forte queda da produção e o País se tornou um importador. Com os avanços de procedimentos de combate e controle da praga, e também a ampliação da produção na Região Amazônica, teve-se uma retomada do processo de ampliação da produção, e hoje o país ocupa a sexta posição mundial entre produtores (ANUÁRIO BRASILEIRO DO CACAU, 2012).

Na Região da Amazônia Legal, o Estado do Pará é o maior produtor de cacau. O Estado da Bahia é ainda o maior produtor nacional – com 63,0% do total nacional -, seguido do Pará, com 25,3% e Rondônia, com 7,4%. Do cacau produzido no Brasil, cerca de 90% não é fermentado, sendo secado ao sol, em terreirão, após a colheita, o que reduz a qualidade do produto.

A atividade, atualmente, é desenvolvida com perdas reduzidas e muito menores do que em tempos passados, quando a praga vassoura de bruxa nos anos de 1990 quase dizimou a cultura na região baiana. Em Rondônia, apesar das adversidades com a praga, a atividade cacaueira foi reativada e praticamente triplicou seus resultados médios nos últimos anos da década, mas com pequena expansão da área plantada e algum acréscimo de produtividade (MDA/SDT, 2006).

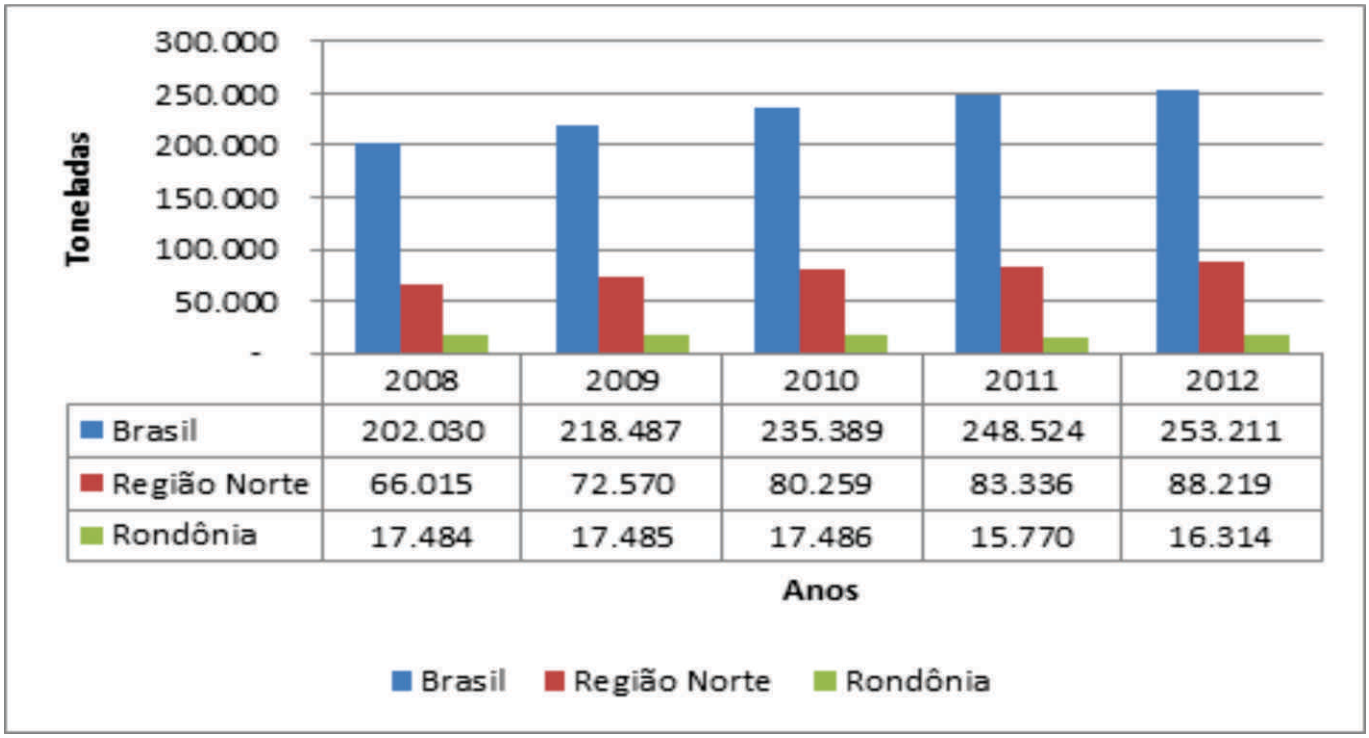
Embora o Brasil figure entre os maiores produtores de chocolates no mundo, ainda há grandes oportunidades de crescimento do mercado pelo fato de o consumo per capita nacional ser ainda pequeno, de 2,16 kg/hab/ano, contra uma média de 10 kg/hab/ano de países como Suíça, Bélgica e Alemanha.

Percebe-se, portanto, haver um grande potencial de mercado para o cacau, tanto nacional como internacional. O mercado de cacau de melhor qualidade, denominado *gourmet*, é um dos mais promissores, embora esse mercado represente cerca de 2% a 3% do total.

Em Rondônia, o desenvolvimento da produção do cacau demanda fortes investimentos, tanto na expansão da produção como na melhoria de sua produtividade e qualidade.

Entre os anos 2008 e 2012 a produção de cacau de Rondônia não acompanhou o ritmo de crescimento nacional e da Região Norte. Enquanto no nível nacional a produção obteve um crescimento de 25% e na Região Norte 33,63%, em Rondônia a produção decresceu 6,69% (Figura 19).

Figura 19 - Evolução da Produção de Cacau do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012.



	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	202.030	218.487	235.389	248.524	253.211
Região Norte	66.015	72.570	80.259	83.336	88.219
Rondônia	17.484	17.485	17.486	15.770	16.314

Fonte: IBGE/PAM, 2008 a 2012.

Lavoura de Soja

A soja é o produto agrícola que mais gera receita para o Estado. Segundo dados do IBGE de 2014, a receita obtida por esta cultura foi de R$ 601 milhões, contra R$ 285 milhões do café. A soja é cultivada em 26 dos 52 municípios de Rondônia e ocupa uma área de aproximadamente 240 mil hectares e a cultura tem-se expandindo a altas taxas anuais. Como efeito do seu cultivo, por ser integrado ao do milho e do arroz, essas duas culturas têm sido impulsionadas nas áreas mais especializadas em soja e também em regiões onde tem sido alternativa para a renovação de pastagem no sistema de integração Lavoura-Pecuária (EMBRAPA, 2014).

Houve um aumento de 20% na área plantada na safra 2014/15, desempenho que destacou Rondônia como o Estado com a maior expansão percentual de área de soja no país. Além disso, a produtividade local também vem aumentando. A média da safra 2013/14 foi de 3.180 kg/ha, índice superior à média nacional, de 2,854 kg/ha. A expectativa atual é de que na próxima safra a produtividade aumente para cerca de 3.350 kg/ha – o que manterá Rondônia na liderança do *ranking* dos estados com maiores índices de produtividade por hectare.

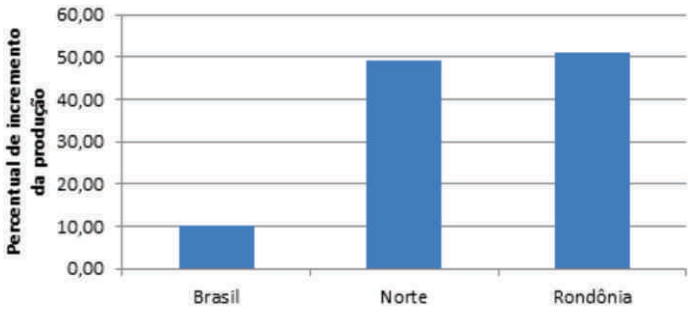
As regiões de maior produção estão no chamado Cone Sul de Rondônia, onde as áreas de soja já estão consolidadas e os produtores têm buscado cultivares que potencializem a semeadura da safrinha (com milho, sorgo, girassol e outras culturas), adequando seus períodos de plantio para épocas mais propícias para obter maior produtividade. Nas regiões Centrais e Norte de Rondônia também vem ocorrendo a expansão da soja, colaborando para a recuperação de áreas de pastagem degradadas, mas sem avançar sobre a floresta e reduzindo também a abertura de novas áreas – fatos relevantes ao se ter em conta que cerca de 60% das áreas de pastagens em Rondônia apresentam algum estágio de degradação. A combinação de cultivos intensifica o processo de fixação biológica do nitrogênio, favorecendo a recuperação do pasto, aumentando a sua capacidade de carga e reduzindo os custos de reforma e renovação, procedimento que sem este tipo de consórcio, tem se mostrado muito reduzido (EMBRAPA, 2014).

Além de conciliar a recuperação de áreas degradadas com a adoção de práticas ambientais, a soja tem contribuído para a geração de empregos diretos e indiretos mais qualificados e melhor pagos. Isso se deve ao fato de que suas demandas não se restringem ao trabalho a ser empregado no campo, pois a sua cadeia produtiva é complexa por demandar insumos de diversos tipos (maquinários, colheitadeiras, semeadoras, tratores, outros) e apoio técnico não apenas agrícola, mas também de uma gama de serviços técnicos oferecidos nas cidades, como assistência técnica aos equipamentos agrícolas e automotores, serviços comerciais, administrativos, financeiros, contábeis e outros.

A origem sulista da maioria dos produtores de soja e suas tradições em cooperativismo, na estruturação do armazenamento, escoamento e verticalização da produção, coloca como possibilidade de apoio ao setor, o fortalecimento do cooperativismo.

O incremento na produção de soja do Brasil, da Região Norte e de Rondônia, no período de 2008 a 2102, pode ser visualizado na Figura 20.

Figura 20 - Incremento na produção de soja do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012.



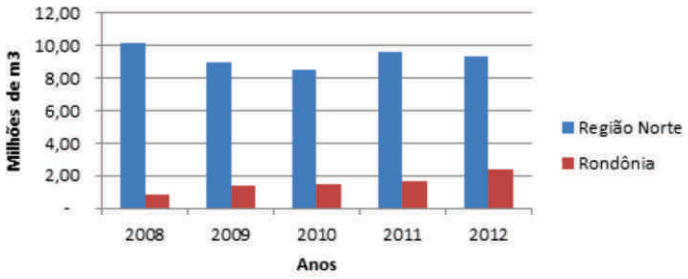
Fonte: IBGE/PAM, 2008 a 2012.

Setor Madeireiro

A importância da atividade de exploração madeireira em Rondônia é expressa pelo valor das exportações de produtos madeireiros, que correspondeu a cerca de US$ FOB 42 milhões entre os anos 2009 e 2011. No Estado, em 2010, eram cerca de 840 empresas em atuação, representando aproximadamente 18% das unidades locais das indústrias de transformação.

Em 2012 o total de madeira em tora extraída foi de cerca de 2,386 mil m^3. Enquanto a extração de madeira na Região Norte caiu no período 2008-2012, de -8,0% de madeira em toras e de -24,9% na de lenha, em Rondônia, a extração total passou de 834,9 mil m^3 para mais de 2,386 mil m^3– um incremento de 206,9%, com elevação de 185,8% na extração de toras e queda de -38,6% na de lenha, situação que fez Rondônia aumentar a sua participação na extração madeireira de tora na Região Norte: de 8,23% em 2008, para 25,57% em 2012 (Figura 21).

Figura 21 - Evolução da produção de madeira em tora da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012.



Fonte: IBGE/PEVS, 2008 a 2012.

Houve importante redução no consumo de madeira em tora na Amazônia Legal, entre 1998 e 2009. O consumo foi de 28,3 milhões de m^3 naquele primeiro ano; 24,5 milhões de m^3 em 2004 e 14,2 milhões de m^3 em 2009. Essa queda do consumo se deveu, provavelmente, a três causas principais, a saber: ao aumento da fiscalização e combate a exploração ilegal da madeira pelo governo federal; a substituição da madeira tropical por produtos concorrentes, como a madeira de reflorestamento e laminados; substituição por produtos assemelhados com uso de resinas sintéticas, como placas de MDF. Também contribuíram nesta queda a tendência de substituição por produtos oriundos de outras matérias primas (plásticos, etc.), como a crise econômica mundial, a partir de 2008/2009 (IMAZON, 2010).

No setor produtivo, a partir de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFS) a produção de toras pode ocorrer por concessão em Florestas Públicas (federais e estaduais) sob manejo empresarial ou comunitário;sob manejo comunitário em outras categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e Reserva Extrativista - RESEX, embora mais raramente) e em propriedades privadas. No Estado existem inúmeros PMFS à espera de obtenção de licenciamento ambiental.

Atualmente existem cerca de 30 PMFS Comunitários em andamento e algumas áreas de empresas privadas, sendo o mais importante projeto de concessão de direito de exploração florestal recente o da Floresta Nacional (FLONA) de Jacundá em Rondônia, assinado em junho de 2013 pelo governo federal. O contrato tem vigência de 40 anos e 87 mil hectares de exploração. A madeira originária da silvicultura (florestas plantadas) ainda é reduzida em Rondônia.

Embora o volume de extração madeireira venha aumentando nos últimos anos em Rondônia, além das citadas, existem outras barreiras a superar para aumentar a produção local. A maior delas é a obtenção de licença de manejo florestal, com a aprovação do PMFS, diante da legislação do setor, que é exigente e complexa, com diversas normas e exigências técnicas, que depende de uma estrutura burocrática estatal morosa e ineficiente. Paralelamente a esta dificuldade, também as empresas, cooperativas, associações e produtores enfrentam dificuldades na elaboração dos planos, muitas vezes técnicas, mas muitas vezes por descumprimento da legislação. A regularização fundiária é aí também um gargalo.

A produção de madeira em tora, sob as mais diferentes condições, tem como destino a indústria madeireira, seja a simples serraria, sejam plantas industriais com diferentes níveis de beneficiamento, como a produção de peças e laminados, até à indústria moveleira.

Porém, na cadeia produtiva madeireira, as reações dos diferentes segmentos que a compõem tem sido diversa. Por exemplo, parte dos produtores de lâminas e compensados, há tempos, vem desenvolvendo projetos de reflorestamento conforme as exigências de preservação ambiental e métodos de exploração autossustentável dos recursos florestais para garantir a sua produção futura. Nesse novo ambiente, as empresas passaram a agir individualmente ou associadas em cooperativas para desenvolver vários projetos de reflorestamento e de regeneração natural.

A indústria moveleira em Rondônia concentra-se principalmente na capital Porto Velho e nos municípios de Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Rolim de Moura, Jaru, Cacoal, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno. A produção é destinada, em sua maior parte, ao atendimento da demanda interna.

Nos últimos 20 anos vem ocorrendo a redução da participação da indústria moveleira na economia de Rondônia. Restrições ambientais sobre o setor madeireiro, a dificuldade de obtenção das espécies nobres e a baixa competitividade têm pressionado os empresários a mudarem suas posturas e a adotar uma nova mentalidade empresarial – por exemplo, reorientando seus sistemas de produção, buscando mais eficiência produtiva e em gestão, e melhor aproveitamento das matérias-primas, apontava a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO).

Produtos da Sociobiodiversidade

Os produtos da sociobiodiversidade em Rondônia estão concentrados basicamente na extração vegetal não madeireira. A atividade extrativista no Estado de Rondônia é realizada principalmente em Unidades de Conservação, assim como em seu entorno. A prática da agricultura familiar de subsistência é o traço mais comum das comunidades residentes, que também praticam o extrativismo. O produto mais importante do extrativismo é a castanha-do-Brasil. As comunidades ribeirinhas do baixo Rio Madeira e Guajará-Mirim são antigas e sua origem está relacionada ao ciclo da borracha e à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Na região do baixo Rio Madeira, onde a economia das comunidades é de subsistência, os produtos florestais não madeireiros são importante complementação da renda familiar, principalmente quando a agricultura e a pesca não suprem suas necessidades básicas. Produtos como o açaí e a castanha-do-Brasil são comercializados com atravessadores de Porto Velho, que também atuam na intermediação do peixe e de produtos agrícolas. Um dos problemas desta estrutura de comercialização é que os benefícios financeiros para os produtores são geralmente muito pequenos (SIENA, O.; FACHINELO, D. T.; MAIA, D., 2010).

Na composição da renda familiar, além das receitas do extrativismo e da atividade agrícola, benefícios sociais como Bolsa Família, Auxílio Maternidade ou provenientes de aposentadoria e pensão representam valores significativos na renda total. A contribuição na formação da renda total familiar, em termos percentuais, é 57,5% do total para a produção agrícola e27,2%para as outras rendas, enquanto o extrativismo das RESEX participa com somente 15,2% do total, situação que demonstra que as famílias dependem, basicamente, da agricultura em pequena escala e da fabricação de farinha de mandioca (VALIANTE, J. & SIENA, O., 2008).

A produção e o potencial de produção dos produtos florestais não madeireiros em Rondônia variam de acordo com a região e os produtos mais comuns são o látex, óleo de copaíba, castanha, andiroba, babaçu, unha de gato, cipó titica e outros produtos. A coleta e comercialização de produtos é muito aquém da capacidade de oferta da floresta. Quanto à localização geográfica, a produção do látex tem maior concentração nas regiões de Machadinho do Oeste e Guajará-Mirim, enquanto o açaí tem presença em todas as regiões, com maior concentração em Porto Velho, incluindo a região do Baixo Rio Madeira e Guajará-Mirim. O babaçu, por sua vez, é encontrado em todas as regiões pesquisadas (SIENA, O.; FACHINELO, D. T.; MAIA, D., 2010).

O potencial produtivo do látex é também significativo, principalmente nas regiões de Guajará-Mirim e Machadinho do Oeste, em Costa Marques e na região do baixo Rio Madeira.

Na RESEX Rio Ouro Preto, a produção de látex era 4.970 kg ao ano, mas poderiam ser produzidos cerca de 27.300 kg. O babaçu e o açaí são produtos de alta potencialidade e praticamente existem em todas as regiões do Estado. No caso do babaçu, todavia, a extração ou sua comercialização são insignificantes (VALIANTE, J. & SIENA, O., 2008).

Quanto à industrialização dos produtos florestais não madeireiros, são processados principalmente o látex, castanha, açaí, buriti, tucumã, copaíba e plantas medicinais. Em Machadinho do Oeste e em Rolim de Moura são processados o látex, e no primeiro município, fabricadas mantas de "tecido da floresta", com produção de 800 unidades mensais. No segundo, tem-se uma usina de beneficiamento e se faz o empacotamento, sendo a produção vendida para fábricas de pneus no Estado de São Paulo. Mas a usina, que tem capacidade de processar 2.400 t./ano, tem alta capacidade ociosa: comercializa apenas 50 t/mês (SIENA, O.; FACHINELO, D. T.; MAIA, D., 2010).

Indústria

A atividade industrial participou com cerca de 18% do valor adicionado bruto do PIB de Rondônia em 2012 e 19% em 2011.

O parque industrial rondoniense é caracterizado pela predominância de micro e pequenas empresas que produzem bens com baixo valor agregado e com reduzido conteúdo tecnológico. Dentre as produtoras de bens não duráveis de consumo estão os frigoríficos e as de produtos alimentícios, sendo as maiores representantes os laticínios e processadoras de outros produtos de origem vegetal e animal, além de bebidas, vestuário e calçados. Quanto as indústrias de bens semiduráveis, as do segmento mobiliário somavam 1.055 estabelecimentos em 2010, ou cerca de 25% do total da Indústria de transformação.

A quantidade total de empresas industriais em Rondônia, em 2010, era de 4.380 unidades locais, computadas as sedes e filiais, das quais 3.032 pertenciam à indústria de transformação, 78% do total estadual, contra 3.455 firmas em 2006.

A indústria de transformação liderava a geração de empregos até 2009, mas foi superada pela construção civil em 2010, em função das obras das UHE de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira e de obras de urbanização em Porto Velho e principais municípios do Estado. A construção civil foi a que mais cresceu, com variação de 202% do seu VA e incremento também de sua participação no VA Industrial. Outros fatores que contribuíram para o comportamento negativo da indústria de transformação foram o menor dinamismo da demanda local e nacional e possivelmente, o acúmulo de estoque de matéria-prima. Todavia, com a desaceleração e término das obras das UHE Santo Antonio e Jirau, a construção deverá reduzir a sua participação e voltar ao seu padrão anterior de emprego.

Os 25 ramos integrantes da indústria empregavam, em 2012, 30.548 pessoas, ou 82,8% do total de postos de trabalho, índice inferior ao de 2006, de 86,9%. Em 2010, apenas sete ramos empregavam mais de 1.000 pessoas, a saber: fabricação de produtos alimentícios (12.874); fabricação de produtos de madeira (8.919); fabricação produtos minerais e não metálicos (3.392); confecção de artigos do vestuário e acessórios (1.316); fabricação de móveis (1.388); e, fabricação produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos e fabricação de bebidas (1.283).

O ramo fabricação de produtos de madeira ocupava o primeiro lugar no *ranking* de empregos no Estado até 2006, mas foi ultrapassado pelo de fabricação de produtos alimentícios no ano seguinte. Porém, os ramos fabricação de produtos de madeira e o de fabricação de produtos alimentícios continuam sendo os maiores empregadores e responderam, em conjunto, por 21.793 postos de trabalho em 2010 (51,9% do total), e por 29.127 unidades em 2006 (65,8%).

O conjunto de ramos industriais de bens de consumo, como o de fabricação de produtos alimentícios, confecção de artigos do vestuário e acessórios e fabricação de móveis, fabricação de bebidas, empregavam 43,2% da força de trabalho formal em 2006 e em 2010, 45,7%. Esses setores, juntos, cresceram 27,5% em cinco anos, porém o de confecção, e artigos do vestuário e acessórios foi o que teve o menor incremento no período – de apenas 3,0%.

Segundo a Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia (FACER), no Estado são aproximadamente 120 as indústrias que se dedicam à produção de vestuário – de moda íntima, praia, *fitness*, uniformes, moda feminina, masculina e infantil.

Das empresas do ramo de produtos alimentares, os laticínios formais são em pequeno número e distribuídos principalmente entre os municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Machadinho do Oeste e Ministro Andreazza. Os frigoríficos, também em pequeno número, por sua vez, estão localizados na RP VI, em Cacoal; na RP VII, em Rolim de Moura; e na RP V, em Ji-Paraná. As indústrias de produtos cárneos, do mesmo modo são em pequeno número e praticamente não se dispõe de informações sobre as mesmas.

No setor de laticínios, atividade de grande importância como fonte de renda para pequenos produtores, a produção familiar é formada predominantemente por micro e pequenos produtores. O mercado principal é o regional e os estados do Sudeste, como São Paulo. Porém, devido à baixa qualidade dos produtos, os laticínios rondonienses não são altamente competitivos. A Bolívia é também um mercado para a produção local. Esse setor é um dos alvos do programa do governo estadual voltado para a promoção da verticalização da produção familiar.

A área de processamento de frutas em Rondônia é atividade também dominada por micro e pequenas empresas, em grande parte informais e que têm por mercado os próprios municípios onde se situam. Em geral, são estruturas pequenas, muitas vezes caseiras, e que utilizam equipamentos simples e mão de obra familiar.

Setor Mineral

A indústria extrativa mineral participou com 0,7% do PIB de Rondônia em 2011 e contribuiu com R$ 169 milhões no VA estadual, contra R$ 88 milhões no ano anterior, correspondendo a uma participação no VA bruto total do setor indústria rondoniense de 3,6% em 2011 e de 2,9% em 2010. O número de empresas de minerais metálicos e não metálicos em 2006 era de cerca de 190 em Rondônia, e passou para aproximadamente 300 em 2010. Nesse último ano, o setor gerou cerca de 3,9 mil postos de trabalho formais diretos, mas se somados os ocupados em atividades informais como o garimpo, para a qual não se tem dados recentes, essa estatística deve ser acrescida de mais alguns milhares de pessoas.

A importância da atividade extrativa mineraria é evidenciada pelo valor das exportações de minérios de estanho e seus concentrados, que em 2009 foi de US$ FOB 26,0 milhões e aumentou para US$ FOB 62,8 milhões em 2011, equivalendo a 12,8% das exportações de Rondônia (MDIC/SECEX, 2011).

Estima-se que 7,5% das reservas mundiais de estanho contido estão no Brasil e a maior parte das jazidas está na Região Amazônica, nas províncias minerais do Mapuera, no Amazonas (mina do Pitinga) e na Província Estanífera de Rondônia (Bom Futuro, Santa Bárbara, Massangana e Cachoeirinha). A produção de cassiterita de Rondônia correspondeu a 47% da produção nacional de 2012 e deverá ultrapassar, em futuro próximo, a do Estado do Amazonas, responsável por 50%. A empresa Estanho de Rondônia S.A. prevê aumentar em dez vezes a sua produção e também fazer contrações novas de trabalhadores (DNPM, 2011).

Além da cassiterita, outros produtos extrativos minerais metálicos e não metálicos são explorados em Rondônia, embora em proporções muito menores, destacando-se o nióbio e o tungstênio que também são exportados, além do calcário, rocha britada, o ouro, a argila, areia, granito e a bauxita.

A cassiterita é extraída por empresas de mineração e por garimpeiros, estes últimos organizados em cooperativas e trabalhando de forma associada com empresas, uma peculiaridade da atividade em Rondônia.

Rondônia possui potencial de exploração de cerca de 189 mil toneladas de estanho, e aproximadamente 75% são reservas medidas, 23,6% indicadas e 1,4% inferidas, representando cerca de 30% do potencial nacional.

A extração de areia, rocha britada, granito e garimpo de ouro e outros minerais é marcada pelas relações de trabalho informais, diferentemente da extração da cassiterita e parte do ouro, quadro que leva ao descumprimento de normas legais ambientais.

O calcário, que tem demanda crescente pela agropecuária para a correção da acidez do solo, aumentou recentemente a sua oferta com a instalação de uma usina estatal, em fins de 2014, em Pimenta Bueno. Em Porto Velho, o grupo Votorantin instalou a sua maior fábrica de cimento no Brasil, tanto em estrutura, como em produção, para atender o mercado da Região Norte, projeto que teve a sua implantação estimulada pelas obras das hidrelétricas no Rio Madeira (UHE Santo Antônio e Jirau). A unidade prevê produção de 750 mil t/ano e geração de 250 postos de trabalho diretos e indiretos (VOTORANTIM, 2015).

O granito, cujas principais jazidas se encontram em Machadinho do Oeste, Presidente Médici e imediações foram, ultimamente, objeto de novos investimentos empresariais, motivados também pelo aumento da população urbana de Porto Velho e Ariquemes e pela dinamização da construção civil imobiliária residencial e comercial no País. Em Rondônia, pelos efeitos diretos e indiretos dos investimentos em obras da construção das duas hidrelétricas.

Pedras preciosas e semipreciosas são, geralmente, produtos do garimpo, e para as quais não existem estatísticas recentes. O comércio desses produtos também ocorre na informalidade e são vendidos a intermediários brasileiros e estrangeiros, principalmente nas regiões de fronteira, onde é comum e corriqueiro o registro de conflitos de garimpeiros com a comunidade indígena, uma clara demonstração da fragilidade dessas populações pela ausência do poder público.

Pela atividade minerária, o Estado de Rondônia recebe 23% da arrecadação total da CFEM e os municípios produtores, outros 65%, ficando o restante para a União. Embora o valor arrecadado tenha crescido fortemente entre 2009 e 2013, o valor total recebido é baixo, de apenas R$ 4,3 milhões no último ano.

Turismo

O Estado de Rondônia apresenta um potencial turístico para o ecoturismo de baixo impacto e de nichos específicos do mercado turístico, conforme analisado no diagnóstico. Muitos dos atrativos naturais com força de atrair turistas de centros emissores mais distantes nacionais e internacionais se encontram em Unidades de Conservação. Nas áreas urbanas, as opções de turismo estão vinculadas ao turismo de lazer e cultural, um turismo em geral de curta duração e cujo público é basicamente o regional. Na pesquisa feita sobre a oferta turística nos municípios polos de Rondônia ficou evidenciado que o foco tem sido o turismo regional e os nichos principais o turismo de lazer, cultural, gastronômico e ecoturismo.

Rondônia possui um grande número de Unidades de Conservação: Parque Nacional e Estaduais, Florestas Nacionais e Estaduais, Reservas Extrativistas e outras, que permitem a visitação turística, mas são carentes, em sua maioria, de qualquer infraestrutura hoteleira, situação agravada pela falta ou precariedade dos acessos aos atrativos turísticos. Assim, para se desenvolver o turismo nessas áreas protegidas falta um elemento básico - realizar o planejamento do desenvolvimento turístico ecológico.

A infraestrutura necessária ao desenvolvimento turístico, como rodovias, transporte aeroviário e fluvial carece de grandes investimentos para que o potencial turístico possa ser aproveitado em maior escala e de forma sustentável, fato que torna as viagens turísticas mais caras e menos competitivas do que à outras regiões da Amazônia, que têm ecossistemas semelhantes, mas melhor equipados e estruturados para receber turistas.

O Estado, nos últimos anos, vem realizando a normatização e ações visando desenvolver o turismo. Dentre as medidas tomadas se destacam a seleção de polos turísticos baseada nas características de cada Região de Planejamento e Gestão do Estado e envolvendo vários municípios para se integrarem ao programa de desenvolvimento do turismo. Para tanto, foi criado um *site* de cadastramento de municípios pelo governo estadual. Não se verificam, todavia iniciativas que reforcem outras modalidades de turismo além do ecológico, de lazer, histórico-cultural, gastronômico e pesca esportiva em algumas regiões do Estado, sendo reduzidas as ofertas de modalidades de “turismo de experiência” e turismo de aventura.

Nesse ambiente de busca de soluções para incrementar o turismo, nota-se que as ações são ainda tímidas por parte do Estado diante do potencial turístico existente. Das poucas ações, destacam-se incursões junto ao Ministério do Meio Ambiente para encaixar a sua demanda junto a iniciativas do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), assim como ao Ministério do Turismo, na busca de recursos para aplicar no turismo.

Algumas das iniciativas do governo estadual têm sido feitas também visando o ordenamento e promoção do turismo junto ao *trade* turístico, mas os resultados práticos ainda são poucos. Os investimentos no setor turístico também são reduzidos no Estado. Em parte, isso se deve ao fato de o Estado não ter estudos e diagnósticos em formatos exigidos pelas instituições federais voltadas para turismo, a exemplo do Ministério do Turismo e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). As ações em prol do turismo, assim, têm sido pontuais e não segundo um plano mais geral. Os recursos orçamentários destinados à Superintendência Estadual de Turismo (SETUR) rondoniense também são de pequena monta e incompatíveis com as necessidades mínimas para desenvolver o potencial existente no Estado.

Por outro lado, pelo lado da oferta turística, a quantidade e qualidade dos recursos humanos do turismo estadual são baixos, refletindo na qualidade dos serviços do *trade* turístico e na construção e operação de ações públicas voltadas para o setor.

O desenvolvimento do turismo em Rondônia tem sérias barreiras a superar para transformar o seu potencial turístico em realidade. As condições deficientes de infraestrutura básica, baixa oferta de serviços de qualidade ao turista no Estado, poucas rodovias asfaltadas, entre outras, dificultam e limitam o seu crescimento.

Assim, é imprescindível diversificar e aperfeiçoar a oferta, ou seja, os serviços turísticos, a infraestrutura e os equipamentos disponibilizados por empresas regionais e/ou locais do segmento, para assim desenvolver e consolidar os polos turísticos elegidos, o que traria novos investimentos que levariam à consolidação dos destinos turísticos. O caminho a ser trilhado, todavia, é longo.

7. DIMENSÃO SOCIAL

O Estado de Rondônia, ainda que apresente um quadro social preocupante, vem acompanhando as tendências verificadas no norte e nordeste do Brasil nas ultimas décadas, apresentando melhorias significativas em seus indicadores de desenvolvimento social.

Considerando o Índice de Progresso Social (IPS)[3] no contexto amazônico, os municípios de Rondônia apresentam valores acima da maioria dos valores da Amazônia como um todo, que ficam entre 42,31 a 55,39. A maioria dos municípios de Rondônia se situa entre 55,40 a 71,86, sendo que este índice para o Brasil atinge a marca de Brasil 67,73, e para a Amazônia 57,31 (o IPS varia de 0 a 100, do pior ao melhor desempenho).

Por outro lado, IDH do Estado, que avalia em conjunto o desempenho da renda, da educação e da saúde (variando de 0 a 1), para Rondônia, em 2010, alcança o valor de 0,69, em face de valores de 0,727 e 0,762 para o Brasil e Região Norte, respectivamente. Vale ainda ressaltar que o IDH de Rondônia no ano 2000 era de 0,537, alcançando, portanto, um avanço significativo na década.(PNUD, 2013).

Se o desempenho geral dos indicadores sociais tem-se apresentado positivo, na educação básica ainda se verificam problemas crônicos. Mesmo com a universalização do ensino básico, em todo o Brasil ainda persistem problemas como a qualidade do ensino e a evasão escolar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reflete esta problemática, uma vez que as projeções para o alcance de uma situação mais razoável de desenvolvimento educacional são colocadas para o ano de 2021, quando o Brasil deverá alcançar a nota 6,0 e Rondônia 5,9, numa escala de 1 a 10. Vale, no entanto, observar que Rondônia tem superado as metas definidas para o ensino básico, alcançando índices sempre superiores aos projetados. Em 2007 de 4,2 (projetado 3,9), em 2009, de 4,6 (projetado, 4,2), em 2011 de 5,0 (projetado 4,6) e em 2013,de 5,2 (projetado, 4,9).

Outros indicadores sociais, também demonstram melhorias sociais em Rondônia. A taxa de alfabetização alcança 92,10% de alfabetizados em 2010 (Brasil, 91,00% e Região Norte 89,40%).

[3] O Índice de Progresso Social (IPS) é um índice que mede a performance social e ambiental das nações e territórios, independente do desenvolvimento econômico (SPI, 2014). O IPS Global, divulgado em abril de 2014, foi elaborado pela Social Progress Imperative, com o apoio de universidades como Harvard, MIT e Oxford.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 73,94 anos, um incremento de 5,33 anos sobre o indicador de 2000. Em Rondônia no mesmo período o incremento foi de 6,70 anos, avançando de 66,27 anos em 2000, para 72,97 anos, em 2010 (PNUD, 2013).

A taxa de mortalidade infantil do Brasil passou de 30,57, em 2000, para 16,7, em 2010. Em Rondônia, no mesmo período foi reduzida de 30,38 para 18,02 para cada mil nascidos vivos (PNUD, 2013).

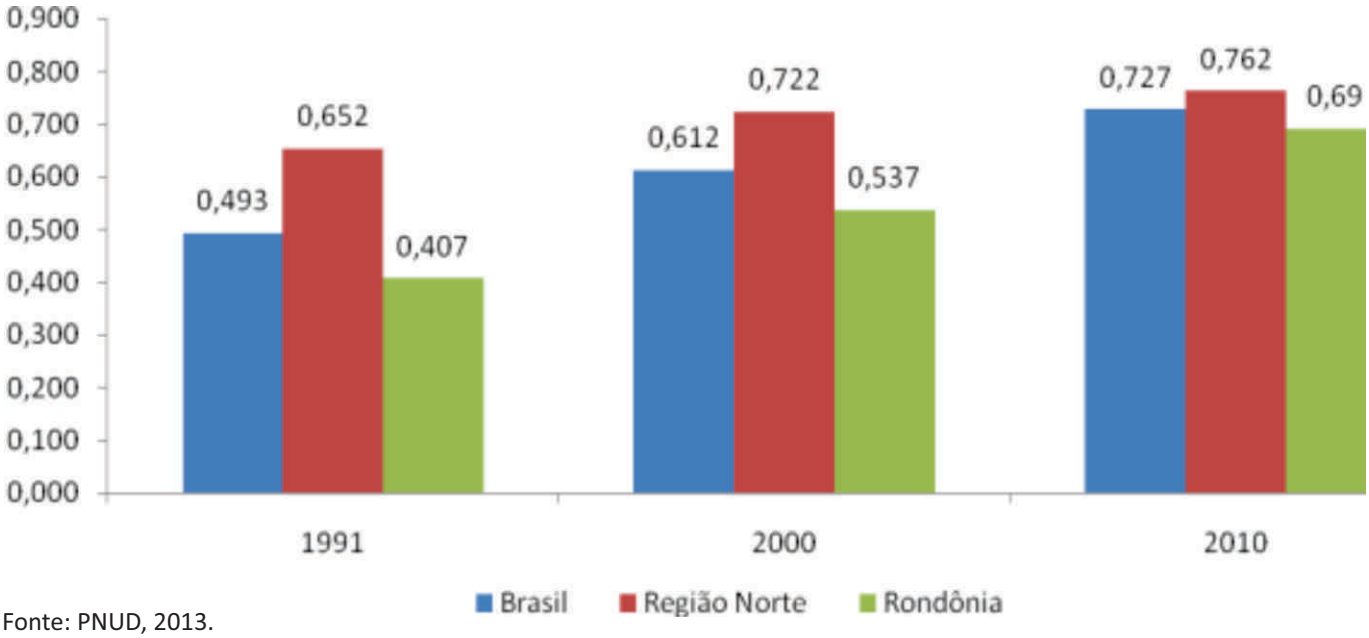
Quanto à relação entre número de médicos por habitantes, o Brasil e Rondônia atendem e ultrapassam este parâmetro, que a OMS estabelece em 1 médico/1000 habitantes. Em 1990, havia 1,12 médicos para cada grupo de 1.000 habitantes no Brasil. Essa razão sobe para 1,39 em 2000, e atinge 1,84 médicos por 1.000 habitantes em 2009, segundo registros do Ministério da Saúde.Entre 1990 e 2009, houve um aumento de 64,29%. Na Região Norte, o incremento, no mesmo período foi de 117,39%, e em Rondônia de 208,33%. No entanto, vale observar que existem fortes distorções na distribuição de médicos no território, sendo que se verifica uma alta concentração nas capitais e cidades de maior porte, em detrimento da grande maioria dos municípios menores, onde ainda existe carência de médicos.

7.1. Situação dos Principais Indicadores Sociais

a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A Figura 22 apresenta a evolução do IDH estadual de modo comparativo com a macrorregião Norte e o Brasil, no período de 1991 a 2010. Observa-se um crescimento significativo do IDH em Rondônia no período, com redução nas disparidades face à Região Norte e ao Brasil. Isto significa que o desenvolvimento social em Rondônia tende a avançar mais rapidamente, recuperando atrasos históricos. Em 1991, Rondônia estava com 0,407 de IDH, ou seja, 0,086 pontos menor que a região Norte e 0,245 pontos menor que o Brasil. No ano 2010, Rondônia avança para um IDH de 0,69, um aumento substancial, reduzindo as diferenças para 0,028 e 0,063 respectivamente (PNUD, 2013).

Figura 22 - IDH do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD, 2013.

b) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O IDEB foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino) (INEP, 2014).

As Tabelas 13, 14 e 15 apresentam o IDEB do Brasil e de Rondônia a partir de 2005 e suas projeções até 2021. Os resultados apresentados por Rondônia para o ensino fundamental estão dentro ou superior das metas projetadas. Para o ensino médio verifica-se que, apesar do alcance das metas até 2012, em 2013 estas não foram atingidas.

Ainda que o ensino fundamental e médio esteja universalizado em Rondônia, como em todo o Brasil, ainda existem problemas de qualidade e adequação, uma vez que os resultados do IDEB apontam exatamente questões relacionadas a estes problemas.

Tabela 13 - IDEB. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Total das Redes Administrativas.

Unidade Territorial	IDEB Observado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	**3.8**	**4.2**	**4.6**	**5.0**	**5.2**	**3.9**	**4.2**	**4.6**	**4.9**	**6.0**
Rondônia	3.6	4.0	4.3	4.7	5.2	3.7	4.0	4.5	4.7	5.9

Fonte: Saeb e Censo Escolar, 2013.
Nota: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Tabela 14 - IDEB.Anos Finais do Ensino Fundamental. Total das Redes Administrativas.

Unidade Territorial	IDEB Observado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Rondônia	3.6	4.0	4.3	4.7	5.2	3.7	4.0	4.5	4.7	5.9

Fonte: Saeb e Censo Escolar, 2013.
Nota: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Tabela 15 - IDEB. Ensino Médio. Total das Redes Administrativas.

Unidade Territorial	IDEB Observado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	**3.4**	**3.5**	**3.6**	**3.7**	**3.7**	**3.4**	**3.5**	**3.7**	**3.9**	**5.2**
Rondônia	3.2	3.2	3.7	3.7	3.6	3.2	3.3	3.5	3.8	5.0

Fonte: Saeb e Censo Escolar, 2013.
Nota: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

c) Taxa de Alfabetização

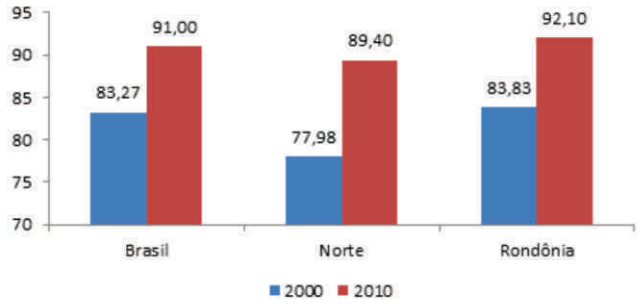
A taxa de alfabetização também é importante para avaliação da situação educacional e as condições sociais do país. Segundo os resultados do Censo Demográfico (2010), aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever.

Em comparação aos resultados do Censo Demográfico (2000), a situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de alfabetização aumentou de 83,27% para 91,00% em 2010.

Mas, apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande em algumas regiões do Brasil.

A Figura 23 demonstra a evolução da taxa de alfabetização no Brasil, na Região Norte e em Rondônia. Os avanços foram significativos, sendo que Rondônia se destaca face a Região Norte, alcançando a taxa de 92,10% de alfabetizados em 2010.

Figura 23 - Evolução da taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais no Brasil, na Região Norte e emRondônia - 2000 e 2010.



Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000 e 2010.

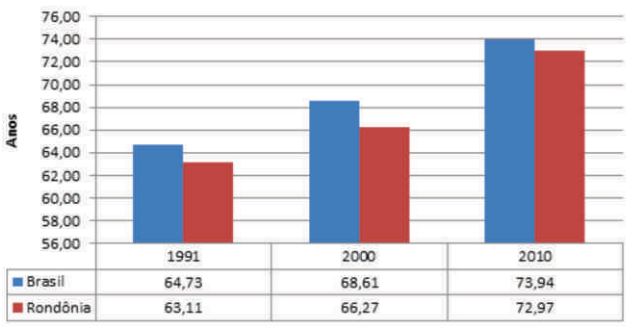
O Censo Demográfico (2010) apresenta também resultados sobre o número de pessoas na escola. No Brasil, os grupos mais novos frequentam mais a escola do que os grupos mais velhos. Um dos maiores avanços foi entre as crianças de 7 a 14 anos: quase 97% das crianças dessa faixa etária estão na escola. Em Rondônia esse percentual é semelhante (96,80%).

d) Índice de Esperança de Vida ao Nascer

A Esperança de Vida ao Nascer (ESPVIDA) é o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecentes no ano do Censo Demográfico.

Em 2010, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 73,94 anos, um incremento de 5,33 anos sobre o indicador de 2000. Em Rondônia no mesmo período o incremento foi de 6,70 anos (Figura 24).

Figura 24 - Esperança de Vida ao Nascer do Brasil e de Rondônia -1991, 2000 e 2010.



	1991	2000	2010
Brasil	64,73	68,61	73,94
Rondônia	63,11	66,27	72,97

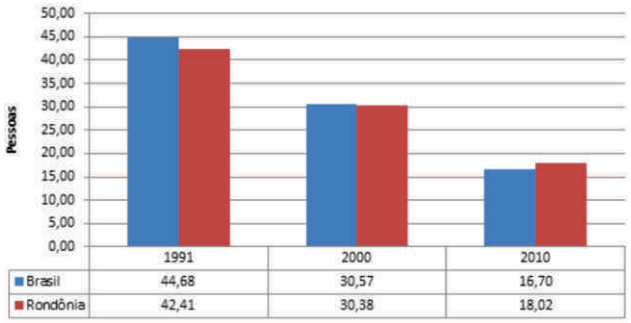
Fonte: PNUD, 2013.

e) Taxa de Mortalidade até um ano idade

A taxa de mortalidade até um ano de idade significa o número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1.000 crianças nascidas vivas.

A taxa de mortalidade infantil do Brasil passou de 30,57, em 2000, pra 16,7, em 2010. Em Rondônia, no mesmo período foi reduzida de 30,38 para 18,02 para cada mil nascidos vivos (Figura 25).

Figura 25 - Taxa de Mortalidade Infantil do Brasil e de Rondônia - 1991, 2000 e 2010.



	1991	2000	2010
Brasil	44,68	30,57	16,70
Rondônia	42,41	30,38	18,02

Fonte: PNUD, 2013.

f) Número de Médicos por Habitante

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes. Para centros com uma rede de serviços bem estruturada, os técnicos defendem a ampliação deste parâmetro. De qualquer forma, a definição desta relação torna-se um importante recurso de mapeamento da distribuição de médicos no país.

O Brasil e Rondônia atendem e ultrapassam este parâmetro. Em 1990, havia 1,12 médico para cada grupo de 1.000 habitantes no Brasil. Essa razão sobe para 1,39 em 2000, e atinge 1,84 médico por 1.000 habitantes em 2009, segundo registros do Ministério da Saúde (MS/SGTES, 1990 a 2010)

g) Leitos por Habitante

De acordo com o último relatório de Estatísticas de Saúde Mundiais da OMS, o Brasil possuía 2,3 leitos hospitalares (públicos e privados) para cada grupo de mil habitantes no período de 2006 a 2012. A taxa é equivalente à média das Américas, mas inferior à média mundial (2,7) ou as taxas apuradas, por exemplo, na Argentina (4,7), Espanha (3,1) ou França (6,4).

Segundo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde (agosto de 2014), Rondônia dispõe de 4.283 leitos de internação numa proporção de 2,74 leitos por habitante.

h. Indicadores de Saneamento

Abastecimento de Água

Em Rondônia, com uma taxa de urbanização de 73,66%, o atendimento por rede geral é de apenas 35,84%, por poço ou nascente é de 63,32%, o que significa uma situação ainda bastante precária, com a existência ainda generalizada desta modalidade de atendimento nas zonas urbanas, podendo este fato estar associado à proliferação de doenças de veiculação hídrica (MS/SIAB, 2013).

Esgotamento Sanitário

Neste aspecto, a situação na Região Norte e no Estado de Rondônia é bastante preocupante, pois a maioria expressiva dos domicílios não conta com formas adequadas de esgotamento sanitário, sendo de 62,55% e de 76,30% respectivamente para a Região Norte e o Estado de Rondônia os índices de esgotamento sanitário por formas inadequadas (outros), o que implica na existência e proliferação de vetores de doenças de veiculação hídrica, além dos impactos sobre o meio ambiente (IBGE/Censo Demográfico, 2010).

Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares e Aterro Sanitário

No âmbito nacional os serviços de coleta abrangem 80,77% dos domicílios brasileiros. Para a Região Norte este índice alcança 67,49%, sendo semelhante à sua amplitude para o Estado de Rondônia (67,06%) (MS/SIAB, 2013).

8. DIMENSÃO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) preconiza que os investimentos em infraestrutura são um instrumento direto e eficaz da política pública para o combate das desigualdades regionais.

O desenvolvimento econômico e social de Rondônia passa pela resolução de gargalos logísticos, ou seja, uma abordagem em que o conjunto de planos e programas governamentais do Estado é levado em conta num contexto maior, o dos projetos da América do Sul e da Amazônia Legal em infraestrutura logística e de transporte.

Rondônia, pela sua localização geográfica é um ponto de integração do mercado regional e tem acesso aos países vizinhos do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela e Chile. Assim, a acessibilidade por um sistema multimodal integrado de transporte possibilitará a interligação amazônica aos portos do Pacífico, Atlântico, e do Pacífico Oriental irá aumentar a competitividade de produtos nacionais junto aos mercados de regiões vizinhas, como nos centro-americanos e asiáticos, ao reduzirem os custos logísticos.

A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul Americana (IIRSA) é um fórum com perspectiva regional que visa estabelecer um padrão de desenvolvimento territorial equitativo e sustentável.

A IIRSA administra uma carteira com dois blocos de projetos eleitos pelos seus países-membros de cerca de US$ 74,5 bilhões. Até 2010, as duas únicas obras da IIRSA que haviam sido realizadas no Brasil foram a ponte Assis Brasil, na fronteira do Acre com o Peru, e a do RioTacutu, na divisa Roraima/Guiana.

Os grupos de projetos relativos ao corredor Porto Velho-Rio Branco-Assis-Puerto Madonado-Cuzco/Juliaca-Portos do Pacífico; ao corredor fluvial Madeira-Madre Diós-Bem e Rio Branco-Aberalta-Yucuno-La Paz preveem investimentos totais estimados em mais de US$ 21,4 bilhões para os três eixos em questão, valor que deverá ser aplicado em 23 projetos estratégicos (MT/SPNT, 2012).

Nessa região fronteiriça, os rios Guaporé e Mamoré são dois importantes rios navegáveis que formam uma hidrovia com extensão de 1.168 km, indo de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso, até Guajará-Mirim. Todavia, a falta de portos, sinalização e serviços de manutenção, como dragagem, impedem o seu uso mais intensivo e em maior escala.

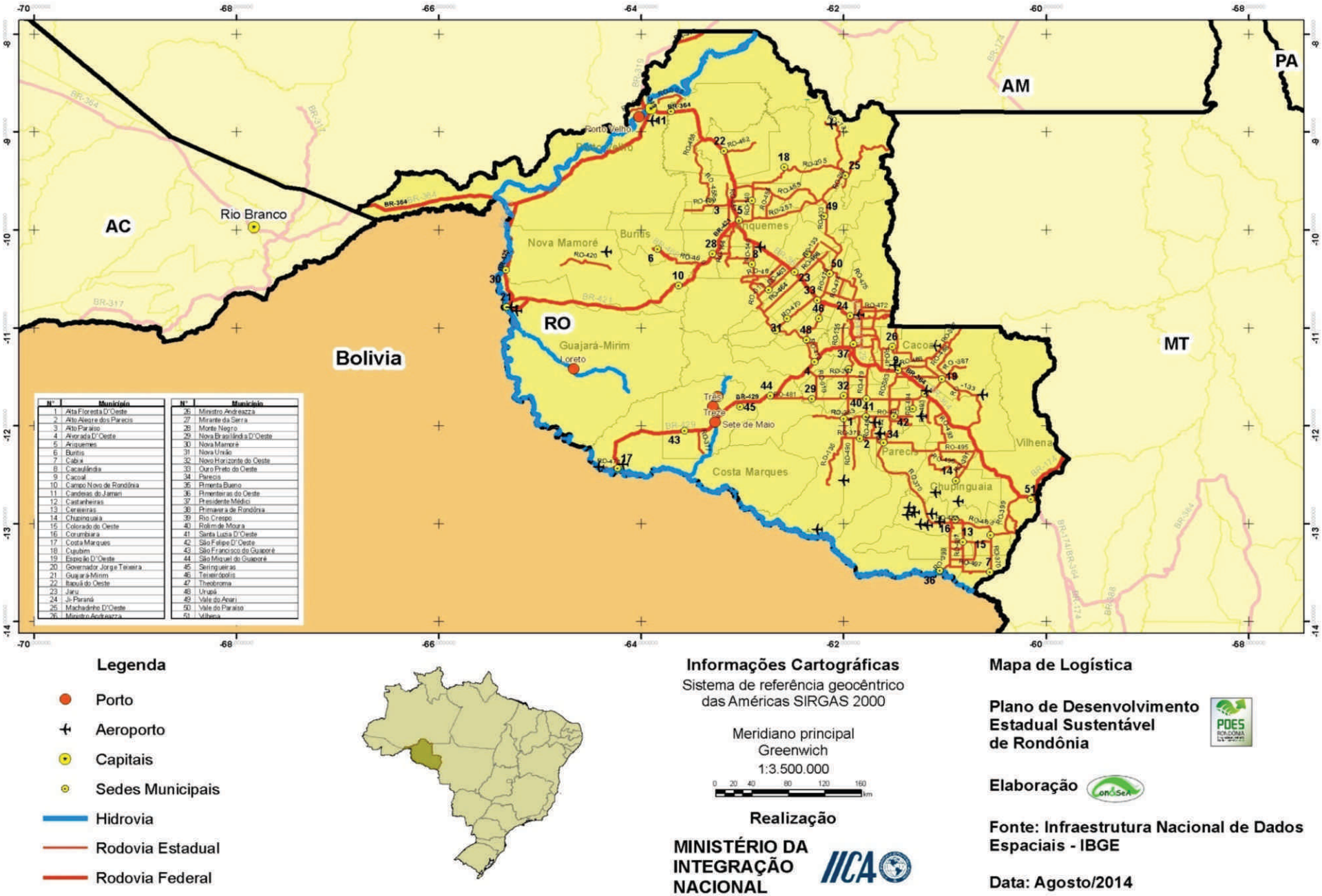
A integração multimodal inclui ainda a articulação ferroviária e neste sentido o trecho ferroviário de Vilhena a Porto Velho tem previsão de extensão de 770 Km e traçado paralelo ao da BR-364, que é a principal via terrestre de interligação entre o sul e norte do Estado, sendo também o principal acesso estratégico para o escoamento da produção agropecuária estadual e da parte noroeste do Mato Grosso (ARIQUEMES, 2014). Na Figura 26 se podem ver os dados da malha viária de Rondônia. Nota-se que do total de 27 mil quilômetros de vias, 1,8 mil quilômetros são federais, 5,1 mil estadual e cerca de 20 mil municipais.

Com relação ao transporte aquaviário, a Hidrovia do Madeira que interliga Porto Velho ao Porto de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, tem 1,056 km, e é a via utilizada para o transporte de soja, produtos agropecuários da região e insumos para esse setor. Em 2010, estimou-se que o movimento de cargas pelas hidrovias superou 4,9 milhões de toneladas, sendo 2,6 milhões realizados por meio do porto organizado da região (CNT, 2014). Nessa hidrovia, a falta das eclusas onde estão as Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau compromete a viabilidade de todo o tramo sul da hidrovia, implicando tal fato em redução substancial da competitividade dos estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso e parte da Bolívia.

A implantação de uma infraestrutura logística estruturada e integrando todos os modais estruturantes e estratégicos, capaz de atender as demandas atuais e futuras dos setores produtivos de Rondônia e de estados vizinhos que passam pelo Estado é um dos principais grandes desafios de uma política governamental e de um plano estratégico de desenvolvimento para os próximos 15 anos.

Foto: R. Machado

Figura 26 - Mapa de Logística do Estado de Rondônia.



Nº	Município
1	Alta Floresta D'Oeste
2	Alto Alegre dos Parecis
3	Alto Paraíso
4	Alvorada D'Oeste
5	Ariquemes
6	Buritis
7	Cabixi
8	Cacaulândia
9	Cacoal
10	Campo Novo de Rondônia
11	Candeias do Jamari
12	Castanheiras
13	Cerejeiras
14	Chupinguaia
15	Colorado do Oeste
16	Corumbiara
17	Costa Marques
18	Cujubim
19	Espigão D'Oeste
20	Governador Jorge Teixeira
21	Guajará-Mirim
22	Itapuã do Oeste
23	Jaru
24	Ji-Paraná
25	Machadinho D'Oeste
26	Ministro Andreazza

Nº	Município
26	Ministro Andreazza
27	Mirante da Serra
28	Monte Negro
29	Nova Brasilândia D'Oeste
30	Nova Mamoré
31	Nova União
32	Novo Horizonte do Oeste
33	Ouro Preto do Oeste
34	Parecis
35	Pimenta Bueno
36	Pimenteiras do Oeste
37	Presidente Médici
38	Primavera de Rondônia
39	Rio Crespo
40	Rolim de Moura
41	Santa Luzia D'Oeste
42	São Felipe D' Oeste
43	São Francisco do Guaporé
44	São Miguel do Guaporé
45	Seringueiras
46	Teixeirópolis
47	Theobroma
48	Urupá
49	Vale do Anari
50	Vale do Paraíso
51	Vilhena

A Hidrovia do Madeira, como outras congêneres, é o meio de transporte de menor impacto ambiental pela reduzida emissão de gases do efeito estufa em relação a outros meios de transporte. Além disso, trata-se do modal de transporte menos oneroso que outras alternativas, a exemplo do rodoviário, que pode ser 20 vezes mais caro que o fluvial, conforme especialistas da área.

Parte dos motivos que têm feitos sucessivos governos federais a negligenciarem prioridade ao transporte fluvial no País tem sido o conflito histórico entre aproveitamentos hidrelétricos de rios e a navegação, impasse que resulta em falta de construção de eclusas junto a barragens de hidrelétricas, o que inviabiliza o transporte fluvial.

No caso da Hidrovia do Rio Madeira, para se ligar o baixo Rio Madeira com a Bolívia será necessário construir três eclusas - duas junto às hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e uma terceira junto à Hidrelétrica Ribeirão Binacional Brasil-Bolívia, planejada para se instalar próxima ao Município de Guajará-Mirim.

Com a construção das eclusas mencionadas a navegação fluvial poderá se estender até os rios Mamoré, Beni e Guaporé, tornando possível interligar o leste do Mato Grosso ao Oceano Atlântico. A hidrovia tem grande vantagem para o desenvolvimento da região, incluindo Rondônia, Acre e Sul do Amazonas, estados que têm gerado volumes crescentes de cargas de origem agropecuária e demanda por insumos para essa atividade. Parte da soja boliviana poderia também ser escoada pela hidrovia.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Hidrovia do Madeira deverá ser beneficiada, a partir de 2014, com obras de dragagem e sinalização do rio para garantir o transporte de mercadorias durante o ano todo.

Com relação à infraestrutura aeroportuária, em dezembro de 2012, o governo federal lançou o "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", que prevê um conjunto de medidas visando melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária, assim como ampliar a oferta de transporte aéreo à população, sendo um programa que se integra ao Programa de Investimentos em Logística, lançado em agosto do mesmo ano para os setores ferroviários, rodoviários e para a área portuária em dezembro (ANAC, 2014).

O investimento do governo federal está estimado em R$ 7,3 bilhões na primeira etapa do plano de aviação regional, contemplando-se numa primeira fase 270 aeroportos regionais. Para a Região Norte, os investimentos estão estimados em R$ 1,7 bilhão para 67 aeroportos, destinados à reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, recursos que virão do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Os aeroportos de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Pimenta Bueno, Vilhena, Guajará-Mirim e Cacoal deverão ser contemplados pelo Plano de Investimento em Logística Aeroportuária, do governo federal, com investimento total de R$ 83 milhões (INFRAERO, 2014).

Rondônia possui um aeroporto internacional, sito na capital, e onze regionais públicos. Além desses, conta com mais 18 aeroportos privados, a maior parte deles em fazendas particulares.

De uma maneira geral são os seguintes os principais gargalos na logística de transportes:

- Necessidade de grandes investimentos em infraestruturas logísticas no Estado de Rondônia (rodovias federais, estaduais e estradas vicinais, pontes e portos) em escala acima da capacidade de investimento imediato dos governos Federal, Estadual e Municipais;
- Baixo percentual de estradas estaduais e municipais asfaltadas;
- Estradas vicinais de terra com alto custo de manutenção devido ao regime climático e uso intensivo pela atividade madeireira em algumas regiões;
- Alto custo de construção e manutenção de estradas na Região Amazônica devido ao tipo de solo e clima, que se estima 40% mais oneroso do que na construção em locais com clima e solo mais secos e estáveis;
- O Porto de Porto Velho tem baixo calado e demanda investimentos constantes de drenagem, assim como a construção de eclusas, melhorias de sinalização e aparelhamento de portos;
- Faltam serviços de manutenção da via fluvial e de sua drenagem; seus equipamentos de embarque e desembarque de cargas estão superados tecnicamente, são antigos e de baixa capacidade de movimentação de carga e sem manutenção adequada, ou seja, existe um conjunto de deficiências que reduzem a competitividade da Hidrovia do Rio Madeira e do porto de Porto Velho e outros do Estado ao longo da hidrovia, o que impede o pleno aproveitamento de todo o modal;
- Os aeroportos regionais carecem de manutenção, têm baixa rentabilidade (ou negativa) por faltar de investimento público;
- Há dificuldades por parte do setor público para administrar planos, programas e projetos logísticos de forma integrada e eficiente, havendo falta de recursos humanos com perfil profissional adequado e meios materiais suficientes para realizar ações governamentais;
- Há falta de continuidade de projetos em infraestrutura logística pelos governos estadual e municipais;
- As principais rodovias federais e estaduais estão com esgotamento da capacidade de tráfego, a exemplo da BR-364, no trecho localizado no Estado de Rondônia, ocasionado pelo aumento da movimentação de cargas para o porto de Porto Velho e dos novos investimentos estruturantes do Estado.

Quanto aos aspectos positivos, ou oportunidades de infraestrutura logística e de transporte, destacam-se:

- A localização geográfica de Rondônia é estratégica no contexto da dinâmica econômica atual da Amazônia Legal e do Centro Oeste, assim como na América do Sul por ser opção de saída de cargas dessas regiões para os portos do Peru e Chile, por via rodoviária e pela hidrovia do Rio Solimões, assim como para o Atlântico;
- O alto crescimento do agronegócio nas duas regiões, e também em Rondônia, não só aumenta a relevância econômica do Estado, como o torna foco de atenção econômica no país, devido às suas exportações de produtos que têm grande peso na balança comercial nacional, como a carne e soja, a madeira e produtos de madeira, a soja, a cassiterita e, mais recentemente, o pescado. Tal aumento de sua importância logística e estratégica para a economia local e nacional contribuem para potencializar a negociação de recursos para desenvolver sua infraestrutura modal, como hidrovias e portos, aeroportos regionais e rodovias, que se encontram saturadas e criam toda a sorte de problemas, como acidentes e aumento do custo da logística de transporte;
- Em Rondônia, sua infraestrutura logística de transporte já se encontra no mapa de reivindicações dos grandes grupos econômicos do agronegócio, o que pode ser notado nos estudos que sustentam os planos de investimentos solicitados pelo Conselho Nacional da Indústria junto ao governo federal, por serem considerados como um dos principais eixos estratégicos da Amazônia;

- Novos investimentos em obras de infraestrutura logística e de transporte, embora ainda insuficientes para atender a demanda de carga e de passageiros, tendem a contribuir para reduzir, paulatinamente, os custos de movimentação de cargas no Estado;
- As perspectivas de melhorias na hidrovia do Rio Madeira e em rodovias estaduais, com construção de pontes sobre grandes rios, assim como da ferrovia Vilhena - Porto Velho, com continuidade até Rio Branco, favorecerá o Estado como opção de transporte para o Chile e Peru e de acesso aos países centro americanos - um diferencial logístico relevante;
- No início deste ano, o governo federal colocou novamente em pauta a discussão a concessão das hidrovias do Rio Madeira e do Rio Tocantins, dois importantes eixos de escoamento pelo Norte, que se viabilizados poderão reduzir em cerca de 70% o custo da logística com o uso desses eixos modais, tornando altamente competitivo o escoamento da produção do Centro oeste da Região Norte por essas vias fluviais;
- Sobre o possível modelo de concessão a ser adotado não há ainda definição – se concessão administrativa ou cobrança de taxa junto a terminais de transbordo instalados ao longo das hidrovias. A Hidrovia do Rio Madeira, com mais de 1.000 km de extensão, é utilizada para o transporte de cargas como soja, milho, fertilizantes e contêineres da produção mineral e agrícola da Região Centro-Oeste e rondoniense;
- Cogita-se investir, em obras de derrocamento de rochas do Pedral do Lourenço, barreira com 43 metros de extensão no Rio Madeira, cerca de R$ 500 milhões para eliminar um dos gargalos de navegabilidade da hidrovia. Porém, falta ainda a construção de eclusas no Rio Madeira para aumentar a extensão navegável do rio entre as duas hidrelétricas, a de Santo Antônio e Jirau;
- Com o aumento da importância econômica de Rondônia, torna-se oportuno e justificável internacionalizar o Aeroporto de Porto Velho, assim como aparelhar e investir em melhorias de seus aeroportos regionais, principalmente aqueles mais estratégicos sitos nos municípios polos que têm se beneficiado com a expansão do agronegócio, pois Rondônia e seus estados vizinhos têm dedicado esforços para aproveitar e fomentar seus negócios com o Peru e Bolívia, Colômbia e Venezuela, assim como com países da América Central.

9. DIMENSÃO POLÍTICO- INSTITUCIONAL

Considerando as diretrizes da PNDR, uma grande gama de programas e projetos confluíram na formatação do PDES-RO. São proposições integrantes do PPA 2016-2019 na esfera federal, que possuem também rebatimentos no PPA 2016-2019 do Estado de Rondônia.

Entre os programas estratégicos na formatação do PDES-RO está o Programa Nacional de Ordenamento Territorial, que tem no ZEE sua principal ferramenta. O ZEE contribui para a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, orientando os investimentos do governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades regionais. Também o Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia (PDIF-RO) estabelece a faixa de fronteira e políticas específicas para este espaço territorial de caráter especial. O Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional do Estado de Rondônia - Propostas e Estratégias de Desenvolvimento, além de definir as Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia, também aponta orientações e diretrizes para o desenvolvimento regional. O Programa Territórios da Cidadania é um importante programa de desenvolvimento, baseado na abordagem territorial e no desenvolvimento local.

No plano social, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza articula um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

Na área de infraestrutura estão já definidos alguns projetos do PAC que estão sendo aplicados ao Estado de Rondônia, no eixo de infraestrutura e transporte.

Sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional e no contexto da execução da PNDR, o PPA 2012-2015 (Plano Brasil Sem Miséria) coloca o Programa de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária (PDRTS-ES) com foco tanto nas iniciativas de apoio a estruturas educacionais e tecnológicas, como em arranjos produtivos locais e cadeias produtivas.

Neste sentido, o PDRTS/ES pode também articular-se com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade(PNPSB) criado em 2009 pelo governo federal para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais.

Os programas e projetos estaduais selecionados, da mesma maneira que os federais, também guardam estreita relação com as diretrizes da PNDR e os objetivos definidos pelo PDES-RO.

No eixo estratégico relativo à territorialização, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável destaca-se, no plano estadual, o ZSEE-RO, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira Rondônia e o Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional do Estado de Rondônia - Propostas e Estratégias de Desenvolvimento.

Nos demais eixos (infraestrutura social básica e enfrentamento da pobreza, infraestrutura produtiva e logística e fomento ao desenvolvimento e inclusão produtiva), outros programas estaduais devem ser integrados ao PDES-RO, tais como: Plano Estratégico 2013-2018-Rondônia de Oportunidades, Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia e o Plano Futuro: Programa de Cidadania, Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza. Importantes diretrizes estratégicas também constam da I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional. Também serão consideradas as ações que tem sido desenvolvidas no Estado visando a estruturação dos arranjos produtivos locais.

As diretrizes gerais do ZSEE-RO definem que sua implementação será realizada com base em zonas e subzonas definidas para efeito de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo setor público e privado do Estado. O ZSEE-RO surge assim como um elemento de base legal e programática, fundamental na espacialização das políticas públicas no âmbito do PDES-RO, conforme diretrizes de uso e ocupação do solo, em três zonas distintas e suas subzonas.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira do Estado de Rondônia está voltado para os municípios que fazem fronteira ou estão na faixa dos 150 km da linha de fronteira. Para o desenvolvimento do Plano foram definidos projetos integradores nos eixos educação, saúde, infraestrutura, econômico, segurança e sócio-político.

A Lei Complementar Nº 414/2007 estabeleceu dez Regiões de Planejamento e Gestão no âmbito estadual. A delimitação dessas Regiões de Planejamento e Gestão foi o resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional.

O Plano Estratégico 2013-2018-Rondônia de Oportunidades se constitui em um programa de governo orientado pelo PPA-RO envolvendo diretrizes relativas à modernização da gestão pública, inclusão social, acesso aos serviços de qualidade com ênfase na educação, acesso aos serviços de qualidade com ênfase na saúde, acesso aos serviços de qualidade com ênfase na segurança pública, competitividade e gestão ambiental e territorial.

O Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia tem por objetivo aumentar a capacidade de investimentos do Estado nas áreas consideradas estratégicas, principalmente na saúde, educação, segurança pública e gestão, além de atuar como instrumento de integração entre os entes do setor público e do privado.

O Plano Futuro - Programa de Cidadania, Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza tem sua concepção alinhada aos cinco eixos estratégicos do Governo do Estado: inclusão social, modernização da gestão pública, competitividade, acesso aos serviços públicos de qualidade e gestão ambiental e territorial.

A I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional definiu também importantes diretrizes, tais como: integração das políticas públicas; respeito às diversidades regionais e de gênero; monitoramento e avaliação das políticas públicas, inclusive nas microrregiões e transparência na gestão e educação como base.

Importantes articulações vêm ocorrendo no Estado em torno dos arranjos produtivos locais. Tanto a PNDR como o Programa Rondônia de Oportunidades conferem ênfase ao desenvolvimento de APL como estratégia básica de dinamização da base econômica do Estado em diversas áreas e produtos. É neste sentido, que se desenvolvem diversas articulações no Estado, coordenadas pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Rondônia (NEAPL-RO), visando a formatação de programas, metas e ações.

As iniciativas de APL no Estado são promissoras, pois revelam a existência de um núcleo constituído no Estado, que tem buscado em bases próprias o desenvolvimento de ações concretas. No entanto, são visíveis as carências e as necessidades expressas principalmente na quase que exclusiva dependência da ação dos parceiros, que em muitos casos não dispõem das condições indispensáveis aos resultados esperados. O Estado selecionou e tem despendido ações no desenvolvimento dos APL: Apicultura; Piscicultura; Pecuária de Leite; Sistemas Agroflorestais (SAF); Madeira e Móveis; Fruticultura; Confecção de Pimenta Bueno/Cacoal; Cafeicultura de Cacoal; Hortigranjeiro em Porto Velho; Turismo; Fruticultura Cacoal/Rolim de Moura; Sociobiodiversidade na região do Mamoré.

A dimensão institucional contempla ainda o levantamento das instituições governamentais federais, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil, que possuem atuação relacionada aos objetivos do PDES-RO. Apresenta-se um vasto conjunto de instituições, no âmbito do Estado e das Regiões de Planejamento que se constituem em potenciais parceiros, assim como em entidades executoras de muitos dos programas e projetos já relacionados.Entre as organizações da sociedade civil encontram-se entidades representativas de classe, de setores empresariais e sociais cuja atuação e interesses também se vinculam aos objetivos do PDES-RO.

No desenho do modelo de gestão para o PDES-RO muitas destas organizações também deverão integrar suas instâncias, onde também deverão ser consideradas as estruturas já existentes no Estado e outras, oriundas/propostas na própria PNDR, tais como a Câmara Estadual de Desenvolvimento Regional, o Observatório da PNDR/Observatório RO, as instâncias definidas no âmbito das Regiões de Planejamento e a Agenda Integrada de Resultados (AGIR), procedimento de controle da execução de programas e projetos desenvolvidos e implementados no âmbito da administração estadual.

Potencialidades e Gargalos

A existência de um sistema de planejamento, além da criação do Grupo de Acompanhamento Estadual do PDES-RO pelo Governo do Estado, aliado aos programas já citados, tanto de cunho federal como estadual em curso no Estado, se constitui em um ponto de partida importante, uma potencialidade significativa para fortalecimento da dimensão institucional voltada para o planejamento e execução do desenvolvimento regional.

No entanto, de uma maneira geral, os estados brasileiros, particularmente aqueles ainda carentes de um maior desenvolvimento socioeconômico, como no caso de Rondônia, apresentam deficiências e gargalos importantes no que tange às necessidades institucionais para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, destacando-se:

- Dificuldades no estabelecimento do pacto federativo, tanto em função da não regulamentação de dispositivos constitucionais, como por deficiências institucionais diversas (estruturas, pessoal, recursos, etc.) que limitam vontades políticas nas parcerias união/estados/municípios;
- Limitações na capacidade funcional e operativa de fóruns e instâncias que articulem os níveis decisórios federais, estaduais e municipais e da sociedade civil, muitas vezes dificultada pela lentidão dos processos, por limitação de recursos e pela real capacidade dos atores representados nestes fóruns, quanto à disponibilidade de instrumentos políticos necessários ao seu funcionamento;
- Limitações no plano federal com relação à implementação de instrumentos básicos da PNDR como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), como ressaltado no documento da Conferência Nacional da PNDR;

- Como também ressaltado no documento da PNDR, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) apresenta uma série de limitações, tais como "a ausência de mecanismos eficientes de indução da localização dos investimentos no interior, tendendo seus desembolsos a se concentrarem nos espaços mais dinâmicos, não contribuindo para a desconcentração intra-regional; os mecanismos de seletividade setorial são muito genéricos, tendo baixa capacidade de indução, não possibilitando a fixação de um foco nos segmentos mais estratégicos para o desenvolvimento das regiões; as exigências em termos de contrapartidas são muito limitadas, pois não há condicionantes associados à realização de inovação, à valorização dos fornecedores locais, às práticas de sustentabilidade, à participação em projetos sociais, etc.; existe uma sobreposição entre as funções dos Fundos Constitucionais (FC) com as funções dos Fundos de Desenvolvimento (FD), assim comoas funções dos FC e FD com as do BNDES, dificultando a complementaridade e incentivando a competição. Os FC não dispõem de recursos não reembolsáveis que possam atender outras necessidades do desenvolvimento da região que não o financiamento das atividades produtivas";
- Ausência de mecanismos institucionais mais consistentes, como programas mais arrojados e principalmente instrumentos financeiros, para a alavancagem dos APL definidos no Estado;
- Dificuldades de articulação intragovernamental, dada a cultura institucional na execução dos objetivos específicos das instituições, que muitas vezes atuam de modo isolado, gerando retrabalhos e sobreposições de projetos e ações;
- Limitações gerais quanto à disponibilidade de pessoal e demais condições necessárias ao planejamento e execução de políticas públicas, principalmente onde esta necessidade se faz mais presente: nas regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, sendo necessário o deslocamento de capacidades e de condições, onerando todo o processo.

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO PALÁCIO RIO MADEIRA.
Foto: Daiane Mendonça - DECON/RO

PARTE III. PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA

1. VISÃO DE FUTURO

Em 15 anos, Rondônia reduz significativamente suas desigualdades sociais e econômicas face às demais regiões do Brasil, estando estruturado como um Estado moderno sob excelência na gestão pública, economicamente competitivo, ambientalmente sustentável, socialmente justo e inserido com destaque no panorama nacional e internacional.

2. OBJETIVOS

Os objetivos definidos para o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia procuram refletir as orientações, estratégias e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, considerando o diagnóstico estadual em suas particularidades históricas e estruturais, assim como em suas potencialidades, tendências e gargalos.

2.1. Objetivo Estratégico

Estabelecer o planejamento do desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia, com base no conhecimento de sua realidade e nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, com foco na PNDR, mediante a execução de um conjunto robusto de diretrizes, programas e projetos.

2.2. Objetivo Geral

Propiciar condições para a superação das desigualdades sociais e para a valorização dos recursos endógenos socioeconômicos e ambientais do Estado de Rondônia, em seus ativos regionais e locais, fomentando o desenvolvimento social, de sua infraestrutura logística e de atividades econômicas socialmente inclusivas, economicamente dinâmicas, tecnologicamente inovadoras e ambientalmente sustentáveis, de modo a promover a elevação da qualidade de vida da população.

2.3. Objetivos Específicos

1. Promover o ordenamento e a gestão ambiental do Estado com a implementação das diretrizes do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia e demais políticas públicas ambientais, programas e projetos de desenvolvimento de base territorial sustentável.

2. Promover o desenvolvimento da infraestrutura social básica, criando condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos, como educação, saúde, saneamento, segurança e esporte no âmbito do Estado.

3. Fomentar a inclusão social e o enfrentamento da pobreza em consonância com as políticas públicas federais e estaduais de desenvolvimento social inclusivo.

4. Promover, conforme o perfil produtivo das regiões de planejamento a expansão da rede de ensino profissional e tecnológico, orientando a oferta de cursos em sintonia com o sistema produtivo e, em particular, com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, fortalecendo programas de pós-graduação, da rede de ensino e pesquisa, visando o desenvolvimento de sistemas locais de inovação.

5. Fortalecer e consolidar os corredores logísticos estaduais que constituem eixos de desenvolvimento e integração dinâmicos no âmbito internacional, nacional, regional e entre as regiões do Estado.

6. Promover a valorização da diversidade territorial e do meio ambiente, como ativo para o desenvolvimento territorial, a partir da identificação e exploração das oportunidades e potencialidades locais e regionais, com respeito às diferenças históricas e estruturais das regiões do Estado, incorporando os princípios da sustentabilidade ambiental e da economia verde.

7. Estruturar programas e redes de APL para o fortalecimento e o adensamento de cadeias produtivas nas regiões estaduais selecionadas.

8. Promover o adensamento e o enraizamento de empreendimentos industriais e agroindustriais, articulando-os às economias de base local.

9. Criar mecanismos efetivos de estímulo à inovação e de atração e promoção de empresas inovadoras, principalmente no âmbito do uso sustentável da sociobiodiversidade (alimentos, energéticos, fármacos e cosméticos).

10. Fomentar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias de produção e gestão com foco na agricultura familiar.

11. Aumentar a eficiência dos centros urbanos por meio de programas e projetos que os tornem mais competitivos, com o incentivo à estruturação de novas atividades e aumento da capacidade de atrair investimentos.

12. Promover a modernização na gestão do governo, com a desburocratização de sua estrutura organizacional e dos processos de trabalho, visando a melhoria dos serviços públicos em geral (com foco na educação, saúde e segurança); a elevação da arrecadação das receitas e a redução dos gastos públicos (modernização da estrutura fazendária); a valorização e desempenho do servidor e o uso de tecnologias da informação, em consonância com as diretrizes do PDES-RO.

13. Estabelecer um Modelo de Gestão para o PDES-RO, com base nos princípios e articulação da participação social e dos entes governamentais no processo de execução, acompanhamento e avaliação do PDES-RO, por meio de estruturas apropriadas, estabelecendo um Pacto de Metas, de modo a tornar pública a execução do PDES-RO.

14. Definir no âmbito do Modelo de Gestão procedimentos para a atualização periódica das informações, processos em andamento e resultados obtidos, usando meios como o Observatório Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI), tendo por base indicadores previamente definidos voltados para a eficiência, eficácia e efetividade do PDES-RO.

3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Considerando as diretrizes da PNDR e as características, potencialidades e gargalos identificados no diagnóstico elaborado para o Estado, são propostas quatro diretrizes para o PDES-RO.

A Diretriz I - Territorialização e Gestão Ambiental, que abarca a abordagem territorial, a gestão ambiental e a sustentabilidade; a Diretriz II - Bem Estar Social, que envolve a ação do Estado na promoção e acesso aos serviços públicos de forma oportuna e de qualidade. A Diretriz III - Competitividade Sustentável, envolvendo a dotação de infraestrutura logística e o fomento do desenvolvimento econômico inclusive, com base nos ativos regionais; e a Diretriz IV -Modernização da Gestão Pública, que objetiva instituir mecanismos de governança e gestão de excelência na condução da administração pública e no planejamento do desenvolvimento estadual.

Foto: Healthy Kobashi

4. DIRETRIZES, PROGRAMAS E PROJETOS

As diretrizes definidas estão consubstanciadas em um amplo conjunto de programas, projetos e ações, dentro de um plano de metas, que poderão ser avaliadas periodicamente a partir de indicadores. Os programas e projetos propostos em cada diretriz decorrem tanto do diagnóstico realizado, quanto das diretrizes da PNDR, assim como de proposições e demandas provenientes de reuniões e oficinas participativas realizadas, conforme Relatório das Oficinas de Diagnóstico Participativo (AnexoB do Produto 4 em CD) e Relatório da Oficina de Diretrizes (Anexo C do Produto 4 em CD).

Os quadros 1 a 4 apresentam o conjunto da intervenção proposta, para cada diretriz, em seus programas e projetos.

Quadro 1 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental.

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
1. Implementação e Execução do ZSEE-RO	**AÇÕES**
	Funcionamento da Comissão Estadual do ZSEE-RO.
	Primeira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.
	Segunda Revisão e Atualização do ZSEE-RO.
	Terceira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.
	Acompanhamento dos indicadores e metas do PDES-RO, com a territorialização dos programas e projetos previstos.
	PROJETOS
	Os projetos relativos a este programa decorrem das diretrizes do ZSEE-RO e estão previstos nas demais diretrizes e programas do PDES-RO. O ZSEE-RO apenas territorializa projetos referentes às suas próprias diretrizes.
2. Desenvolvimento Territorial	1. Projeto Consolidação da Política de Desenvolvimento Territorial com Referência nos PTDRS e Economia Solidária.
	2. Projeto Elaboração de Planos Territoriais de Economia Solidária.
	3. Projeto Construção de Três Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).
	4. Projeto Revisão dos PTDRS.
	5. Projeto Revisão dos Planos Territoriais de Economia Solidária.
	6. Projeto Implementação do PTDRS do Território Madeira Mamoré Região I e X.
	7. Projeto Implementação do PTDRS do Território Jamari Região II.
	8. Projeto Implementação do PTDRS do Território Central Região III, IV e V.
	9. Projeto Implementação do PTDRS do Território Rio Machado Região VI.

Quadro 1 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental (continuação).

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
3. Gestão Ambiental	1. Projeto Regularização Fundiária.
	2. Projeto Criação e Gestão de UC Estaduais.
	3. Projeto Descentralização da Gestão Ambiental.
	4. Projeto Educação Ambiental.
	5. Projeto Recuperação de 3,2 milhões de áreas Degradadas e Áreas de Preservação Permanente (APP).
	6. Projeto Plano Estadual de Qualidade do Ar.
	7. Projeto Gestão de Resíduos Sólidos.
	8. Projeto Cadastro Ambiental Rural.
	9. Projeto Concessão de Exploração de Florestas Públicas Estaduais.
	10. Projeto Incentivo a Pagamento por Serviços Ambientais e REDD+.
	11. Projeto Florestas Plantadas.
	12. Projeto Apoio às Atividades Extrativistas Sustentáveis.
	13. Projeto Elaboração de PMFS Comunitários.
	14. Projeto Elaboração de PMFS Empresariais.
	15. Projeto Licenciamento de Atividades de Piscicultura.
	16. Projeto Acordos de Pesca.
	17. Projeto Gestão de Recursos Hídricos.
	18. Projeto Controle do Desmatamento.
	19. Projeto Controle de Queimadas.
4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia	1. Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia.

Quadro 2 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz II. Bem-Estar Social.

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
1. Programa Enfrentamento à Pobreza	1. Projeto Fortalecimento da Política da Assistência Social.
	2. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
	3. Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
	4. Projeto Consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
	5. Projeto Fortalecimento do Controle Social.
	6. Projeto Inclusão Produtiva com foco em Economia Solidária.
	7. Inclusão Produtiva Individual (mulheres, povos e populações tradicionais específicos, jovens e outros).
2. Programa Educação	1. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação Fundamental.
	2. Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino Médio.
	3. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Educação Integral.
	4. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação – Educação de Jovens e Adultos (EJA).
	5. Projeto Fomento à Tecnologia da Educação
	6. Projeto Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
	7. Projeto Educação Especial.
	8. Projeto Educação Escolar Indígena.
	9. Projeto Educação Escolar Quilombolas, Ribeirinhos e Extrativistas.
	10. Projeto Educação do Campo
	11. Projeto Valorização dos Profissionais da Educação.
	12. Projeto Formação Continuada dos Profissionais da Educação.
	13. Projeto Gestão Democrática por meio da Participação Comunitária na Escola.
	14. Projeto Infraestrutura para Melhoria da Qualidade da Educação.
	15. Projeto Implementação do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará.
	16. Projeto Implantação da Universidade Estadual de Rondônia.
3. Programa Saúde	1. Projeto Fortalecimento da Atenção Básica e da Atenção Especializada.
	2. Projeto Fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência.
	3. Projeto Implementação da Rede Cegonha.
	4. Projeto Fortalecimento da *Rede* de Atenção *Psicossocial* (RAPS).
	5. Projeto Implantação da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas Portadores de Doenças Crônicas.
	6. Projeto Implantação da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência.
	7. Projeto Implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
	8. Projeto Vigilância em Saúde.
	9. Projeto Assistência farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
	10. Projeto Qualificação e Fixação de Profissionais para o SUS.
	11. Projeto Implementação da Contratualização Interfederativa.
	12. Projeto Qualificação de Instrumentos de Execução Direta.

Quadro 2 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz II. Bem-Estar Social (continuação).

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
4. Programa Habitação	1. Projeto Estruturação e Articulação com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).
	2. Projeto de Habitação de Interesse Social.
5. Programa Saneamento	1. Projeto Descentralização da Execução da Política de Saneamento Básico.
	2. Projeto Abastecimento de Água.
	3. Projeto Esgotamento Sanitário.
	4. Projeto Gestão de Resíduos Sólidos.
	5. Projeto Drenagem Urbana.
6. Programa de Segurança Pública	1. Plano Estadual de Segurança Pública.
7. Programa de Esporte	1. Projeto Apoio ao Esporte de Rendimento.
	2. Projeto Promoção de Esporte para Populações Vulneráveis.
	3. Projeto promoção de Esporte para Populações Indígenas.

Quadro 3 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz III. Competitividade Sustentável.

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
1. Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado	1. Elaboração da Política Estadual de APL.
	2. Elaboração do Plano Estadual de APL.
	3. Implantação do Observatório Estadual de APL.
	4. Ações para o empoderamento do Núcleo Gestor do APL.
	5. Implantação de APL.
2. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte	1. Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e EMBRAPA.
	2. Certificação SISBOV.
	3. Desenvolvimento e Implantação do Projeto Boas Práticas na Pecuária Bovina de Corte.
3. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite	1. Manejo Adequado dos Recursos Naturais.
	2. Integração e Organização Social dos Produtores
	3. Melhoria na Produção e Produtividade do Gado Leiteiro.
	4. Apoio à Inovação Tecnológica e Adoção de Técnicas de Manejo Alimentar, Sanitário e Genético.
	5. Capacitação.
	6. Apoio a Integração da Indústria e dos Produtores.
4. Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar	1. Projeto de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica.
5. Programa de Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono	1. Projeto de Constituição do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC.
	2. Projeto de Desenvolvimento das Ações do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC.
6. Programa de Apoio à Aquicultura	1. Projeto Diagnóstico da Aquicultura no Estado.
	2. Plano Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos.
	3. Projeto Aquicultura Legal.
	4. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura para a Verticalização e Armazenamento do Pescado e Produção de Gelo.
	5. Projeto Marketing Institucional.
	6. Projetos de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e Atualização Profissional.
	7. Projeto de Desenvolvimento Tecnológico.
	8. Projeto Logística de Transporte.
	9. Projeto Mercado Institucional.
	10. Projeto de Apoio à Comercialização e Exportação.

Quadro 3 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz III. Competitividade Sustentável (continuação).

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
7. Programa de Apoio à Lavoura Cafeeira	1. Projeto Renovação e Expansão da Lavoura de Café.
	2. Projeto Desenvolvimento Tecnológico.
	3. Projeto Crédito e Assistência Técnica.
	4. Projeto de Capacitação em Empreendedorismo.
	5. Projeto Práticas Sustentáveis.
	6. Projeto Café Orgânico.
	7. Projeto Comercialização e Industrialização.
8. Programa de Apoio à Lavoura Cacaueira	1. Projeto de Expansão e Recuperação de Áreas Produtivas.
	2. Projeto Eficiência Econômica das Unidades de Produção.
	3. Projeto Diversificação dos Estabelecimentos Rurais Produtores de Cacau.
	4. Projeto Desenvolvimento da Capacidade Empresarial do Produtor de Cacau.
	5. Projeto Práticas Sustentáveis na Produção de Cacau.
	6. Verticalização da Produção do Cacau.
9. Programa de Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja.	1. Projeto de Melhorias na Logística de Transportes.
	2. Projeto de Criação e Fortalecimento de Cooperativas.
10. Programa Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro	1. Projeto Concessão Florestal nas Florestas Estaduais e Nacionais.
	2. Projeto de Fomento aos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário de Uso Múltiplo nas Reservas Extrativistas.
	3. Projeto de Desburocratização, Readequação e Fortalecimento Institucional e Técnico nos Processos de Licenciamento dos PMFS.
	4. Projeto Implantação de Ações na Área de Logística de Transportes Rodoviário e Portuário.
	5. Projeto de Crédito Voltado a Verticalização do Setor, em Pequenas, Médias e Grandes Indústrias do Setor Madeireiro.
	6. Projeto de Desenvolvimento de APL Madeira - Móveis.
	7. Projeto de Adequação do Ensino Técnico e Superior Regional.
	8. Projeto de Fomento à Silvicultura (Florestas Plantadas).
	9. Projeto de Desenvolvimento Tecnológico.
	10. Projeto de Capacitação em Política Florestal.
	11. Projeto de Crédito e a Assistência Técnica para as Atividades de Custeio Florestal e Capital de Giro.
	12. Projeto de Apoio aos Processos de Exportação dos Produtos Madeireiros.
	13. Projeto de Marketing dos Produtos da Indústria de Base Florestal.
11. Programa de Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade	1. Projeto de Apoio à Organização dos Extrativistas na Produção dos Produtos da Sociobiodiversidade no Interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
	2. Projeto de Integração Indústria/Extrativistas.

Quadro 3. Matriz de Programas e Projetos. Diretriz III. Competitividade Sustentável (continuação).

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
12. Programa de Desenvolvimento da Indústria	1. Plano de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia.
	2. Projeto de Fortalecimento da ZPE Porto Velho.
	3. Projeto de Fortalecimento do Distrito Industrial de Porto Velho e de Novos Projetos Industriais Estratégicos e/ou Estruturantes.
	4. Projeto Fortalecimento da Agroindústria.
	5. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Processamento de Couro.
	6. Projeto de Apoio ao setor Metal-Mecânico de Vilhena.
	7. Projeto de Apoio aos Polos de Confecções.
	8. Projeto Incubadoras.
13. Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral	1. Projeto de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral.
	2. Projeto de Desenvolvimento de Polo Criativo no Setor Mineral Garimpeiro.
14. Programa de Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa	1. Projeto de Estruturação e Fortalecimento do Setor Cultural Estadual.
	2. Projeto Promoção da Cultura.
	3. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa.
15. Programa de Promoção do Turismo	1. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo para o Estado de Rondônia.
	2. Elaboração de Planos de Turismo para Polos Turísticos identificados.
	Ações: 1. Identificação dos Patrimônios Históricos Materiais (públicos e privados). 2. Identificação dos Patrimônios Históricos Imateriais. 3. Desenvolvimento de Infraestrutura de Fomento ao Turismo. 4. Implantação do Museu de Gente. 5. Implantação do Ponto Turístico Casa de Rondon (Região VII). 6. Implantação do Bosque Estadual em Pimenteiras (Região VII). 7. Instituição do Monumento BR 364 (Região VII). 8. Implantação do Pórtico da Amazônia Ocidental (Região VII). 9. Implantação do Centro Cultural Helênico Libanês em Guajará-Mirim. 10. Implantação de Ponto Turístico Vila dos Ferroviários de Porto Murtinho.
16. Programa de Infraestrutura Logística	1. Plano Estratégico de Logística e Transporte para o Estado de Rondônia.
	2. Programas de Curto Prazo em Logística.
	2.1. Projeto Infraestrutura Aeroportuária.
	2.2. Projeto Infraestrutura Ferroviária.
	2.3. Projeto Infraestrutura Portuária, Navegação e Hidrovia.
	2.4. Projeto Orla de Porto Velho.

Quadro 4 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz IV. Modernização da Gestão Pública.

PROGRAMA	PROJETO/AÇÃO
1. Programa de Apoio à Modernização da Gestão Pública	1. Desburocratização e e-Governo.
	2. Gestão Estratégica de Pessoas.
	3. Qualidade Fiscal.
	4. Governança.

4.1. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental

O ordenamento territorial tem sido desde a década de 1990, um dos grandes pressupostos do processo de planejamento do desenvolvimento sustentável (RIBEIRO, A. R, 2003).

Considerando o espaço amazônico esta premissa se coloca de modo ainda mais contundente, uma vez que a sua história recente está marcada por processos desordenados de ocupação e o desmatamento em larga escala, processos estes com ampla repercussão no Estado de Rondônia.

Exatamente diante deste quadro, que evoluia partir dos anos 1970, diversas intervenções de caráter regional e territorial foram implementadas no Estado, como o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), o Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia (PLANAFLORO) e ainda a elaboração da primeira aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia. Também neste contexto, no ano de 2010, pelo Decreto Federal N°7.378, foi instituído o Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

O documento técnico do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal reconhece que "a expansão da produção e a fixação dos novos contingentes populacionais na região deram-se, muitas vezes, de forma desordenada e insustentável, social e ambientalmente. Ainda que tenha trazido riqueza e bem estar a população no cômputo geral, o que se refletiu na melhoria dos indicadores sociais, notadamente na última década, este desenvolvimento não foi capaz de incluir algumas parcelas da população, em especial aquelas que já tradicionalmente ocupavam a região e que sofreram as consequências da exploração predatória dos recursos naturais, da violência contra os direitos humanos e da inadequação das instituições." (MMA, 2010).

Dessa forma, a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, voltado para atender as necessidades sociais e as exigências ambientais e econômicas, passa pela mudança da atual matriz produtiva para incluir critérios de sustentabilidade mediante processos de regulação e de instrumentos econômicos, assim como para alavancar transformações das formas de organização da economia e da produção, onde as formas atuais se revelem incompatíveis com o novo modelo (MMA, 2010).

Conforme a PNDR "políticas territoriais, por sua vez, referem-se a diferentes políticas caracterizadas por possuírem estratégias que reconhecem explicitamente o território na definição de sua intervenção.".

> *Nos últimos vinte anos o Brasil assiste, juntamente com a retomada do planejamento e de um papel mais ativo do Estado nos rumos do desenvolvimento, a emergência de uma série de políticas com abordagem territorial. Elas vão desde o esforço de definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, passando pela busca da territorialização do PPA - sob a liderança do MPOG -, até políticas setoriais com abordagem territorial - como a de promoção da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, a cargo do MDA, a de Zoneamento Sócio-Econômico Ambiental e promoção do desenvolvimento rural sustentável, a cargo Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, ou ainda, políticas de apoio ao desenvolvimento produtivo local, com as de apoio a APL." (MI/SDR, 2012).*

O Estado de Rondônia desenvolveu o ZSEE-RO, que se constitui em poderoso instrumento para o planejamento de curto, médio e longo prazo, no âmbito do PDES-RO.

Além do ZSEE-RO, o Estado de Rondônia dispõe de outros instrumentos de planejamento de base territorial como o Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia e o Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional do Estado de Rondônia - Propostas e Estratégias de Desenvolvimento. O primeiro territorializa ações na zona da fronteira nacional e o segundo estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão do Estado, com base em critérios de identidades territoriais e na rede de cidades, uma abordagem também de base territorial.O Estado de Rondônia também está contemplado com o Programa Territórios da Cidadania, importante programa federal de desenvolvimento, baseado na abordagem territorial e no desenvolvimento local. A sua convergência com os princípios e as estratégias da PNDR coloca este programa com grande destaque na formulação do PDES-RO. No Estado são sete Territórios da Cidadania abrangendo toda a área do Estado.

Esta diretriz, portanto, ao tempo em que territorializa o processo de planejamento, internaliza programas e projetos que são estratégicos dentro da abordagem territorial no âmbito do PDES-RO.

Nesse contexto, o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico e as Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia fornecem o esteio - a base territorial para a espacialização das políticas públicas vinculadas ao PDES-RO.

Também, dentro das orientações das políticas públicas federais e estaduais para a gestão ambiental, Rondônia vem desenvolvendo e executando programas e projetos voltados ao uso ordenado do solo, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), projetos de proteção ambiental como a gestão das unidades de conservação, além de atividades de comando e controle, como o licenciamento e a fiscalização de atividades poluidoras e predatórias, entre outros.

Portanto, o Estado dispõe de importante acervo de políticas territoriais e de gestão ambiental como o ZSEE-RO, o Programa da Faixa de Fronteira, os Territórios da Cidadania, os Programas de Gestão Ambiental, além de uma territorialização do processo de planejamento, com a criação das Regiões de Planejamento e Gestão.

Assim, considerando as orientações estratégicas da PNDR, a realidade diagnosticada e os programas já existentes e em desenvolvimento no Estado de Rondônia, nesta diretriz foram selecionados os seguintes programas:

1. Implementação e Execução do ZSEE-RO.
2. Programa de Desenvolvimento Territorial.
3. Programa Gestão Ambiental.
4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia.

Conforme o contexto e os objetivos definidos para cada programa, foi indicado um rol de projetos, conformando uma matriz de programas e projetos, conforme o já citado Quadro 1.

4.1.1. Programa 1. Implementação e Execução do ZSEE de Rondônia

a) Contexto

Conforme o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE/Brasil), conceitualmente o ZEE deve estar integrado "aos sistemas de planejamento em todos os níveis da administração pública e gerenciando, em diversas escalas de tratamento, as informações necessárias a gestão do território. Nesse sentido, o PZEE subsidia a formulação de políticas de planejamento, ordenação e gerenciamento do território da União, Estados e Municípios, orientando os diversos níveis decisórios para a adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do País, propondo soluções de proteção ambiental e de desenvolvimento que considerem a melhoria das condições de vida da população e a redução dos riscos de perda do patrimônio natural." (MMA/PZEE, 2006).

De acordo com o Macrozoneamento da Amazônia Legal "frente à diversidade sociocultural, ecológica e econômica da Amazônia (e de Rondônia), não há como elaborar estratégias válidas para todos os tempos, todos os lugares e todos os problemas. Algumas estratégias são respostas voltadas para as áreas mais antropizadas, sejam urbanas ou rurais. Outras focam as áreas onde predominam os ecossistemas naturais com sua sociobiodiversidade, ainda bastante preservados. E há aquelas voltadas para as frentes de expansão, que são áreas que concentram as principais dinâmicas e vetores da expansão predatória. Em qualquer caso, a meta sempre é o desenvolvimento, com o apoio para a recuperação dos passivos e manutenção dos ativos ambientais, sem os quais não há sustentabilidade" (MMA, 2010).

O ZSEE-RO, na escala de 1:250.000, foi instituído pela Lei Estadual Complementar Nº 233/2000, constituindo-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado. Posteriormente, esta Lei foi alterada pela Lei Complementar Nº 312, de 06 de maio de 2005, acrescentando e revogando dispositivos da mesma.

Em seu artigo 3, a Lei Estadual indica que o objetivo do ZSEE-RO é o de "orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável.".

Define ainda esta legislação que a implementação do ZSEE-RO será realizada com base em zonas e subzonas definidas para efeito de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo setor público e privado do Estado. As zonas são definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, bem como pelas Unidades de Conservação. Esta implementação pressupõe o desenvolvimento e execução de programas e projetos no plano estadual nas mais diversas áreas do desenvolvimento socioeconômico.

O ZSEE-RO tem um caráter transversal, tanto com relação às diferentes políticas públicas nas diversas áreas do desenvolvimento que devem ser observadas, quanto à territorialização destas políticas em diferentes espaços, com perfis socioeconômicos e ecológicos diversos e diferentes potencialidades.

O ZSEE-RO surge assim, como um elemento de base legal e programática fundamental na espacialização das políticas públicas no âmbito do PDES-RO. Conforme diretrizes de uso e ocupação do solo, o território do Estado foi contemplado com três zonas distintas e suas subzonas. A Zona 1 está conformada por áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal. A Zona 2 é composta de áreas de uso especial, destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável. A Zona 3 é composta de áreas institucionais, constituídas por aquelas protegidas de uso restrito e controlado.

A implementação do ZSEE-RO significa executar as diretrizes previstas no âmbito deste programa, para cada uma das zonas e subzonas aí definidas. Significa, portanto, territorializar, na forma de programas e projetos, as diretrizes previstas.

b) Objetivo

O ZSEE-RO tem por objetivo orientar a implementação de medidas e promover a elevação do padrão socioeconômico das populações por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável (artigo 3º da Lei Complementar N°233/2000).

c) Carteira de Projetos

De início, ressalta-se que a continuidade e o avanço na execução das políticas territoriais no Estado a curto, médio e longo prazo está vinculada a três ações importantes: 1) conclusão da elaboração da terceira aproximação do ZSEE-RO; 2) funcionamento da Comissão Estadual do ZSEE-RO (CEZEE); 3) revisão periódica e atualização do ZSEE-RO pela CEZEE, agregando o acompanhamento dos indicadores e metas do PDES-RO, no que tange à territorialização dos programas e projetos previstos(conforme proposto no Modelo de Gestão, Capítulo 5).

Ressalta-se que o ZSEE-RO já se encontra em revisão (terceira aproximação) e que novas atualizações deverão ser necessárias, devido à dinâmica socioeconômica no espaço territorial, principalmente com relação à criação de novas áreas protegidas e detalhamentos mais precisos (escalas) que possam ser realizados. Essas atualizações estão propostas para 5, 10 e 15 anos, conforme o horizonte e os prazos (curto, médio e longo) já definidos no âmbito geral do PDES-RO. Neste sentido, a instância responsável por estas ações é, por lei, a Comissão Estadual do ZSEE-RO.

Portanto, no âmbito do PDES-RO para este programa, ficam definidas as ações acima elencadas, que integram o seu planejamento, além dos projetos previstos.

Com relação à execução do ZSEE-RO e tomando as diretrizes orientadas para cada uma das zonas e subzonas aí definidas, percebe-se que diversos programas e projetos já estão em curso no Estado, no sentido do cumprimento destas diretrizes. No entanto, novos projetos são indicados no planejamento, preenchendo lacunas.

Os quadros 5 a 13 apresentam a descrição das zonas e subzonas do ZSEE-RO, mapas por subzonas e Regiões de Planejamento, assim como suas diretrizes. São indicadas, por subzonas, a incidência das Regiões de Planejamento, como também as ações indicadas, decorrentes das diretrizes do ZSEE-RO.

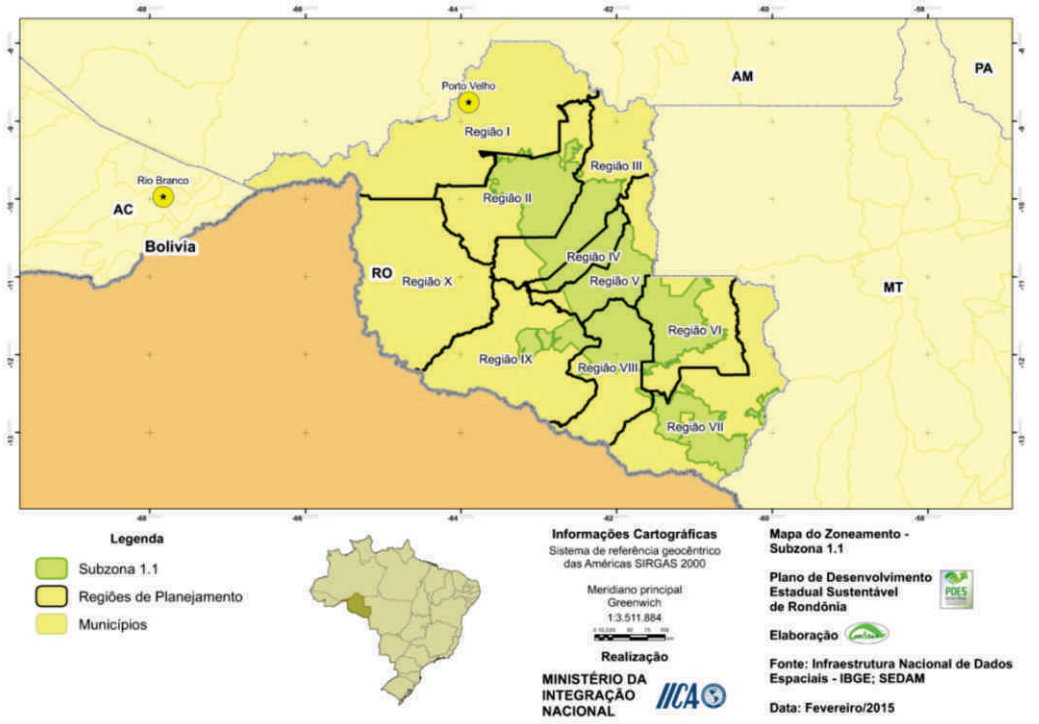
[4] Lei Complementar N.º 233, de 06 de junho de 2.000, que dispõe sobre o ZSEE do Estado de Rondônia e dá outras providências. Conforme o artigo 28, a Comissão Estadual de Zoneamento do Estado é o órgão colegiado encarregado de promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos do ZSEE.

Quadro 5 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.1. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA1. É composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal. Abrange 120.310,48 Km², equivalentes a 50,45% da área total do Estado. A título de reserva legal deve ser observado o mínimo de 80% (oitenta por cento) da propriedade rural, e que para fins de recomposição florestal da reserva legal deve-se averbar, observando o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos. A Reserva Legal deverá, preferencialmente, situar-se em área contígua às áreas de preservação permanente.

SUBZONA 1.1. Área com grande potencial social, com alto potencial de ocupação humana. Área com estabilidade ambiental. Área destinada à intensificação e consolidação das atividades agropecuárias, agroflorestais, florestais, agroindustriais, industriais e minerais. Área com desmatamento restrito ao limite da área de reserva legal e fomentada as atividades de recuperação das áreas de preservação permanentes. Área com estradas de acesso. Área que concentra as maiores densidades populacionais do Estado e seus municípios ou assentamentos urbanos mais importantes. Área com custo de preservação ambiental muito elevado. Área com solos de boa aptidão agrícola e baixa vulnerabilidade a erosões.

Diretrizes
Área apropriada para projetos de reforma agrária.
Estímulo ao incremento da produtividade agropecuária.
Estímulo para a implantação de técnicas agrícolas modernas.
Estímulo para a implantação de projetos de irrigação.
Estímulo, com incentivos, para a criação de agroindústrias, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta.
Regiões de Planejamento Subzona 1.1.
I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, e IX.
Ações Indicadas
Cadastro Ambiental Rural.
Implantação de Assentamentos de Reforma Agrária.
Fomento ás Técnicas Agrícolas Modernas e Incremento da Produtividade Agropecuária.
Implantação de Agricultura Irrigada.
Implantação de Agroindústrias de Base Agropecuária.
Implantação de Agroindústrias de Base Agroflorestais.



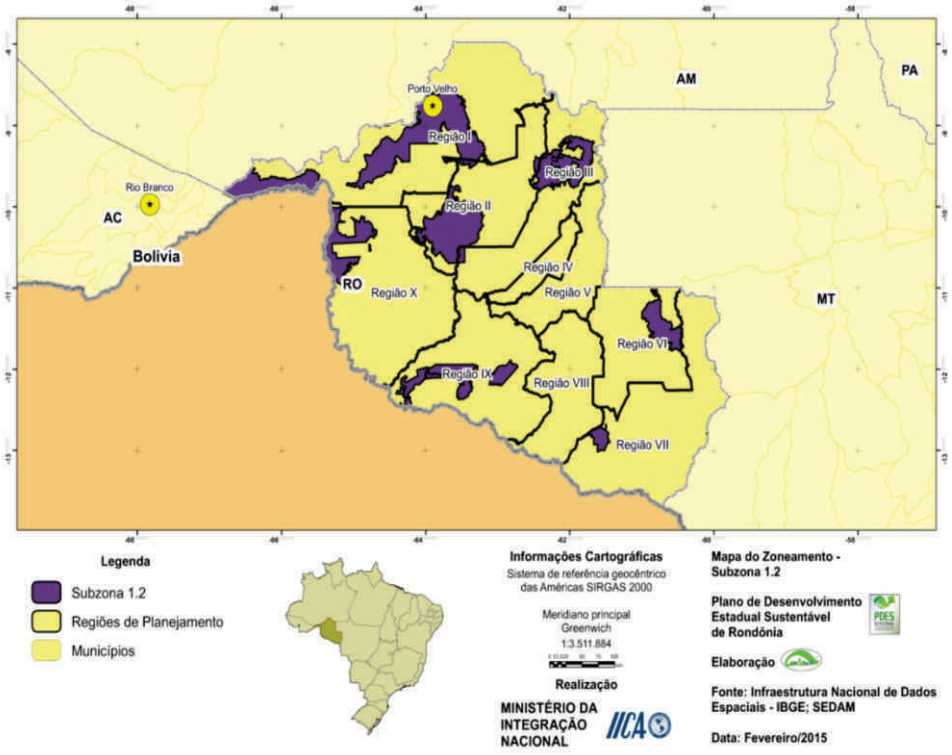
Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 6 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.2. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 1. É composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal. Abrange 120.310,48 Km², equivalentes a 50,45% da área total do Estado. A título de reserva legal deve ser observado o mínimo de 80% (oitenta por cento) da propriedade rural, e que para fins de recomposição florestal da reserva legal deve-se averbar, observando o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos. A Reserva Legal deverá, preferencialmente, situar-se em área contígua às áreas de preservação permanente.

SUBZONA 1.2. Área com médio potencial social, onde predominam a cobertura florestal natural. Área onde ainda predomina a cobertura florestal natural. Área em processo acelerado de ocupação. Área com desmatamentos não controlados. Área com aptidão agrícola regular. Área com baixa e média vulnerabilidade à erosão.

Diretrizes
Esforços para a regularização fundiária.
Controle da exploração florestal.
Controle do desmatamento.
Medidas compensatórias visando a preservação dos recursos florestais remanescentes.
Desmatamentos incrementais condicionados às potencialidades e fragilidades naturais.
Desmatamentos incrementais condicionados ao contexto de programas de reforma agrária em processo de implementação.
Incremento da produtividade agropecuária, baseada em técnicas agrícolas mais modernas.
Observação das aptidões agrícolas envolvendo o uso de insumos e práticas de manejo.
Regiões de Planejamento Subzona 1.2.
I, II, III,VI, VII, IX e X.
Ações Indicadas
Regularização Fundiária.
CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias, extrativismo madeireiro, desmatamento e adequação das atividades à aptidão agrícola do solo.
Fomento às Técnicas Agrícolas Modernas e Incremento da Produtividade Agropecuária.
Controle do desmatamento.
Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.



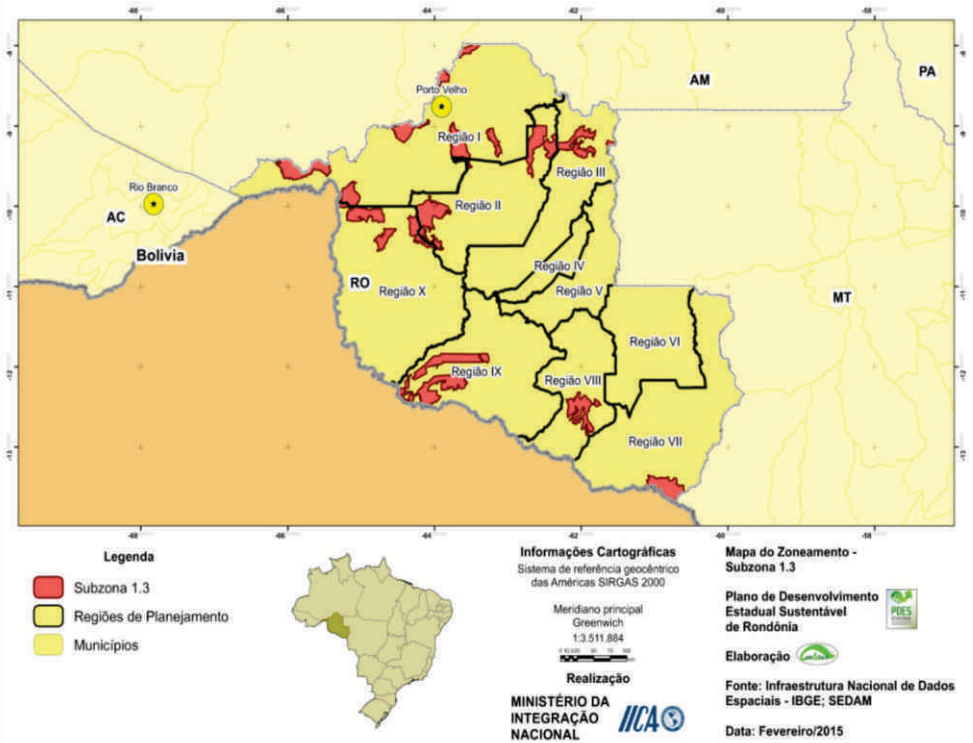
Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 7 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.3. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 1. É composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal. Abrange 120.310,48 Km², equivalentes a 50,45% da área total do Estado. A título de reserva legal deve ser observado o mínimo de 80% (oitenta por cento) da propriedade rural, e que para fins de recomposição florestal da reserva legal deve-se averbar, observando o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos. A Reserva Legal deverá, preferencialmente, situar-se em área contígua às áreas de preservação permanente.

SUBZONA 1.3. Área com claro predomínio da cobertura vegetal natural. Área com expressivo potencial florestal. Área em processo de ocupação incipiente, com conversão da cobertura vegetal natural não controlado. Aptidão agrícola predominantemente restrita. Área com vulnerabilidade média à erosão.

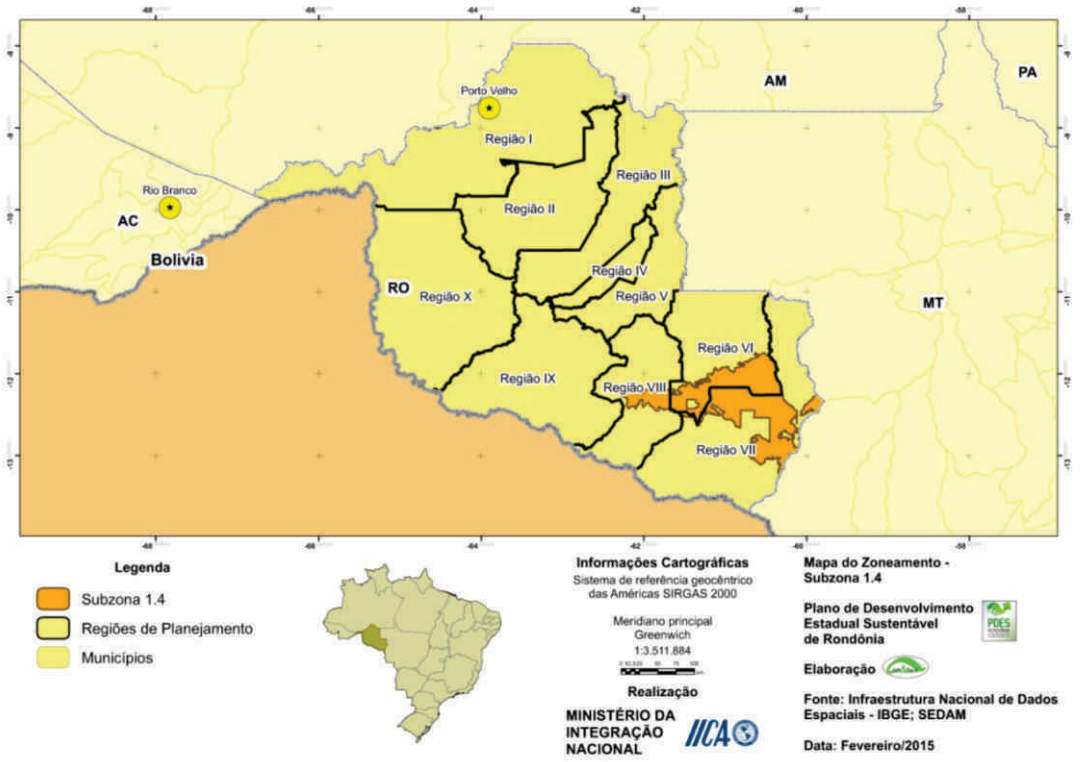
Diretrizes
Aproveitamento dos recursos naturais.
Atividades agropecuárias já existentes devem ser mantidas.
Desestímulo à expansão das atividades agropecuárias.
Regularização fundiária no processo de ocupação.
Controle da exploração florestal.
Controle do desmatamento.
Implantação de consórcios agroflorestais, reflorestamento e cultivos permanentes de um modo geral.
Regiões de Planejamento Subzona 1.3.
I , II, III, VII, VIII, IX e X.
Ações Indicadas
Regularização Fundiária.
CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias, extrativismo madeireiro, desmatamento e adequação das atividades à aptidão agrícola do solo.
Controle do desmatamento.
Fomento às atividades sustentáveis em SAF.
Fomento à agricultura permanente.
Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.



Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 8 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.4. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA1. É composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal. Abrange 120.310,48 Km², equivalentes a 50,45% da área total do Estado. A título de reserva legal deve ser observado o mínimo de 80% (oitenta por cento) da propriedade rural, e que para fins de recomposição florestal da reserva legal deve-se averbar, observando o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos. A Reserva Legal deverá, preferencialmente, situar-se em área contígua às áreas de preservação permanente.
SUBZONA 1.4. Área onde a infraestrutura disponível propicia a exploração das terras. Área com restrições ao desenvolvimento de atividades de conversão da cobertura vegetal natural. Área com ecossistemas de relevante interesse para a preservação de recursos naturais. Área com interesse para a preservação de recursos hídricos. Área com recursos hídricos potencialmente aproveitáveis para hidrelétricas de pequeno porte. Área com vulnerabilidade a erosão predominantemente alta.
Diretrizes
Implantação de sistemas de exploração que garantam o controle da erosão tais como reflorestamento, consórcios agroflorestais e culturas permanentes.
Condicionar desmatamentos incrementais à vulnerabilidade à erosão
Condicionar desmatamentos incrementais às potencialidades e fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural.
Medidas compensatórias visando a preservação dos recursos florestais remanescentes.
Regiões de Planejamento Subzona 1.4.
VI, VII e VIII
Ações Indicadas
CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias, extrativismo madeireiro, desmatamento e adequação das atividades à aptidão agrícola do solo.
Controle do desmatamento.
Fomento às atividades sustentáveis em SAF.
Fomento à agricultura permanente.
Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.



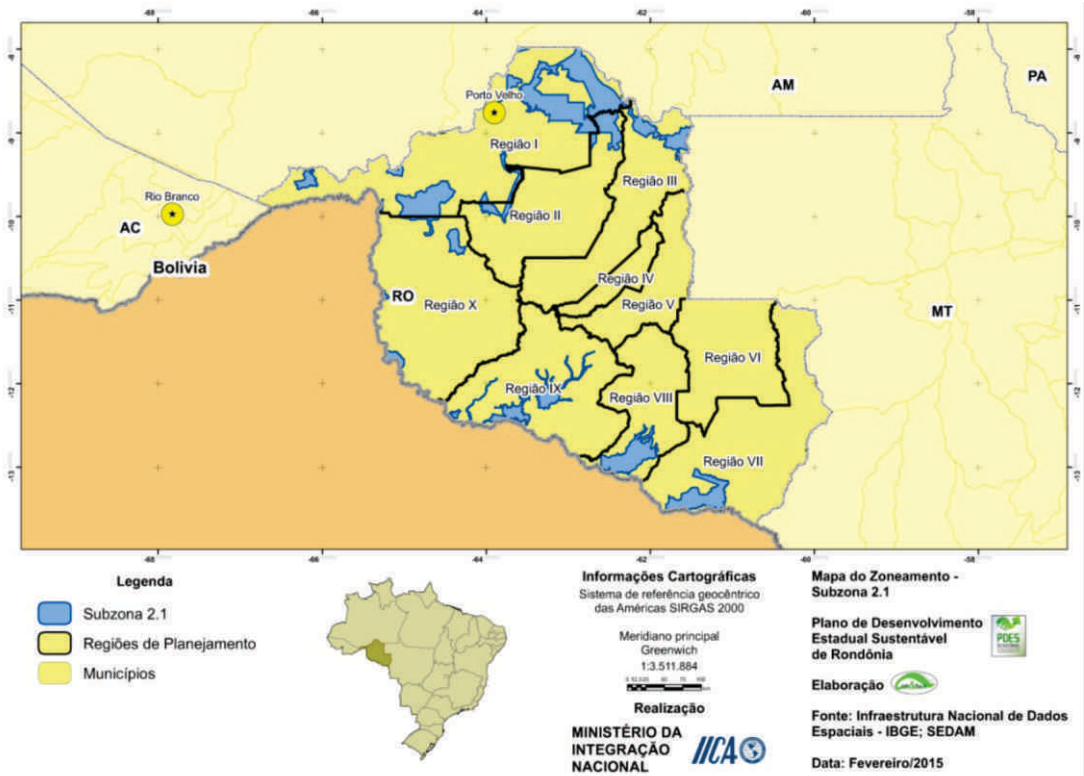
Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 9 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 2. Subzona 2.1. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 2. As Subzonas da Zona 2 são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.Abrangiam 34.834,42 km², equivalentes a 14,6% da área total do Estado, mas com as modificações sofridas desde sua criação, sua área foi reduzida para 25.611,0504 Km², sendo esta diferença de área agregada à zona 3.

SUBZONA 2.1. Área onde as atividades de conversão das terras florestais são pouco expressivas e o capital natural, sobretudo o florestal, se apresenta ainda em condições satisfatórias de exploração madeireira e não madeireira. Área onde o custo de oportunidade de preservação se mantém entre baixo e médio e existe boa possibilidade de conservar o estado natural, além do valor das terras florestais poder ser incrementado mediante agregação de valor às existências florestais, por meio de exploração seletiva de seus produtos. Área com setores de alto potencial para o ecoturismo e para atividades de pesca em suas diversas modalidades.

Diretrizes
Priorizar o aproveitamento dos recursos naturais, evitando a conversão da cobertura vegetal natural.
Manutenção das atividades agropecuárias existentes.
Não permissão da expansão de atividades agropecuárias.
Utilização, com manejo adequado, das áreas de campo naturais para atividades agropecuárias.
Fomento de atividades de manejo florestal.
Fomento de atividades de extrativismo.
Manutenção de acessos já existentes.
Regiões de Planejamento Subzona 2.1
I, II, III, VII, VIII, IX e X.
Ações Indicadas
Fomento às atividades sustentáveis do extrativismo e manejo florestal.
CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias e extrativismo madeireiro.
Fomento ao Manejo Sustentável dos Campos Naturais.
Manutenção das vias de acessos já existentes.
Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.



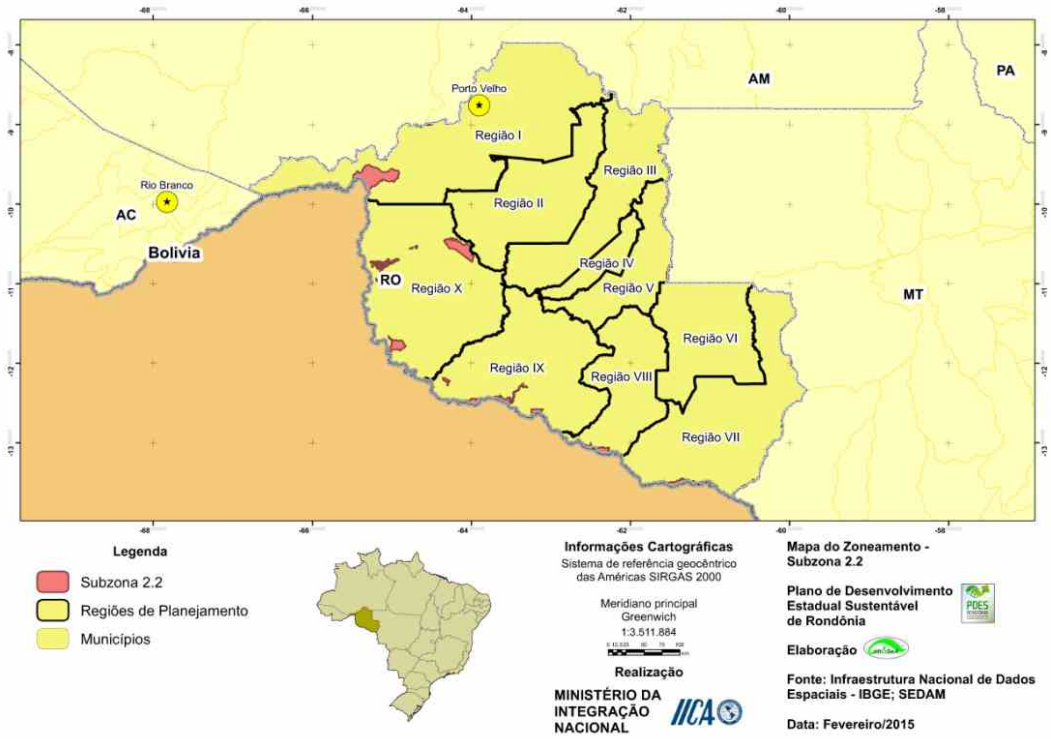
Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 10 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 2. Subzona 2.2. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 2. As Subzonas da Zona 2 são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.Abrangiam 34.834,42 km², equivalentes a 14,6% da área total do Estado. Com as modificações sofridas desde sua criação, sua área foi reduzida para 25.611,0504 Km², sendo esta diferença de área agregada a zona 3.

SUBZONA 2.2. Área com ocupação inexpressiva; e, Área com custo de preservação da floresta natural expressivamente baixo, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural.

Diretrizes
Devem ser destinadas à conservação da natureza.
Esforços no sentido da manutenção e conservação da biodiversidade.
Incentivo às atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental.
Atividades de manejo sustentado.
Não conversão da cobertura vegetal natural, exceto quando extremamente necessário, apenas em pequenas áreas para a manutenção da subsistência familiar.
Áreas convertidas devem ser direcionadas para a recuperação.
Recomenda-se a criação de áreas protegidas de domínio público ou privado devido às características específicas de sua biodiversidade.
Regiões de Planejamento Subzona 2.2
I, VII, VIII, IX e X.
Ações Indicadas
Criação de Unidades de Conservação.
Recuperação de áreas degradadas.
Fomento às atividades sustentáveis do extrativismo e manejo florestal.
CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias e extrativismo madeireiro.
Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.



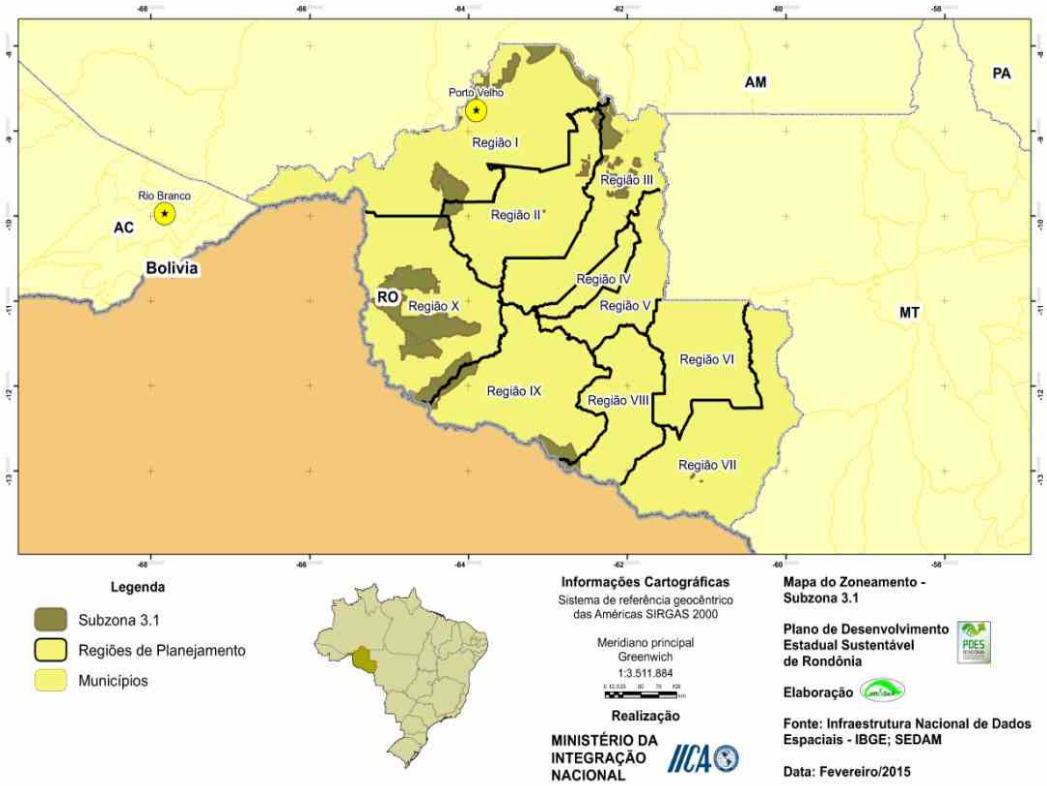
Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 11 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 3. Subzona 3.1. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 3. As Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios. Na primeira versão da 2ª aproximação do Zoneamento, abrangiam 41.875,32 km², equivalentes a 34,95 % da área total do Estado. Com as alterações ocorridas desde a criação da 2º Aproximação do Zoneamento, estas zonas tiveram um acréscimo de áreas oriundas da criação de novas Unidades de Conservação. Sendo assim, a área atual é de 93.344,1198 Km², correspondente a aproximadamente 39% da área total do Estado.

SUBZONA 3.1. Áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto.

Diretrizes
Utilização dos recursos ambientais em acordo com os planos e diretrizes específicas das unidades instituídas, tais como Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado.
Utilização de recursos ambientais em acordo com os planos e diretrizes específicas para reservas extrativistas.
Utilização de recursos ambientais em acordo com os planos e diretrizes específicas para outras categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
Regiões de Planejamento Subzona 3.1
I, II, III, VII, VIII, IX e X.
Ações Indicadas
Elaboração de PM de UC de Uso Sustentável Estaduais.
Elaboração de PM de UC de Uso Sustentável Federais.
Elaboração de Plano de Uso em UC Sustentáveis Estaduais.
Elaboração de Plano de Uso em UC Sustentáveis Federais.
Criação de Conselhos Gestores de UC Estaduais.
Criação de Conselhos Gestores de UC Federais.
Concessões de exploração comunitária e empresarial em Florestas Estaduais.
Concessões de exploração comunitária e empresarial em Florestas Nacionais.
Apoio à elaboração dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis em projetos comunitários de exploração florestal madeireira e não madeireira.
Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.



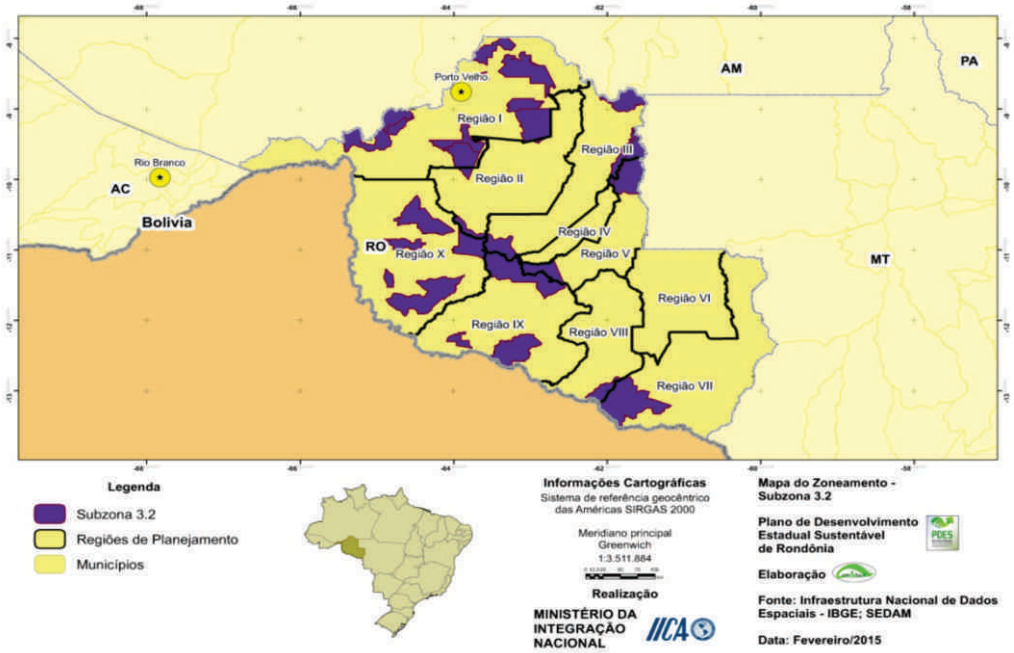
Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 12 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 3. Subzona 3.2. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 3. As Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios.Na primeira versão da 2ª aproximação do Zoneamento, abrangiam 41.875,32 km², equivalentes a 34,95 % da área total do Estado. Com as alterações ocorridas desde a criação da 2º Aproximação do Zoneamento, estas zonas tiveram um acréscimo de áreas oriundas da criação de novas Unidades de ação. Sendo assim, a área atual é de 93.344,1198 Km², correspondente a aproximadamente 39% da área total do Estado.

SUBZONA 3.2. Áreas formadas pelas unidades de conservação de uso indireto.

Diretrizes	
O uso deve-se limitar às finalidades das unidades instituídas, tais como estações ecológicas, parques e reservas biológicas, patrimônio espeleológico, reservas particulares do patrimônio natural e outras categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.	
Regiões de Planejamento Subzona 3.2	
I, II, III, V, VII, VIII, IX e X.	
Ações Indicadas	
Elaboração de Planos de Manejo na UC de Proteção Integral Estaduais.	
Elaboração de Planos de Manejo na UC de Proteção Integral Federais.	
Criação de Conselho Gestor nas UC de Proteção Integral Estaduais.	
Criação de Conselho Gestor nas UC de Proteção Integral Federais.	

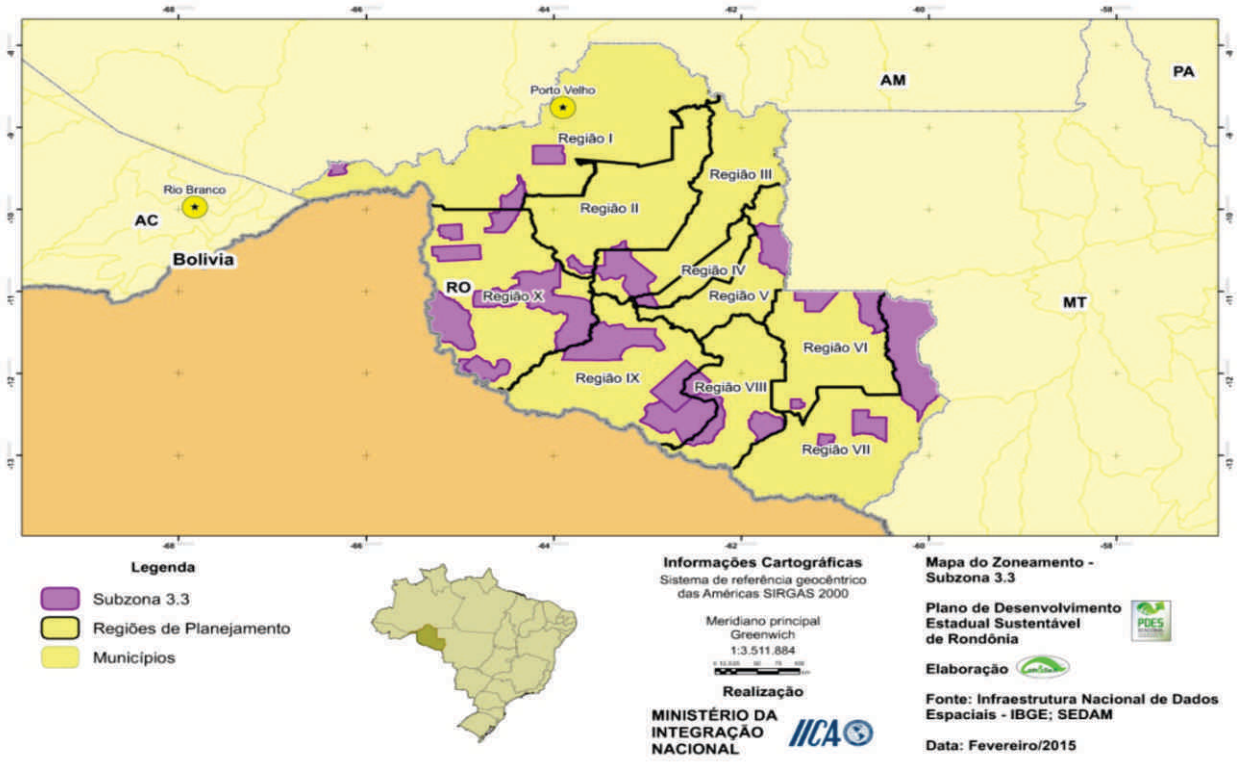


Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Quadro 13 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 3. Subzona 3.3. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas.

ZONA 3. As Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios. Na primeira versão da 2ª aproximação do Zoneamento, abrangiam 41.875,32 km², equivalentes a 34,95 % da área total do Estado. Com as alterações ocorridas desde a criação da 2º Aproximação do Zoneamento, tiveram um acréscimo de áreas oriundas da criação de novas Unidades de Conservação. Sendo assim, a área atual é de 93.344,1198 Km², correspondente a aproximadamente 39% da área total do Estado.
SUBZONA 3.3. Áreas formadas pelas terras indígenas.

Diretrizes
Uso limitado por lei.
Uso de recursos naturais somente mediante autorização ou concessão da União.
Regiões de Planejamento Subzona 3.3
I, II, III, IV, V, VII, VI, VIII, IX e X
Ações Indicadas
Implementação das ações previstas nas políticas públicas para terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outros órgãos federais (pacto de metas).



Fonte: ZSEE-RO, 2000.

Com vistas à implementação do ZSEE-RO, o Quadro 14 apresenta o rol de projetos (Carteira de Projetos) previstos, decorrentes das ações indicadas (a partir das diretrizes), por zonas e subzonas com a indicação das Regiões de Planejamento de incidência.

O Programa de Implementação do ZSEE-RO não executa os projetos propostos. O ZSEE-RO apenas territorializa estes projetos que são decorrentes dos programas e projetos que integram as diretrizes do PDES-RO.

Sendo um programa essencialmente transversal, os projetos necessários à execução do ZSEE-RO encontram-se distribuídos tanto nos programas e projetos da Diretriz I, quanto nas demais, estando presentes em todas as Regiões de Planejamento.

Vale ainda observar que o ZSEE-RO inclui também áreas institucionais federais instituídas no território do Estado. São Unidades de Conservação Federais, Terras Indígenas e Quilombolas para as quais se trata do estabelecimento de um Pacto de Metas com os órgãos responsáveis do governo federal.

Quadro 14 - Projetos previstos por zonas e subzonas do ZSEE do Estado de Rondônia no âmbito do PDES-RO.

Zonas	Subzonas	Ações indicadas (diretrizes do ZSEE-RO)	Diretriz / programa relacionado. PDES-RO	Projetos	Regiões de planejamento
Zona 1. Áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal	Subzona 1.1.	Cadastro Ambiental Rural (CAR).	Diretriz I. Programa 3.	Projeto 8. Cadastro Ambiental Rural	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, e IX.
		Implantação de Assentamentos de Reforma Agrária.	Diretriz I. Programa 2.	Todos os projetos do Programa 2.	
		Fomento ás Técnicas Agrícolas Modernas e Incremento da Produtividade Agropecuária.	Diretriz III Vários Programas	Projetos produtivos agropecuários da Diretriz III	
		Implantação de Agroindústrias de Base Agropecuária.	Diretriz III Vários Programas	Relacionado aos projetos produtivos da Diretriz III	
		Implantação de Agroindústrias de Base Agroflorestais.	Diretriz III. Vários Programas	Relacionado aos projetos produtivos da Dimensão III	
	Subzona 1.2.	Regularização Fundiária.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto Regularização Fundiária	I, II, III,VI, VII, IX e X.
		CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias, extrativismo madeireiro, desmatamento e adequação das atividades à aptidão agrícola do solo.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto 8. Cadastro Ambiental Rural(Acompanhamento).	
		Fomento ás Técnicas Agrícolas Modernas e Incremento da Produtividade Agropecuária.	Diretriz III. Vários Programas	Relacionado aos projetos produtivos agropecuários da Dimensão III	
		Controle do desmatamento.	Diretriz I. Programa 3.	Controle do Desmatamento	

Quadro 14 - Projetos previstos por zonas e subzonas do ZSEE do Estado de Rondônia no âmbito do PDES-RO (continuação).

Zonas	Subzonas	Ações indicadas	Diretriz / programa relacionado.PDES-RO	Projetos	Regiões de planejamento
Zona 1. Áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal	Subzona 1.3.	Regularização Fundiária.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto Regularização Fundiária	I , II, III, VII, VIII, IX e X.
		CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias, extrativismo madeireiro, desmatamento e adequação das atividades à aptidão agrícola do solo.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto 8. Cadastro Ambiental Rural Acompanhamento.	
		Controle do Desmatamento.	Diretriz I. Programa 3.	Controle do Desmatamento	
		Fomento às atividades sustentáveis em SAF.	Diretriz III Programa 4 Programa 5 Programa 11	Projeto Agroecologia. Projeto ABC (Baixa Emissão de Carbono). Projeto Sociobiodiversidade.	
		Fomento à agricultura permanente.	Diretriz III. Vários Programas	Vários Projetos na Diretriz III	
		Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.	Diretriz II. Programa 1.	Projetos de Políticas Sociais.	
	Subzona 1.4.	CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias, extrativismo madeireiro, desmatamento e adequação das atividades à aptidão agrícola do solo.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto 8. Cadastro Ambiental Rural Acompanhamento.	VI, VII e VIII
		Controle do desmatamento.	Diretriz I. Programa 3.	Controle do Desmatamento	
		Fomento às atividades sustentáveis em SAF.	Diretriz III Programa 4 Programa 5 Programa 11	Projeto Agroecologia. Projeto ABC (Baixa Emissão de Carbono). Projeto Sociobiodiversidade.	
		Fomento à agricultura permanente.	Diretriz III. Vários Programas	Vários Projetos na Diretriz III	
		Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.	Diretriz II. Programa 1.	Projetos de Políticas Sociais.	

Quadro 14 - Projetos previstos por zonas e subzonas do ZSEE do Estado de Rondônia no âmbito do PDES-RO (continuação).

Zonas	Subzonas	Ações indicadas	Diretriz/ programa relacionado.PDES-RO	Projetos	Regiões de planejamento
Zona 2. Áreas de Conservação dos recursos Naturais	Subzona 2.1.	Fomento às atividades sustentáveis do extrativismo e manejo florestal.	Diretriz III. Programa 5 Programa 10 Programa 11	Projeto ABC (Baixa Emissão de Carbono) e Projeto Setor Madeireiro. Projeto Sociobiodiversidade.	I, II, III, VII, VIII, IX e X.
		CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias e extrativismo madeireiro.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto 8. Cadastro Ambiental Rural Acompanhamento.	
		Fomento ao Manejo Sustentável dos Campos Naturais.	Diretriz III Programa 5	Projeto ABC (Baixa Emissão de Carbono)	
		Manutenção das vias de acessos já existentes.	Diretriz III Programa 16	Projeto Infraestrutura Logística – Curto Prazo.	
		Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.	Diretriz II. Programa 1.	Projetos de Políticas Sociais.	
	Subzona 2.2.	Criação de Unidades de Conservação.	Diretriz I Programa 3	Projeto Criação e Gestão de UC Estaduais.	I, VII, VIII, IX e X.
		Recuperação de áreas degradadas.	Diretriz I Programa 3	Projeto Recuperação de áreas degradadas	
		Fomento às atividades sustentáveis do extrativismo e manejo florestal.	Diretriz III. Programa 5 Programa 10 Programa 11	Projeto ABC (Baixa Emissão de Carbono) e Projeto Setor Madeireiro. Projeto Sociobiodiversidade.	
		CAR. Acompanhamento das atividades agropecuárias e extrativismo madeireiro.	Diretriz I. Programa 3.	Projeto 8. Cadastro Ambiental Rural Acompanhamento.	
		Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.	Diretriz II. Programa 1.	Projetos de Políticas Sociais.	

Quadro 14 - Projetos previstos por zonas e subzonas do ZSEE do Estado de Rondônia no âmbito do PDES-RO (continuação).

Zonas	Subzonas	Ações indicadas	Diretriz/ programa relacionado.PDES-RO	Projetos	Regiões de planejamento
Zona 3. Áreas institucionais	Subzona 3.1.	Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais.	Diretriz I Programa 3	Projeto Criação e Gestão de Unidades de Conservação. (Pacto de Metas)[1]	I, II, III, VII, VIII, IX e X.
		Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais (1).			
		Elaboração de PU em UC Sustentáveis Estaduais.			
		Elaboração de PU em UC Sustentáveis Federais (1).			
		Criação de Conselhos Gestores de UC Estaduais.			
		Criação de Conselhos Gestores de UC Federais (1)			
		Concessões de exploração comunitária e empresarial em Florestas Estaduais.		Projeto Concessão de Exploração em Florestas Estaduais e Nacionais. (Pacto de Metas)[1]	
		Concessões de exploração comunitária e empresarial em Florestas Nacionais (1).			
		Apoio à elaboração de PMFS em projetos comunitários florestais madeireiro e não madeireiro.	Diretriz III Programa 5 Programa 11	Projeto ABC (Baixa Emissão de Carbono) e Projeto Setor Madeireiro.	
		Pagamento por Serviços Ambientais – Bolsa Verde.	Diretriz II. Programa 1.	Projetos de Políticas Sociais.	
	Subzona 3.2.	Elaboração de PM UC de Proteção Integral Estaduais.	Diretriz I Programa 3	Projeto Criação e Gestão de Unidades de Conservação.	I, II, III, V, VII, VIII, IX e X.
		Elaboração de PM nas UC Proteção Integral Federais (1).			
		Criação de Conselho Gestor nas UC de Proteção Integral Estaduais.			
		Criação de Conselho Gestor nas UC de Proteção Integral Federais (1).			
	Subzona 3.3.	Implementação das ações previstas nas políticas públicas para terras indígenas pela FUNAI e outros órgãos federais (1 - pacto de metas).	Diretriz I Programa 3	Pacto de Metas[1]	I, II, III, IV, V, VII, VI, VIII, IX e X

Nota: (1) Pacto de Metas a ser firmado com o governo federal no âmbito do modelo de gestão.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 1. Implementação e Execução do ZSEE de Rondônia

O desempenho na execução do ZSEE-RO, em termos de metas a serem alcançadas nos projetos indicados, será verificado pelo alcance destas metas para os indicadores definidos nas dimensões, programas e projetos que incidem em suas diferentes zonas e subzonas, conforme as matrizes de planejamento de cada diretriz/programa/projetos (ver itens em cada Diretriz/programa/projeto).

No entanto, paralelamente, deve ser observado o cumprimento das ações e metas propostas, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 - Matriz de Planejamento. Programa ZSEE-RO. Ações. Indicadores e Metas.

Ações	Indicadores	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
			Curto	Médio	Longo	
Funcionamento da Comissão Estadual do ZSEE-RO.	Reuniões Periódicas realizadas.	Atas de Reunião	1	1	1	SEPOG/SEDAM
Primeira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.	Documento Técnico de revisão elaborado.	Documento Técnico	1	-	-	
Segunda Revisão e Atualização do ZSEE-RO.	Documento Técnico de revisão elaborado.	Documento Técnico	-	1		
Terceira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.	Documento Técnico de revisão elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	
Acompanhamento dos indicadores e metas do PDES-RO, com a territorialização dos programas e projetos previstos.	Reuniões Periódicas realizadas.	Ata e Documento Técnico	1	1	1	

4.1.2. Programa 2. Desenvolvimento Territorial

a) Contexto

No ano de 2004 o governo federal iniciou a execução do Programa Territórios Rurais e no ano de 2008 (como seu desdobramento) o Programa Territórios da Cidadania, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias são articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre governo federal, estados e municípios.

O Programa Territórios da Cidadania é um importante programa de desenvolvimento, baseado na abordagem territorial e no desenvolvimento local. A sua convergência com os princípios e as estratégias da PNDR coloca este programa com grande destaque no contexto do PDES-RO.

A definição de indicadores e metas no âmbito do PDES-RO para os Territórios da Cidadania e Territórios Rurais aponta para o desafio do pacto federativo que, entre outros objetivos, visa impedir a duplicação de esforços e retrabalhos na execução das políticas públicas, promovendo uma maior eficácia e efetividade nos processos de integração das ações dos governos federal, estadual e municipal.

Desta forma, o PDES-RO deve considerar também os planos executivos para os Territórios da Cidadania e Territórios Rurais no Estado de Rondônia, configurados nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). O PDES-RO, além de criar mecanismos próprios (indicadores e metas) para o acompanhamento dos programas e projetos nesta instância, estabelece, através do Modelo de Gestão, mecanismos para o seu planejamento, programação, execução, acompanhamento, avaliação e reprogramação.

Deve-se atentar que os PTDRS são instrumentos construídos socialmente pelos Colegiados Territoriais, que levam em consideração a diversidade de grupos e os interesses sociais, culturais, políticos e econômicos, de forma a se tornar gerador e estimulador da organização contínua do território. Os planos traçam diagnóstico dos municípios partícipes e, a partir dos dados obtidos, são elaboradas estratégias e linhas de ação para as potencialidades regionais (MDA/SDT, 2005).

b) Objetivo

Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura e ações fundiárias articuladas com participação social e a integração entre governo federal, estados e municípios (MDA/SDT, 2008).

c) Carteira de Projetos

No Estado de Rondônia estão implantados ou em implantação sete Territórios da Cidadania e Rurais: Central, Cone Sul, Machado, Madeira-Mamoré, Vale do Guaporé, Vale do Jamari e Zona da Mata.

Para cada território estão previstos ou elaborados os PTDRS. Estes planos definem uma grande quantidade de ações e metas a serem realizadas. No âmbito do PDES-RO foram eleitas metas gerais, conforme definido no próximo item. Os indicadores e as metas definidas têm apenas um caráter demonstrativo e preliminar. Um rol mais consistente e abrangente de indicadores e metas deve ser o resultado de um Pacto de Metas (gerais e abrangentes) a ser firmado entre os governos federal, estadual e as organizações sociais envolvidas na execução dos PTDRS.

O planejamento em andamento para os Territórios no Estado de Rondônia desenvolve as suas ações a partir dos seguintes projetos:

1. Projeto Consolidação da Política de Desenvolvimento Territorial com Referência nos PTDRS e Economia Solidária.
2. Projeto Elaboração de Planos Territoriais de Economia Solidária.
3. Projeto Construção de Três PTDRS.
4. Projeto Revisão dos PTDRS.
5. Projeto Revisão dos Planos Territoriais de Economia Solidária.
6. Projeto Implementação do PTDRS do Território Madeira Mamoré Região I e X.
7. Projeto Implementação do PTDRS do Território Jamari Região II.
8. Projeto Implementação do PTDRS do Território Central Região III, IV e V.
9. Projeto Implementação do PTDRS do Território Rio Machado Região VI.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Desenvolvimento Territorial

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Consolidação da Política de Desenvolvimento Territorial com Referência nos PTDRS e Economia Solidária.	Marco Legal estabelecido (LEI).	2015	1	Unidade	1	-	-	SEPOG
	Comitê Articulação Estadual (CAE) do Programa Territórios da Cidadania implementado.	2015	1	Unidade	1	1	1	SEPOG
	Ações de fortalecimento territoriais realizadas (plenárias, reuniões técnicas e temáticas, seminários, capacitações, conferências e outros).	2015	7	Unidade	282	282	282	SEPOG, SEAE, SEAS, SEAGRI, SESAU e SESDEC
	Sistema de Monitoramento dos projetos dos programas Territórios da Cidadania, PTDRS e Economia Solidária implantado e funcionando.	-	-	Unidade	1	1	1	SEPOG, SEAE, SEAS, SEAGRI, SESAU e SESDEC
2. Elaboração de Planos Territoriais de Economia Solidária	Grupo de Trabalho de Elaboração instituído.	-	-	Unidade	1	-	-	SEPOG, SEAE, SEAS, SEAGRI, SESAU e SESDEC
	Oficinas de construção para sete planos realizadas.	2015	0	Unidade	21	-	-	
	Planos Territoriais de Economia Solidária concluídos.	2015	0	Documento Técnico	7	-	-	
3. Construção de Três Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Vale do Guaporé elaborado.	-	-	Documento Técnico	1	-	-	SEPOG, SEAE, SEAS, SEAGRI, SESAU e SESDEC
	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Zona da Mata elaborado.	-	-	Documento Técnico	1	-	-	
	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Cone Sul elaborado.	-	-	Documento Técnico	1	-	-	
4. Revisão dos PTDRS	Revisão dos PTDRS dos Territórios Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central de Rondônia e Rio Machado realizada.	-	-	Documento Técnico	4	4	4	SEPOG, SEAE, SEAS, SEAGRI, SESAU e SESDEC
	Revisão dos PTDRS dos Territórios Vale do Guaporé, Zona da Mata e Cone Sul realizada.	-	-	Documento Técnico	3	3	3	
5. Revisão dos Planos Territoriais de Economia Solidária	Processo de Revisão de 7 Planos Territoriais de Economia Solidária realizado.	-	-	Documento Técnico	7	7	7	SEAS

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Desenvolvimento Territorial (continuação).

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
6. Implementação do PTDRS do Território Madeira Mamoré Região I e X	Projeto Dinamização Econômica implementado.	-	-	Proj.	05	05	05	SEAGRI
	Projeto Saúde e Saneamento implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SESAU
	Projeto Meio Ambiente implementado.	-	-	Proj	08	08	08	SEDAM
	Projeto Regularização Fundiária implementado.	-	-	Proj	05	03	02	SEAGRI
	Projeto Enfrentamento da Extrema Pobreza implementado.	-	-	Proj	08	08	08	SEAS, SEAGRI e SESAU
	Projeto Segurança Pública implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SESDEC
	Projeto Organização Social e Institucional implementado.	-	-	Proj	05	05	05	SEAGRI, SEAS e SEAE
	Projeto Educação implementado.	-	-	Proj	08	08	08	SEDUC
	Projeto Diversidade Etnocultural implementado.	-	-	Proj	01	01	01	SEDAM e SECEU
	Projeto Promoção da Igualdade de Gênero e Geração implementado.	-	-	Proj	02	02	02	SEAS
	Projeto Política Cultural implementado.	-	-	Proj	01	01	01	SEDUC, SECEU,
	Projeto Esporte e Lazer implementado.	-	-	Proj	01	01	01	SEDUC e
7. Implementação do PTDRS do Território Jamari Região II	Projeto Dinamização Econômica implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SEAGRI
	Projeto Saúde e Saneamento implementado.	-	-	Proj	08	08	08	SESAU
	Projeto Meio Ambiente implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SEDAM
	Projeto Regularização fundiária implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SEAGRI
	Projeto Enfrentamento da extrema pobreza implementado.	-	-	Proj	03	03	03	SEAS, SEAGRI e SESAU
	Projeto Segurança pública implementado.	-	-	Proj	07	07	07	SESDEC
	Projeto Organização Social e Institucional implementado.	-	-	Proj	02	02	02	SEAGRI, SEAS e SEAE
	Projeto Educação implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SEDUC
	Projeto Diversidade Etnocultural implementado.	-	-	Proj	03	03	03	SECEU
	Projeto Política Cultural, Esporte e Lazer implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SEDUC e SECEU
	Projeto Promoção da Igualdade de Gênero e Geração implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SEAS

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Desenvolvimento Territorial (continuação).

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
8. Implementação do PTDRS do Território Central Região III, IV e V	Projeto Dinamização Econômica implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SEAGRI
	Projeto Saúde e Saneamento implementado.	-	-	Proj	03	03	03	SESAU
	Projeto Meio Ambiente implementado.	-	-	Proj	03	03	03	SEDAM
	Projeto Regularização fundiária implementado.	-	-	Proj	05	05	05	SEAGRI
	Projeto Enfrentamento da Extrema Pobreza implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SEAS, SEAGRI, SESAU, SEDUC
	Projeto Segurança Pública implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SESDEC
	Projeto Organização social e institucional implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SEAGRI e SEAS
	Projeto Educação implementado.	-	-	Proj	06	06	06	SEDUC
	Projeto Promoção da Igualdade de Gênero e Geração implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SEAS
	Projeto Política Cultural e Diversidade Etnocultural implementado.	-	-	Proj	04	04	04	SEDUC e SECEU
	Projeto Esporte e Lazer implementado.	-	-	Proj	01	01	01	SEDUC
9. Implementação do PTDRS do Território Rio Machado Região VI	Projeto Dinamização Econômica implementado.	-	-	Proj.	04	02	02	SEAGRI, SESAU, SEAGRI SEAS e SEDUC
	Projeto Saúde e Saneamento implementado.	-	-	Proj.	04	02	02	
	Projeto Meio Ambiente implementado.	-	-	Proj.	05	03	03	
	Projeto Regularização fundiária implementado.	-	-	Proj.	01	01	01	
	Projeto Enfrentamento da Extrema Pobreza implementado.	-	-	Proj	05	03	02	
	Projeto Segurança Pública implementado.	-	-	Proj	01	01	01	
	Projeto Organização Social e Institucional implementado.	-	-	Proj	04	04	04	
	Projeto Educação implementado.	-	-	Proj	05	05	05	
	Projeto Promoção da Igualdade de Gênero e Geração de Renda implementado.	-	-	Proj	04	04	04	
	Projeto Política Cultural e Diversidade Etnocultural implementado.	-	-	Proj	04	04	04	
	Projeto Esporte e Lazer implementado.	-	-	Proj	04	04	04	

4.1.3. Programa 3. Gestão Ambiental

a) Contexto

A gestão ambiental, além dos instrumentos compulsórios definidos em lei, constitui-se numa política essencial para o desenvolvimento sustentável, mormente na Amazônia.

A gestão ambiental está intimamente relacionada ao desenvolvimento sustentável, nas suas mais diversas dimensões, desde compromissos políticos e sociais com agendas para a sustentabilidade à conquista da qualidade de vida para todos.

Tanto no âmbito do governo federal, como do governo estadual diversos programas e projetos estão em execução visando a gestão ambiental.

O Programa de Gestão Ambiental no âmbito do PDES-RO toma os projetos já em andamento no Estado e outros, que são propostos com base em programas federais e outras ações.

a) Objetivos

Conforme a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei N°6.938/1981) os objetivos da ação governamental na gestão ambiental devem estar focados na busca da manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público, bem de uso comum a ser necessariamente assegurado e protegido, devendo-se promover: a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; o planejamento e fiscalização no uso dos recursos ambientais; a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; o zoneamento e ordenamento territorial em diversos níveis; o controle das atividades poluidoras e potencialmente poluidoras; o incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos ambientais; o acompanhamento do estado da qualidade ambiental; a recuperação de áreas degradadas; a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a educação ambiental em todos os níveis de ensino, objetivando a capacitação da comunidade à participação ativa na defesa do meio ambiente.

b) Carteira de Projetos

No âmbito do PDES-RO, o Programa de Gestão Ambiental abrange os projetos que estão em execução na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), inclusive aqueles considerados prioritários pelo Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades, que define em sua Diretriz Gestão Ambiental e Territorial metas no horizonte de curto prazo (até 2018), sendo estas metas incorporadas aos projetos previstos.

Também são propostos projetos, principalmente no sentido das diretrizes do ZSEE-RO (ver Quadro 15 do Programa ZSEE-RO), instrumento maior de ordenamento territorial, como também considerando as principais políticas públicas ambientais, no âmbito federal e estadual, previstas em lei.

Portanto, no Programa de Gestão Ambiental os projetos previstos estão relacionados àqueles já em execução pelo Governo do Estado (por intermédio da SEDAM), como também novas proposições que visam fortalecer o ordenamento territorial e a gestão ambiental no Estado, através do PDES-RO.

Considere-se, ainda, que existem ações e projetos que são de responsabilidade do governo federal (MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, FUNAI e outros), cuja definição de indicadores e metas dependem de arranjos e pactos a serem firmados naquela instância.

Desta forma, este Programa conta com os seguintes projetos:

1. Projeto Regularização Fundiária.
2. Projeto Criação e Gestão de UC Estaduais.
3. Projeto Descentralização da Gestão Ambiental.
4. Projeto Educação Ambiental.
5. Projeto Recuperação de 3,2 milhões de Áreas Degradadas e APP.
6. Projeto Plano Estadual de Qualidade do Ar.
7. Projeto Gestão de Resíduos Sólidos.
8. Projeto Cadastro Ambiental Rural.
9. Projeto Concessão de Exploração de Florestas Públicas Estaduais.
10. Projeto Incentivo a Pagamento por Serviços Ambientais e REDD+.
11. Projeto Florestas Plantadas.
12. Projeto Apoio às Atividades Extrativistas Sustentáveis.
13. Projeto Elaboração de PMFS Comunitários.
14. Projeto Elaboração de PMFS Empresariais.
15. Projeto Licenciamento de Atividades de Piscicultura.
16. Projeto Acordos de Pesca.
17. Projeto Gestão de Recursos Hídricos.
18. Projeto Controle do Desmatamento.
19. Projeto Controle de Queimadas.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Gestão Ambiental

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Regularização Fundiária	Número de imóveis rurais regularizados.	2015	2.400	Unidade	20.000	40.000	60.000	SEAGRI e INCRA
2. Criação e Gestão de UC Estaduais	Número de UCs criadas e Ampliada.	2015	-	Unidade	41	-	-	SEDAM
	Área total de UCs criadas e ampliadas.	2015	-	ha	2.200	-	-	
	Número de UCs com Plano de Manejo..	2015	-	Unidade	23	-	-	
	Número de UCs com Conselhos	2015	-	Unidade	23	-	-	
3. Descentralização da Gestão Ambiental	Número de municípios com Órgão Ambiental.	2015	-	Unidade	17	17	17	SEDAM
	Número de municípios com Conselho de Meio Ambiente.	2015	17	Unidade	17	17	17	
	Equipamentos (kit) de suporte a estruturação das Secretarias de Meio Ambiente disponibilizados.	2016	17	Unidade	17	17	17	
	Número de municípios com Lei Ambiental.	2016	17	Unidade	17	17	17	
	Número de municípios procedendo o licenciamento de atividades de baixo impacto.	2016-	17	Unidade	17	17	17	
4. Educação Ambiental	Plano Estadual de Educação Ambiental elaborado.	2016	-	Documento	1			SEDAM e SEDUC
	Programa Permanente de Educação Ambiental criado.	2016	-	Documento	1			
	Número de ações de Educação Ambiental Informal realizadas (ano).	2016	-	Unidade	100	-	-	
5. Recuperação de 3,2 milhões de áreas Degradadas e APP	Percentual de áreas com Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRA, PRADA)		-	%	30	-	-	SEDAM
	Percentual de Área Recuperada em Área de Preservação Permanente (APP).	-	-	%	30	60	10	
	Percentual de Área Recuperada em Área de Reserva Legal (ARL).	-	-	%	30	60	10	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Gestão Ambiental (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
6. Plano Estadual de Qualidade do Ar	Plano de Controle de Poluição Veicular elaborado.	2016	1	Documento	1	-	-	SEDAM
	Percentual de indústrias inspecionadas.	-	-	%	30	60	10	SEDAM
	Percentual de veículos inspecionados.	-	-	%	30	60	10	
7. Gestão de Resíduos Sólidos	Plano Estadual de Resíduos Sólidos elaborado.	2016	1	Documento	1	1	-	
	Percentual de aterros sanitários implantados e licenciados.	-	-	%	30	70	-	
8. Cadastro Ambiental Rural	Percentual de estabelecimentos rurais com CAR implantado.	2016	-	%	70	30	-	SEDAM, EMATER e MMA
	Número de CAR realizados.	2016	-	Unidade	84.000	36.000	-	
9. Concessão de Exploração de Florestas Públicas Estaduais	Número de florestas sob concessão.	2015	-	Unidade	4	-	-	SEDAM
	Área total de florestas sob concessão.	2015	-	Ha	100.000	-	-	
10. Incentivo a Pagamento por Serviços Ambientais e REDD+	Política Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais e REDD+ criada.	2016	-	Documento	1	-	-	SEDAM
	Percentual de municípios abrangidos.	2016	-	%	30	30	40	
11. Florestas Plantadas	Lei de Incentivo a Florestas Plantadas instituída.	2015	-	Documento	1	-	-	SEDAM e SEFIN
	Percentual de área com florestas plantadas.	2016	-	%	30	30	40	
12. Apoio às Atividades Extrativistas Sustentáveis	Número de municípios abrangidos.	2015	06	Unidade	6	-	-	SEDAM
	Número de famílias extrativistas envolvidas.	2015	06	Unidade	600	-	-	
13. Elaboração de PMFS Comunitários	Número de municípios abrangidos com PMFS elaborados.	2015	06	Unidade	6	-	-	SEDAM
	Área total dos PMFS.	2015	06	Ha	200.000	-	-	
	Número de famílias extrativistas envolvidas.	2015	06	Unidade	600	-	-	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Gestão Ambiental (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
14. Elaboração de PMFS Empresariais	Percentual de municípios abrangidos com PMFS elaborados.	2015	-	%	60	-	-	SEDAM
	Área total dos PMFS.	2015	-	Ha	4.112,334,459	-	-	
15. Licenciamento de Atividades de Piscicultura	Número de empreendimentos de piscicultura licenciados.	2015	-	Unidade	3.720	-	-	SEDAM e MPA
	Área de lâmina d´água em empreendimentos de piscicultura.	-	-	Ha	12.957	-	-	
	Número de municípios abrangidos.	-	-	Unidade	52	-	-	
16. Acordos de Pesca	Número de acordos firmados.	2015	-	Unidade	1	-	-	SEDAM e MPA
	Número de pescadores envolvidos.	-	-	Unidade	40	-	-	
17. Gestão de Recursos Hídricos	Plano Estadual de Recursos Hídricos elaborado.	2016	-	Documento Técnico	1	-	-	SEDAM, MMA e ANA
	Conselho Estadual de RH instituído.	2015	-	Ata	1	-	-	
	Número de Comitês de Bacias instituídos.	2015	-	Unidade	5	-	-	
	Número de Agências criadas.	-	-	Unidade	1	-	-	
	Percentual de outorgas concedidas sobre total solicitado.	2015	-	%	100	-	-	
18. Controle do Desmatamento	Área desmatada ilegalmente.	-	-	Ha	Zero	-	-	SEDAM e MMA
	Percentual de Autorizações de Supressão Vegetal (licenciamento) sobre total solicitado.	-	-	%	100	-	-	
19. Controle de Queimadas	Número de focos de calor.	-	-	Unidade	Zero	-	-	SEDAM e PROARCO

4.1.4. Programa 4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia

a) Contexto

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira do Estado de Rondônia (PDIF-RO) tem como marco legal a criação do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (NEIFRO). Foi criado pelo Decreto Estadual N° 16.612 de 29 de março de 2012, visando à inteiração com a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) (Decreto de 08 de setembro de 2010 do governo federal), que prevê entre suas competências, a interação com os núcleos estaduais, constituídos a partir dos estados com Faixa de Fronteira, para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços.

O PDIF-RO é o resultado de uma ação conjunta dos integrantes do NEIFRO, "que realizou o levantamento e a sistematização dos projetos e programas em execução ou propostos para os municípios da Faixa de Fronteira. Foram selecionados aqueles que puderam ser inseridos na política de desenvolvimento macro da região, alinhada com as três esferas de governos, voltada para os anseios da população local e com a possibilidade de integração com as ações transfronteiriças." (SEPLAN, 2012).

O Estado de Rondônia é uma das onze Unidades Federativas que fazem parte da faixa de fronteira nacional. O Estado tem 1.342 km de fronteira com a Bolívia, banhada pelos rios Guaporé, Mamoré e Abunã.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira do Estado de Rondônia está voltado para os municípios que fazem fronteira ou estão na faixa dos 150 km da linha de fronteira. Para o desenvolvimento do Plano foram definidos os projetos integradores nos eixos: educação, saúde, infraestrutura, econômico, segurança e sócio-político.

Sendo um plano de desenvolvimento territorializado e com objetivos de integração e soberania nacional, o mesmo passa a integrar o PDES-RO.

O plano consta de diversos projetos transversais na área de educação, saúde, vigilância sanitária, infraestrutura, saneamento, fomento ao desenvolvimento econômico e segurança.

1. Projeto Escola Técnica Binacional.

2. Projeto Saúde.

2.1. Projeto Sistema Integrado de Saúde na Fronteira. Conforme o citado plano, o projeto já concluiu o diagnóstico em todos os municípios da Linha de Fronteira e está na fase de elaboração do plano operacional.

2.2. Projeto Vigilância Sanitária Animal. Foram realizadas ações nos anos de 2011 e 2012.

3. Projeto Infraestrutura.

3.1. Projeto Ponte em Abunã.

3.2. Projeto Ponte em Porto Velho.

3.3. Projeto Pavimentação BR-435.

3.4. Projeto Pavimentação BR-429.

3.5. Projeto Hidrovia do Baixo Madeira.

3.6. Projeto Sistema de Esgoto Guajará-Mirim.

4. Projeto Área Econômica.

4.1. Projeto Área de Livre Comércio Guajará-Mirim (SUFRAMA).

5 Projeto Segurança.

5.1. Proposição de inserção no Programa Calha Norte.

5.2. Plano Integrado de Segurança na Fronteira (ENAFRON). Proposta de criação da Gerência Especializada em Segurança de Fronteira (GESFRON), no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), que deverá ser articulada em 12 (doze) Unidades Especializadas em Segurança de Fronteiras (UNESFRON), com diversos resultados esperados.

6. Projeto Sócio-Político. Criado o Consórcio Bi-Nacional (CBDIS).

Trata-se de um plano elaborado em setembro de 2012, sendo necessária a sua atualização voltada a uma ação mais permanente no sentido do desenvolvimento integrado de fronteira, numa região pouco assistida por serviços públicos e carente de empreendimentos desenvolvimentistas. Neste sentido, torna-se necessária a revisão e atualização periódica (a cada cinco anos, no horizonte do PDES-RO) visando o fortalecimento das intervenções, sendo possível o equacionamento de novas proposições a cada replanejamento do PDES-RO (conforme o Modelo de Gestão).

Além disso, tendo em vista as ações já realizadas, no âmbito do PDES-RO deverão ser consideradas as seguintes ações.

Além disso, tendo em vista as ações já realizadas, no âmbito do PDES-RO deverão ser consideradas as seguintes ações.

1. Revisão e atualização periódica do PDIFRO (incluindo acordos internacionais para execução dos projetos definidos no PDIF firmados).
2. Implantação da Escola Técnica Binacional.
3. Implantação do Sistema Integrado de Saúde na Fronteira.
4. Implantação do Sistema de Vigilância Sanitária animal de Fronteira.
5. Implantação de Infraestrutura de Fronteira.
6. Implantação do Sistema de Segurança na Fronteira.

b) Objetivo

A estratégia de atuação proposta pelo PDIF-RO visa a interação com todos os programas do governo federal e os programas do governo estadual buscando a eficiência na atenção das metas prioritárias do governo, referentes ao desenvolvimento e integração regional (SEPLAN, 2012).

c) Carteira de Projetos

Neste programa deverá, portanto, ser executado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia

Projetos	Indicadores	Ano Base	Quantitativo	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia	Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira revisado e atualizado.	-	-	Documento Técnico	1	1	1	SEPOG, SEDUC, SESAU, IDARON, SEAGRI, DER-RO, DEOSP, SESDEC e MINISTÉRIOS DO GOVERNO FEDERAL
	Acordos internacionais para execução dos projetos definidos no PDIF firmados.	-	-	Unidade	4	-	-	
	Escola Técnica Binacional implantada.	-	-	Unidade	1	-	-	
	Sistema Integrado de Saúde na Fronteira implantado.	-	-	Unidade	-	1	-	
	Sistema de Vigilância Sanitária animal de Fronteira implantado.	-	-	Unidade	1	-		
	Percentual de infraestrutura de fronteira implantado.	-	-	%	10	20	100	
	Sistema de segurança na fronteira implantado.	-	-	Unidade	1	-	-	

4.2. Diretriz II. Bem-Estar Social

a) Contexto

A superação das desigualdades sociais inter e intra-regionalmente no Brasil é uma das importantes diretrizes da PNDR.

Esta proposição coloca para o PDES-RO importante desafio de amplitude nacional, considerando que Rondônia, historicamente, enfrentou o isolamento social e econômico, marcado pelo seu desenvolvimento em ciclos, que ao se encerrarem, conduziam à decadência econômica e ao abandono político e social.

Conforme a PNDR o País ainda está marcado por "profundas desigualdades sociais e regionais", devido principalmente a "razões históricas, que configurou no País um padrão de desenvolvimento fortemente concentrado e excludente, deixando parte importante do território brasileiro com seu potencial de desenvolvimento sub-explorado. Nas regiões menos desenvolvidas as maiores dificuldades de acesso a empregos de qualidade e aos serviços básicos contribuem para alimentar o circulo vicioso do atraso e para limitar as oportunidades de crescimento pessoal e profissional dos brasileiros que ali vivem." (MI/SDR, 2012).

Neste sentido, a PNDR formula objetivos voltados para "sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intra regionais" e de "criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia", indicando a necessidade de combinar a "busca da equidade, que se traduz na redução das desigualdades espaciais de níveis de renda e de vida, com a competitividade econômica", por meio do comprometimento "com um padrão de desenvolvimento onde parcelas cada vez mais amplas da população possam participar do processo de crescimento econômico e do compartilhamento de seus benefícios."(MI/SDR, 2012).

Para a PNDR "existe grande afinidade da política regional com a questão social. A política social enfrenta os desafios de redução da pobreza e promoção da inclusão social no Brasil. Já a política regional promove a dinamização econômica dos espaços que apresentam atraso relativo de desenvolvimento, enfrentando um conjunto de desafios para superar as razões deste atraso, entre os quais se destacam os de natureza social. Do ponto de vista social, o que interessa a PNDR, portanto, é a pobreza e a desigualdade de renda, na sua expressão territorial, decorrente da ausência, estagnação ou má distribuição da atividade econômica, bem como da baixa capacidade de oferta de serviços públicos básicos de qualidade." (MI/SDR, 2012).

Rondônia situa-se em um destes "espaços regionais que apresentam atraso relativo de desenvolvimento", apresentando indicadores sociais que ainda são preocupantes.

Rondônia apresentou um IDH de 0,69 em 2010. Este valor, ainda que muito próximo, está abaixo do limite estabelecido pelo PNUD que é de 0,7. Em termos tendenciais observa-se um crescimento significativo do IDH de Rondônia entre 1991 (0,407) e 2010, verificando-se ainda uma redução nas disparidades face a Região Norte e ao Brasil (PNUD, 2013).

Outros indicadores identificados no diagnóstico também indicam avanços no Estado, mas, no entanto, ainda persistem importantes diferenças regionais.

Os programas selecionados para esta diretriz consideram as orientações estratégicas da PNDR, a realidade diagnosticada e os programas e projetos já em desenvolvimento no Estado de Rondônia. Alguns programas e projetos foram agregados sob uma nova denominação, de modo a possibilitar um conjunto coerente de projetos estruturantes. Desta forma, esta Diretriz conta com os seguintes programas:

1. Programa Enfrentamento à Pobreza.
2. Programa Educação.
3. Programa Saúde.
4. Programa Habitação.
5. Programa Saneamento.
6. Programa de Segurança Pública.
7. Programa Esporte.

Conforme o contexto e os objetivos definidos para cada programa, foi indicado um rol de projetos, conformando uma matriz de programas e projetos, conforme o já citado Quadro 2.

4.2.1. Programa 1. Enfrentamento à Pobreza

a) Contexto

Considerando os indicadores sociais verificados no Estado, importantes estratégias do Governo do Estado estão em curso por meio de políticas que visam o enfrentamento à pobreza. São programas e projetos que estão presentes no PPA 2016-2019, como também em planos estratégicos, como o Plano Estratégico 2012-2015 - Rondônia de Oportunidades, o Plano Futuro: Programa de Cidadania, Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza e o Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia.

Estes programas internalizam estratégias e projetos sociais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, que "visa incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo crescimento econômico, articulando as bases de uma política social".

Partindo das estratégias do MDS e assimilando as diretrizes e metas definidas pelo Governo do Estado e em especial a Secretaria Estadual da Assistência e do Desenvolvimento Socialem seu PPA 2012-2015 e os programas estratégicos, o PDES-RO aponta como eixos prioritários a criação de Programas como o: Fortalecimento da Política Estadual de Cidadania e Direitos Humanos; Programa de Desenvolvimento Social; Programa Morada Nova e Gestão Administrativa do Poder Executivo.

b) Objetivos

- Transferir renda à população em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Consolidar o Sistema Único de Assistência Social;
- Promover a gestão e o controle social;
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente por meio do Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescentes;
- Promover a Política Estadual de Direitos Humanos de: Mulheres, LGBT, Idosos, Pessoa com Deficiência, Igualdade Racial, Povos e Populações específicos e tradicionais;
- Promover e consolidar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com abastecimento intermediado pelos mercados institucionais (compras do governo paraalimentaçãoescolar e rede socioassistencial) e implementação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes e cozinhas populares);
- Reduzir a pobreza no Estado de Rondônia por meio de desenvolvimento de ações que favoreçam a inserção no mercado de trabalho, com base na economia solidária e inclusão produtiva;
- Promover a permanência de jovens vulneráveis em sala de aula (ensino médio);
- Implementar, coordenar, apoiar, supervisionar e executar a política pública habitacional;
- Prover a Unidade de recursos orçamentários e financeiros para atender as atividades administrativas, com aquisição de bens e serviços, gestão de pessoal e operações especiais e outras, de natureza administrativa, classificadas como despesas correntes e de capital.

c) Carteira de Projetos

Este Programa conta com os seguintes projetos:

1. Fortalecimento da Política da Assistência Social.
2. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
3. Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
4. Consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
5. Fortalecimento do Controle Social.
6. Inclusão Produtiva com foco em Economia Solidária.
7. Inclusão Produtiva Individual (mulheres, povos e populações tradicionais específicos, jovens e outros).

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 1. Enfrentamento à Pobreza

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte.	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Fortalecimento da Política de Assistência Social	Diagnóstico Social de Área para subsídio das políticas públicas de assistência social elaborado.	2015	0	Doc. Técnico	10	0	0	MDS e SEAS
	Política Estadual de Assistência Social elaborada.	2015	0	Doc. Técnico	1	0	0	
	Número de equipes volantes apoiadas nos municípios para busca ativa.	2015	0	Unidade	51	42	42	
	Porcentagem de famílias com perfil inseridas no CAD único.	2015	NM	%	30	30	30	
	Percentagem de Famílias inseridas no CAD único acessando programas de assistência social.	2015	AD	%	50	50	50	
2. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social	Número de serviços e programas de proteção social básica co-financiados via fundo.	2015	0	Unidade	62	65	65	MDS e SEAS
	Número de serviços e programas de proteção social especial co-financiados via fundo.	2015	0	Unidade	20	9	9	
	Número de CREAS regionais implantados no Estado.	2015	0	Unidade	5	5	1	
	Número de capacitações para trabalhadores do SUAS.	2015	0	Unidade	100	100	100	
3. Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes elaborado.	-	-	Doc. Técnico	1	-	1	MDS e SEAS
	Número de municípios com Sistema de informação da Infância e da Adolescência implantado.	-	-	Unidade	52	-	-	
4. Consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	Política e Plano de Segurança Alimentar e Nutricional elaborados.	1		Documento	1			
	Número de reuniões da CAESAN.	2015	3	Atas de reuniões	60	60	60	
	Sistema de monitoramento das entidades de assistência social cadastradas e atendidas pelo PAA.	2015	0	Unidade	1	-	-	
	Número de municípios com restaurante popular.	2015	0	Unidade	1	1	2	
5. Fortalecimento do Controle Social	Número de novos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas sob responsabilidade da SEAS implantados e implementados.	2015	8	Unidade	2	2	2	
	Número dos municípios apoiados para implantação e implementação dos conselhos municipais.	2015	8	Unidade	52	52	52	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 1. Enfrentamento à Pobreza (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte.	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
6. Inclusão Produtiva com foco em Economia Solidária	Plano Estadual de Economia Solidária elaborado.	2015	0	Doc.Técnico	1	-	-	MTE e SEAS
	Lei da Política Estadual de Economia Solidária instituída.	2015	0	Doc. Técnico-jurídico	1	-	-	
	Iniciativas de empreendimentos econômicos solidários existentes mapeadas.	2015	0	Doc. Técnico	10	-	-	
	Número de Empreendimentos Econômicos Solidários organizados e/ou apoiados.	2015	NI	Unidade	920	1440	2730	
	Número de ações (eventos, feiras, exposições, seminários, capacitações) com foco em economia solidária apoiados.	2015	NI	Unidade	20	30	30	
	Número de contratos de microcrédito viabilizados juntos as instituições financeiras.	2015	-	Unidade	550	800	1025	
7. Inclusão Produtiva Individual	Número de cursos de capacitação para o trabalho realizados	2015	62	Unidade	14000	14000	14000	MTE e SEAS
	Números de microcréditos viabilizados juntos às instituições financeiras.	2015	0	Unidade	4300	4300	4300	

4.2.2. Programa 2. Educação

a) Contexto

O IDEB[5], nos níveis de ensino fundamental e médio em Rondônia, ainda que não muito distante do índice apresentado para todo o Brasil, apresenta fraco desempenho, assim como alguns outros indicadores educacionais, se comparados a outros estados e regiões do país.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, os contrastes regionais encontrados nos indicadores educacionais do País são enormes, refletindo e ao mesmo tempo, limitando a capacidade de desenvolvimento de amplas porções populacionais no País (MI/SDR, 2012).

Muito além do comprometimento da capacidade de desenvolvimento das regiões, por falta de recursos humanos qualificados, as desigualdades educacionais representam uma situação de profunda injustiça individual e social, marcada pela discriminação dos egressos escolares em função da sua origem local ou regional, lugares onde nasceram e estudaram (MI/SDR, 2012).

Em Rondônia, também nos cursos profissionalizantes e de nível superior, apesar de haver oferta de cursos e vagas, também há problemas de qualidade e de adequação dos cursos oferecidos às necessidades de demanda de mão de obra qualificada, em consonância com os sistemas produtivos locais.

Ocorre assim a necessidade de orientar a rede de ensino e de pesquisa para o fortalecimento dos sistemas locais de inovação, promovendo a ciência, a tecnologia e a inovação visando especialmente a inclusão produtiva e o desenvolvimento social, observando-se a diversidade sócio-produtiva do Estado, com demandas tanto em ramos do agronegócio, da indústria, da agricultura familiar, como no aproveitamento da biodiversidade local, conforme recomenda a PNDR, em suas diretrizes para a educação (MI/SDR, 2012).

[5]O IDEB foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino) (INEP, 2014).

A partir de muitas dessas premissas, o Governo de Rondônia elaborou o Plano Estadual de Educação, que além de uma análise do contexto atual e dos problemas estruturais do ensino no Estado, contém importantes diretrizes e metas, sendo um norteador para a definição de indicadores e metas no âmbito do PDES-RO.

O Plano Estadual de Educação, conforme suas próprias orientações, "fixa diretrizes, objetivos e metas para um período de dez anos, contemplando todos os níveis de ensino e modalidades de educação e os âmbitos da produção de aprendizagens, da gestão e financiamento e da avaliação." (SEDUC, 2011).

Também o Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades, o Plano Futuro: Programa de Cidadania, Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza e o Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia, ainda que de curto prazo, apresentam algumas metas que balizam as necessidades mais imediatas do ensino no Estado.

b) Objetivos[6]

- Garantir a todos os cidadãos rondonienses o direito à educação básica, fundamental e superior, com a universalização da alfabetização, a ampliação da escolaridade e acesso às diversas oportunidades educacionais;
- Enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência das crianças, adolescentes e jovens nas escolas;
- Superar as desigualdades educacionais no território do Estado com foco nas especificidades de sua população;
- Promover a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais e o exercício da cidadania, sob os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à diversidade socioambiental, à inclusão social e à valorização dos profissionais da educação.

c) Carteira de Projetos

Tomando as proposições da PNDR, do Plano Nacional de Educação e do diagnóstico elaborado, os objetivos e metas do Plano Estadual de Educação e demais planos e programas citados, são propostos no contexto do PDES-RO como um conjunto de projetos estruturantes, balizados também pelas ações definidas pelo PPA do Estado:

1. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Fundamental.

2. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Ensino Médio.

3. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Educação Integral.

4. Projeto Melhoria da Qualidade da Educação – Educação de Jovens e Adultos (EJA).

5. Projeto Fomento à Tecnologia da Educação.

6. Projeto Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

7. Projeto Educação Especial.

8. Projeto Educação Escolar Indígena.

9. Projeto Educação Escolar Quilombolas, Ribeirinhos e Extrativistas.

10. Projeto Educação do Campo.

11. Projeto Valorização dos Profissionais da Educação.

12. Projeto Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

13. Projeto Gestão Democrática por meio da Participação Comunitária na Escola.

14. Projeto Infraestrutura para Melhoria da Qualidade da Educação.

15. Projeto Implementação do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará.

16. Projeto Implantação da Universidade Estadual de Rondônia.

[6] Adaptado do Plano Nacional de Educação (MEC, 2014).

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Educação

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Fundamental	Índice de universalização do ensino fundamental.	2008	-	%	45	90	100	SEDUC e MEC
	Índice de alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental.	2013	-	%	100	100	100	
	Índice de universalização da aplicação dos temas transversais, como educação ambiental e educação de trânsito.	2015	-	%	50	100	100	
	Índice de universalização da aplicação dos temas da diversidade étnica, racial e de gênero, geração e religião.	2015	-	%	50	100	100	
	Índice de desenvolvimento da educação básica anos iniciais.	2015	-	%	5,5	5,8	6,0	
	Índice de desenvolvimento da educação básica anos finais.	2015	-	%	4,9	5,2	5,5	
2. Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Ensino Médio	Índice de elevação da taxa líquida de matrículas.	2015	45,7	%	60	85	100	SEDUC e MEC
	Índice de universalização da aplicação dos temas transversais, como educação ambiental e educação de trânsito.	2015	-	%	50	100	100	
	Índice de universalização da aplicação dos temas da diversidade étnica, racial e de gênero, geração e religião.	2015	-	%	50	100	100	
	Índice de desenvolvimento da educação básica.	2015	-	%	4,5	4,8	5,0	
3. Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Educação Integral	Índice de oferta da educação em tempo integral.	2015	5	%	10	20	30	SEDUC e MEC
4. Melhoria da Qualidade da Educação – Educação de Jovens e Adultos – EJA	Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais.	2015	-	%	95	100	100	SEDUC e MEC
	Índice de ampliação de vagas na educação de jovens e adultos.	2015	-	%	100	100	100	
	Índice de oferta das matrículas de jovens e adultos articulado à educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e médio.	2015	-	%	25	50	70	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Educação (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
5. Fomento à Tecnologia da Educação	Percentual de escolas estaduais com laboratório de informática educativa.	2015	79,7	%	90	100	100	SEDUC, MEC e FAPERO
	Núcleos de tecnologia implantados na rede de ensino estadual.	2015	39	%	60	100	100	
	Percentual de municípios com Núcleo de Tecnologia Educacional implantado, com acesso à rede mundial de computadores.	2015	-	%	60	100	100	
	Número de docentes equipados com instrumentos tecnológicos, como: *notebook e outros.*	2015	-	%	30	60	100	
	Índice de Escolas com espaços apropriados para LIE – Laboratório de Informática Educativa.	2015	-	%	50	75	100	
	Índice de escolas com infraestrutura preparada para conexão de internet nos espaços pedagógicos.	2015	-	%	50	75	100	
6. Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Índice de educação profissional técnica da rede estadual de nível médio, implantado e funcionando.	2015	-	%	15	30	45	SEDUC e MEC
	Índice de educação profissional técnica de nível médio expandida, considerando os arranjos produtivos locais.	2015	-	%	-	10	20	
7. Educação Especial	Índice de universalização para atendimento escolar para alunos de 6 a 17 anos com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.	2015	-	%	50	100	100	SEDUC e MEC
8. Educação escolar indígena	Índice de elevação da escolaridade da população indígena no ensino médio.	2015	2	%	10	15	20	SEDUC, MEC e SEDAM
	Índice de elevação da escolaridade da população indígena no ensino fundamental.	2015	50	%	70	80	90	
9. Educação escolar Quilombolas, Ribeirinhos e Extrativistas	Índice de elevação da escolaridade da população tradicional da floresta no ensino médio.	2015	2	%	10	15	20	SEDUC e MEC
	Índice de elevação da escolaridade da população tradicional da floresta no ensino fundamental.	2015	2	%	70	80	90	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Educação (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
10. Educação do Campo	Índice de elevação da escolaridade da população do campo no ensino médio.	2015	-	%	10	15	20	SEDUC e MEC
	Índice de elevação da escolaridade da população do campo no ensino fundamental.	2015	-	%	10	15	20	
	Índice de Implantação do ensino médio articulado com educação profissional.	2015	-	%	15	30	45	
	Índice de ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental e médio articulada com educação profissional.	2015	-	%	15	30	45	
11. Valorização dos Profissionais da Educação	Índice de concessões de licença remunerada para professores matriculados em cursos Strictu Sensu relacionados ao cargo e/ou função na SEDUC.	2014	53%	%	70	90	100	SEDUC e MEC
	Índice de ampliação da garantia de 30% a mais na remuneração inicial do professor de nível superior em relação ao piso salarial nacional do professor nível de magistério.	2015	5,2%	%	10	20	30	
	Índice de ampliação na aplicação da Lei N°11.738/2008 (valor do Piso Nacional para os professores de nível magistério).	2014	90%	%	100	100	100	
	Percentual de ampliação anual dos investimentos do governo destinados à educação, visando a equiparação salarial dos profissionais da educação.	2015	-	%	1	3	5	
	Lei de gratificação de dedicação exclusiva sobre o vencimento básico para professores das escolas de tempo integral regulamentada no Plano de Carreira da SEDUC.	2015	-	Documento técnico-jurídico	1	-	-	
	Percentual de concessão de gratificação de dedicação exclusiva sobre o vencimento básico para professores das escolas de tempo integral.	2015	-	%	50	70	100	
	Índice de elevação do valor da gratificação de professores de Pós-Graduação Latu Sensu.	2015	15%	%	20	25	25	
	Índice de elevação do valor da gratificação de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado.	2015	20%	%	25	30	35	
	Índice de elevação do valor da gratificação de Pós - Graduação Strictu Sensu Doutorado.	2015	25%	%	30	35	45	
	Sistema de avaliação de desempenho para servidores em Estágio Probatório regulamentado e Implantado.	2015	-	Documento Técnico	1	1	1	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Educação (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
12. Formação Continuada dos Profissionais da Educação	Índice de formação dos professores que estão atuando em sala de aula, em nível de especialização em metodologias temáticas.	2012	-	%	30	60	100	SEDUC, MEC e FAPERO
	Índice de formação dos professores que estão atuando em sala de aula, em nível de mestrado profissional.	2013	-	%	15	25	50	
	Índice de formação dos professores que estão atuando em sala de aula, em nível de doutorado.	2015	-	%	7,5	12,5	25	
	Número de profissionais capacitados para atuar com tecnologia educacional.	2015	160	Unidade	260	360	460	
	Número de escolas de professores da rede estadual criada.	2015	-	Unidade	1	-	-	
	Percentual de professores com capacitação continuada pela escola de professores da rede estadual.	2015	1	%	100	100	100	
13. Gestão Democrática por meio da Participação Comunitária na Escola	Índice de universalização dos mecanismos de participação da gestão democrática.	2001	100	%	100	100	100	SEDUC e MEC
	Índice de formação continuada para os gestores e demais funcionários das unidades educacionais.	2011	100	%	100	100	100	
	Capacitação para conselheiros dos diversos conselhos: alimentação escolar; acompanhamento e controle social do FUNDEB; conselhos escolares, bem como grêmio estudantil.	2015	-	%	100	100	100	
	Índice de Comissões de avaliação institucional das unidades escolares criadas e instaladas.	2015	-	%	100	100	100	
14. Infraestrutura para Melhoria da Qualidade da Educação	Novas instituições escolares criadas	2014	-	Número	10	10	10	SEDUC e MEC
	Construção de novos prédios em instituições existentes realizadas.	2014	-	Número	20	10	10	
	Percentual de escolas reformadas.	2014	22,77	%	50	75	100	
	Prédio para instalação dos conselhos escolares estaduais construído.	2015	-	Unidade	1	-	-	
	Prédio para a escola de professores construído.	2015	-	Unidade	1	-	-	
	Percentual de avanço na construção da Universidade Estadual de Rondônia.	2015	-	%	40	80	100	
	Número de campus (Universidade Estadual de Rondônia) implantados (Campus de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena e Faculdade Rural).	2015	-	Unidade	2	2	2	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Educação (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
15.Implementação do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará	Plano de desenvolvimento institucional para implementação da Faculdade Estadual Rural elaborado.	2015	-	Documento técnico	1	-	-	SEDUC, MEC e INST. ABAITARÁ
	Estrutura física, de recursos humanos e orçamentários para implementação da Faculdade Estadual Rural implantada.	2015	-	%	30	70	100	
16. Implantação da Universidade Estadual de Rondônia	Instrumentos técnicos e jurídicos para a implantação da Universidade Estadual e Faculdade Rural instituídos.	2015	-	%	20	60	100	SEDUC e MEC
	Número de cursos de graduação oferecidos.	2015	-	Unidade	2	3	5	

4.2.3. Programa 3. Saúde

a) Contexto

Embora também seja uma prerrogativa da competitividade, como a educação, a saúde se destaca na PNDR pelo seu caráter de serviço público e de direito a vida. A assistência à saúde pressupõe a prestação de serviços, cujas condições e atendimento ocorrem de forma bastante desigual no território nacional.

A PNDR define como um dos seus objetivos "criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.". Conforme ainda a PNDR "os cidadãos brasileiros são punidos por seu local de nascimento. Aqueles que nascem nas regiões menos dinâmicas terão suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional profundamente limitadas em razão do baixo acesso a educação, saúde e emprego de qualidade e a toda uma gama de serviços e oportunidades." (MI/SDR, 2012).

Os principais indicadores de saúde indicam grandes avanços na saúde, tanto no Brasil, como em Rondônia, nos últimos anos. Houve significativos avanços na esperança de vida ao nascer no Brasil, assim como redução das taxas de mortalidade infantil, onde o Brasil passou de 30,57/mil crianças nascidas vivas, em 2000, para 16,7, em 2010. Rondônia, no mesmo período reduziu a taxa de 30,38 para 18,02.

O Brasil e Rondônia também atendem e ultrapassam o parâmetro ideal de atenção à saúde da população na relação de 1 médico/1.000 habitantes da OMS. Em 1990, esta relação era de 1,12, saltando para 1,84 em 2009. Em Rondônia houve um aumento de 64,29%. A relação leitos/1000 habitantes também avançou significativamente atendendo tanto em termos nacionais, como em Rondônia os parâmetros da OMS.

No entanto, ainda existem problemas na distribuição dos serviços de saúde no território, além das deficiências no atendimento a serviços de média e alta complexidade, tanto em escala nacional como estadual. Por outro lado, as condições de saneamento, mormente o esgotamento sanitário, ainda deixam de assistir parcela considerável da população em praticamente todo o território nacional, principalmente nos municípios menores e mais distantes das capitais, com consequências sobre a saúde pública.

Esta avaliação também está no Plano Nacional de Saúde (PNS) que, portanto, formula o seu objetivo no sentido de "aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde/SUS para que a população tenha acesso integral a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde, para a redução das iniquidades e para a promoção da qualidade de vida dos brasileiros." (MS, 2011). O alcance desse objetivo no período 2012-2015 está orientado por 14 diretrizes, que também orientam o Programa de Saúde do PDES-RO.

Na esfera estadual, documento da Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia, intitulado Organização da Rede Estadual de Atenção à Saúde, fornece igualmente diretrizes e metas, aqui também consideradas (SESAU/ASTEC, 2013).

Desta forma, o PDES-RO busca focar a saúde como um programa estruturante, priorizando o atendimento à população, por meio de projetos detalhados em indicadores e metas.

b) Objetivo

Garantir o acesso integral da população de Rondônia aos serviços de saúde, com qualidade e de forma oportuna, visando a melhoria das condições de saúde e a promoção da qualidade de vida.

c) Carteira de Projetos

A definição dos projetos para a saúde foi assim decorrente tanto das diretrizes do Plano Nacional de Saúde, quanto do documento da Secretaria de Estado da Saúde, do Estado de Rondônia, intitulado Organização da Rede Estadual de Atenção à Saúde (SESAU/ASTEC, 2013).

O Quadro 16 apresenta os projetos e seus objetivos.

Quadro 16 - Projetos e Objetivos. Programa Saúde.

Projeto	Objetivos
1. Projeto Fortalecimento da Atenção Básica e da Atenção Especializada	Garantir o acesso à Atenção Básica e à Atenção Especializada, com qualidade,equidade e oportunidade.
2. Projeto Fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência	Garantir o acesso hierarquizado e regionalizado à assistência de urgência e emergência.
3. Projeto Implementação da Rede Cegonha	Estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil.
4. Projeto Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial(RAPS)	Ampliar o acesso à Rede de Atenção integral à saúde mental.
5. Projeto Implantação da Rede de Atenção a Saúde das Pessoas Portadores de Doenças Crônicas	Melhoria das condições de saúde dos portadores de doenças crônicas, estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.
6. Projeto Implantação da Rede de cuidados com a Saúde da Pessoa com Deficiência	Estruturar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em cada Região de Saúde com foco na ampliação do acesso.
7. Projeto Implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena	Articular o SUS com o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, com observância às práticas de saúde e às medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.
8. Projeto Vigilância em Saúde	Desenvolver um conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos para a saúde.
9. Projeto Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS	Garantir acesso aos medicamentos preconizados pelo SUS.
10. Projeto Qualificação e Fixação de Profissionais para o	Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS.
11. Projeto Implementação da ContratualizaçãoInterfederativa	Implementar a formalização dos Contratos Organizativos de Ação Pública (COAP') e fortalecer os vínculos com o a sociedade civil.
12. Projeto Qualificação de Instrumentos de Execução Direta	Qualificar os instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Saúde

Projetos	Metas	Indicadores	Ano Base	Qte	Unid	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
1. Fortalecimento da Atenção Básica e da Atenção Especializada	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica (SISPACTO/MS/01),	2014	58,20	%	65,00	75,00	80,00	SISPACTO/MS
	Reduzir as internações por causas sensíveis à Atenção Básica	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica (SISPACTO/MS/02).	2014	26,10	%	20,00	15,00	10,80	SISPACTO/MS
	Aumentar o percentual de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (SISPACTO/MS/03).	2014	52,50	%	59,74	65,96	74,28	SISPACTO/MS
	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal (SISPACTO/MS/04).	2014	41,52	%	46,81	51,69	58,21	SISPACTO/MS
	Regular os leitos públicos sob gestão estadual.	Percentual dos leitos públicos, sob gestão estadual, regulados (PES/SESAU).	2014	68,00	%	100,00	100,00	100,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada (SISPACTO/MS/05).	2014	1,00	Unidade	2,00	3,00	4,00	SISPACTO/MS
	Reduzir o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos.	Proporção de exodontia em relação aos Procedimentos (SISPACTO/MS/06).	2014	9,86	%	8,00	7,50	5,00	SISPACTO/MS
	X% de expansão dos programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade e da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família/Saúde Coletiva.	Proporção de novos e/ou ampliação de programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade e da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família/Saúde Coletiva (SISPACTO/MS/58).	2014	0,00	%	10,00	20,00	25,00	SISPACTO/MS
	Aumentar o número de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para população residente.	Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente (SISPACTO/MS/07).	2014	0,67	% / 100 habitantes	1,03	1,59	2,66	SISPACTO/MS
	Aumentar o número de internações clínico cirúrgicas de média complexidade na população residente.	Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente (SISPACTO/MS/08).	2014	6,86	%	5,89	5,06	4,21	SISPACTO/MS
	Aumentar o número de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para população residente.	Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente (SISPACTO/MS/09).	2014	4,36	%	5,00	5,00	5,00	SISPACTO/MS
	Ampliar os serviços hospitalares com contrato de metas firmado.	Proporção de serviços hospitalares com contrato de metas firmado (SISPACTO/MS/11).	2014	0,00	%	25,00	50,00	75,00	SISPACTO/MS
	Construir Centro de Especialidades Médicas, priorizando a regionalização da rede de assistência.	Nº de Centros de Especialidades Médicas(PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Aumentar o número de internações clínico cirúrgicas de alta complexidade na população residente.	Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade na população residente (SISPACTO/MS/10).	2014	1,74	Por 1.000 habitantes	1,74	1,74	1,74	SISPACTO/MS

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Saúde (continuação)

Projetos	Metas	Indicadores	Ano Base	Qte	Unid	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
2. Fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	Número de unidades de Saúde com serviço implantado de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências (SISPACTO/MS/12).	2014	69,00	%	75,00	88,00	100,00	SISPACTO/MS
	Ampliar o número de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	Proporção de acesso hospitalar em caso de óbito por acidente (SISPACTO/MS/13).	2014	44,83	%	54,53	72,98	100,00	SISPACTO/MS
	Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM).	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) (SISPACTO/MS/14).	2014	39,83	%	26,13	15,43	8,20	SISPACTO/MS
	Reduzir óbitos em menores de 15 anos em Unidades de Terapia Intensiva (UTI).	Proporção de óbitos, em menores de 15 anos, nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) (SISPACTO/MS/15).	2014	15,06	%	14,82	8,75	4,65	SISPACTO/MS
	Aumentar a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu –192).	Cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu – 192) (SISPACTO/MS/16).	2014	33,80	%	47,41	66,49	100,00	SISPACTO/MS
	Construir Hospital de Urgência e Emergência.	Número de Hospitais de Urgência e Emergência (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Apoiar a implantação de UPAS Regionais.	Número de UPAS Regionais (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
3. Implementação da Rede Cegonha	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico a cada três anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária (SISPACTO/MS/18).	2014	52,20	%	66,62	85,03	100,00	SISPACTO/MS
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (SISPACTO/MS/19).	2014	11,80	% de 1/3 da população	19,00	30,61	54,22	SISPACTO/MS
	Aumentar o percentual de parto normal.	Proporção de parto normal (SISPACTO/MS/20).	2014	50,20	%	64,07	80,00	80,00	SISPACTO/MS
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (SISPACTO/MS/21).	2014	45,00	%	57,43	73,30	100,00	SISPACTO/MS
	Realizar testes de sífilis nas gestantes usuárias do SUS.	Número de testes de sífilis por gestante (SISPACTO/MS/22).	2014	1,60	Unidade	2,00	2,00	2,00	SISPACTO/MS
	Implantar uma "Casa da Gestante".	Número de "Casas da Gestante" (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Implantar um Centro de Parto Normal.	Número de Centros de Parto Normal (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Reduzir o número de óbitos maternos.	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência (SISPACTO/MS/23).	2014	9,00	Unidade	5,00	1,00	1,00	SISPACTO/MS

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Saúde (continuação).

Projetos	Metas	Indicadores	Ano Base	Qte	Unid	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
3. Implementação da Rede Cegonha (continuação)	Reduzir a mortalidade infantil.	Taxa de mortalidade infantil (SISPACTO/MS/24).	2014	14,00	Por 1.000 nascidos vivos	8,27	5,00	1,00	SISPACTO/MS
	Investigar os óbitos infantis e fetais.	Proporção de óbitos infantis e fetais Investigados (SISPACTO/MS/ 25).	2014	53,66	%	68,49	87,41	100,00	SISPACTO/MS
	Investigar os óbitos maternos.	Proporção de óbitos maternos investigados (SISPACTO/MS/26).	2014	65,00	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Investigar os óbitos em mulheres em idade fértil (MIF).	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados (SISPACTO/MS/27).	2014	84,40	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Implantar serviços de referência para diagnóstico e tratamento de lesões precursoras de câncer de mama.	Número de serviços de referência para diagnóstico e tratamento de lesões precursoras de câncer de mama (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Implantar serviços de referência para o diagnóstico e tratamento de lesões precursoras de colo uterino nos municípios pólos sede das regionais de saúde.	Número de serviços de referência para o diagnóstico e tratamento de lesões precursoras de colo uterino (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Reduzir a incidência de sífilis congênita.	Percentual de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (SISPACTO/MS/28).	2014	3,17	%	1,87	1,11	0,59	SISPACTO/MS
4. Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	Aumentar a cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial;	Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (SISPACTO/MS/29).	2014	6	Unidades	8	10	14	SISPACTO/MS
	X% de expansão dos programas de Residência Médica em Psiquiatria e Multiprofissional em Saúde Mental.	Proporção de novos e/ou ampliação de programas de Residência Médica em Psiquiatria e Multiprofissional em Saúde Mental (SISPACTO/MS/59).	2014	0,00	%	10,00	15,00	20,00	SISPACTO/MS
5. Garantia da Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa e dos Portadores de Doenças Crônicas	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (<70 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNTS (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das quatro principais DCNTs (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) (SISPACTO/MS/30).	2014	239,19/ 100.000	Unidade	158,00	94,00	50,00	SISPACTO/MS
6. Implantação da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência	Implantar Centro Especializado em Reabilitação nas Regionais de Saúde.	Número de Centros Especializados em Reabilitação (PES/SESAU)	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Implantar Oficina Ortopédica no Estado.	Número de Oficinas Ortopédicas (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Saúde (continuação).

Projetos	Metas	Indicadores	Ano Base	Qte	Unid	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
7.Implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena	Alcançar, no mínimo, 75% de crianças indígenas menores de 7 anos com esquema vacinal completo.	Percentual de crianças indígenas menores de 7 anos com esquema vacinal completo (SISPACTO/MS/31).	-	-	-	-	-	-	-
	Investigar óbitos infantis e fetais indígenas.	Proporção de óbitos infantis e fetais indígenas Investigados (SISPACTO/MS/32).	-	-	-	-	-	-	-
	Investigar os óbitos maternos em mulheres indígenas.	Proporção de óbitos maternos em mulheres indígenas investigados (SISPACTO/MS/33).	-	-	-	-	-	-	-
	Investigar os óbitos de mulher indígena em idade fértil (MIF);	Proporção de óbitos de mulheres indígenas em idade fértil (MIF) investigados(SISPACTO/MS/34).	-	-	-	-	-	-	-
8. Vigilância em Saúde	Alcançar, em pelo menos 70% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança;	Proporção de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança com coberturas vacinais alcançadas (SISPACTO/MS/35).	2014	88,88	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera (SISPACTO/MS/36)	2014	57,70	%	80,00%	90,00%	100,00%	SISPACTO/MS
	Garantir a realização de exames anti-HIV nos casos novos de tuberculose.	Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose (SISPACTO/MS/37).	2014	71,20	%	90,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida (SISPACTO/MS/38).	2014	92,13	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (SINAN), em até 60 dias a partir da data de notificação	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI), encerradas em até 60 dias após notificação (SISPACTO/MS/39).	2014	92,20	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Ampliar o número de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados	Proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho* notificados (SISPACTO/MS/40).	2014	83,00	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Meta estadual: 100% dos municípios executando todas ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	Percentual de municípios que executam as ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios (SISPACTO/MS/41).	2014	20,00	%	33,70	56,79	100,00	SISPACTO/MS
	Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos (SISPACTO/MS/42).	2014	0,00	%	0,00	0,00	0,00	SISPACTO/MS
	Reduzir o diagnóstico tardio de infecção pelo HIV.	Proporção de pacientes HIV+ com 1º CD4 inferior a 200cel/mm3 (SISPACTO/MS/43).	2014	18,40	%	10,87	6,42	3,41	SISPACTO/MS
	Aumentar o acesso ao diagnóstico da hepatite C.	Razão de testes sorológicos anti-HCV realizados (SISPACTO/MS/44).	2014	1,38	%	2,22	3,58	6,34	SISPACTO/MS

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Saúde (continuação).

Projetos	Metas	Indicadores	Ano Base	Qte	Unid	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
8. Vigilância em Saúde (continuação)	Aumentar a proporção de cura nas coortes de casos novos de hanseníase.	Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes (SISPACTO/MS/45).	2014	86,80	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Garantir exames dos contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase.	Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados (SISPACTO/MS/46).	2014	80,80	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Reduzir o número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral.	Número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral (SISPACTO/MS).	2014	0,00	%	0,00	0,00	0,00	SISPACTO/MS
	Garantir a vacinação anti-rábica dos cães na campanha.	Proporção de cães vacinados na campanha de vacinação antirrábica canina (SISPACTO/MS/48).	2014	65,06	%	83,03	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Realizar busca ativa de casos de tracoma em 10% da população de escolares da rede pública do 1º ao 5º ano do ensino fundamental dos municípios prioritários integrantes da região.	Proporção de escolares examinados para o tracoma nos municípios prioritários (SISPACTO/MS/49).	2014	32,45	%	52,26	84,17	100,00	SISPACTO/MS
	Implementar e implantar em 100% da Hemorrede Estadual o serviço de Gestão Ambiental.	Percentual de implementação e implantação na Hemorrede Estadual do serviço de Gestão Ambiental (PES/SESAU).	2014	0,00	%	100,00	100,00	100,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Descentralizar serviços de captação de doadores de sangue nas regiões de saúde.	Número de serviços de captação de doadores de sangue(PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária.	Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária(PES/SESAU/50).	2014	5,90	Por 1.000 habitantes	3,48	2,06	1,09	SISPACTO/MS
	Reduzir o número absoluto de óbitos por dengue.	Número absoluto de óbitos por dengue (PES/SESAU/51).	2014	1,00	Unidade	0,00	0,00	0,00	SISPACTO/MS
	Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.	Proporção de imóveis visitados em, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue (PES/SESAU/52).	2014	29,00	%	46,70	80,00	100,00	SISPACTO/MS
	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez (SISPACTO/MS/53).	2014	26,10	%	33,31	42,51	56,97	SISPACTO/MS
9. Assistência farmacêutica no âmbito do SUS	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus), em 100% dos municípios.	Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado (SISPACTO/MS/54).	2014	18,00	%	31,02	53,46	100,00	SISPACTO/MS
	100% de serviços farmacêuticos estruturados no município.	Proporção de municípios da extrema pobreza com farmácias da Atenção Básica e centrais de abastecimento farmacêutico estruturadas (SISPACTO/MS/55).	2014	60,00	%	76,58	97,73	100,00	SISPACTO/MS

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Saúde (continuação).

Projetos	Metas	Indicadores	Ano Base	Qte	Unid	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
9. Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS (continuação)	100% das indústrias de medicamentos inspecionadas no ano.	Percentual de indústrias de medicamentos inspecionadas pela Vigilância Sanitária, no ano (SISPACTO/MS/56).	2014	100,00	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Construir prédio e equipar a Rede de Frio Estadual.	Número de unidades da Rede de Frio Estadual (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
10. Qualificação e Fixação de Profissionais para o SUS	Ampliar o número de pontos do Telessaúde Brasil Redes.	Número de pontos do Telessaúde Brasil Redes implantados (SISPACTO/MS/60)	2014	17,00	Unidade	22,00	28,00	38,00	SISPACTO/MS
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das redes de Atenção, pactuadas na CIR e aprovadas na CIB;	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas (SISPACTO/MS/57).	2014	80,95	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	Proporção de trabalhadores que atendem ao SUS, na esfera pública, com vínculos protegidos (SISPACTO/MS/61).	2014	100,00	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	X mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento.	Número de mesas ou espaços formais municipais e estaduais de negociação permanente do SUS, implantados e/ou mantidos em funcionamento (SISPACTO/MS/62).	2014	1,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	SISPACTO/MS
	X% de plano de saúde enviado ao conselho de Saúde.	Proporção de plano de saúde enviado ao Conselho de Saúde (SISPACTO/MS/63).	2014	65,00	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
	Ampliar o percentual dos conselhos de Saúde cadastrados no SIACS.	Proporção dos conselhos de Saúde cadastrados no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS) (SISPACTO/MS/64).	2014	39,00	%	100,00	100,00	100,00	SISPACTO/MS
11. Implementação da ContratualizaçãoInterfederativa	Fortalecer o controle social capacitando 100% dos conselheiros de saúde.	Percentual de conselheiros estaduais capacitados, com vistas ao fortalecimento do controle social (PES/SESAU).	2014	20,00	%	100,00	100,00	100,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
	Elaborar Mapa da Região de Saúde.	Número de Mapas de Saúde elaborados (PES/SESAU).	2014	0,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	RELATÓRIO DE GESTÃO/PES
12. Qualificação de Instrumentos de Execução Direta	100% de municípios com serviço de ouvidoria implantado.	Proporção de municípios com ouvidoria implantada (SISPACTO/MS/65).	2014	0,00	%	33,33	66,66	100,00	SISPACTO/MS
	Estruturação do componente municipal/estadual do SNA.	Componente do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) estruturado (SISPACTO/MS/66.)	2014	1,00	Unidade	1,00	1,00	1,00	SISPACTO/MS
	Realizar pelo menos uma alimentação por ano no Banco de Preços em Saúde.	Proporção de entes com pelo menos uma alimentação por ano no Banco de Preço em Saúde (SISPACTO/MS/67).	2014	0,00	%	33,33	66,66	100,00	SISPACTO/MS

4.2.4. Programa 4. Habitação

a) Contexto

No ano de 2012 (IBGE/Censo Demográfico), o Brasil apresentava uma carência de 5.430.000 habitações. Deste total, 85,9% estavam em áreas urbanas e 14,1% em áreas rurais. No período avaliado, o déficit habitacional relativo do país, que dimensiona a carência em relação ao total de domicílios da região e permite a comparação de regiões de tamanhos diferentes, era de 12,1% (FJP; MC, 2013).

Em termos absolutos, os maiores déficits habitacionais estavam nos estados mais populosos, liderados por São Paulo, com cerca de 1.151.000 unidades. Desse total, 582.000 unidades estão concentradas nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista. Em Rondônia, o déficit habitacional em 2012 era de 37.174 unidades. No entanto, em termos relativos à maioria dos estados da Região Norte e Nordeste estavam em pior situação, liderados pelo Maranhão, com 22 % e seguido por Rondônia com 7 %.

A carência de infraestrutura urbana foi o componente de inadequação que mais afetou os domicílios urbanos brasileiros. No total, 10.323.000 habitações (18,7%) careciam de pelo menos um item de infraestrutura básica: água, energia elétrica, esgotamento sanitário ou coleta de lixo. A maior parte do déficit habitacional do país está concentrada nas famílias de baixa renda, considerando que quase 36,2% das unidades deficitárias possuíam renda de até três salários mínimos.

A Região Norte apresentou carência de 564.620 habitações, 10.42% do percentual nacional e déficit habitacional relativo de 12,2%. Em 2011, os déficits absolutos eram liderados pelo Pará com 292.813 unidades, sendo que Rondônia possuía déficit de 46.323 unidades, sendo 40.624 na zona urbana e 5.699 na zona rural.

No âmbito federal o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) é o referencial para as políticas nesta área. O Plano "representa a retomada do planejamento do setor habitacional, por meio de uma estratégia de longo prazo que busca enfrentar as necessidades habitacionais do País, presentes e futuras, visando universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro. " (MC/SNH, 2009).

Historicamente, a falta de alternativas habitacionais, gerada por fatores como o intenso processo de urbanização, baixa renda das famílias, apropriação especulativa de terra urbanizada e inadequação das políticas de habitação, levou um contingente significativo da população a viver em assentamentos precários. O déficit habitacional, acumulado ao longo de décadas e a demanda habitacional futura representam um desafio de cerca de 31 milhões de novos atendimentos habitacionais até 2023. Diante da complexidade e da escala dos desafios postos nesse setor, é preciso garantir a continuidade dos recursos e dos principais programas habitacionais. Programas de urbanização de assentamentos precários e de produção habitacional demandam modelos mais efetivos e sustentáveis de recursos e subsídios para as famílias de baixa renda que ainda não conseguem acessar financiamento pelos meios tradicionais do mercado (MC/SNH, 2009).

No enfrentamento da questão habitacional, no plano federal ocorre a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a aprovação da nova Política Nacional de Habitação (PNH) e a implementação da Lei Federal N°11.124/05, que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Em termos operacionais, no que concerne à produção de moradias, o PlanHab equaciona sua ação com o Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio dos PACs I e II, que também operacionaliza outras linhas de intervenção complementares à moradia digna, como ações de urbanização, saneamento e energia elétrica. As intervenções, no público de baixa renda, são equacionadas pelos Planos Habitacionais de Interesse Social.

Em relação à vertente da organização institucional, o PlanHab apresenta estratégias que se desenham a partir da ação do governo federal para dinamizar o desempenho público, superar entraves identificados nos graus diversificados de organização institucional de estados e municípios e cimentar as bases de um sistema nacional articulado e integrado, prevendo como objetivo "implementar o SNHIS e consolidar um modelo de política habitacional baseada na descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.".

Nessa ótica, o PlanHab prevê responsabilidades para o Estado e seus municípios. Os governos estaduais e municipais são considerados responsáveis pela gestão do SNHIS, em sua esfera correspondente, mediante o exercício de funções de planejamento, coordenação, articulação, negociação, monitoramento e avaliação.

Cabe aos estados:

> *a) Atuar como articuladores das ações do setor habitacional, promovendo a integração entre os planos municipais, estaduais e de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares à habitação; b) criar e/ou estruturar órgãos com atribuição específica de formular, implementar, gerir e executar a política habitacional; c) criar e estimular o bom funcionamento dos conselhos e do fundo estadual e promover o ingresso qualificado dos municípios no SNHIS, apoiando as administrações locais na criação e estruturação de seus conselhos e fundos e na implantação dos seus programas habitacionais; d) articular os segmentos e os agentes locais envolvidos na questão habitacional, objetivando ampliar e tornar mais legítima a capacidade de intervenção do poder público; e, e) credenciar, de forma complementar à função exercida pelos municípios, as entidades de assistência técnica cujos serviços sejam financiados por recursos do FNHIS e formar, manter e disponibilizar cadastro das entidades credenciadas.*

Cabe aos Municípios:

> *a) Criação e/ou estruturação de órgãos com atribuição específica de formular, implementar, gerir e executar as políticas habitacionais locais; b) articulação com outras políticas setoriais e com demais esferas de governo, uma vez que é no município que as ações devem acontecer de forma articulada; c) criação e estímulo ao bom funcionamento dos conselhos e fundos locais, alimentando-os com recursos permanentes e crescentes, a partir de ações que melhorem a gestão da arrecadação local de recursos que possam ser aplicados em HIS; d) estímulo ao ingresso e à habilitação de novos agentes promotores (cooperativas e associações locais), bem como o apoio à sua atuação com capacitação e assistência técnica; e) credenciamento de entidades de assistência técnica cujos serviços sejam financiados por recursos do FNHIS e a formação, manutenção e disponibilização de cadastro das entidades credenciadas; f) gerar recursos na forma de contrapartidas, complementando e garantindo, com aportes não-onerosos, a política de subsídios; g) promover a urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários existentes a partir de intervenções estruturadas e articuladas a outras políticas sociais e de integração econômica; h) elaborar projetos e promover a construção de moradias, atendendo prioritariamente a população de menor renda; i) identificar beneficiários do programa nacional de subsídio e criar as condições para o cadastramento e para a alimentação da demanda de possíveis beneficiários da concessão de subsídios habitacionais; e, j) ampliar a atuação dos agentes que promovem empreendimentos realizados estruturar e cadastrar escritórios de assistência técnica, para o fornecimento de serviços técnicos financiados com recursos do FNHIS, porém não necessariamente vinculados aos programas habitacionais.*

No estado de Rondônia, o Programa Morada Nova é o instrumento que executa o Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

Lançado em 2009, o Programa Morada Nova fixou a meta de construir 8.465 casas (PPA 2009/2012). Desse total, 3.386 destinavam-se a famílias com renda até 3 salários mínimos. Por diversos motivos, entre eles a baixa capacidade operacional dos municípios, a execução da meta não atendeu as expectativas, ficando aquém das previstas para a faixa de renda de até 03 (três) salários mínimos (habitação de interesse popular) (SEAE, 2011). Com a edição da segunda fase do Programa Minha Casa, Minha Vida, em julho de 2011, ficou prevista a construção de aproximadamente 5.300 unidades habitacionais, destinadas a famílias de até três salários mínimos.

Buscando reforçar meios operacionais e recursos, o Governo de Rondônia, por meio do PIDISE, propõe ações para a "Implantação da Infraestrutura para Viabilizar Habitação de Interesse Social.".

Nessa proposição são priorizados municípios com mais de 50.000 habitantes, pois são nestes municípios que se encontra a maioria da população vivendo em condições de déficit habitacional, sob situação de risco. Desta forma, foram eleitos os municípios de Porto Velho, Jaru, Ariquemes, Cacoal, Ji–Paraná, Rolim de Moura e Vilhena para implementação da segunda fase do Programa Minha Casa, Minha. Juntos, estes municípios totalizam uma população de 870.000 (55% do total da população do Estado) e localizam-se na área de influência direta da BR-364 e das Linhas de Transmissão Elétrica do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, regiões com maior pressão do mercado imobiliário. Nestes municípios existe um grande número de habitações precárias, ocupadas por famílias de baixa renda, muitas delas localizadas em locais impróprios para moradia.

Esse Projeto prevê a complementação de recursos para infraestrutura de loteamentos e vias de acesso como forma de viabilizar a participação do Governo de Rondônia no Programa Minha Casa Minha Vida, com objetivo de contemplar 5.300 famílias com renda de até 3 salários mínimos. As obras de infraestrutura preveem: pavimentação de ruas, calçadas, redes e ligações domiciliares de água e esgoto, iluminação e sistema de drenagem, além de acesso dos loteamentos às vias coletoras de transporte.

O projeto está sendo implementado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, envolvendo um arranjo institucional formalizado através de Convênios com as Prefeituras Municipais, o Setor Privado (empresas construtoras) e a Caixa Econômica Federal.

As Prefeituras Municipais são encarregadas da regularização fundiária; agilização dos processos para aprovação dos projetos de acordo com seus Planos Diretores Municipais e Plano Municipal de Habitação; repassar as informações do CADúnico para a SEAS; proceder à seleção dos beneficiários e quando houver disponibilidade, doação de terrenos. Também estão previstas ações para a Caixa Econômica Federal, Empresas Construtoras e a SEAS. Para este projeto, no âmbito do PIDISE estão previstos 54 milhões de reais.

b) Objetivo

Enfrentar as necessidades habitacionais no Estado de Rondônia, presentes e futuras, visando universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão.

c) Carteira de Projetos

Diante das estratégias do SNHIS e das necessidades de estruturar, de forma integrada, o programa nacional e estadual de habitação, o PDES-RO propõe os seguintes projetos:

1. Projeto Estruturação e Articulação com o SNHIS.
2. Projeto de Habitação de Interesse Social.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 4. Habitação

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto Estruturação e Articulação com o SNHIS	Diagnóstico da situação habitacional de interesse social elaborado.	Documento técnico	-	-	1	-	-	SEAS
	Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social criado.	Unidade	-	-	1	-	-	
	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Comitê técnico de habitação doConselho Estadual das Cidades criado.	Unidade	-	-	1	-	-	
	Lei de criação do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor instituída.	Documento técnico-jurídico	-	-	1	-	-	
	Número de municípios apoiados na estruturação de conselhos, fundos e implantação de programas habitacionais.	Unidade	-	-	52	-	-	
2. Projeto de Habitação de Interesse Social	Percentual de redução do déficit habitacional estadual.	%	2014	-	34	33	33	SEAS
	Percentual de unidades habitação de Interesse Social contratadas.	%	2012 a 2014	35	15	24	26	
	Percentual de unidades de habitação de Interesse Social entregues.	%	2012 a 2014	7	46	24	23	
	Percentual de unidades de habitação de interesse social precárias melhoradas.	%	-	-	AD	AD	AD	

4.2.5. Programa 5. Saneamento

a) Contexto

Conforme apresentado no diagnóstico, o Estado de Rondônia ainda apresenta graves deficiências quanto ao saneamento público, seja no abastecimento de água, esgotamento sanitário ou coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

No contexto da Região Norte, com exceção dos estados de Roraima e Tocantins, cujas capitais foram planejadas, nos demais estados o atendimento do abastecimento de água por rede geral é bem inferior ao que se constata para o total do Brasil. Verifica-se ainda que enquanto para o Brasil, com uma taxa de urbanização de 84,37%, o atendimento por poço ou nascente é de apenas 17,50% (muito próximo do percentual da população rural, 15,63%), esta diferença é bem maior para os estados da Região Norte (exceto Tocantins e Roraima), o que indica uma presença ainda muito significativa de abastecimento de água na modalidade poço ou nascente nas zonas urbanas, o que pode implicar em graves problemas de saúde pública (MS/SIAB, 2014).

Em Rondônia, com uma TU de 73,66%, o atendimento no abastecimento de água por rede geral é de apenas 35,84% e por poço ou nascente de 63,32%, o que significa uma situação ainda bastante precária, com a existência ainda generalizada desta modalidade de atendimento nas zonas urbanas, podendo este fato estar associado à proliferação de doenças de veiculação hídrica (MS/SIAB, 2014).

Com relação ao esgotamento sanitário, também a situação na Região Norte e no Estado de Rondônia é bastante preocupante, pois a maioria expressiva dos domicílios não conta com formas adequadas de esgotamento sanitário, sendo de 62,55% e de 76,30% respectivamente para a Região Norte e o Estado de Rondônia os índices de esgotamento sanitário por formas inadequadas (fossa negra, a céu aberto, etc.), o que implica na existência e proliferação de vetores de doenças de veiculação hídrica, além dos impactos sobre o meio ambiente (MS/SIAB, 2014).

Na coleta domiciliar de resíduos sólidos urbanos, o Estado de Rondônia ocupa a penúltima pior posição, com índice de coleta de 67,06%, ficando acima apenas do Estado do Pará, que atende apenas 61,41% dos domicílios. O Estado com melhor desempenho, na Região Norte é Roraima, com 80% de atendimento. Para a disposição final destes resíduos deve-se observar que, conforme a lei de resíduos sólidos, foi encerrado em agosto de 2014 o prazo para todos os municípios darem uma destinação correta aos resíduos sólidos, em aterros sanitários adequados e licenciados. Conforme divulgado na imprensa, citando dados da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, dos 52 municípios do Estado, apenas Ariquemes construiu um aterro, que atende municípios vizinhos; e Vilhena que tem um aterro particular para receber o lixo do município (GLOBO, 2015).

A partir da publicação da Lei Nº 11.445, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico, em 05 de janeiro de 2007, foram estabelecidos os princípios fundamentais que norteiam a prestação dos serviços de saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.

Os serviços públicos de saneamento básico, entre os quais estão o abastecimento público urbano de água potável o esgotamento sanitário (ou serviços de esgotos sanitários), são considerados de interesse local. De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal, é competência municipal, entre outras, legislar sobre assunto de interesse local, prestar serviços públicos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), pela Portaria Interministerial N°571/2013 estabelece diretrizes, metas e ações de saneamento básico para o país nos próximos 20 anos (2014-2033). Os investimentos estimados para este período são de R$ 508,4 bilhões. Os recursos devem ter como fontes os agentes federais (59%), os governos estaduais e municipais, os prestadores de serviços de saneamento, a iniciativa privada e os organismos internacionais, dentre outros (41%).

O plano prevê alcançar, nos próximos 20 anos, 99% de cobertura no abastecimento de água potável, sendo 100% na área urbana. Quanto ao esgotamento sanitário, a previsão é de 92%, sendo 93% na área urbana. Em resíduos sólidos, o PLANSAB prevê a universalização da coleta na área urbana e a ausência de lixões ou vazadouros a céu aberto em todo o País. Para águas pluviais, outra meta é a redução de 11% da quantidade de municípios em que ocorrem inundações ou alagamentos, na área urbana (MC/SNSA, 2013).

Além de metas para a universalização dos serviços, o plano também define diretrizes para a descentralização de sua implantação, assim como dos serviços previstos, com responsabilidades definidas para estados e municípios.

O planejamento nesta área é condição indispensável para que o Brasil e seus estados avancem nos níveis de cobertura e na qualidade dos serviços prestados à população brasileira, representando saúde, qualidade de vida e cidadania.

b) Objetivo

Ampliar de modo significativo os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e sistemas de drenagem pluvial no Estado de Rondônia, de modo a promover a saúde pública, o bem-estar social e a cidadania para amplas camadas de sua população.

c) Carteira de Projetos

Considerando as diretrizes para o setor e as necessidades diagnosticadas no Estado de Rondônia, o PDES-RO define os seguintes projetos:

1. Projeto Descentralização da Execução da Política de Saneamento Básico.
2. Projeto Abastecimento de Água.
3. Projeto Esgotamento Sanitário.
4. Projeto Gestão de Resíduos Sólidos.
5. Projeto Drenagem Pluvial.

Os indicadores propostos nos quadros seguintes foram definidos pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (2014-2033). A determinação das metas para o Estado de Rondônia está em consonância com as metas propostas para estes indicadores para a Região Norte.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 5. Saneamento

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto Descentralização da Execução da Política de Saneamento Básico	Número de municípios com estrutura única para tratar da política de saneamento básico.	-	-	Unidade	10	30	52	Censo Demográfico. Projeções do Censo Demográfico. IBGE.
	Número de municípios com Plano de Saneamento Básico.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de municípios com serviços públicos de saneamento básico fiscalizados e regulados.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de municípios com instância de controle social das ações e serviços de saneamento básico (órgãos colegiados).	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
2. Projeto Abastecimento de Água	Número total de domicílios abastecidos por rede de distribuição, por poço ou nascente com canalização interna.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	Censo Demográfico. Projeções do Censo Demográfico. IBGE.
	Número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição, por poço ou nascente com canalização interna.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição, por poço ou nascente com canalização interna.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de municípios com amostras de coliformes totais na água distribuída em desacordo com o padrão de potabilidade.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número total de municípios com controle de coliformes totais na água distribuída.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de economias ativas atingidas por paralisações e por interrupções sistemáticas no abastecimento de água.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número total de economias ativas.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Índice de perdas na distribuição de água (Vol. de água disponibilizado - Vol. de água consumido) / Vol. de água disponibilizado).	-	-	%	AD	AD	AD	
	Número de prestadoras que cobram pelo serviço de abastecimento de água.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	

Nota: AD - A Definir.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 5. Saneamento (continuação)

Projetos	Indicadores	Ano Base	Qte	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
3. Projeto Esgotamento Sanitário	Número total de domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	Censo Demográfico. Projeções do Censo Demográfico. IBGE.
	Número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Índice de tratamento de esgoto coletado (Volume de esgoto coletado tratado / Volume de esgoto coletado).	-	-	%	AD	AD	AD	
	Número de domicílios (urbanos e rurais) com renda até três salários mínimos mensais que possuem unidades hidrossanitárias (banheiro e fossa séptica).	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de prestadoras de serviço que cobram pelos serviços de esgotamento sanitário.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
4. Projeto Gestão de Resíduos Sólidos	Número de domicílios urbanos atendidos por coleta direta (porta-a-porta) de resíduos sólidos.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	Censo Demográfico. Projeções do Censo Demográfico. IBGE.
	Número de domicílios rurais atendidos por coleta direta (porta-a-porta) e indireta de resíduos sólidos.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de municípios com presença de lixão/vazadouro de resíduos sólidos.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de municípios com coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
5. Projeto Drenagem Urbana	Número de municípios com inundações e/ou alagamentos na área urbana.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	Censo Demográfico. Projeções do Censo Demográfico. IBGE.
	Número de municípios com Projetos de Drenagem urbana elaborados.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	
	Número de municípios com Projetos de Drenagem urbana implantados.	-	-	Unidade	AD	AD	AD	

Nota: AD - A Definir.

4.2.6. Programa 6. Programa de Segurança Pública

a) Contexto

A Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania tem a atribuição de coordenar as ações de segurança pública no Estado de Rondônia, tendo em sua estrutura a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, com efetivo de 7.698 (sete mil e seiscentos e noventa e oito) profissionais de segurança pública para fazer frente ao combate à criminalidade, seja de forma preventiva ou repressiva, além das ações de defesa civil. O efetivo estimado para atendimento mínimo da demanda existente é de aproximadamente 14 mil profissionais, previstos em lei.

O Estado de Rondônia possui extensa área de fronteira, especificamente com a Bolívia, que apresenta grandes problemas com o narcotráfico, o que reflete diretamente nos índices de violência do Estado.

Destaca-se também a extensa área territorial dentro da Amazônia Legal, o que desencadeia problemas referentes à regularização fundiária e ambiental. Nesta esteira, existe a premente necessidade de planejamento de ações que façam frente à realidade local, com coordenação integrada e parceria das forças da União e do Estado, em cooperação logístico-operacional e de inteligência, articuladas pelo Gabinete de Gestão Integrada. A integração dos esforços é o caminho para o enfrentamento ao crime e soluções para melhoria da qualidade de vida da população.

O Relatório de Atividades realizadas pela SESDEC nos anos de 2011 a 2014 apresenta, de uma maneira geral, redução da violência no Estado. A partir de 2011, o foco orientado dos trabalhos foi a redução da taxa de homicídios dolosos, verificada em 2010 na ordem de 35 homicídios dolosos/100 mil habitantes. Em 2014 a taxa caiu para 29,2, devendo atingir 23 pontos até 2020.

Outros indicadores importantes sobre a situação da segurança púbica em Rondônia foram dados pela Pesquisa Nacional de Vitimização (2012). Os principais resultados da pesquisa indicaram que Rondônia ocupa lugar intermediário nos índices, devendo melhorar o posicionamento no *ranking* a partir da melhoria dos indicadores sociais, que refletem diretamente nos índices de criminalidade. Fatores preponderantes como a oferta de moradia, saneamento básico, qualificação profissional, vagas no ensino médio e superior, infraestrutura urbana, opções de lazer e esporte, rede de saúde adequada, regularização fundiária e ambiental, integram o arcabouço de medidas necessárias para o escopo de melhoria dos índices de violência no Estado.

A integração das ações, aumento de efetivo, qualificação profissional, valorização das carreiras para incentivo à permanência no Estado, melhoria na infraestrutura, incremento da atividade de inteligência, é *conditio sinequa non* para a redução, notadamente, dos crimes contra o patrimônio, contra a vida e a liberdade sexual, sendo erigidas as prioridades nos próximos anos.

Importante destacar que o Estado de Rondônia integra a ENAFRON, que aponta em seu diagnóstico (SNSP, 2013) os principais ilícitos a serem combatidos e as estratégias e estruturas necessárias no combate ao crime. Nesse sentido, a política de segurança pública de Rondônia deve estar vinculada a duas instâncias básicas: a política interna (estadual) e a política de fronteira, fortemente relacionada a uma atuação conjunta com as forças nacionais de segurança.

No cumprimento de sua missão na política interna de segurança, o Estado está elaborando o Planejamento Estratégico em Segurança Pública, que dará supedâneo ao Plano Estadual de Segurança Pública.

b) Objetivos

1. Elaborar o Planejamento Estratégico e o Plano Estadual de Segurança Pública;
2. Implementar as estruturas previstas no plano;
3. Elaborar o PPA com base no plano;
4. Manter as instituições e as ações de segurança pública previstas nos instrumentos legais e de planejamento atuais;
5. Manter, renovar e executar convênios da ENAFRON.

c) Carteira de Projetos

1. Plano Estadual de Segurança Pública
Para a elaboração deste plano será necessária a contratação de serviços especializados de consultoria, com metodologia participativa (envolvendo os órgãos afetos e organizações da sociedade relacionadas), para a sua posterior implementação.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 6. Segurança Pública

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Quantitativo	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Plano Estadual de Segurança Pública	Plano Estadual de Segurança Pública elaborado.	Documento	2015	-	1	-	-	SESDEC e DETRAN-RO
	Taxa de homicídios dolosos/cem mil habitantes reduzida.	Taxa	2014	29,2	23,2	17,2 (do período anterior)	11,2 (do período anterior)	
	Número de vítimas fatais no trânsito reduzido.	%	2013	484	50	50	50	
	Número de veículos, aeronaves e embarcações em condições de uso.	%	2014	979	100	100	100	
	Números de posições de atendimento e monitoramento da plataforma CIOP ampliadas.	%	2014	12 (atendimento) 11 (monitoramento)	50	30	30	
	Taxa de composição do efetivo das 03 corporações.	%	2014	7698	100	100	100	
	Quadro de servidores administrativos estruturado.	UG	2014	-	4	-	-	
	Programa de qualidade total elaborado.	Documento técnico	2014	-	1	-	-	
	Percentual do Programa de Qualidade Total implantado.	%	2014	-	50	50	-	
	Política de valorização das carreiras estabelecida.	Documento técnico	2014	-	4	4	4	
	Percentual de Profissionais de Segurança Pública capacitados.	%	2014	-	100	100	100	
	Número de unidades de segurança públicas construídas.	Unidade	2014	02	33	-	-	
	Número de unidades especializadas em segurança de fronteiras construídas.	Unidade	2014	-	5	-	-	
	Percentual de reformas de unidades de segurança pública nas dez macrorregiões.	%	2014	-	50	50	50	
	Número de reposição de profissionais especialistas em trânsito.	Unidade	-	-	500	100	100	
	Taxa de crescimento da fiscalização no trânsito.	%	-	-	40	20	20	

4.2.7. Programa 7. Programa de Esporte

a) Contexto

A Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (SEJUCEL) é responsável por promover, estimular, difundir e orientar as atividades culturais e esportivas em todas as suas formas e manifestações, bem como preservar o patrimônio histórico e cultural do Estado.

A SEJUCEL atua nos projetos culturais e esportivos de forma direta e indireta. Entende-se por forma direta as ações realizadas pela equipe da própria superintendência, fazendo o uso de orçamento próprio. E como forma indireta, as parcerias firmadas com os municípios, entidades sem fins lucrativos e com fins lucrativos e com fins culturais e esportivos, ligados respectivamente aos Ministérios da Cultura e dos Esportes. Essas parcerias são realizadas por meio de celebração de convênios ou disponibilidade ao solicitante de determinada prestação de serviço, como por exemplo, fornecimento de estrutura de sonorização.

b) Objetivos

Geral
Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Específicos

- Criar lei de incentivo ao esporte;
- Criar centro esportivo e de suporte multidisciplinar de treinamento para todas as modalidades;
- Capacitar e atualizar os profissionais de Educação Física em cursos específicos com formação e valorização profissional;
- Promover atividades físicas e desenvolver jogos e festivais esportivos municipais, regionais e nacionais;
- Capacitar e atualizar os profissionais de Educação Física em cursos específicos nas modalidades paraolímpica, para idosos e deficientes;
- Promover atividades físicas e desenvolver jogos e festivais esportivos municipais, regionais e nacionais.

c) Carteira de Projetos

São assim propostos, para este programa, os seguintes projetos:

1. Projeto Apoio ao Esporte de Rendimento.
2. Projeto Promoção de Esporte para Populações Vulneráveis.
3. Projeto promoção de Esporte para Populações Indígenas.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 7. Esporte

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Quantitativo	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projetos Esporte deRendimento	Lei de incentivo ao esporte criada.	Documento Jurídico		01	01	-	-	SEJUCEL
	Centro esportivo e de suporte multidisciplinar de treinamento para todas as modalidades criado.	Unidade		10	03	03	04	
	Profissionais de Educação Física capacitados e atualizados em cursos específicos com formação e valorização profissional	Percentual		100	30	30	40	
2. Gestão do esporte e do Lazer para populações vulneráveis	Atividades físicas, jogos e festivais esportivos municipais, regionais e nacionais promovidos e desenvolvidos.	Unidade	2016	50	10	20	20	SEJUCEL
	Profissionais de Educação Física capacitados e atualizados em cursos específicos nas modalidades paraolímpica, para idosos e deficientes.	Percentual	2016	-	30	60	120	
3. Gestão do esporte e do Lazer para os povos indígenas	Atividades físicas, jogos e festivais esportivos municipais, regionais e nacionais promovidos e desenvolvidos para os povos indígenas.	Unidade	2016	50	10	20	20	SEJUCEL

4.3. Diretriz III. Competitividade Sustentável

a) Contexto

Das principais conclusões do diagnóstico, das diretrizes da PNDR e considerando o amplo conjunto de programas e projetos propostos e em andamento, tanto de nível federal, como estadual, foram definidos, no âmbito do PDES-RO, duas grandes orientações programáticas de cunho produtivo, com inclusão social. Uma primeira, com base no desenvolvimento de APL, dada a especificidade do tema e as particularidades do conjunto de ações e projetos necessários à sua estruturação, fortalecimento e implementação, e a segunda, abarcando os diversos setores da economia, voltada para o fomento de iniciativas e processos produtivos com potencial para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, esta diretriz abarca um Programa Estratégico de Desenvolvimento de APLs no Estado, indicando que entre os APLs propostos pelo Estado deve-se selecionar aqueles que representam maior expressividade econômica, melhor potencial organizativo e programas de fomento a iniciativas e processos produtivos com potencial para o desenvolvimento sustentável.

Nos programas de fomento a iniciativas e processos produtivos com potencial para o desenvolvimento sustentável estão incluídos todos os setores econômicos com potencial identificado no diagnóstico, visando ações e projetos de fomento a agropecuária, a indústria, ao comércio e serviços, incluindo a economia verde, a economia criativa e as proposições portadoras de futuro.

Na atividade agropecuária e extrativista os projetos selecionados estão direcionados aos setores da bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, agricultura familiar (foco nas culturas alimentares), horticultura, culturas permanentes (fruticultura, cacau e café) e sistemas agroflorestais. Inclui ainda o setor madeireiro, considerando o extrativismo sob planos de manejo florestais sustentáveis empresariais e comunitários, além da silvicultura (florestas plantadas) e produtos não madeireiros na exploração sustentável da sociobiodiversidade.

Na atividade de mineração considera-se a mineração industrial e a garimpeira. A mineração em moldes industriais se demonstra como um dos setores com grande potencial de expansão, mas o seu desenvolvimento depende da superação de inúmeros gargalos. Entre eles, o maior conhecimento de jazidas existentes no Estado, assim como investimentos na área de suporte a pesquisas minerais (a exemplo de laboratórios de testes e ensaios) e também para facilitar a obtenção de licenciamento de exploração e de processamento de minerais. Além disso, a ampliação da rede de distribuição da rede de energia elétrica é necessária por ser o setor de processamento e industrialização mineral eletrointensivo. Desse modo, o casamento e sincronização de investimentos e ações governamentais para estruturar e desenvolver a atividade mineral é fundamental, em especial em projetos de distribuição de energia e infraestrutura de transporte e logística.

Para o setor industrial são propostos projetos de fortalecimento da agroindústria e de promoção a polos da indústria local de transformação, sendo que o processamento de produtos oriundos da sociobiodiversidade (alimentos, fármacos e cosméticos) é considerado como parte da cadeia produtiva da sociobiodiversidade. São também propostos estudos no sentido da identificação de áreas potencialmente apropriadas para o desenvolvimento industrial. No setor de comércio e serviços o foco é o fomento à economia criativa e ao turismo, sem se descuidar também do apoio necessário à melhoria das atividades comerciais e de serviços urbanos voltados às empresas.

Entende-se, assim, que a conjugação e articulação de eixos prioritários de atividades produtivas contribuirão para o adensamento das cadeias produtivas regionais. Esse conjunto de eixos, em que ainda se somam outros, como o de arranjos produtivos locais, deverá ser construído, estruturado e fortalecido, além de definidos objetivos a perseguir, visando posicionar Rondônia num patamar competitivo e criar condições para viabilizar uma melhor inserção de sua economia na economia brasileira e mundial.

São assim propostos, para esta diretriz, os seguintes programas:

1. Programa Estratégico de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado.
2. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte.
3. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite.
4. Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar.
5. Programa Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono.
6. Programa de Apoio à Aquicultura.
7. Programa de Apoio à Lavoura Cafeeira.
8. Programa de Apoio à Lavoura Cacaueira .
9. Programa de Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja.
10. Programa de Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro.
11. Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade.
12. Desenvolvimento da Indústria.
13. Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral.
14. Programa de Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa Programa de Promoção da Cultura.
15. Promoção do Turismo.
16. Programa Infraestrutura e Logística.

Conforme o contexto e os objetivos definidos para cada programa foi indicado um rol de projetos, conformando uma matriz de programas e projetos, conforme o Quadro 3, já citado.

4.3.1. Programa 1. Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado

a) Objetivos

Geral

O Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado visa um conjunto de ações com vistas à superação dos entraves organizativos e dos gargalos presentes em elos estruturantes da cadeia produtiva dos segmentos a serem apoiados, que impedem ou dificultam a sua estruturação em Arranjos Produtivos Locais.

Específicos

- Contribuir para o aumento da capacidade competitiva das pequenas empresas e produtores, por meio do desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Melhorar a capacidade local de atuação em favor do desenvolvimento competitivo das empresas, produtores e instituições, em uma ótica de cooperação;
- Facilitar o acesso a mercados e a identificação ou o fortalecimento dos canais apropriados;
- Apoiar os processos de reorganização da produção melhorando sua competitividade;
- Promover a inserção da organização produtiva dos APL no mercado nacional e internacional.

b) Ações

No âmbito do PDES-RO são recomendadas as seguintes ações:

1. Elaboração da Política Estadual de APL.
2. Elaboração do Plano Estadual de APL.
3. Implantação do Observatório Estadual de APL.
4. Ações para o empoderamento do Núcleo Gestor do APL.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 1. Estratégico de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) no Estado

Projetos/Ações	Indicadores	Unidade	Ano Base	Quanti tativo	Metas/Anos			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Elaboração da Política Estadual de APL	Política Estadual de APL elaborada.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEPOG
2. Elaboração do Plano Estadual de APL	Plano Estadual de APL elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
3. Implantação do Observatório Estadual de APL	Observatório Estadual de APL implantado.	Sistema Implantado	-	-	1	-	-	
4. Ações para o empoderamento do Núcleo Gestor do APL	Núcleo Gestor do APL empoderado.	Unidade	-	-	1	-	-	

4.3.2. Programa 2. Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte

a) Objetivo

Promover o desenvolvimento tecnológico na base produtiva, principalmente entre pequenos e médios criadores e demais elos da cadeia produtiva, visando a superação de gargalos na direção de ganhos de produtividade e competitividade na bovinocultura de corte.

b) Carteira de Projetos

Os principais gargalos da atividade estão na organização da produção dos pequenos e médios produtores, que enfrentam problemas relacionados principalmente no manejo da alimentação, em condições limitadas de terra e capital.

Alternativas tecnológicas, portanto, devem ser buscadas de modo integrado. O Manual de Boas Práticas Agropecuárias – Bovino de Corte da EMBRAPA oferece um conjunto integrado de medidas que propugnam tanto pelo "uso correto das inúmeras tecnologias disponíveis", como "o suporte de sistemas de gestão que contemplem os aspectos sociais, ambientais e econômicos, de modo a assegurar a rentabilidade e a competitividade dos empreendimentos rurais." (EMBRAPA. 2014).

Conforme a EMBRAPA, o manual oferece "uma ferramenta de gestão que, quando aplicada corretamente, resultará na redução dos custos de produção e no aumento da rentabilidade. Além disso, a garantia do fornecimento de alimentos seguros, provenientes de sistemas de produção sustentáveis, poderá facilitar o acesso aos mercados mais exigentes, tanto nacional como internacional." Indica, ainda, como vantagem a identificação e correção dos pontos críticos, redução das perdas e da má utilização de produtos, redução de riscos: ações trabalhistas e ambientais; melhoria da qualidade da carcaça e do couro; agregação de valor; e, melhoria da competitividade e acesso a mercados diferenciados.

Apesar de estar voltado para uma espécie de certificação, o conjunto de medidas do Manual pode ser adotado como um projeto, tornando as recomendações, como linhas de atuação, a saber: gestão da propriedade rural, função social do imóvel rural, gestão dos recursos humanos, gestão ambiental, instalações rurais, manejo pré-abate, bem-estar animal, pastagens, suplementação alimentar, identificação animal, controle sanitário e manejo reprodutivo.

Considera-se que a implementação deste conjunto de medidas técnicas, como um resultado recente e inovador (2014) na busca de um melhor desempenho para este setor produtivo, poderá modificar o perfil da pecuária de corte, sendo, portanto, recomendado no âmbito do PDES-RO o desenvolvimento das recomendações da EMBRAPA, na forma de um projeto a ser negociado com sua assessoria/parceria.

Neste sentido são recomendadas ações institucionais e o desenvolvimento do Projeto de Boas Práticas na Pecuária Bovina de Corte, com as seguintes proposições:

1. Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e EMBRAPA.
2. Certificação SISBOV.
3. Desenvolvimento e Implantação do Projeto Boas Práticas na Pecuária Bovina de Corte.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 2. Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte

Ações/Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Quantitativo	Metas/Prazo			Fonte de verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e EMBRAPA	Reuniões técnicas entre Governo do Estado (Secretaria da Agricultura) e EMBRAPA realizadas.	Documento Técnico	2015	4	20	20	20	SEAGRI, IDARON e EMATER
	Termo de Cooperação Técnica firmado.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	
	Difusão de Tecnologias.	Ações realizadas	2015	1	5	5	5	
	Avaliações de resultados do Termo realizadas.	Documento Técnico	2015	1	5	5	5	
	Atualizações do Convênio realizadas.	Documento Técnico	2015	-	-	-	-	
2. Certificação SISBOV	Número de propriedades rurais SISBOV.	Unidade	2015	6	48	49	50	
	Número de auditores SISBOV.	Unidade	2015	90	54	54	45	
	Número de frigoríficos SISBOV.	Unidade	2015	0	4	0	6	
3. Desenvolvimento e Implantação do Projeto Boas Práticas na Pecuária Bovina de Corte	Percentual de produtores da bovinocultura de corte com assistência técnica na implantação do Projeto Boas Práticas.	%	2015	4	0	0	15	
	Percentual implantado de produtores usando procedimentos de gestão de recursos humanos na propriedade.	%	2015	1	0	0	10	
	Percentual de produtores adotando técnicas de manejo alimentar (pastagem manejada e alimentação suplementar).	%	2015	21	0	0	25	
	Percentual de produtores adotando controle sanitário.	%	2015	100	100	100	100	
	Percentual de produtores adotando manejo reprodutivo.	%	2015	14	0	0	30	

4.3.3. Programa 3. Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite

a) Objetivo

Promover e contribuir na estruturação, modernização e ganhos de produtividade de todos os elos da cadeia produtiva da bovinocultura de leite, de modo a aumentar a sua competitividade.

b) Carteira de Projetos

O caminho para a superação dos gargalos identificados na atividade é longo e complexo, pois envolve planejamento, ações, investimentos, pesquisas, emprego de novas tecnologias de manejo e produção, entre outros, de forma diferenciada, para cada um dos elos da cadeia produtiva, pois cada categoria de produtor e porte, de grupo e de comunidade requerem ações particulares e apropriadas a elas.

Os tipos de gargalos mencionados indicam a necessidade de continuidade dos projetos em andamento, mas também da elaboração de novos projetos. Projetos que deverão ser formatados, no sentido de alcançar as metas propostas, conforme os principais indicadores de desempenho previstos no Programa. O Quadro 17 apresenta os projetos e também define os objetivos para estes.

GADO LEITEIRO.
Foto: R. Machado

Quadro 17 - Projetos Proposto para o Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite e seus objetivos.

Projetos	Objetivos
1. Projeto de Manejo Adequado dos Recursos Naturais	Estabelecer a competitividade sistêmica e comercial da atividade a curto, médio e longo prazo; Disseminar modernas técnicas de conservação e reposição de nutrientes, associados ao manejo integrado do pasto e do rebanho, com correção e conservação de solo, adubação, rotação de pastos e capacidade de carga adequada; Implantar sistemas silvopastoris com manejo integrado; Recuperar áreas e pastos degradados; Recuperar Áreas de Preservação Permanente; Promover a reciclagem de resíduos, efluentes e dejetos animais na produção de adubo orgânicos.
2. Projeto Integração e Organização Social dos Produtores	Promover o desenvolvimento local das comunidades produtoras, apoiando a mobilização, sensibilização e capacitação dos produtores na construção de organizações próprias; Fortalecer organizações de base existentes (associações, cooperativas ou grupos informais) visando a redução de custos nas atividades de modernização tecnológica, com aquisições de insumos e equipamentos em ações conjuntas de grupo de produtores; Promover e facilitar a inclusão de produtores organizados no mercado, inclusive institucional, visando garantir a viabilidade econômica e sustentabilidade socioambiental dos empreendimentos de produção leiteira; Promover a utilização compartilhada de equipamentos e maquinários agrícolas.
3. Projeto Melhoria na Produção e Produtividade do Gado Leiteiro	Promover incrementos na produção e produtividade do rebanho leiteiro do Estado usando práticas de manejo adequadas.
4. Projeto Apoio à Inovação Tecnológica Adoção de Técnicas de Manejo Alimentar, Sanitário e Genético	Aumentar a produtividade do leite, com a adoção de tecnologias de manejo de pasto na alimentação do rebanho, no processamento inicial (resfriamento na propriedade) e no controle sanitário, por meio de ações conjuntas envolvendo produtores, técnicos e extensionistas; Promover a aplicação de um conjunto de técnicas de manejo reprodutivo visando o melhoramento genético do gado bovino de leite com incremento na produtividade leiteira; Implantar programa de melhoramento por cruzamento com linhagens adaptadas às condições amazônicas, com o uso compartilhado de técnicas de inseminação artificial, crédito e assistência técnica; Promover a capacitação de técnicos e produtores no manejo reprodutivo, com uso de cruzamento de raças adequadas com inseminação artificial.
5. Projeto de Capacitação.	Promover a capacitação em: empreendedorismo rural; aplicação de novas tecnologias do sistema produtivo; manejo e alimentação de bovinos de leite; melhoramento genético e introdução de novas raças apropriadas à produção leiteira; inseminação artificial; manejo de ordenha e qualidade do leite (manejo sanitário, manejo e criação de bezerras e novilhas – envolvendo empresas e instituições públicas de assistência técnica para desenvolver ações integradas de acompanhamento para a cadeia produtiva leiteira, incluindo também fábricas de laticínios e cooperativas.
6. Projeto de Apoio à Integração da Indústria e dos Produtores.	Fortalecer os processos de gerenciamento empresarial e rural, assim como de gestão e monitoramento de ações e informações relativas ao agronegócio e industrialização do leite; Fortalecer a cadeia de processamento e comercialização do leite e de produtos lácteos, visando aumentar o volume de produção, melhoria da qualidade, diversificação de produtos e incremento da escala de produção, agregação de valor e diferenciação de produtos, competitividade e vendas, inclusive para programas de governo e apoiar a identificação de novas oportunidades relativas à comercialização.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Quantitativo	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Manejo Adequado dos Recursos Naturais	Número de propriedades com CAR.	Unidade	2014	46.035	120.000	150.000	180.000	SEDAM
2. Integração e Organização Social dos Produtores	Número de organizações sociais regularizadas pelos órgãos de ATER.	Unidade	2014	0	300	550	700	EMATER
	Número de organizações sociais e produtivas funcionando.	Unidade	2014	320	700	920	1.020	EMATER
	Número de cooperativas de produção.	Unidade	2014	6	12	18	20	EMATER
	Percentual de produtores que comercializam o leite para indústrias de laticínios.	%	2014	90,76	92,56	93,86	95,00	IDARON
	Percentual de produtores utilizando tanque de resfriamento de leite de forma conjunta.	%	2014	47,00	30,00	20,00	15,00	IDARON
3. Melhoria na Produção e Produtividade do Gado Leiteiro	Aumento percentual no volume de leite produzido no Estado.	%	2013	920.496	1.086.240	1.379.700	1.460.000	IBGE/PPM
	Aumento na produtividade de leite litro/vaca ordenhada/dia.	Litros	2014	4,63	6,20	7,50	8,00	IDARON
	Média do índice de vacinação contra febre aftosa últimos 5 anos.	%	2014	98,49	98,70	99,00	99,50	IDARON
	Média de notificações de suspeita de febre aftosa últimos 5 anos.	Unidade	2014	25	39	50	70	IDARON
	Número de casos positivos de brucelose.	Unidade	2014	223	150	80	0	IDARON
	Percentual de casos positivos de tuberculose.	%	2014	0,003	0,002	0,001	0,00	IDARON
	Número das Contagem de Células Somáticas (CCS).	Unidade	2014	122.000	122.000	122.000	122.000	IDARON
	Número das Contagem Total de Bactérias (CTB)	Unidade	2014	464.000	100.000	100.000	100.000	IDARON
4. Apoio à Inovação Tecnológica e Adoção de Técnicas de Manejo Alimentar, Sanitário e Genético.	Percentual de produtores participando de programa de melhoramento genético (número base 25.000).	%	2014	11,50	18	25	30	EMATER
	Percentual de produtores compartilhando equipamentos de inseminação artificial (número base 1.648).	%	2014	6,6	10,26	14,25	17	EMATER
	Percentual de produtores de leite adotando manejo integrado de pasto e rebanho (número base 352).	%	2014	1,41	2,50	4,00	5,0	EMATER
	Produção de nitrogênio líquido para uso na inseminação artificial do rebanho leiteiro.	Litros	2014	50.000	80.000	110.000	140.000	EMATER

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 3. Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite (continuação)

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Quantitativo	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
5. Capacitação	Percentual de produtores que participaram de capacitação com foco na atividade leiteira. (número base .- curso, palestra, dia de campo, dia especial, seminário em 88 eventos com 10.415 participantes.	%	2014	41,66	55,00	70,00	80,00	REMATE
	Número de técnicos capacitados.	Unidade	2014	0	500	1.000	1.500	SEAGRI
6. Apoio a Integração da Indústria e dos Produtores	Percentual de matéria prima leite participante no Conseleite-RO.	%	2014	65	80	100	100	SEAGRI

4.3.4. Programa 4. Fortalecimento da Agricultura Familiar

a) Objetivos

1. Fortalecer a agricultura familiar no Estado de Rondônia por meio de articulações e participação do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais, de modo estrutural, permanente e continuado nos processos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa Território da Cidadania e Territórios Rurais no Estado, assim como em cada Território, com base nos PTDRS (conforme Diretriz I, Programa 2).

2. Apoiar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na agricultura familiar através do cadastramento de produtores orgânicos, capacitação, controle social para a garantia da qualidade orgânica, constituição de comissões de produção orgânica, pesquisa, intercâmbio e ações em redes de inovação tecnológica e de comercialização.

b) Carteira de Projetos

O conjunto de projetos para a agricultura familiar está equacionado tanto pelos PTDRS (Territórios da Cidadania e Rurais), como pelos programas e projetos já definidos, no âmbito deste PDES-RO.

Considerando que os Territórios da Cidadania e Rurais são programas da esfera federal, cabe ao Estado, como também aos municípios, na perspectiva do pacto federativo, uma inserção mais estrutural ao programa, definindo projetos, assim como indicadores e metas a serem alcançadas.

Nesse sentido, já foram propostos indicadores e metas para cada Território da Cidadania e Territórios Rurais, na Diretriz I, Programa 2. Desenvolvimento Territorial, dado o caráter do programa e a necessidade de adequar a sua programação também às diretrizes do ZSEE-RO.

Assim, no que tange a Matriz de Planejamento, com relação à agricultura familiar, o conjunto da intervenção já prevista nos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais supre, por meio dos planos do PTDRS (instrumento de planejamento detalhado e elaborado sob a responsabilidade direta dos produtores e suas representações), os projetos que poderiam ser propostos no âmbito do PDES-RO. Deve-se considerar, ainda, que grande parte dos demais programas e projetos propostos neste PDES-RO, também incidem na agricultura familiar, como os programas de bovinocultura de corte e leite, cacau, café, etc.

Nesse sentido, a intervenção do PDES-RO se situa muito mais nos processos de planejamento destes Territórios, por parte do Estado, assim como no seu acompanhamento e avaliação, estreitando-se mecanismos de parceria e de pactos, na programação dos projetos efetivos a serem desenvolvidos, assim como dos indicadores e metas a serem alcançadas nos horizontes de curto, médio e longo prazo.

Trata-se, portanto, do fortalecimento da participação do governo estadual e das prefeituras municipais nos respectivos territórios, por meio das instâncias previstas no modelo de gestão dos Territórios da Cidadania e Rurais, que incluem o Comitê de Articulação Estadual e o Colegiado Territorial, como já previsto na Diretriz I, Programa 2. Programa de Desenvolvimento Territorial.

Dessa forma, o detalhamento da matriz de planejamento é aqui apresentada apenas para o Projeto de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 4. Fortalecimento da Agricultura Familiar

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica	Número de produtores (agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais) envolvidos com a ampliação e fortalecimento da produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica.	Unidade	2015	500	2.000	3000	6000	SEAGRI
	Número de técnicos e produtores capacitados emsistemas orgânicos de produção, de base agroecológica e transição.	Unidade	2015	620	1200	2000	3500	
	Número de produtores de base agroecológica, incluindo os que estão em transição, cadastrados.	Unidade	2015	500	1500	3.500	5.000	
	Número de grupos de produtores orgânicos sendo apoiados na implantação de mecanismos de controle social para a garantia da qualidade orgânica.	Unidade	2015	05	05	15	30	
	CPOrg implementada e funcionando com representação de pelo menos (16) organizações representativas do setor público e privado.	Unidade	2015	00	01	0	0	
	Projeto de pesquisa e intercâmbios (visando ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia e produção orgânica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão) elaborado.	Unidade	2015	0	05	10	15	
	Número de projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento participativo em sistemas de produção de base ecológica executados.	Unidade	2015	0	06	10	15	
	Número de formações/cursos sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) realizados.	Unidade	2015	0	10	20	30	
	Redes das organizações que atuam com agroecologia criadas.	Unidade	2015	01	03	05	05	
	Número de projetos de redes contratados e ações de inovação tecnológicas realizadas visando fortalecer as ações em rede das organizações que atuam com agroecologia e fomentar a incorporação da abordagem agroecológica nas Redes de Ater e Redes Temáticas, por meio da inovação tecnológica.	Unidade	2015	0	05	10	10	
	Campanhas publicitárias para incentivar e ampliar o consumo dos produtos orgânicos e de base agroecológica elaboradas.	Unidade	2015	0	10	10	20	
	Número de redes de comercialização e contratos efetivados visando fortalecer e ampliar o consumo dos produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização, mercados institucionais e compras governamentais destes produtos.	Unidade	2015	01	05	05	05	

4.3.5. Programa 5. Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, do governo federal, é a referência mais atual para o planejamento e execução de uma política de transição para a agropecuária de baixa emissão de carbono.

Também denominado de Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), este plano é o resultado de compromissos com a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumido pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes (COP15) ocorrida em Copenhague, no ano de 2009, no contexto da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

a) Objetivos

Geral

Promover a redução das emissões de gases de efeito estufa na agricultura, conforme preconizado na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), melhorando a eficiência no uso de recursos naturais e aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

Específicos

- Contribuir para a consecução dos compromissos de redução da emissão de GEE assumidos voluntariamente pelo Brasil, no âmbito dos acordos climáticos internacionais e previstos na legislação;
- Garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentado das práticas de manejo nos diversos setores da agricultura que possam vir a reduzir a emissão dos GEE e, adicionalmente, aumentar a fixação atmosférica de CO_2 na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira.

b) Carteira de Projetos

Os projetos previstos dizem respeito aos programas e ações propostas no Plano ABC, com adaptações à realidade local.

1. Projeto de Constituição do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC.
2. Projeto de Desenvolvimento das Ações do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC.

PARQUE ESTADUAL DE CORUMBIARA.
Foto: R. Machado

c) Indicadores e metas. Matriz de Planejamento. Programa 5. Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto de Constituição do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC. Estado	Número de reuniões para a articulação com o governo federal visando a adesão do Estado ao Plano ABC realizadas.	Unidade	2015	1	-	-	-	SEAGRI
	Número de reuniões ordinárias para a articulação das instituições que integram o Grupo Gestor.	Unidade	2015	1	20	20	20	
	Documentos institucionais de criação do Grupo Gestor elaborados.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	
	Grupo Gestor Estadual do Plano ABC de Rondônia criado.	Grupo Técnico	2015	1	1	-	-	
	Grupo Gestor Estadual do Plano ABC instituído por decreto estadual.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	
2. Projeto de Desenvolvimento das ações do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC. Estado	Número de ações realizadas para divulgação da realização de Seminários de Sensibilização do Plano ABC.	Unidade	2015	0	3	3	2	Grupo Gestor Estadual do Plano ABC
	Seminários de Sensibilização do Plano ABC realizados.	Unidade	2014	1	5	5	5	
	Diagnóstico de Cenários do Estado de Rondônia para a identificação das regiões potencialmente estratégicas para a implementação do Plano ABC elaborado.	Documento Técnico	2014	1	1	1	1	
	Número de regiões identificadas para a implementação do Plano ABC.	Unidade	2015	-	AD	-	-	
	Plano ABC Rondônia elaborado.	Documento Técnico	2015	-	1	-	-	
	Decreto Estadual do Plano ABC Rondônia instituído.	Documento	2015	-	1			
	Plano ABC Rondônia revisto e atualizado.	Documento Técnico	2015	-	-	1	1	
	Documento Estratégico de formulação e implementação de parcerias Público-Privadas elaborado.	Documento Técnico	2015	-	1	-	-	
	Número de Parcerias Público-Privado estabelecidas.	Unidade	2015	-	10	20	50	

Nota: AD - A Definir.

4.3.6. Programa 6. Apoio à Aquicultura

a) Objetivos

- Desenvolver a cadeia produtiva da aquicultura;
- Gerar emprego e renda;
- Produzir alimento de alta qualidade;
- Viabilizar unidades de beneficiamento de pescado;
- Viabilizar a implantação de uma unidade de produção de ração para atender aos piscicultores.

b) Carteira de Projetos

A aquicultura tem demonstrado grande capacidade de expansão da produção em Rondônia, mas há gargalos diversos a serem superados: falta infraestrutura para o processamento, armazenamento do pescado e da produção de gelo junto às regiões produtoras, que poderá se agravar com o crescimento da produção futura. Há demanda por apoio técnico e tecnológico, mas a oferta ainda é baixa e insuficiente; o índice de processamento de peixe é baixo, sendo vendido *in natura*; as dificuldades de obtenção de crédito limitam seu acesso a menos de 10% dos produtores atuais; além das deficiências na logística de transporte para mercados mais distantes, ficando o produtor refém de atravessadores e frigoríficos. Há dificuldades na área de licenciamento ambiental com muitos empreendimentos informais em/ou estabelecimentos agrícolas que carecem de regularização fundiária, pontos que limitam o acesso ao crédito.

As oportunidades de exportação em maior escala para outros estados e também para o exterior dependem do processamento industrial e certificação, da mesma maneira que o fornecimento do peixe na merenda escolar. A verticalização da produção pesqueira com maior agregação, assim, é a chave para que o setor se torne uma das grandes fontes de receitas para o Estado e para retenção da renda produzida em Rondônia. Nesse sentido, a aquicultura se coloca como forte potencial para o desenvolvimento e estruturação de APL, conforme o Programa já formatado no âmbito deste PDES-RO.

A verticalização da atividade significa também aproveitar oportunidades como a agregação de valor ao seu pescado e o aproveitamento de subprodutos, como o couro de determinadas espécies, que tem demanda nacional e internacional nas áreas do vestuário e acessórios.

A pesca esportiva, da modalidade “pesca e solta” é outro mercado com potencial de expansão, integrado ao turismo em regiões com potencial de turismo ecológico. Todavia, a falta de infraestrutura nos receptivos com maior potencial turístico torna pouco competitiva a atividade por sofrer a concorrência de polos turísticos mais antigos e melhor organizados. A falta de promoção e *marketing* para a pesca esportiva é outro agravante, assim como a distância dos locais de pesca dos centros emissores de turismo, que encarece o preço dos pacotes turísticos para Rondônia.

O quadro de significativa importância que a atividade vem assumindo no Estado, com possibilidades crescentes de ocupar e ampliar espaços nos mercados nacional e internacional, face aos gargalos identificados, coloca a necessidade de ações concretas na superação destes gargalos, sendo sugerido o estudo para o apoio no âmbito do Programa Estratégico de APL do Estado, o que poderá colocar o APL Aquicultura como prioritário. No entanto, sem excluir um conjunto de projetos que se prevê no Programa Estratégico de APL, os projetos elencados a seguir podem ser executados seletiva e progressivamente, conforme a necessidade dos municípios e regiões do Estado.

1. Projeto Diagnóstico da Aquicultura no Estado.
2. Plano Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos.
3. Projeto Aquicultura Legal.
4. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura para a Verticalização e Armazenamento do Pescado e Produção de Gelo.
5. Projeto Marketing Institucional.
6. Projetos de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e Atualização Profissional.
7. Projeto de Desenvolvimento Tecnológico.
8. Projeto Logística de Transporte.
9. Projeto Mercado Institucional.
10. Projeto de Apoio à Comercialização e Exportação.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 6. Apoio à Aquicultura

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Diagnóstico da Aquicultura no Estado	Estudo do perfil das unidades produtivas elaborado.	Documento técnico	2015	0	1	-	-	SEDAM, SEAGRI e MPA
	Estudo sobre a situação da logística de transporte nas áreas afetas pela Aquicultura elaborado.	Documento técnico	2015	0	1	-	-	
	Estudo sobre a localização e número de empreendimentos industriais no setor de aquícola elaborado.	Documento	2015	0	1	-	-	
	Grupo de Trabalho de gestão do diagnóstico instituído.	Unidade	2015	0	1	-	-	
	Revisão e atualização do diagnóstico elaborada.	Documento técnico	2015	0	-	1	1	
2. Plano Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos	Plano Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos elaborado.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	
	Revisão e atualização do Plano Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos elaborada.	Documento Técnico	2015	0	1	1	1	
	Percentual de unidades produtoras com boas práticas de produção implementadas.	%	2015	0	30	60	100	
3. Aquicultura Legal	Percentual de unidades produtivas regularizadas.	%	2015	70	100	100	100	
4. Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura para a Verticalização e Armazenamento do Pescado e Produção de Gelo	Projeto técnico elaborado.	Documento técnico	2015	0	1	-	-	
	Projeto técnico para incentivo a industrialização de sub-produtos de pescado elaborado.	Documento técnico	2015	0	1	-	-	
	Número de entrepostos construídos.	Unidade	2015	0	3	3	3	
5. Marketing Institucional	Número de ações de divulgação para atração de investimentos na industrialização da Aquicultura elaborado.	Unidade	2014	1	10	10	10	
	Número de eventos (realização e participação em congressos, seminários, feiras nacionais e internacionais e mídias) realizados/participados.	Unidade	2015	1	10	10	10	
6. Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e Atualização Profissional	Percentual (sobre total de produtores) de propostas de crédito elaboradas e contratadas.	%	2015	20	30	35	40	
	Percentual de técnicos extensionistas qualificados.	%	2015	30	40	50	50	
	Percentual de aquicultores capacitados.	%	2015	30	40	50	50	

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 6. Apoio à Aquicultura (continuação)

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
7. Desenvolvimento Tecnológico	Termos de cooperação técnica firmados com as instâncias competentes (universidades e institutos e instituições de pesquisa) para elaboração de pesquisas de fomento à inovação tecnológica da produção aquícola.	Documento Técnico	2015	2	6	6	6	SEDAM, SEAGRI e MPA
	Percentual de utilização de tecnologias inovadoras aplicadas a unidades produtoras	%	2015	5	5	10	15	
	Número de profissionais atendidos com ações de atualização técnica.	Unidade	2015	30	30	40	50	
8. Transporte	Extensão de estradas sob manutenção nas áreas afetas pela piscicultura.	Km	2015	-	AD	AD	AD	
9. Mercado Institucional	Percentual de instituições públicas consumidoras de produtos oriundos da aquicultura.	%	2015	-	10	20	30	
10. Apoio à Comercialização e Exportação	Estudos preliminares das necessidades técnicas, jurídicas, etc. para o apoio à comercialização e exportação dos produtos do setor de aquicultura elaborado.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	
	Programa básico de apoio à implantação de assessoria comercial e de exportação dos produtos do setor de aquicultura elaborado.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	
	Estratégia de marketing e divulgação do programa de comercialização e exportação dos produtos da aquicultura elaborada.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	

Nota: AD - A Definir.

4.3.7. Programa 7. Apoio à Lavoura Cafeeira

a) Objetivos

Geral

Promover o aumento da produção de café no estado de Rondônia, com base em expansão de área, renovação dos cafezais e ganhos de produtividade, agregando valor ao produto com elevação da renda do produtor.

Específicos

- Aumentar a eficiência econômica das unidades de produção, permitindo que se alcance um patamar crescente de produtividade;
- Elevar a rentabilidade da propriedade, por meio da diversificação e agroindustrialização da unidade e melhoria da qualidade do café;
- Aprimorar a capacidade empresarial dos produtores de café;
- Promover o desenvolvimento de práticas sustentáveis;
- Desenvolver a cultura orgânica do café;
- Promover processos de comercialização e industrialização.

b) Carteira de Projetos

Com base no contexto apresentado, o PDES-RO propõe os seguintes projetos:

1. Projeto Renovação e Expansão da Lavoura de Café.
2. Projeto Desenvolvimento Tecnológico.
3. Projeto Crédito e Assistência Técnica
4. Projeto de Capacitação em Empreendedorismo.
5. Projeto Práticas Sustentáveis.
6. Projeto Café Orgânico.
7. Projeto Comercialização e Industrialização.

LAVOURA CAFEEIRA: ENFRENTANDO O DESAFIO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS.
Foto: R. Machado

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 7. Apoio à Lavoura Cafeeira

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto Renovação e Expansão da Lavoura de Café	Número de mudas clonais certificadas produzidas.	Unidade	-	-	26.929.000	53.858.000	64.680.000	SEAGRI e EMATER
	Área produtiva expandida com cafezais geneticamente melhorados.	Ha	-	-	37.750	75.500	115.800	
	Acesso ao crédito viabilizado utilizando a safra como garantia.	%	-	-	24	46	64	
	Produtividade alcançada.	Kg/ha	-	-	30	40	60	
	Produção alcançada.	Mil sacas	-	-	2.500	3.000	4.000	
2. Projeto Desenvolvimento Tecnológico	Número de estabelecimentos com certificação de qualidade da produção do café.	Mil unidades	-	-	2.865	4.637	6.172	
	Números de unidades de produção com adoção de novas tecnologias.	Mil unidades	-	-	5	17	22	
	Número de estabelecimentos adotando novas variedades resistentes de café.	Mil unidades	-	-	5	17	22	
	Parâmetro de classificação e qualidade de bebida estabelecido.	Documento elaborado	-	-	6	0	0	
3. Projeto Crédito e Assistência Técnica	Número de projetos de créditos viabilizados para investimentos em insumos, implementos e infraestrutura (toda a cadeia).	Mil unidades	-	-	1.210	1.627	1.807	
	Número de unidades de produção que acessaram crédito.	Unidade	-	-	9.365	16.180	22.375	
	Execução do FUNCAFE-RO viabilizado.	Mil reais	-	-	360	540	720	
	Número de unidades de produção que acessaram assistência técnica.	Unidade	-	-	14.165	20.880	27.875	
4. Projeto de Capacitação em Empreendedorismo	Número de Cursos de Capacitação em empreendedorismo.	Unidade	-	-	98	120	145	
	Número de produtores capacitados em empreendedorismo.	Unidade	-	-	3.920	4.800	5.800	
5. Projeto Práticas Sustentáveis	Número de produtores adotando técnicas e práticas sustentáveis (curva de nível, proteção de APP, conservação de solo e SAF)	Unidade	-	-	14.115	20.830	27.875	
6. Projeto Café Orgânico	Número de produtores com lavouras orgânicas certificadas de café	Unidade	-	-	1.038	1.655	2.875	
	Número de estabelecimentos rurais que acessaram crédito e assistência técnica na implantação de lavouras orgânicas de café.	Unidade	-	-	588	725	975	
7. Projeto Comercialização e Industrialização	Número de agroindústrias implantadas.	Unidade	-	-	10	20	30	

4.3.8. Programa 8. Apoio à Lavoura Cacaueira

a) Objetivos

Geral

Promover o aumento da produção rondoniense de cacau, em bases sustentáveis, com agregação de valores, gerando a autossuficiência (abastecimento do mercado interno nacional) e excedentes para a exportação.

Específicos

- Aumentar a eficiência econômica das unidades de produção, permitindo que se alcance um patamar crescente de produtividade, a custo unitário decrescente, inclusive compatível com possíveis situações de baixos preços;
- Elevar a rentabilidade da propriedade, por meio da diversificação e agroindustrialização da unidade e melhoria da qualidade do cacau;
- Aprimorar a capacidade empresarial do cacauicultor;
- Preservar a cacauicultura por meio do desenvolvimento sustentável e ambientalmente correto;
- Fomentar a agroindústria de cacau no Estado.

b) Carteira de Projetos

Com base no contexto apresentado, o PDES-RO propõe os seguintes projetos:

1. Projeto de Expansão e Recuperação de Áreas Produtivas.
2. Projeto Eficiência Econômica das Unidades de Produção (fermentação/secamento).
3. Projeto Diversificação dos Estabelecimentos Rurais Produtores de Cacau.
4. Projeto Desenvolvimento da Capacidade Empresarial do Produtor de Cacau.
5. Projeto Práticas Sustentáveis na Produção de Cacau.
6. Projeto de Verticalização da Produção do Cacau.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 8. Apoio à Lavoura de Cacau

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Expansão e Recuperação de Áreas Produtivas	Número de projetos de crédito com assistência técnica na expansão e recuperação de lavouras concedidos.	Unidade	-	-	4.490	7.980	11.790	SEAGRI e CEPLAC
	Área produtiva expandida.	Ha	-	-	5.570	8.540	11.510	
	Área produtiva recuperada.	Ha	-	-	3.460	4.540	5.060	
2. Eficiência Econômica das Unidades de Produção	Número de projetos de crédito para melhoria tecnológica em lavouras implantadas concedidos.	Unidade	-	-	4.965	8.660	12.140	
	Número de estabelecimentos adotando processo de fermentação para produção do cacau "gourmet".	Unidade	-	-	10.390	15.540	21.760	
3. Diversificação dos Estabelecimentos Rurais Produtores de Cacau.	Número de estabelecimentos rurais com lavoura de cacau adotando diversificação de atividades.	Unidade	-	-	10.390	15.540	21.760	
4. Desenvolvimento da Capacidade Empresarial do Produtor de Cacau	Número de Cursos de Capacitação em empreendedorismo.	Unidade	-	-	264	405	578	
	Número de produtores capacitados em empreendedorismo.	Unidade	-	-	10.390	15.540	21.760	
5. Práticas Sustentáveis na Produção de Cacau	Número de produtores adotando técnicas e práticas sustentáveis (curva de nível, proteção de APP, conservação de solo, SAF, agricultura orgânica).	Unidade	-	-	10.390	15.540	21.760	
6. Verticalização da Produção do Cacau	Número de agroindústrias implantadas.	Unidade	-	-	12	8	12	

4.3.9. Programa 9. Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja

a) Objetivo

Desenvolver ações necessárias a melhorias nas condições de apoio logístico de armazenamento, transporte e comercialização da soja no estado de Rondônia.

b) Carteira de Projetos

Dado o bom grau de desenvolvimento da lavoura de soja, inclusive com perspectivas de avanço em produção e produtividade, o apoio estatal deve-se restringir às melhorias necessárias nas áreas de armazenamento, transporte e comercialização, atuando diretamente nas melhorias de logística de transporte e indiretamente no apoio à elaboração de projetos e captação de recursos para armazenagem e comercialização, principalmente por meio da formação e fortalecimento de cooperativas. Nesse sentido, são definidos os seguintes projetos:

1. Projeto de Melhorias na Logística de Transportes.

2. Projeto de Criação e Fortalecimento de Cooperativas.

As metas propostas para o Projeto de Criação e Fortalecimento de Cooperativas não são necessariamente de competência do Estado, mas poderão ser acordadas no âmbito dos Conselhos Regionais (Modelo de Gestão) em parceria com órgãos governamentais, sendo os investimentos à cargo dos produtores e suas organizações.

LAVOURA DE SOJA: ATIVIDADE CONSOLIDADA NO ESTADO.
Foto: Esio Mendes

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 9. Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Melhorias na Logística de Transportes	Estudo e levantamento das necessidades de melhorias e manutenção de rodovias nas áreas produtivas de soja elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAGRI
	Resultados dos estudos dos estrangulamentos rodoviários incorporados ao programa de melhorias nas rodovias do Estado (Programa 16).	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Extensão de rodovias nas áreas de produção de soja melhoradas e mantidas.	Km	-	-	1	-	-	
2. Criação e Fortalecimento de Cooperativas	Estudo de viabilidade de criação de cooperativas de produtores de soja no Estado de Rondônia elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Número de áreas, regiões ou municípios definidos para apoio à constituição ou fortalecimento de cooperativas.	Unidade	-	-	AD	-	-	
	Número de cooperativas com ações de fortalecimento implantadas/executadas.	Unidade	-	-	AD	-	-	
	Número de cooperativas criadas.	Unidade	-	-	AD	-	-	
	Número de silos implantados no Estado.	Unidade	-	-	AD	-	-	
	Número de unidades de processamento implantadas no Estado.	Unidade	-	-	AD	-	-	

Nota: AD - a definir após estudo de viabilidade elaborado.

4.3.10. Programa 10. Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro

a) Objetivos

Geral

Elevar a competitividade do setor madeireiro no Estado atuando de forma adequada e diferenciada face às diferentes necessidades dos diversos elos da cadeia produtiva, tanto na exploração empresarial, como na exploração comunitária.

Específicos

- Promover os processos de concessão florestal nas Florestas Estaduais e Nacionais com base na legislação pertinente, visando a exploração empresarial e comunitária;
- Promover os Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário de Uso Múltiplo nas Reservas Extrativistas com o objetivo de diversificar os produtos da floresta, madeireiros e não madeireiros, além do incentivo a atividades alternativas como a exploração da biotecnologia e o ecoturismo;
- Rever os instrumentos de licenciamento e o marco regulador do setor, garantindo a sustentabilidade ambiental, econômica e social da atividade, com a simplificação de procedimentos, o fortalecimento dos órgãos ambientais de análise dos PMFS e a capacitação de técnicos e produtores nos procedimentos de licenciamento e elaboração de PMFS;
- Fortalecer as ações na área de logística de transportes rodoviário e portuário;
- Estabelecer políticas de crédito voltadas para a verticalização do setor, em pequenas, médias e grandes indústrias do setor madeireiro;
- Promover ações no NEAPL/RO, visando o desenvolvimento de programa de APL para o setor madeira - móveis;
- Promover a adequação dos cursos de formação técnica e de nível superior nas regiões do Estado, de modo a disponibilizar no mercado profissionais nas diversas especialidades necessárias ao setor madeireiro;
- Promover a pesquisa tecnológica para o desenvolvimento florestal;
- Promover o desenvolvimento da silvicultura (florestas plantadas) no Estado;
- Desenvolver e executar programas de capacitação de produtores, técnicos e de mão de obra no setor madeireiro, nas áreas de política florestal e certificação;
- Promover o crédito e a assistência técnica, no âmbito empresarial e comunitário, com linhas de crédito oportunas e suficientes, para as atividades de custeio florestal e capital de giro;
- Desenvolver gestões e ações, visando facilitar os processos de exportação dos produtos madeireiros;
- Promover o *marketing* dos produtos da indústria de base florestal no Brasil e no exterior.

b) Carteira de Projetos

Considerando o contexto do setor e os objetivos definidos o PDES-RO propõe os seguintes projetos:

1. Projeto Concessão Florestal nas Florestas Estaduais e Nacionais.
2. Projeto de Fomento aos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário de Uso Múltiplo nas Reservas Extrativistas.
3. Projeto de Desburocratização, Readequação e Fortalecimento Institucional e Técnico nos Processos de Licenciamento dos PMFS.
4. Projeto Implantação de Ações na Área de Logística de Transportes Rodoviário e Portuário.
5. Projeto de Crédito voltado à Verticalização do Setor, em Pequenas, Médias e Grandes Indústrias do Setor Madeireiro.
6. Projeto de Desenvolvimento de APL Madeira - Móveis.
7. Projeto de Adequação do Ensino Técnico e Superior Regional.
8. Projeto de Fomento à Silvicultura (Florestas Plantadas).
9. Projeto de Desenvolvimento Tecnológico.
10. Projeto de Capacitação em Política Florestal.
11. Projeto de Crédito e a Assistência Técnica para as Atividades de Custeio Florestal e Capital de Giro.
12. Projeto de Apoio aos Processos de Exportação dos Produtos Madeireiros.
13. Projeto de *Marketing* dos Produtos da Indústria de Base Florestal.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 10. Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Concessão Florestal nas Florestas Estaduais e Nacionais	Número de Concessões de Florestas Nacionais negociadas com o governo federal.	Unidade	-	-		1	2	SFB e SEDAM
	Número de Contratos de Concessões de Florestas Nacionais firmados.	Unidade	-	-	-	1	2	
	Número de Contratos de Concessões de Florestas Estaduais firmados.	Unidade	-	-	-	1	2	
2. Fomento aos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário de Uso Múltiplo nas Reservas Extrativistas	Projeto elaborado.	Unidade	-	-	-	1	1	SEAGRI e SEDAM
	Número de RESEX com projetos em andamento.	Unidade	-	-	-	2	3	
	Número de produtores envolvidos.	Unidade	-	-	-	-	-	
3. Desburocratização, Readequação e Fortalecimento Institucional e Técnico nos Processos de Licenciamento dos PMFS	Estudo para simplificação de processos elaborado.	Document o Técnico	-	-	-	-	-	SEDAM
	Número de analistas de licenciamento de PMFS no órgão ambiental concursados contratados.	Unidade	-	-	-	-	-	
	Número de cursos de capacitação em PMFS ministrados.	Unidade	-	-	-	-	-	
	Número de técnicos e produtores capacitados em PMFS.	Unidade	-	-	-	-	-	
4. Implantação das Ações na Área de Logística de Transportes Rodoviário e Portuário. (Programa 16)	Melhorias e manutenção da hidrovia Madeira/Amazonas realizadas.	Unidade	-	-	-	-	1	DER-RO
	Projeto de sistema portuário de Porto Velho adequado às necessidades de alta tonelagem elaborado.	Unidade	-	-	-	2	2	
	Projeto de sistema portuário de Porto Velho implantado	Unidade	-	-	-	1	-	
	Extensão de rodovias principais de escoamento pavimentadas.	Km	-	-	-	-	-	
	Extensão de rodovias secundárias de escoamento melhoradas e sob manutenção.	km	-	-	-	-	-	
5. Crédito voltado ~~à~~ Verticalização do Setor, em Pequenas, Médias e Grandes Indústrias do Setor Madeireiro	Número de contratos de crédito firmados com pequenas e médias industrias.	Unidade	-	-	-	-	-	SEAGRI
	Número de contratos de crédito firmados com grandes industrias.	Unidade	-	-	-	-	-	
6. Desenvolvimento de APL Madeira-Móveis	Estudo preliminar do APL Madeira-Móveis no contexto do Programa Estratégico de APL elaborado.	Document o Técnico	-	-	1	1	2	NEAPL-RO

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro (continuação).

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
7. Adequação do Ensino Técnico e Superior Regional	Relatório de ações e negociações elaborado (1).	Documento Técnico	-	-	-	-	-	SEDUC
8. Desenvolvimento Tecnológico	Relatório de ações e negociações elaborado (2).	Documento Técnico	-	-	-	-	-	SEDUC e SEAGRI
9. Fomento à Silvicultura (Florestas Plantadas)	Número de Projetos de Silvicultura elaborados.	Unidade	-	-	-	-	-	SEAGRI
	Número de Projetos de Silvicultura implantados.	Unidade	-	-	-	4	4	
10. Capacitação em Política Florestal (incluindo Certificação)	Número de cursos de capacitação ministrados.	Unidade	-	-	-	-	-	SEDAM
	Número de técnicos capacitados em Política Florestal.	Unidade	-	-	-	-	-	
	Número de lideranças comunitárias capacitadas em Política Florestal.	Unidade	-	-	-	-	-	
	Número de lideranças empresariais capacitadas em Política Florestal.	Unidade	-	-	-	-	-	
11. Crédito e a Assistência Técnica para as Atividades de Custeio Florestal e Capital de Giro	Número de contratos de crédito firmados com pequenas e médias indústrias.	Unidade	-	-	-	-	-	SEAGRI
	Número de contratos de crédito firmados com grandes indústrias.	Unidade	-	-	-	-	-	
12. Apoio aos Processos de Exportação dos Produtos Madeireiros	Elaborar guia estadual de padronização dos produtos segundo as exigências do mercado internacional.	Documento Técnico	-	-	-	-	-	SEAGRI
	Número de treinamentos específicos sobre legislação aduaneira e regimes especiais de exportação.	Unidade	-	-	-	-	-	
13. Marketing dos Produtos da Indústria de Base Florestal	Número de eventos nacionais do setor madeireiro com participação do Estado de Rondônia e lideranças do setor.	Unidade	-	-	1	1	2	SEAGRI
	Número de eventos internacionais do setor madeireiro com participação do Estado de Rondônia e lideranças do setor.	Unidade	-	-	-	-	-	
	Feira anual de produtos florestais no Estado de Rondônia realizada.	Unidade	-	-	-	-	-	

Nota: (1) Relatório de ações e negociações visando as demandas da economia criativa, junto às instâncias competentes. (2) Relatório de ações e negociações implementadas com as instâncias competentes (universidades e institutos de pesquisa, EMBRAPA, etc.) na captação de projetos de pesquisa junto aos fundos de fomento elaborado.

4.3.11. Programa 11. Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade

a) Objetivos

- Fomentar o desenvolvimento da cadeia da sociobiodiversidade, por meio dos processos de organização de extrativistas em unidades de conservação;
- Fomentar o desenvolvimento da cadeia da sociobiodiversidade por intermédio da integração indústria e extrativistas, sob mecanismos de repartição dos benefícios e da sustentabilidade.

b) Carteira de Projetos

Duas linhas de projetos se colocam neste programa:

1. Projeto de Apoio à Organização dos Extrativistas na Produção dos Produtos da Sociobiodiversidade no Interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
2. Projeto de Integração Indústria/Extrativistas.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 11. Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Apoio à Organização dos Extrativistas na Produção dos Produtos da Sociobiodiversidade no Interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	Estudo para definição de áreas prioritárias no Estado para o fomento ao projeto realizado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEDAM
	Atualização periódica dos estudos realizada.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	
	Número de áreas definidas.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de projetos específicos elaborados para as áreas definidas.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de projetos implantados.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de extrativistas envolvidos.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Área total de UC envolvidas.	Ha	-	-	AD	AD	AD	
2. Integração Indústria/Extrativistas	Estudo para definição de áreas prioritárias no Estado para o fomento ao projeto realizado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEDAM e SEAGRI
	Atualização periódica dos estudos realizada.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	
	Número de áreas definidas.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de ações institucionais, de *marketing* e de captação de empresários para investimentos no setor (seminários, feiras nacionais e internacionais, etc.) realizadas.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Projeto especifico definindo as condições de apoio aos empreendimentos elaborado.	Documento Técnico	-	-	AD	AD	AD	
	Número de projetos específicos elaborados por empresas para as áreas definidas.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de projetos implantados.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de extrativistas envolvidos.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Área total de UCs envolvidas.	Ha	-	-	AD	AD	AD	

Nota: AD - A Definir após a realização dos estudos.

4.3.12. Programa 12. Desenvolvimento da Indústria

a) Objetivo

Desenvolver uma política industrial para o Estado, com a elaboração de um Plano Estadual de Desenvolvimento Industrial, visando: a) Promover a competitividade da indústria rondoniense; b) Aumentar a capacidade de penetração de produtos locais a mercados maiores, via incremento da competitividade setorial dos segmentos industriais tradicionais e novos; c) Fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos industriais e agroindustriais com maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico; d) Incentivar e apoiar a montagem de infraestrutura de serviços e atividades de P&D objetivando a criação e o desenvolvimento de novas tecnologias e a sua incorporação por unidades produtivas; e) Aumentar as exportações de produtos locais e incentivar a substituição competitiva de importações e reduzir a exposição externa da economia; f) Aumentar as oportunidade de emprego e geração de renda e promover a diminuição das desigualdades regionais.

b) Carteira de Projetos

Considerando que para setores como o mineral, madeireiro, piscicultura, café e cacau estão propostos programas específicos no âmbito do PDES-RO, com base no contexto explicitado são indicados o desenvolvimento dos seguintes projetos:

1. Plano de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia.
2. Projeto de Fortalecimento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) Porto Velho.
3. Projeto de Fortalecimento do Distrito Industrial de Porto Velho e de Novos Projetos Industriais Estratégicos e/ou Estruturantes.
4. Projeto Fortalecimento da Agroindústria.
5. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Industria de Processamento de Couro.
6. Projeto de Apoio ao Setor Metal-Mecânico de Vilhena.
7. Projeto de Apoio aos Polos de Confecções.
8. Projeto Incubadoras.

Deve-se considerar a hipótese dos polos de confecção serem apoiados pelo Programa Estratégico de APL do Estado, proposto no âmbito deste PDES-RO. Nesse caso, o projeto específico proposto deve convergir para o APL.

LAVOURA MECANIZADA A DEMANDA POR MÁQUINAS AGRÍCOLAS NUMA AGRICULTURA MECANIZADA EXPANDE AS OPORTUNIDADES PARA O SETOR METAL-MECÂNICO.

Foto: R. Machado

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 12. Desenvolvimento da Indústria

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Plano de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia	Plano de Desenvolvimento da Indústria do Estado de Rondônia elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Número de setores apoiados pela política industrial do Estado.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
2. Fortalecimento da ZPE Porto Velho	Estudo sobre gargalos e dificuldades para o desenvolvimento da ZPE de Porto Velho elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE
	Número de ações específicas adotadas no fortalecimento da ZPE de Porto Velho.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
3. Fortalecimento do Distrito Industrial de Porto Velho e de Novos Projetos Industriais Estratégicos e/ou Estruturantes	Estudo de Viabilidade de apoio seletivo a pequenas e médias indústrias no Polo Industrial de Porto Velho elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Número de Projetos de crédito e assistência técnica de apoio à implantação de pequenas e médias indústrias no Distrito Industrial de Porto Velho.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de pequenas e médias indústrias implantadas no Distrito Industrial de Porto Velho.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
4. Fortalecimento da Agroindústria	Estudo de Viabilidade de apoio seletivo a pequenas e médias agroindústrias no Estado de Rondônia elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Número de Projetos de crédito e assistência técnica de apoio à implantação de pequenas e médias agroindústrias.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de pequenas e médias agroindústrias implantadas em Rondônia.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
5. Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Processamento de Couro	Estudo de Viabilidade de apoio às empresas do setor de processamento de couros no Estado de Rondônia elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Número de projetos de crédito e assistência técnica de apoio à implantação/expansão do setor.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de empresas de processamento de couro implantadas em Rondônia.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
6. Apoio ao Setor Metal-Mecânico de Vilhena	Estudo de Viabilidade de apoio às empresas do setor metal-mecânico em Vilhena.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Número de projetos de crédito e assistência técnica de apoio à implantação/expansão do setor.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de empresas do setor no Estado de Rondônia.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
7. Apoio aos Polos de Confecções	Estudo de Viabilidade de apoio às empresas nos polos de confecção de Rondônia elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Número de projetos de crédito e assistência técnica de apoio à implantação/expansão do setor.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
	Número de empresas do setor no Estado de Rondônia.	Unidade	-	-	AD	AD	AD	
8. Incubadoras	Estudo de segmentos a serem atendidos elaborado.	Unidade	-	-	1	-	-	

Nota: AD - A Definir após a realização Plano de Desenvolvimento da Indústria e dos estudos de viabilidade.

4.3.13. Programa 13. Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral

a) Objetivos

Geral

Avaliar as reais potencialidades minerais do Estado e de sua atual e prospectiva infraestrutura viária e energética, aumentando e qualificando o nível de conhecimento das jazidas de minerais metálicos e não-metálicos, no sentido de equacionar uma política de desenvolvimento para o setor, que agregue e incremente o valor financeiro gerado e arrecadado no Estado.

Específico

Viabilizar e estimular a integração de garimpeiros e pequenos empreendedores para a produção de joias e semijoias em um programa de Economia Criativa.

b) Carteira de Projetos

Estudos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) apontam que a produção mineral em Rondônia irá aumentar nos próximos anos. No entanto, para aumentos mais significativos será preciso aumentar o nível de conhecimento das jazidas dos diversos recursos minerais metálicos e não-metálicos. Isto coloca a necessidade de avançar no nível de conhecimento sobre as jazidas de minerais metálicos e não metálicos do Estado, visando criar política de desenvolvimento para o setor.

Outro fato é que o índice de processamento de minerais é baixo, e com as perspectivas de ampliação da oferta de energia elétrica e da ampliação da rede de distribuição, um dos gargalos para o desenvolvimento da atividade pode mudar significativamente por serem as processadoras empresas eletrointensivas e o novo ambiente favorecer a maior agregação de valor pela industrialização. Outro fato são as perspectivas de melhorias na área de infraestrutura logística em Rondônia e nos principais corredores logísticos que integram Rondônia a outras regiões do país. Estas perspectivas também colocam para o Estado a necessidade do desenvolvimento de negociações com o governo federal e iniciativa privada, no contexto de uma política para o setor.

Embora o calcário tenha pouca expressão em termos de valor comercializado, o aumento da sua produção no Estado é estratégico para a expansão da agropecuária rondoniense. Por outro lado, outras atividades de mineração feitas em bases informais têm sua relevância por absorver grandes contingentes de pessoas de menor qualificação, tendo, portanto, papel social.

Em havendo oportunidade para a maior formalização dessas atividades conduzidas informalmente, diminuem-se também as pressões sobre outros recursos ambientais e também o potencial de conflito com as comunidades indígenas.

Fato relevante também é a expectativa de haver mudanças na legislação, permitindo a exploração de minerais em terras indígenas, o que mudará o panorama de restrição da mineração nessas áreas e que poderá atrair novos investimentos de empresas mais organizadas e de maior porte.

Com relação ao garimpo, principalmente de pedras preciosas e semipreciosas, a grande disponibilidade e diversidade no Estado é oportunidade para que se estabeleçam políticas e programas que promovam a inserção de garimpeiros em um programa como o proposto para a Economia Criativa. Um exemplo disso é o que ocorre em Ouro Preto, em Minas Gerais, onde uma cooperativa de garimpeiros possui uma oficina de lapidação e de produção de joias e semijoias que são vendidas a turistas.

Além de garimpeiros, há que se avaliar o potencial de criação de polos de produção de joias e semijoias em municípios onde há garimpo, com a inclusão de pequenos empreendedores e oferta de cursos de *design*, lapidação de pedras e ouros tipos de cursos que fortaleçam e adensem a cadeia produtiva.

Num contexto mais amplo, no âmbito do PDES-RO, propõe-se um Projeto de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral. Este projeto deve incluir estudos atualizados do potencial produtivo e da economia mineral do Estado de Rondônia, considerando também as atuais tendências legais e institucionais.

Os estudos devem subsidiar a definição de uma política, que se expresse em um Plano de Ação para o Setor Mineral.

Na perspectiva do setor mineral organizado pelo garimpo, deve-se priorizar a sua inserção no Programa de Apoio à Economia Criativa, com possibilidades futuras de formação de APL.

Nesse sentido, este programa propõe dois projetos:

1. Projeto de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral.

2. Projeto de Desenvolvimento de Polo Criativo no Setor Mineral Garimpeiro.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 13. Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral	Grupo de Trabalho da Economia Mineral instituído.	Unidade	-	-	1	-	-	SEAE e SEAGRI
	Estudo elaborado sobre o setor e a economia mineral do Estado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Estudo das tendências atuais de caráter legal e institucional no setor mineral elaborado	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Política Mineral do Estado elaborada.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Plano de Ação para o Setor Mineral elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Plano de Ação para o Setor Mineral executado.	Relatório Anual	-	-	2	5	5	
2. Desenvolvimento de Polo Criativo no Setor Mineral Garimpeiro	Este projeto tem como pressuposto a seleção do setor mineral garimpeiro entre as atividades a serem apoiadas no contexto do Programa Economia Criativa.	-	-	-	AD	AD	AD	Grupo de Trabalho da Economia Mineral

Nota: AD - A Definir.

4.3.14. Programa 14. Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa

a) Objetivos

Em Rondônia, assim como em toda a Amazônia, a diversidade cultural se coloca como um importante ativo socioeconômico. As oportunidades de negócios na área cultural não se limitam apenas ao potencial natural das florestas e seus atributos, mas, também à rica sociodiversidade histórica, matizada pelos diferentes povos, em suas diferentes origens, seja o indígena, o caboclo ou o imigrante nordestino, sulista e mesmo do exterior, que povoaram a Amazônia.

Em alguns países esta demanda tem sido criada pela oferta de setores que agregam inovações tecnológicas aliadas à criatividade em novos produtos e serviços. O desenvolvimento destas atividades tem sido nominado, em seu conjunto, de economia criativa. A economia criativa é reconhecida mundialmente como um grande motor do desenvolvimento no século XXI. Os setores criativos são responsáveis por 10% do PIB mundial.

Uma importante característica do setor de comércio e serviços e em seu interior a economia criativa é o seu forte papel nas economias regionais e locais, que deve estar voltado para os seguintes objetivos:

- Fortalecer o setor cultural do Estado por meio da dotação de estruturas institucionais específicas;
- Promover o setor cultural por intermédio do fomento à espaços, atividades, formação e capacitação, atuação em rede e ações de preservação do patrimônio material e imaterial;
- Contribuir para a inclusão socioeconômica, tendo por base a economia criativa e o empreendedorismo, adotando uma política de integração íntima entre a política educacional e a política de ciência e tecnologia, que resulte em valorização e dinamização de manifestações culturais, gastronomia regional, artesanato, moda, turismo e todos os segmentos que compõem a economia criativa.

c) Carteira de Projetos

As proposições feitas até o momento no Estado são dispersas e se observa a falta de políticas e programas definidos que poderão colaborar para fomentar as atividades criativas, não só em Porto Velho, mas em todas as Regiões de Planejamento, após uma análise mais aprofundada do potencial existente em cada uma delas.

Considerando o estágio inicial do Estado de Rondônia no setor, no âmbito do PDES-RO recomenda-se, como proposta estruturada visando transitar de uma política de preservação cultural para uma política da economia cultural inovadora, a elaboração, o desenvolvimento e a execução dos seguintes projetos:

1. Projeto de Estruturação e Fortalecimento do Setor Cultural Estadual.
2. Projeto de Promoção da Cultura.
3. Projeto de Apoio à Economia Criativa.

Na estruturação e fortalecimento do setor cultural busca-se a criação da Secretaria de Cultura, do Instituto do Patrimônio e diversas outras ações estruturantes de caráter institucional e de apoio material.Tanto na estruturação e fortalecimento, quanto na promoção da cultura, algumas ações e atividades são propostas, prevendo-se para estas indicadores e metas.

Para o desenvolvimento do Projeto de Economia Criativa é necessário um conjunto de ações estratégicas, conforme recomendado pelo estudo realizado pelo Ministério da Cultura (MinC) para a implementação de Polos Criativos. Vale observar que a proposta aqui delineada não se atém às atividades tradicionalmente tidas como culturais (música, teatro, artesanato, etc.), mas abarca um leque bastante amplo de atividades de base criativa, que adentram pelos ramos da publicidade e *marketing*, tecnologias da informação, gastronomia, moda, além das atividades artísticas e sua base material e técnica de apoio, entre outras.

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento.Programa 14. Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa

Projeto	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto de Estruturação e Fortalecimento do Setor Cultural Estadual	Secretaria de Estado da Cultura implantada.	Unidade	-	-		1	-	SECEL
	Instituto Estadual do Patrimônio criado.	Unidade	-	-	1	-	-	
	Lei do Plano Estadual de Cultura instituída.	Documento Jurídico	-	-	1	-	-	
	Lei Estadual de Incentivo Fiscal da Cultura instituída.	Documento Jurídico	-	-	1	-	-	
	Legislação específica para registro e tombamento do patrimônio cultural regulamentada.	Documento Jurídico	-	-	1	-	-	
	Legislação de transferência de fundo a fundo entre estados e municípios regulamentada.	Documento Jurídico	-	-	1	-	-	
	Lei de selo de qualidade para os produtos culturais regulamentada.	Documento Jurídico	-	-	1	-	-	
	Articulação com o governo federal,visando a internalização no Estado das políticas públicas federais voltadas para as especificidades da Amazônia no campo cultural estabelecida.	Documento Técnico	-	-	1	1	1	
	Conferências Estaduais de Cultura realizadas	Unidade	-	-	1	2	1	
	Diagnóstico da Realidade Cultural em Rondônia (item do diagnóstico do potencial da economia criativa, incluindo mapeamento de saberes e fazeres no campo da cultura) elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Sistemas Estaduais, previstos na Lei 2.746/2012 (Patrimônio Cultural, Museus, Pinacotecas, Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura, Teatro, Casas de Espetáculos, Praças Públicas, Espaços Culturais de Uso Múltiplo, Galeria de Artes e Cinema). Implantados e implementados.	Unidade	-	-	2	3	-	
	Número de setores com representação no Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados.	Unidade	-	-	16	-	-	
	Número de municípios com plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) implantados.	Unidade	-	-	26	26	-	
	Percentual de equipamentos culturais existentes equipados, modernizados e com manutenção permanente.	%	-	-	25	50	100	
	Programa de Editais/leis de fomento a cultura estabelecido.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 14. Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa (continuação)

Projeto	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
2. Projeto Promoção da Cultura	Percentual de implantação de programas permanentes de arte e de Cultura nas escolas públicas estaduais.	%	-	-	20	50	100	SECEL
	Convêniocom o governo federal para o oferecimento de cursos técnicos no campo da arte e da cultura estabelecido.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Cursos de nível superior (graduação e pós-graduação) nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura implantados nas regiões de planejamento.	Unidade	-	-	2	6	10	
	Percentual de trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados.	%	-	-	20	50	100	
	Número de Pontos de Cultura instituídos.	Unidade	2015	8	75	75	-	
	Percentual de gestores municipais, colaboradores e profissionais lotados na rede de espaços culturais capacitados em todos os municípios de Rondônia.	Percentual	-	-	50	100	-	
	Percentual de incremento no número de pessoas que frequentam espaços e atividades culturais	Percentual	-	-	30	60	100	
	Número de equipamentos culturais com estruturas de acessibilidade instaladas.	Unidade	2015	6	6	-	-	

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 14. Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa (continuação)

Projeto	Ações	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
						Curto	Médio	Longo	
3. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa	Estruturação de Grupo de Trabalho.	Grupo de Trabalho estruturado.	Unidade	-	-	1	-	-	SECEL
	Elaboração de Diagnóstico do Potencial da Economia Criativa (incluindo cadeias produtivas do setor cultural).	Diagnóstico elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Revisão periódica e atualização do diagnóstico.	Diagnóstico periodicamente atualizado.	Documento Técnico	-	-	1	1	1	
	Identificação de áreas (bairros, cidades, municípios ou regiões) como potenciais Polos Criativos.	Número de áreas identificadas.	Unidade	-	-	2	4	6	
	Estruturação do Grupo Gestor de fomento à implantação de Polos Criativos	Grupo Gestor estruturado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Criação e implementação de Incubadoras de Organizações Criativas.	Projeto elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
		Número de Organizações ou empreendimentos incubados.	Unidade	-	-	2	4	6	
	Identificação de Polos Criativos.	Projeto elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	1	1	
	Implantação Polos Criativos.	Número de Polos Criativos implantados.	Unidade	-	-	2	4	6	
	Adequação do Ensino Técnico e Superior Regional.	Relatório de ações e negociações elaborado (1).	Documento Técnico	-	-	5	5	5	
	Promoção do Desenvolvimento Tecnológico.	Relatório de ações e negociações elaborado (2).	Documento Técnico	-	-	-	-	-	
	Capacitação em atividades típicas da economia criativa.	Número de Cursos.	Unidade	-	-	10	10	10	
	Apoio, assessoria e assistência técnica.	Projeto elaborado.	Documento Técnico	-	-	2	4	6	
	Formação da Rede de Polos Criativos	Rede formada.	Unidade	-	-	1	1	1	

Nota: (1) Relatório de ações e negociações visando as demandas da economia criativa, junto às instâncias competentes. (2) Relatório de ações e negociações implementadas com as instâncias competentes (universidades e institutos de pesquisa, EMBRAPA, etc.) na captação de projetos de pesquisa junto aos fundos de fomento elaborado.

4.3.15. Programa 15. Promoção do Turismo

a) Objetivos

- Desenvolver e implementar um Plano de Desenvolvimento do Turismo para o Estado de Rondônia;
- Apoiar a elaboração de Planos de Turismo para Polos Turísticos Identificados;
- Desenvolver ações para pontos potenciais já identificados em consonância com o Plano de Turismo.

b) Carteira de Projetos e Ações

Considerando o contexto e os objetivos definidos deverão ser desenvolvidos dois projetos e 10 ações (a serem contempladas/compatibilizadas no Plano de Turismo).

Projeto 1. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo para o Estado de Rondônia.
Projeto 2. Elaboração de Planos de Turismo para Polos Turísticos identificados.

Ações

1. Identificação dos Patrimônios Históricos Materiais (públicos e privados).
2. Identificação dos Patrimônios Históricos Imateriais.
3. Desenvolvimento de Infraestrutura de Fomento ao Turismo.
4. Implantação do Museu de Gente.
5. Implantação do Ponto turístico Casa de Rondon (Região VII).
6. Implantação do Bosque Estadual em Pimenteiras (Região VII).
7. Instituição do Monumento BR 364 (Região VII).
8. Implantação do Pórtico da Amazônia Ocidental (Região VII).
9. Implantação do Centro Cultural Helênico Libanês em Guajará-Mirim.
10. Implantação de Ponto Turístico Vila dos Ferroviários de Porto Murtinho.

Foto: R. Machado

Foto: R. Machado

Foto: Healthy Kobashi

Foto: R. Machado

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 15. Promoção do Turismo

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo para o Estado de Rondônia	Grupo de Trabalho de Turismo constituído.	Unidade	-	-	1	-	-	SETUR, SEAGRI e MTur
	Ações visando o envolvimento do setor na elaboração participativa do plano de turismo implementadas.	Oficinas, simpósios visitas técnicas e Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Estudo e Diagnóstico de impacto ambiental e viabilidade econômica dos polos turísticos	Documento técnico	-	-	1	-	-	
	Elaboração do Plano de Turismo contratado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Identificação dos Polos turísticos do Estado (previamente reconhecidos pelo Ministério).	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
2. Elaboração de Planos de Turismo para Polos Turísticos identificados	Plano de Turismo elaborado para cada polo turístico (rotas ou circuitos) identificado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	
	Revisão periódica do Plano de Turismo.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	
	Incremento no número de turistas domésticos.	%	-	-	20	50	100	
	Incremento no número de turistas externos.	%	-	-	20	50	100	

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 15. Promoção do Turismo. Ações

Ações	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Identificação dos Patrimônios Históricos Materiais (públicos e privados)	Grupo de Trabalho de levantamento constituído.	Unidade	-	-	1	-	-	SECEL, SETUR, MTur e MinC
	Levantamento de prédios e monumentos históricos do Estado (públicos e privados) realizado.	Documento técnico	-	-	1	-	-	
	Percentual de Museus e monumentos históricos revitalizados.	%	-	-		50	100	
2. Identificação dos Patrimônios Históricos Imateriais	Eventos religiosos e belezas cênicas legalmente reconhecidas.	Documento técnico-jurídico	-	-	1	-	-	
3. Desenvolvimento de Infraestrutura de Fomento ao Turismo	Número de CAT (Centro de atendimento ao turista) Porto Velho, Ouro Preto, Guajará e Vilhena instalados.	Unidade	-	-	2	2	-	SETUR e MTur
	Número de Stand móvel (CAT móvel) adquirido.	Unidade	-	-	1	1	-	
	Número de cidades elevadas ao *status* de Estância Turística (credenciamento instituído).	Unidade	-	-	5	5	-	
	Número de cursos para formação básica de profissionais do setor (qualificação do *trade* turístico) realizados.	Unidade	-	-	1	1	1	
	Percentual de Planos de Manejo de UC elaborados com a inclusão de atividade de turismo.	%	-	-	10	50	100	
	Licitação para concessão de espaço publico para exploração do turismo	Unidade	-	-	-	-	1	
	Campanha educativa sobre a importância dos patrimônios históricos em parceria com a SEDUC realizada.	Unidade	-	-	1	-	-	
	Plano de comunicação e *marketing* do turismo elaborado.	Documento técnico	-	-	1	-	-	
	Número de municípios sinalizados com placas e sinalização de trânsito indicativos dos destinos turísticos nas cidades e Rodovias.	Unidade	-	-	18	40	52	

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa de Promoção do Turismo. Ações (continuação)

Ações	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
4. Implantação do Museu de Gente	Grupo de trabalho instituído.	Unidade	-	-	1	-	-	SETUR e MTUR
	Lei de constituição do Museu de Gente aprovada.	Unidade	-	-	1	-	-	
	Prazo para instalação do Museu de Gente definido.	Documento técnico	-	-	1	-	-	
5. Implantação do Ponto turístico Casa de Rondon (Região VII)	Aquisição de titulo de propriedade (regularização fundiária) realizada.	Documento técnico-jurídico	-	-	1	-	-	SETUR e MTUR
	Aquisição da cessão para exploração turística realizada (título de concessão de uso).	Documento técnico-jurídico	-	-	1	-	-	
	Ponto turístico transformado em patrimônio histórico.	Documento técnico	-	-	-	1	-	
	Implantação de estrutura revitalizada.	Projeto	-	-	-	-	1	
	Infraestrutura de acesso implantada.	Projeto	-	-	-	-	1	
6. Implantação do Bosque Estadual em Pimenteiras (Região VII)	Estudo de viabilidade para implantação do Bosque elaborado.	Documento técnico	-	-	1	-	-	
	Projeto de criação do monumento Tereza de Benguela no bosque elaborado.	Projeto	-	-	1	-	-	
	Bosque implantado.	Unidade	-	-	-	1	-	
7. Instituição do Monumento BR 364 (Região VII)	Lei aprovada.	Documento técnico-jurídico	-	-	-	1	-	
	Monumento instituído.	Unidade	-	-	-		1	
8. Implantação do Pórtico da Amazônia Ocidental (Região VII)	Projeto arquitetônico e de engenharia readequado.	Projeto	-	-	-	1	-	
	Empresa para construção do pórtico contratada (licitação).	Unidade	-	-	-	1	-	
	Pórtico construído.	Unidade	-	-	-	-	1	
9. Implantação do Centro Cultural Helênico Libanês em Guajará-Mirim	Patrimônio histórico instituído.	Documento técnico	-	-	-	1	-	
	Projeto de reforma elaborado e implantado.	Projeto	-	-	-	-	1	
	Espaço público instituído.	Documento técnico	-	-	-	-	1	
10. Implantação de Ponto Turístico Vila dos Ferroviários de Porto Murtinho.	Patrimônio histórico instituído.	Documento técnico	-	-	-	1	-	
	Projeto de reforma elaborado e implantado.	Projeto	-	-	-	-	1	
	Espaço público instituído.	Documento técnico	-	-	-	v	1	

4.3.16. Programa 16. Infraestrutura Logística de Transportes

Em decorrência do diagnóstico elaborado para o PDES-RO, propõe-se um planejamento da logística de transporte para o Estado, não só considerando a integração das diferentes modais no espaço regional, nacional e internacional, como também as necessidades específicas do desenvolvimento do Estado de Rondônia. O território estadual não pode apenas figurar como "corredor de passagem" de articulações espaciais intermodais mais amplas, mas, também, dentro desta lógica e a ela integrada, devem ser contempladas as interligações essenciais aos processos logísticos locais de transporte de pessoas e produtos, sem o que as dinâmicas produtivas locais (como, por exemplo, leite e piscicultura), assim como o atendimento aos serviços públicos essenciais à toda população tenderão ao estrangulamento.

Por outro lado, diversas ações estão em andamento ou planejadas no curto prazo, nas diversas áreas da logística de transportes e que, portanto, integram também o PDES-RO.

Assim, neste programa são propostos seguintes projetos e ações:

1. Projeto de Desenvolvimento da Logística de Transporte para o Estado de Rondônia, com a elaboração dos seguintes planos:

A. Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia.
B. Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia.
C. Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia.
D. Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia.

Além do planejamento e implementação deste projeto no curto, médio e longo prazo, são também previstas outras ações de curto prazo, voltadas mais especificamente ao transito de veículos rodoviários:

1. Implantar o SINIAV (Sistema Nacional de Identificação Automático de Veículos) nos municípios.
2. Implantar sinalização vertical, horizontal e semafórica nos municípios.
3. Estabelecer Convênios visando a municipalização do trânsito.

2. Ações Imediatas em Logística de Transportes
A. Ações de Infraestrutura Aeroportuária.
B. Ações de Infraestrutura Ferroviária.
C. Ações de Infraestrutura Portuária, Navegação e Hidrovia.
D. Ações de Infraestrutura da Malha Rodoviária Federal.
E. Ações de Infraestrutura da Malha Rodoviária Estadual.
F. Ações de Infraestrutura da Malha Rodoviária Vicinal/Municipal.

4.3.16.1. Projeto Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia

A. Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia

O Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia (PLT-RO) visa dotar o Estado de infraestrutura logística de transporte nas diferentes modais e sua articulação com os eixos nacionais e internacionais de modo a proporcionar maior competitividade da economia estadual, com a racionalização dos custos envolvidos em toda a cadeia logística, da origem ao destino dos fluxos de transporte, dentro de uma logística empresarial, com inserção na matriz de transporte de cargas no país, buscando a permanente utilização das modalidades de maior eficiência produtiva, de acordo com os padrões legais de facilitação do comércio na gestão aduaneira.

B. Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia

Trata-se da revisão do plano existente de modo a inserir demandas e necessidades atuais, como também contemplar os objetivos e as diretrizes estratégicas do plano estadual de logística previsto. De início, este plano deve contemplar o desenvolvimento e implantação de um Núcleo de Planejamento Rodoviário na estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia (DER-RO) e o desenvolvimento e implantação de sistemas e instrumentos de planejamento rodoviário, necessários à elaboração de Planos Diretores no sentido de propiciar análises sobre as características e o funcionamento dos sistemas, com a realização de diagnóstico de caracterização evolutiva dos modais.

Esse plano deve ser elaborado/atualizado também no curto prazo, mas após a elaboração do PLT-RO, que deverá apontar as diretrizes gerais para o setor rodoviário.

Como objetivo esse plano visa projetar os investimentos necessários em expansão, manutenção, pavimentação, recuperação, conservação e adequação de capacidade da rede rodoviária estadual, fornecendo instrumentos capazes de subsidiar decisões para o planejamento estadual integrado.

C. Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia

Objetiva definir e adotar critérios atualizados para o planejamento e o gerenciamento de recursos públicos no desenvolvimento racional do transporte aéreo, sempre em conformidade com as diretrizes emanadas da autoridade aeronáutica.

D. Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia

Objetiva definir e adotar critérios atualizados para o planejamento e o gerenciamento de recursos públicos no desenvolvimento racional do transporte aquaviário, sempre em conformidade com as diretrizes emanadas da autoridade hidroviária.

c) Carteira de Projetos e Ações

Projetos	Ações	Prazo de Implementação		
		Curto	Médio	Longo
A. Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia (PLT-RO)	Elaborar o Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia, com base nas diretrizes da PNDR, do PNLT, considerando ainda as proposições do IIRSA e demais planos existentes, além das particularidades e necessidades a serem melhor diagnosticadas, considerando inclusive o desenvolvimento local, para um horizonte de 15 anos.	■		
	Replanejar o PPA 2016-2019, em seu terceiro ano de vigência, visando adequar/incluir programas, projetos e ações definidas no âmbito do PLT-RO.	■		
	Implementar o PLT-RO, internalizando seus programas, projetos e ações no PPA 2020-2023, tornando este plano a referência do planejamento estadual em logística de transportes.		■	
	Implementar o PLT-RO, internalizando seus programas, projetos e ações no PPA 2024-2027 de modo a alcançar os resultados previstos no objetivo geral.			■
B. Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia	Elaborar/atualizar o Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia com base nas diretrizes emanadas do Plano Estratégico de Logística e Transporte para o Estado de Rondônia, considerando ainda as particularidades e necessidades a serem melhor diagnosticadas especificamente no setor rodoviário.	■		
	Implementar o Plano Diretor Rodoviário do Estado, com a inclusão de seus programas, projetos e ações no PPA 2020-2023, de modo a tornar este plano a referência do planejamento estadual em logística de transportes rodoviários.		■	
	Dar continuidade à implementação do Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia, revisando e atualizando ações no que couber, internalizando seus programas, projetos e ações no PPA 2024-2027, mantendo-o como referência do planejamento estadual em logística de transportes rodoviários.			■
C. Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia	Elaborar o Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia com base nas diretrizes emanadas do Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia, considerando ainda as particularidades e necessidades a serem melhor diagnosticadas especificamente no setor aeroviário	■		
	Replanejar o PPA 2016-2019, em seu terceiro ano de vigência, visando adequar/incluir programas, projetos e ações definidas no âmbito do Plano Diretor Aeroviário.	■		
	Implementar o Plano Diretor Aeroviário do Estado, com a inclusão de seus programas, projetos e ações no PPA 2020-2023, de modo a tornar este plano a referência do planejamento estadual em logística de transportes aeroviários.		■	
	Dar continuidade à implementação do Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia, revisando e atualizando ações no que couber, internalizando seus programas, projetos e ações no PPA 2024-2027, mantendo-o como referência do planejamento estadual em logística de transportes aeroviário.			■
D. Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia	Elaborar o Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia com base nas diretrizes emanadas do Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia, considerando ainda as particularidades e necessidades a serem melhor diagnosticadas especificamente no setor hidroviário.	■		
	Replanejar o PPA 2016-2019, em seu terceiro ano de vigência, visando adequar/incluir programas, projetos e ações definidas no âmbito do Plano Diretor Hidroviário.	■		
	Implementar o Plano Diretor Hidroviário do Estado, com a inclusão de seus programas, projetos e ações no PPA 2020-2023, de modo a tornar este plano a referência do planejamento estadual em logística de transportes hidroviários.		■	
	Dar continuidade à implementação do Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia, revisando e atualizando ações no que couber, internalizando seus programas, projetos e ações no PPA 2024-2027, mantendo-o como referência do planejamento estadual em logística de transportes hidroviários.			■

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 16. Infraestrutura e Logística

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazos			Fontes de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Projeto de Desenvolvimento da Logística de Transporte para o Estado de Rondônia	Plano Estratégico de Logística de Transporte para o Estado de Rondônia elaborado.	Plano	-	-	1	-	-	DER-RO e DNIT
	PPA 2016-2019, em seu terceiro ano de vigência, adequado em seus programas, projetos e ações conforme definido no âmbito do PLT-RO.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	PPA 2016/2019. Revisão terceiro ano.
	PLT/RO referência do planejamento estadual em logística de transportes, consubstanciado nos PPAs.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	PPA 2016/2019 PPA 2020/2023
	Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia atualizado.	Plano	-	-	1	-	-	DER-RO e DNIT
	Plano Diretor Rodoviário do Estado como referência do planejamento estadual em logística de transportes rodoviários consubstanciado nos PPAs.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	PPA 2016/2019 PPA 2020/2023
	Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia elaborado.	Plano	-	-	1	-	-	ANAC
	Plano Diretor Aeroviário do Estado como referência do planejamento estadual em logística de transportes aéreos consubstanciado nos PPAs.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	PPA 2016/2019 PPA 2020/2023
	Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia elaborado.	Plano	-	-	1	-	-	PPA 2016/2019 PPA 2020/2023
	Plano Diretor Hidroviário do Estado como referência do planejamento estadual em logística de transportes hidroviários consubstanciado nos PPAs.	Documento Técnico	-	-	-	1	1	PPA 2016/2019 PPA 2020/2023

Ações de Municipalização do Trânsito

Indicadores	Unidade	Ano Base	Quantitativo	Metas/prazos			Fontes de Verificação
				Curto	Médio	Longo	
SINIAV implantado nos municípios.	Unidade	-	-	1	-	-	DETRAN-RO
Percentual de municípios com sinalização vertical, horizontal e semafórica implantada.	%	-	-	100	-	-	DETRAN-RO
Número de municípios com Convênios para municipalização do trânsito estabelecidos.	Documento pactuado	2015	6	46	-	-	DETRAN-RO
Número de municípios com municipalização do trânsito implantada.	Unidade	2015	6	-	46	-	DETRAN-RO

4.3.16.2. Projetos de Curto Prazo em Logística de Transportes

Consiste em um conjunto de projetos em andamento no Estado, além de proposições emanadas do diagnóstico.

a) Objetivos

Geral

Dar seguimento ao planejamento atual do Estado em logística de transportes, de modo a proporcionar melhorias, no curto prazo, na competitividade geral das atividades econômicas, além de desenvolver ações que possibilitem a proteção, prevenção e mitigação dos efeitos decorrentes de enchentes do Rio Madeira ao longo da cidade de Porto Velho (RO).

Específicos

- Assegurar o início/continuidade/conclusão das obras de ampliação e reforma dos aeroportos de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Pimenta Bueno, Vilhena e Cacoal, considerando investimentos previstos no Plano de Investimento em Logística Aeroportuária do governo federal, no valor de R$ 83 milhões (PAC II);
- Manter os esforços de negociação, visando a construção da Ferrovia Transcontinental - EF-354 - Brasil Peru-Atlântico Pacífico, com priorização do trecho ferroviário Porto Velho – Vilhena, inserindo-a no contexto do Plano Estratégico de Logística e Transporte para o Estado de Rondônia;
- Dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Extensão da Ferrovia de Integração Centro -Oeste – Lucas do Rio Verde/MT –Vilhena/RO;
- Manter os esforços de negociação, visando dotar a Hidrovia do Rio Madeira, no trecho do baixo Rio Madeira/interligação com Mato Grosso e Bolívia, com a construção de três eclusas (duas junto às Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e uma terceira junto à Hidrelétrica Ribeirão Binacional Brasil-Bolívia, planejada para se instalar próxima ao Município de Guajará-Mirim), inserindo-a no contexto do Plano Estratégico de Logística e Transporte para o Estado de Rondônia;
- Assegurar início/continuidade/conclusão das ações de dragagem e sinalização da Hidrovia do Madeira, em seu trecho médio a montante de Porto Velho para garantir o transporte de pessoas e mercadorias durante o ano todo;
- Assegurar início/continuidade/conclusão das obras de melhorias no porto de Porto Velho com a compra de equipamentos, reforma e ampliação;
- Promover a melhoria, construção e ampliação dos atracadouros situados nas principais cidades ao longo da malha hidrográfica do Estado;
- A partir do reconhecimento de que o Rio Madeira está com seu leito ainda em formação, propor um Plano de Trabalho que possibilite a proteção, prevenção e mitigação dos efeitos decorrentes de enchentes do Rio Madeira ao longo da cidade de Porto Velho (RO), buscando equilíbrio entre o meio ambiente, o indivíduo, a história e as atividades econômicas desenvolvidas às suas margens.

b) Carteira de Projetos

Considerando os objetivos definidos são propostos os seguintes projetos:

1. Projeto Infraestrutura Aeroportuária.
2. Projeto Infraestrutura Ferroviária.
3. Projeto Infraestrutura Portuária, Navegação e Hidrovia.
4. Projeto Orla de Porto Velho.

c) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 16. Infraestrutura e Logística. Projetos de Curto Prazo em Logística de Transportes

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
1. Infraestrutura Aeroviária	Aeroporto de Vilhena ampliado e reformado.	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Estrutura de carga do aeroporto de Porto Velho ampliada.	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Aeroporto de Ji-Paraná ampliado e reformado	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Aeroporto de Guajará-Mirim ampliado e reformado.	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Aeroporto de Ariquemes ampliado e reformado.	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Aeroporto de Cacoal ampliado e reformado.	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Aeroporto de Pimenta Bueno ampliado e reformado.	Unidade	-	-	1	-	-	FNAC
	Número de estudos de Aeródromos Locais e pistas de pouso Complementares viáveis para registro e homologação.	Unidade	-	-	1	-	-	DER-RO e GOVERNO DO ESTADO
	Aeroporto de Costa Marques pronto para operacionalização.	Unidade	-	-	1	-	-	DER-RO e GOVERNO DO ESTADO
	Aeroporto de Rolim de Moura em operacionalização.	Unidade	-	-	1	-	-	DER-RO e GOVERNO DO ESTADO
	Aeroporto de Cerejeiras em operacionalização.	Unidade	-	-	1	-	-	DER-RO e GOVERNO DO ESTADO
2. Infraestrutura Ferroviária	Gestão do Governo do Estado para viabilizar Projeto de construção da ferrovia Transcontinental - EF 354 - Brasil Peru-Atlântico Pacífico implementada.	Documento Técnico	-	-	1	1	1	GOVERNO FEDERAL
	Gestão do Governo do Estado para viabilizar Projeto de construção da ferrovia Transcontinental - EF 354 - Brasil Peru-Atlântico Pacífico implementada.	Documento Técnico	-	-	1	1	1	GOVERNO FEDERAL

d) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa 16. Infraestrutura e Logística. Projetos de Curto Prazo em Logística de Transportes (continuação)

Projetos	Indicadores	Unidade	Ano Base	Qte	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
					Curto	Médio	Longo	
3. Infraestrutura Portuária, Navegação e Hidrovias	Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação de novo complexo portuário público de Porto Velho elaborado.	Documento Técnico	2015	0	1	-	-	SEAGRI, SOPH e SEP-PR
	Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação do porto público de Costa Marques elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAGRI, SOPH e SEP-PR
	Plano de desenvolvimento e zoneamento do Porto de Porto Velho atualizado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAGRI, SOPH e SEP-PR
	Plano Estadual Hidroviária elaborado.	Documento Técnico	-	-	1	-	-	SEAGRI, SOPH e SEP-PR
	Porto organizado de Porto Velho revitalizado e modernizado.	Unidade	-	-	1	-	-	SEAGRI, SOPH e SEP-PR
	Porto Público de Guajará-Mirim construído.	Unidade	-	-	1	-	-	SEP-PR
4. Projeto Orla de Porto Velho	Identificação esquemática do local e batimetria da área de intervenção, mapa da mancha de inundação dos tempos de recorrência e sondagens realizados.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	DER-RO
	Projeto de contenção de desbarrancamento que vem ocorrendo elaborado.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	DER-RO
	Projeto de retificação dos canais urbanos que deságuam no Rio Madeira elaborado.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	DER-RO
	Plano de Prevenção de enchente e controle de inundações por meio de medidas estruturais e/ou não estruturais elaborado.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	DER-RO
	Plano de Trabalho e orçamento e captação de recursos elaborados.	Documento Técnico	2015	1	1	-	-	DER-RO
	Obra total executada.	Unidade	2016	1	1	-	-	DER-RO

4.4. Diretriz IV. Modernização da Gestão Pública

a) Contexto

A modernização da administração e gestão pública do governo estadual tem sido uma das prioridades da última gestão e do governo atual. Entre os programas governamentais previstos no último Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual (LOA) o Eixo Modernização da Gestão Pública figura como o mais importante dentre os Eixos, sendo composto por 16 programas e tendo como objetivos:

a) Promover a reestruturação administrativa para implantar a gestão por resultados;
b) Criar e implantar políticas de gestão por competências;
c) Integrar políticas públicas para reduzir a dispersão de esforços e ampliar a efetividade das metas;
d) Padronizar, simplificar e dar celeridade aos processos e atos administrativos;
e) Elevar receitas e reduzir despesas, racionalizando os gastos e reduzindo o desperdício.

No Relatório de Atividades Desenvolvidas, Avaliação PPA 2012-2015, relativo ao exercício 2013 (SEPOG, 2013), fez-se uma análise sobre o índice de desempenho e eficiência de cada um dos Eixos Estratégicos, tendo-se adotado parâmetros específicos para tal procedimento. O resultado ensejou recomendações, conforme o citado Relatório, mencionando-se que as restrições identificadas deveriam ser objeto de reavaliação permanente por parte dos gestores, cabendo, ainda, um alerta sobre o alto grau de deficiência na gestão e planejamento dos gastos, que subestimam os valores previstos nos Programas, metas e resultados inicialmente previstos, o que contribui para o fracasso do planejamento na previsão dos recursos requeridos, em face da problemática em que se propõe atuar.

A recomendação final da equipe avaliadora foi que o Comitê Gestor de cada órgão da Administração Estadual promova um amplo processo de reavaliação das ações e metas e produção ou revisão dos indicadores dos programas. Adicionalmente, chama atenção sobre necessidade de aperfeiçoar o sistema de avaliação com a incorporação das instruções para elaboração do PPA.

A avaliação descrita demonstra que, embora o foco tenha sido o Programa de Modernização da Gestão Pública, as deficiências ocorridas nos demais programas refletem, de algum modo, as dificuldades de toda uma administração estadual em atingir metas delineadas, embora tenham sido efetuados grandes investimentos para se promover a excelência da gestão pública. Esse quadro demonstra, também, que muito ainda há a se fazer, daí a importância de se propor a continuidade do Programa Modernização da Gestão Pública, no âmbito do PDES-RO.

Outro aspecto que se soma são os grandes desafios que o Estado tem a superar em vários setores para alcançar um novo *status* socioeconômico e ambiental, e a eles se aditarão novos desafios, postos pela própria natureza da evolução prevista para o Estado – desafios que irão requerer um corpo técnico mais amplo, melhor treinado e instrumentalizado, além de competente para desenhar e implementar novas políticas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento e assim, fortalecer o Estado de Rondônia na sua capacidade e potencial de alcançar novos espaços no contexto da economia e política nacional e internacional.

Os esforços do Estado quanto à melhoria na gestão pública, também refletidos no PPA 2016-2019, se relacionam tanto com a implementação da gestão pública como atividade meio, incluindo a manutenção da máquina pública, como pagamento de salários e outras despesas correntes, mas também em proposições mais estruturantes na busca da eficiência e da eficácia na gestão de governo.

De um ponto de vista estratégico importam ações e projetos, cujo foco incide em processos inovadores e de melhoria na qualidade da gestão, no sentido de buscar respostas e eficácia geral para o resultado das ações, programas e projetos de desenvolvimento estadual.

Assim, uma proposição para a modernização da gestão do Estado, no âmbito do PDES-RO, deve convergir para um melhor desempenho e eficácia do Estado em termos de resultados a serem alcançados com as políticas públicas, por meio de uma atuação qualificada das instituições governamentais, em suas atribuições, como o desenvolvimento e implantação de sistemas de controle, acompanhamento e avaliação de resultados, fortalecimento de um quadro técnico e administrativo profissionalizado e de carreira, com a valorização do servidor e a adoção integrada de procedimentos gerenciais com o uso de tecnologias da informação, entre outros aspectos.

Desta forma, no curto prazo devem ser implementadas as ações em andamento, paralelamente ao desenvolvimento e implantação da Agenda Comum.

Para as ações em andamento define-se o Programa de Apoio à Modernização da Gestão Pública e visando a elaboração da Agenda Comum, o Programa Agenda Comum de Gestão Pública União-Estados.

b) Objetivo

Implantar, com projetos e ações, no horizonte de curto prazo o Modelo de Excelência em Gestão Pública previsto no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, ao tempo em que são executados os projetos já em andamento.

Os projetos e ações em andamento, conforme o Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades e o PIDISE, assim como as ações presentes no PPA 2016-2019 com relação à modernização da gestão pública devem ser-mantidos, após ajustes julgados pertinentes pelo Estado, quando da elaboração do próximo PPA.

Considerando o caráter estratégico do PDES-RO, nesta diretriz são propostas, no curto prazo, ações para a implantação da Agenda Comum de Gestão Pública União-Estados.

A Agenda de Gestão Pública União - Estados tem a finalidade de estabelecer diretrizes e prioridades de investimento no campo do fortalecimento da gestão pública, construídas em conjunto, entre o governo federal e os Governos Estaduais e promover a colaboração institucional intra e intergovernamental (MPOG, 2013).

c) Ações

Visando a implementação do GESPÚBLICA no estado de Rondônia indica-se um conjunto de ações em função do processo de implantação da Agenda Comum. Trata-se de ações que devem ser realizadas no curto prazo, visando também no curto prazo (5 anos) a execução da Agenda Comum.As ações e os prazos são propostos no Quadro 18.

Quadro 18 - Ações e prazos para o desenvolvimento e implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública.

Ações	Prazos (anos)				
	1	2	3	4	5
1. Desenvolver entendimentos com o governo federal, SEGEP/MPOG, no sentido de estabelecer procedimentos.	X				
2. Com apoio da SEGEP elaborar Edital de Licitação para contratação de consultoria especializada em gestão pública, visando a elaboração de Projeto de Modelo de Excelência em Gestão Pública.	X				
3. Contratar consultoria em gestão pública para a elaboração do Projeto.	X				
4. Desenvolver o Projeto de Modelo de Excelência em Gestão Pública.	X	X			
5. Implantar o Projeto de Modelo de Excelência em Gestão Pública.		X	X	X	
6. Avaliar resultados alcançados com o Modelo de Excelência em Gestão Pública implantado.				X	
7. Proceder ajustes e melhorias no Modelo.				X	
8. Reprogramar o Modelo.					X

d) Projetos

Por outro lado, o Governo do Estado possui projetos em andamento que poderão ser compatibilizados com a elaboração da Agenda Comum, são eles:

1. Desburocratização e e-governo.
2. Gestão Estratégica de Pessoas.
3. Qualidade Fiscal.
4. Governança.

Para esses projetos os indicadores e metas encontram-se no quadro a seguir.

e) Indicadores e Metas. Matriz de Planejamento. Programa de Apoio à Modernização da Gestão Pública

Projetos	Indicadores	Unidade	Metas/Prazo			Fonte de Verificação
			Curto	Médio	Longo	
1. Desburocratização e e-governo	Percentual de processos governamentais (compras, licitação, contrato e outros) identificados, mapeados e simplificados.	%	20	50	30	SEAE, SEPOG e JUCER
	Percentual de sistemas sob interoperabilidade.	%	40	50	10	
	Percentual de processos com padronização de sistemas de apoio (auditoria, protocolo, patrimônio, RH e outros) implantados.	%	80	10	10	
	Percentual de processos de gestão eletrônica de documentos implantados.	%	50	50	-	
	Percentual do programa de auditoria e controle integrado nas unidades orçamentárias e CGE (software) implantado.	%	40	30	30	
	Percentual de empresas com registro empresarial e legalização de empresas para efetivação da REDESIM entre JUCER e órgãos integrantes (SEFIN, SEDAM, Bombeiros, AGEVISA, municípios e outros) integradas e simplificadas.	%	100	-	-	
	Percentual de serviços prestados pelo estado por meio de plataforma web (portal único) unificados e disponibilizados.	%	60	30	10	
2. Gestão Estratégica de Pessoas	Política de valorização e promoção do servidor público formulada.	Doc. Técnico	1	-	-	SEPOG e SEGEP
	Percentual do processo de gestão por competência, resultado e meritocracia implantado.	%	10	40	50	
	Critérios da avaliação de desempenho dos servidores padronizados por todas as unidades gestoras implantados.	%	100	-	-	
	Percentual de atualização dos PCCR realizado.	%	10	40	50	
	Percentual do quadro lotacional por unidades gestoras definido.	%	0	50	50	
	Percentual de metas do Plano de Capacitação e Desenvolvimento implantado.	%	30	70	-	
3. Qualidade fiscal	Percentual de metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SEFIN executadas.	%	70	20	10	SEFIN, PGE, SEAE, SEPOG e SEGEP
	Percentual de processos de tributação, arrecadação e fiscalização identificados, mapeados e simplificados.	%	80	20	-	
	Percentual das metas do sistema gerencial e operacional de execução e protesto de dívida ativa implantadas.	%	100	-	-	
	Percentual das metas de modernização tecnológica da tributação, arrecadação e fiscalização implantadas.	%	60	20	20	
	Metas de certificações do GESPÚBLICA alcançadas.	%	100	-	-	
4. Governança	Planejamento estratégico por unidades gestoras elaborado.	%	50	50	-	SEPOG e SEAE

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. Arranjos Institucionais para a construção do Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional

A construção do Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional (SEDR) parte das diretrizes gerais do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional (SNDR), tanto como seu desdobramento, em consequência dos vínculos entre as instâncias, quanto ao seu desenho, funções e competências nos diferentes níveis territoriais.

Nesse sentido, o SEDR pressupõe a existência e o funcionamento do SNDR em sua estrutura de governança.

Na **esfera federal** deve ocorrer, assim, o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas Regionais e Territoriais (nível estratégico nacional)na qual se define a estratégia de Estado no plano nacional, presidido pelo Chefe de Estado, ou Presidente da República, Ministros e Representantes da Sociedade Civil. Neste nível estratégico são formuladas as políticas nacionais, suas diretrizes e mecanismos de implementação. O funcionamento do conselho pressupõe a Câmara de Gestão de Políticas Regionais e Territoriais (nível tático nacional),cuja função é aprovar o Plano de Trabalho Plurianual e programações anuais, além de coordenar ações operadas nos territórios. No nível de coordenação operacional (de responsabilidade federal), na Região Norte deve atuar a SUDAM. Nestes níveis devem ocorrer a pactuação das metas nacionais.

Para o desenvolvimento das **interfaces entre o governo federal e o estado de Rondônia** o sistema prevê a criação e funcionamento da Câmara Estadual de Gestão (no caso, de gestão do PDES-RO), que deve aprovar o Plano de Trabalho Plurianual do PDES-RO e suas programações anuais, além de acompanhamento e avaliação das programações e a coordenação das ações a serem operadas no território. Neste nível deve ocorrer a pactuação das metas estaduais.

Na **esfera estadual**, replicando o modelo, deve-se instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento (Integração de Políticas Regionais e Territoriais - nível operacional nacional, mas estratégico estadual), *locus* onde se define a estratégia de Estado (plano estadual), presidido pelo Governador do Estado, com representação dos Secretários de Estado e da Sociedade Civil (âmbito estadual). No nível estratégico são formuladas as políticas estaduais em consonância com a PNDR, suas diretrizes e mecanismos de implementação.Pressupõe uma Câmara de Gestão de Políticas Regionais e Territoriais (nível tático estadual), cuja função é elaborar e propor o Plano de Trabalho Plurianual,as programações anuais, acompanhamento e avaliação da execução do PDES-RO. No nível operacional estadual é proposta a criação de uma Agência Estadual de Desenvolvimento, que deverá atuar principalmente no planejamento operacional, provendo as condições técnicas e materiais (pessoal técnico qualificado, projetos, elaboração de projetos, captação e administração de recursos, parcerias, etc.) indispensáveis à atuação dos Órgãos Executores Estaduais, na efetiva implementação de projetos e programas definidos no âmbito do PDES-RO. A Agência deverá possuir outras atribuições de caráter operacional, notadamente relacionadas a gestão de fundos financeiros e de outros gêneros vinculados aos desenvolvimento estadual.

O governo rondoniense aguarda há anos a efetivação da Agência de Fomento do Estado (AFERON) já criada por lei estadual e com Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado (JUCER). Todavia, nunca se buscou autorização para a sua instalação e operação junto ao Banco Central. Sua existência e operação em Rondônia permitiria que o Estado contasse com um agente repassador oficial do BNDES, do Fundo de Marinha Mercante (FMM) e do PRONAF. Tal Agência, além disso, poderia ser um meio de se dispor de recursos próprios, oriundos de tributos e fundos estaduais, que fomentariam, permanentemente, o desenvolvimento de todos os setores produtivos locais.

Na **esfera sub-regional**, no estado de Rondônia, encontram-se dez Regiões de Planejamento e Gestão, instituídas por Lei (Lei Complementar Nº 414, de 28 de dezembro de 2007, que estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão para o estado de Rondônia). Essa mesma Lei Complementar prevê a criação de Consórcios Públicos, bem como de Agências de Desenvolvimento Regional, além da instalação de Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão Regional, sediadas nas cidades polo, referência em cada uma das regiões. Essas Unidades Avançadas podem se constituir em Gerências Regionais do PDES-RO, sem prejuízo das suas demais funções.

Nesta esfera sub-regional, territorialmente delimitada pelas Regiões de Planejamento e Gestão, encontra-se a base de legitimação de todo o sistema. Conforme o SNDR, deve ser constituído por Fóruns Regionais, com representações e interfaces programáticas com os Colegiados Territoriais (PTC), Comitês de Bacias, Consórcios Municipais, além de outros Fóruns existentes no contexto de cada Região de Planejamento e Gestão, que extrapolem o âmbito municipal. As articulações institucionais entre as esferas federal, estadual e sub-regional nas instâncias mencionadas conformam um primeiro esboço geral do Sistema Estadual (Quadro 19).

Quadro 19 - Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional. Níveis de gestão, instâncias e competências gerais.

Níveis Institucionais de Planejamento e Gestão		Instâncias	Competências Gerais
Ótica Federal	Ótica Estadual		
Estratégico	Estratégico	Conselho Nacional de Integração de Políticas Públicas no Território	Formulação das políticas e aprovação dos instrumentos executivos nacionais.
Tático		Câmara Interministerial de Gestão Integrada de Políticas Regional	Proposição do Pacto de Metas Nacionais.
		Comitê Estadual de Políticas Públicas no Território	Pactuação dos instrumentos executivos estaduais.
Operacional		Conselho Estadual de Integração de Políticas Públicas no Território	Formulação das políticas e aprovação dos instrumentos executivos estaduais.
	Tático	Câmara Estadual de Integração de Políticas Públicas no Território	Proposição do Pacto de Metas Estaduais.
	Operacional	Agência Estadual de Desenvolvimento	Planejamento, Execução, Acompanhamento e Avaliação na esfera estadual.
		Órgãos Executores Federais	
		Órgãos Executores Estaduais	
		Órgãos Executores Municipais	Planejamento, Execução, Acompanhamento e Avaliação na esfera municipal.
		Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão Regional (Gerência Regional) Fóruns Regionais Conselho Regional de Desenvolvimento	Proposições Gerais. Pacto de Metas Regionais. Acompanhamento e Avaliação na esfera regional.

5.2. Arranjos Institucionais na esfera estadual: Elementos para a construção do Modelo de Gestão do PDES-RO

Tanto os Arranjos Institucionais, como o Modelo de Gestão – bases para a construção de um Sistema de Gestão para o PDES-RO – devem ser entendidos como instâncias e processos que deverão estar articulados às instâncias e procedimentos da gestão do governo, em sua totalidade e complexidade.

Nos marcos do PDES-RO, compreende-se o Modelo de Governança/Modelo de Gestão como um conjunto articulado de instâncias, instituições, mecanismos e instrumentos técnicos e jurídico-institucionais (a serem desenvolvidos), com estratégias e estruturas integradas, que devem ser pactuados entre os entes federativos envolvidos na implementação do PDES-RO, tendo como referência o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional. Trata-se, portanto, de uma das políticas de gestão, formatada em um modelo que deverá integrar o modelo mais amplo de gestão, no âmbito da Modernização da Gestão do Governo, Diretriz IV do PDES-RO, que tem como referência o Projeto GESPÚBLICA (ver Diretriz IV).

Nesse sentido, a integração das políticas de gestão a serem contempladas pela Modernização da Gestão do Governo deverá ser objeto de serviços especializados. Deve-se considerar a gama de elementos que deverão estar articulados no todo, como um sistema macro, que abranja todo o aparelho de Estado, incluindo serviços administrativos (compras governamentais, recursos humanos, logística, tecnologia de informação, governo eletrônico, orçamento, finanças, etc.), além de objetivos e ações como os de modernização administrativa, gestão da qualidade, simplificação administrativa, gestão do atendimento, gestão da organização governamental em estruturas e modelos institucionais, parcerias com a sociedade, etc.

O Eixo VII - Planejamento, Monitoramento e Avaliação do GESPÚBLICA (proposto na Diretriz IV) objetiva o "fortalecimento da função planejamento como essencial à gestão e ao processo decisório, assim como o fortalecimento dos sistemas federais e estaduais de planejamento, que englobam a Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (RENOP); o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN) e as secretarias estaduais de planejamento; e apoiar o processo de planejamento dos municípios".

Esse eixo tem três linhas temáticas prioritárias: 1. Pactuação das Agendas Estratégicas de Desenvolvimento Territorial resultantes da articulação dos PPAs da União e dos Estados; 2. Elaboração dos Planos Plurianuais municipais e 3. Sistemas federal e estaduais de planejamento, monitoramento e avaliação.

Nesse eixo deverá ser desenvolvido, como parte integrante do Sistema Estadual de Planejamento, o Sistema de Gestão do PDES-RO, cujas bases são aqui apresentadas por meio dos Arranjos Institucionais e do Modelo de Gestão propostos para o PDES-RO.

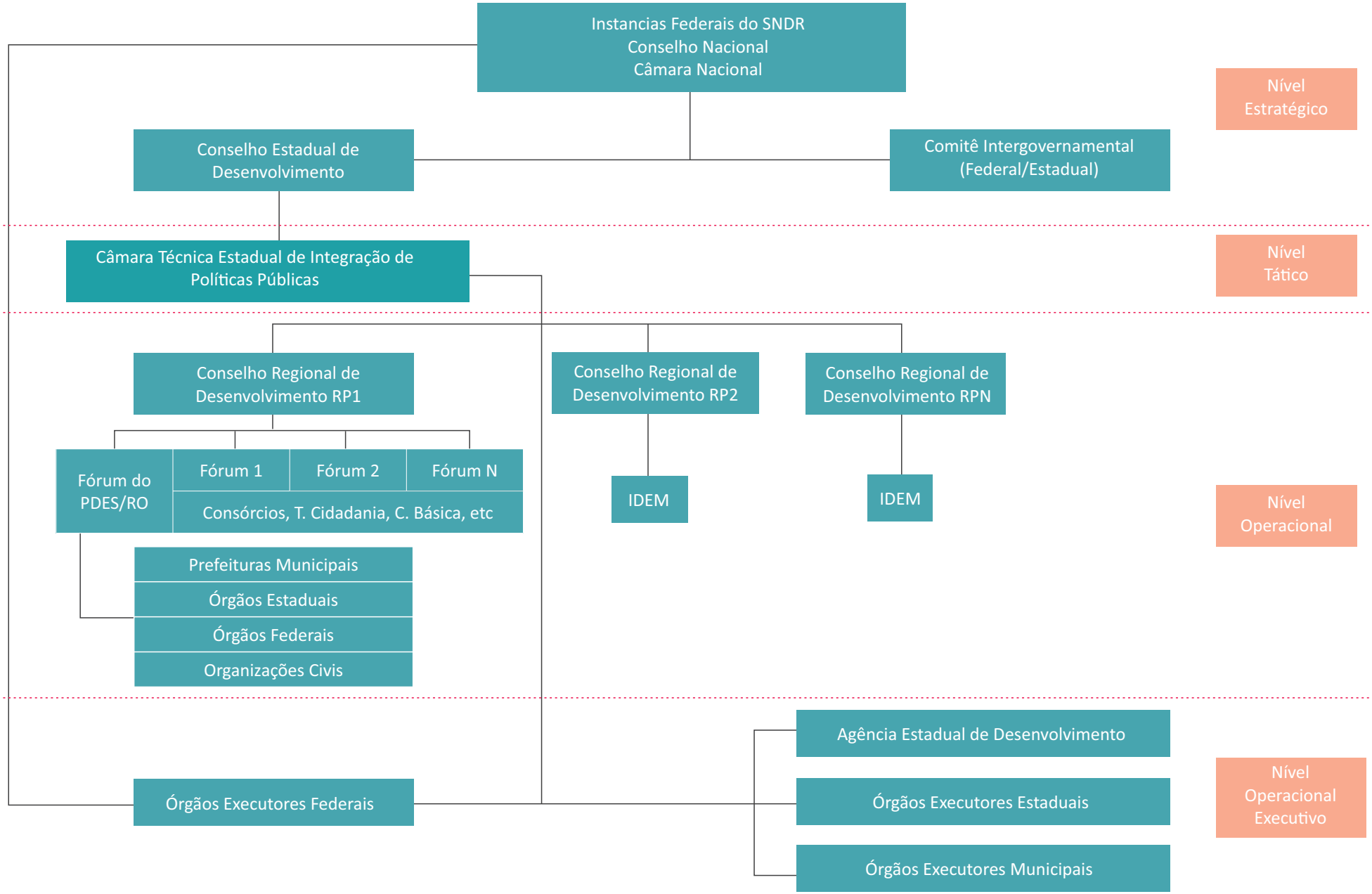
Tendo como pressupostos as instâncias superiores de nível federal do SNDR (Conselho Federal e Câmara Federal), o Modelo de Governança para o PDES-RO aqui proposto delineia, de início, as instâncias pertinentes aos níveis estadual e sub-regional no espaço territorial do estado de Rondônia.

Considerando o SNDR como referência, o Modelo proposto se estrutura em três níveis hierárquicos de planejamento (estratégico, tático e operacional) e um nível operacional-executivo, esse último subordinado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento.

a) Nível Estratégico
1. Instâncias federais estratégicas do SNDR (Conselho Nacional e Câmara Nacional);
2. Comitê Intergovernamental de Políticas de Desenvolvimento Regional;
3. Conselho Estadual de Desenvolvimento.
b) Nível Tático
Câmara Técnica Estadual.
c) Nível Operacional
Conselhos Regionais de Desenvolvimento.
d) Nível Operacional-Executivo
1. Agência Estadual de Desenvolvimento;
2. Órgãos Executores Estaduais;
3. Órgãos Executores Federais;
4. Órgãos Executores Municipais.

A Figura 27 apresenta o organograma geral propositivo para o SEDR.

Figura 27 - Organograma Propositivo para o Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional (Governança).



Fonte: Concepção e elaboração CON&SEA Ltda.

5.2.1. Nível Estratégico do SEDR

a) Instâncias federais estratégicas do SNDR

As instâncias federais estratégicas do SNDR, o Conselho Nacional e a Câmara Nacional, integram o SEDR e a elas se vinculam, na qualidade de instâncias formuladoras das políticas nacionais, que definem as diretrizes nacionais, para as grandes regiões brasileiras, assim como as diretrizes mais específicas do desenvolvimento regional, além de recursos, mecanismos e instrumentos de implementação, de modo a assegurar o caráter integrado nacional e regional destas políticas.

As articulações de caráter nacional são também relevantes quanto ao apoio técnico e gerencial, que podem ser estabelecidos em parcerias e convênios entre as partes.

A estrutura e competências dessa instância foram apresentadas no Quadro 19.

b) Comitê Intergovernamental de Políticas de Desenvolvimento Regional

Este Comitê é uma instância decisiva em toda a articulação político-institucional para a governança do PDES-RO. Ele é o ponto de partida do processo de planejamento no território estadual. Nesta instância ocorrem as definições estratégicas de curto, médio e longo prazo, na qual a concertação entre o governo federal e estadual é crucial na definição concreta de programas e projetos,além dos pactos de metas (anuais e plurianuais) que deve assegurar recursos e todos os demais meios indispensáveis à execução do PDES-RO. A autonomia consagrada aos entes federados pela Constituição (artigos 16, 17 e 18) deve ser exercitada, ainda que carente de regulamentação, sendo este um forte gargalo na implementação de articulações de caráter federativo.

O Comitê terá assim um papel destacado na concertação e pactuação para o desenvolvimento estadual, nos marcos da PNDR. Suas recomendações deverão ser objeto de deliberação nos conselhos federal e estadual de desenvolvimento. A ausência dessa instância foi um dos itens mais críticos apontados na implementação dos planos mesorregionais e outros planos elaborados no âmbito da PNDR I, conforme documentos do Ministério da Integração (IICA; MI, 2011, e MI/SDR, 2012).

A sua implementação expressa, de certa forma, um desafio, pois pressupõe quase que uma ruptura em procedimentos historicamente cristalizados quando se aborda intervenções de caráter desenvolvimentista de uma maneira geral (grandes obras de infraestrutura) ou do desenvolvimento regional (grandes programas como Bolsa Família ou Territórios da Cidadania), tanto por parte da esfera federal, quanto dos estados, quando se trata de pactuar mecanismos de políticas públicas (*policies*), cujos resultados políticos (*politics*) também devem ser compartilhados.

Mecanismos claros de papéis e atribuições (a serem posteriormente detalhados) serão fundamentais, pois tanto no sucesso como no fracasso das políticas, estes resultados devem ser creditados a todas as instâncias (inclusive locais e municipais), como ocorre nos sistemas de educação e saúde, por exemplo, nos quais os programas e recursos possuem, em parte, orientações e fundos nacionais, mas a execução e a responsabilidade por resultados são compartilhados com o governo federal, estado e municípios.

É certo que tarefa desta complexidade deverá merecer uma atenção especial na formatação das estruturas e competências a serem compartilhadas, sendo proposto preliminarmente um desenho propositivo, conforme o Quadro 20.

Quadro 20 - Estrutura e Competências de Nível Intergovernamental. Comitê Intergovernamental de Desenvolvimento.

Estrutura e Composição. Desenho preliminar propositivo	Competências
A sua coordenação e composição deverá ser estabelecida em processos de pactuação de alto nível da esfera politico-institucional federal-estadual a ser conduzida por uma comissão mista, assessorada por especialistas em modelagem de sistemas de planejamento. Deverá ser instituída por instrumento legal federal, pactuado com o Estado, que detalhe seus objetivos, composição, competências e funcionamento. Instrumentos de regulamentação também deverão ser desenvolvidos, definindo mecanismos operacionais e interfaces com as demais instâncias do sistema de planejamento/modelo e gestão e procedimentos de rotina, prazos, etc. Deverá contar com uma Secretaria Executiva, com a responsabilidade de operacionalizar o funcionamento do Comitê,a ser composta também por representantes técnicos das esferas federal e estadual, em número e perfil compatível com seu caráter operacional.	• Propor Pactos de Metas do PDES-RO, considerando os pactos de metas nacionais definidos no âmbito do CNDR. • Propor a implementação das políticas e planos setoriais federais e estaduais, instrumentos de planejamento e orçamento federal e estadual do PDES-RO em suas Regiões de Planejamento (RP) e consolidação estadual. • Encaminhar propostas de regulamentação dos instrumentos de execução do PDES-RO (agência de desenvolvimento, funcionamento de conselhos sub-regionais, papel dos órgãos executores federais e estaduais no PDES, etc.). • Monitorar e avaliar o PDES-RO no âmbito estadual e das RP. • Implementar parcerias entre o governo federal e estadual na promoção de conferências e outros eventos de iniciativa federal e estadual. • Propor a programação anual (POA) do PEDES/RO de modo a adequá-la aos demais instrumentos de planejamento (PPA, LOA, etc.).

Fonte: Elaborado pela CON&SEA Ltda.

c) Conselho Estadual de Desenvolvimento

O Conselho Estadual de Desenvolvimento de Rondônia deverá ser a instância máxima consultiva e deliberativa na implementação do PDES-RO no âmbito do Estado. A sua interação com os níveis estratégicos federais (Conselho Federal e Câmara Federal), apesar de vertical, não é de subordinação, mas de pactuação, o que deve ser assegurado no âmbito do Comitê Intergovernamental.

A não instalação destas instâncias federais, assim como as dificuldades em torno da regulamentação do pacto federativo, coloca, de início, dificuldades na institucionalização do sistema.No entanto, instâncias de pactuação, como atos voluntários das partes, regulamentados por expedientes que possam ser estabelecidos dentro dos atuais marcos legais são recomendados, como é o caso do Comitê Intergovernamental, onde os entes federativos federal e estadual não têm relação de subordinação, mas de concertação de políticas públicas de interesse das duas esferas.

A modelagem do Conselho Estadual de Desenvolvimento considera o já instituído Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rondônia (CONDER), que desde a sua criação tem atribuições semelhantes as de uma agência de desenvolvimento. É oportuno citar, à época da criação do CONDER, contava-se com um banco estadual como braço financeiro do Estado, o Banco de Rondônia, ora extinto.

Nos elementos constitutivos propostos para a montagem do modelo de governança não é sugerido, por enquanto, um braço financeiro organicamente integrado à estrutura de gestão do PDES-RO. No entanto, a sua inserção (na forma de um Fundo Estadual de Desenvolvimento ou outros mecanismos) não são descartados, mas por precaução, devido a complexidade de todo o sistema a ser implantado, esta opção deverá ser avaliada em um segundo momento, após a implantação das estruturas institucionais previstas, sob apoio de especialistas. As fontes de financiamento previstas para o PDES-RO estão relacionadas no Capítulo 10. Captações de recursos em diversas fontes poderão ser realizadas no âmbito da Agência de Desenvolvimento, com a elaboração de programas e projetos, inclusive para agências internacionais.

Considerando, portanto, a existência do CONDER, sugerem-se algumas alternativas, no rumo da definição do Conselho Estadual de Desenvolvimento no contexto do SEDR.

a) O atual CONDER transfere suas atribuições de caráter mais operacional para a Agência de Desenvolvimento proposta e mantém para si as funções de caráter estratégico, normativo e tático;
b) São mantidas as atribuições e competências atuais do CONDER, mas atribui-se a ele outras, como gestor dos fundos estaduais existentes, inclusive como instância deliberativa das proposições da Agência de Desenvolvimento, quanto à captação de recursos para viabilizar os projetos de interesse do governo estadual e daqueles criados a partir de demandas oriundas das instâncias regionais;
c) Extingue-se o CONDER e suas competências e atribuições são divididas entre o novo Conselho Estadual de Desenvolvimento, com papel estratégico e a Agência de Desenvolvimento, com funções operativas.

Como visto, uma Agência de Desenvolvimento já foi criada em Rondônia, mas nunca entrou em operação. Esse assunto deve ser objeto de maior discussão para avaliar que decisão tomar a respeito de sua existência no formato original, assim como se será pertinente buscar autorização para a sua instalação ou a sua revogação ou, ainda, a sua substituição por uma nova instituição concebida e desenhada para atuar segundo as necessidades atuais e futuras do PDES-RO.

Essas proposições, que deverão ser objeto de análises mais acuradas, partem do princípio de que ao existir uma Agência de Desenvolvimento, separando a instância estratégica da operacional, libera-se o CONDER, ou o Conselho a ser constituído, para ser um espaço mais amplo e funcionando como um grande fórum estadual. Este fórum congregará secretarias de estado e atores regionais decisivos e intervenientes dos processos de desenvolvimento socioeconômico, como representações de instituições patronais (Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMÉRCIO, Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO e outras). Também incluirá representações de classe (federações profissionais, de trabalhadores), associações de municípios, etc., tornando-se um espaço e instância privilegiada de discussão, negociações e de tomada de decisão mais democrática e participativa, reduzindo-se, assim, conflitos de interesses estratégicos com os operacionais.

O estado de Rondônia possui vários fundos já instituídos e em operação, a exemplo do Pro-Leite. Nota-se que para acompanhar a operacionalização desses, há a interveniência de vários órgãos estaduais, o que acaba criando uma demanda técnica e burocrática para coordenar, supervisionar, avaliar e efetuar correções – um conjunto de atividades que certamente acabam por onerar proporcionalmente mais as finanças públicas estaduais, além de burocratizar em excesso e reduzir a capacidade de resposta por parte das instituições estaduais e municipais.

Um modelo com comando mais centralizado, por exemplo, realizado por uma Agência de Desenvolvimento, estruturada em departamentos ou câmaras técnicas temáticas, compostas por técnicos gabaritados de várias áreas (elaboração de projetos, estudos de viabilidade, montagem de projetos para busca de financiamentos nacionais e internacionais, estabelecimentos de convênios para repasse de recursos oficiais nacionais e estrangeiros, entre outros) para atender às demandas do PEDS-RO, poderá agregar maior consistência aos processos de coordenação, análise, supervisão e avaliação da execução de projetos.

Um desenho definitivo para o Conselho de Desenvolvimento, dentro da opção que se faça, deverá ainda ser objeto de oficinas participativas, no contexto da construção de um Modelo de Gestão detalhado, sob consultoria especializada. Preliminarmente, apresenta-se uma proposta de estrutura, composição e competências, conforme o Quadro 21.

Quadro 21 - Estrutura e Competências de Nível Estadual. Conselho de Desenvolvimento.

Estrutura e Composição. Desenho preliminar propositivo	Competências
A sua coordenação e composição deverá ser estabelecida em processos de pactuação de alto nível da esfera politico-institucional estadual a ser conduzida por uma comissão também de alto nível, assessorada por especialistas em modelagem de sistemas de planejamento. A princípio sugere-se que o Conselho tenha, genericamente, a seguinte composição: Presidente: Governador do estado de Rondônia; Membros governamentais: Secretários de Estado; Membros não governamentais: representações de federações setoriais, entidades de classe vinculadas ao desenvolvimento, associações municipais de caráter estadual e outras. Deverá ser instituído, por instrumento legal estadual que detalhe seus objetivos, a composição, competências e funcionamento. Instrumentos de regulamentação também deverão ser desenvolvidos, como estatuto e regimento interno, definindo mecanismos operacionais e interfaces com as demais instâncias do sistema de planejamento/modelo e gestão e procedimentos de rotina, prazos, etc. Deverá contar com uma Secretaria Executiva e uma Câmara Técnica permanente que deverá fazer as interfaces com as demais instâncias do sistema, como a Agência de Desenvolvimento e os Conselhos Regionais, em suas programações anuais e demais encaminhamentos práticos, de rotina. Câmaras Técnicas especializadas poderão ser constituídas, em função das necessidades, que deverão ser encarregadas de elaborar pareceres sobre demandas técnicas específicas.	• Definir e ajustar o Pacto de Metas. A principal competência do Conselho é o ajuste do PDES-RO em seu planejamento plurianual (com rebatimento no PPA) e programações anuais (POA) -utilizando Pactos de Metas. Deve-se observar a necessidade de antever e definir mecanismos legais e institucionais de ajustes entre os Pactos de Metas que se desdobram, inicialmente, em três instâncias (Conselho Federal, Comitê Intergovernamental e o Conselho Estadual). Chama-se a atenção para o desafio e a complexidade neste ajuste, que deverá estar regulamentado e disciplinado em instrumentos legais específicos. O Pacto de Metas, no âmbito do Conselho Estadual, deverá ainda estar ajustado às demandas dos Conselhos Regionais. • Constituir-se como instância de deliberação da Agência de Desenvolvimento quanto sua linha geral estratégica de atuação, assim como na aprovação de programação e do conjunto de programas e projetos a serem desenvolvidos e executados. Deverá também analisar as contas da Agência, sem prejuízo das demais instâncias legais constituídas, como tribunais de contas, etc. • Propor a implementação de políticas e planos setoriais federais e estaduais (que poderão ser agregados ao planejamento, nas reprogramações quinquenais ou anuais); instrumentos de planejamento e orçamento do PDES-RO em suas Regiões de Planejamento (RP) e consolidação estadual. • Encaminhar propostas(em consonância com as demais instâncias) de regulamentação dos instrumentos de execução do PDES-RO (agência de desenvolvimento, funcionamento de conselhos sub-regionais, papel dos órgãos executores federais e estaduais no PDES, etc.). • Monitorar e avaliar o PDES-RO, no âmbito estadual e das RP, mediante pareceres da Câmara Técnica e Agência de Desenvolvimento. • Propor, aprovar e implementar parcerias com o governo federal na promoção de conferências e outros eventos de iniciativa federal e estadual. • Propor, aprovar e implementar parcerias com instituições privadas, ONG e inclusive instituições e organismos internacionais (em articulação com as instâncias federais competentes).

5.4.2. Nível Tático

a) Câmara Técnica Estadual

A instância tática no nível estadual será exercida pela Câmara Técnica Estadual. Esta Câmara atua de forma subordinada e de apoio técnico, jurídico e administrativo ao Conselho de Desenvolvimento no exercício de suas funções.

A sua composição, estrutura e competências se encontram no Quadro 22.

Quadro 22 - Estrutura e Competências de Nível Estadual. Câmara Técnica Estadual.

Estrutura e Composição. Desenho preliminar propositivo
A Câmara Técnica tem a função tática de apoio ao funcionamento do Conselho em todas as suas atribuições e obrigações legais, técnicas, estatutárias e regimentais. Esse apoio será exercido de modo articulado à Secretaria Executiva do Conselho e a Secretaria Executiva do Comitê Intergovernamental. O Secretário Executivo da Câmara Técnica deverá ser cargo comissionado de governo. A Câmara (incluída sua Secretaria Técnica) deverá possuir quadro funcional e técnico permanente e concursado, considerando as exigências técnicas especializadas necessárias ao desempenho das funções. Seu quadro deverá ser o mais enxuto possível, de modo a torná-la ágil e operativa. O perfil profissional de seus quadros deve suprir suas funções técnicas, jurídicas e administrativas. A Câmara Técnica poderá contar com apoios especializados temporários, na forma de técnicos designados, ou articulados às Câmaras Especiais, instituídas pelo Conselho, eventualmente, para questões técnicas especiais. Deverá também ser instituída por instrumento legal estadual, descrevendo seus objetivos detalhando a sua composição, competências e funcionamento. Instrumentos de regulamentação também deverão ser desenvolvidos, ou previstos no estatuto e regimento interno do Conselho, definindo mecanismos operacionais, e interfaces com as demais instâncias do sistema de planejamento/modelo e gestão e procedimentos de rotina, prazos, etc. Deverá fazer as interfaces com as demais instâncias do sistema, como a Agência de Desenvolvimento e os Conselhos Regionais no que couber.
Competências
• Elaborar proposições preliminares para os ajustes dos Pactos de Metas, no âmbito do Conselho Estadual. A principal competência da Câmara é analisar e propor os ajustes do PDES-RO em seu planejamento plurianual (com rebatimento no PPA) e programações anuais (POA) por meio dos Pactos de Metas. Vale a mesma observação quanto ao Conselho, no que diz respeito à necessidade de antever e definir mecanismos legais e institucionais de ajustes entre os Pactos de Metas que se desdobram nas demais instâncias: Conselho Federal, Comitê Intergovernamental, Conselho Estadual e Conselhos Regionais, sendo a Câmara, na qualidade de instância tática o *locus* onde os ajustes técnicos preliminares devem ser desenvolvidos. Chama-se a atenção aqui também para o desafio e a complexidade neste ajuste, que deverá estar regulamentado e disciplinado em instrumentos legais específicos. • Constituir-se como instância tática consultiva (técnica, jurídica e administrativa) de apoio às deliberações do Conselho quanto a sua linha geral estratégica de atuação, assim como na aprovação de programação e do conjunto de programas e projetos a serem desenvolvidos e executados. Deverá também analisar previamente as contas da Agência para a apreciação final do Conselho, sem prejuízo das demais instâncias legais constituídas, como tribunais de contas, etc. • Manter interfaces com a Agência de Desenvolvimento, no que couber. • Levantar, analisar e propor ao Conselho a implementação de políticas e planos setoriais federais e estaduais (que poderão ser agregados ao planejamento, nas reprogramações quinquenais ou anuais); instrumentos de planejamento e orçamento do PDES-RO em suas Regiões de Planejamento (RP) e consolidação estadual. • Desenvolver procedimentos (em consonância com as demais instâncias) para a regulamentação dos instrumentos de execução do PDES-RO (agência de desenvolvimento, funcionamento de conselhos sub-regionais, papel dos órgãos executores federais e estaduais no PDES, etc.). • Monitorar e avaliar o PDES-RO, em articulação com a Agência de Desenvolvimento,no âmbito estadual e das RP, emitindo pareceres ao Conselho Estadual. • Levantar, sistematizar e propor ao Conselho Estadual parcerias com o governo federal na promoção de conferências e outros eventos de iniciativa federal e estadual. • Levantar, sistematizar e propor ao Conselho Estadual parcerias com instituições privadas, ONG e inclusive instituições e organismos internacionais (em articulação com as instâncias federais competentes).

5.4.3. Nível Operacional

a) Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Trata-se, a princípio, de um Conselho de Desenvolvimento para cada Região de Planejamento e Gestão, em número de dez. Recomenda-se, no entanto, que sua implantação seja gradativa e progressiva, segundo um cronograma pactuado, dando-se inicio à implantação nas regiões melhor articuladas, não só do ponto de vista das instituições governamentais presentes no território, da capacidade técnica e operacional das instâncias locais, inclusive Prefeituras Municipais, como também da capacidade organizativa da sociedade local.

Para a implantação dos Conselhos Regionais deve-se ter como pressuposto a criação das Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão (Lei Complementar Nº 414, de 28 de dezembro de 2007), que deverá coordenar, inicialmente, a implantação do Conselho Regional, mantendo todas as demais interfaces necessárias com as instâncias do sistema. Esta instância também deverá ser regulamentada por instrumento legal e instituída uma Gerência Regional de apoio ao funcionamento do Conselho.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram concebidos de modo bastante flexível, de modo a permitir uma real e decisiva integração das diferentes estruturas e organizações político-institucionais já vigentes no território (políticas e modelos de gestão já existentes), como recomendado no SNDR; ou seja: os Colegiados dos Territórios da Cidadania, os Comitês de Bacias, os Consórcios Intermunicipais e demais organizações de caráter desenvolvimentista de abrangência intermunicipal.

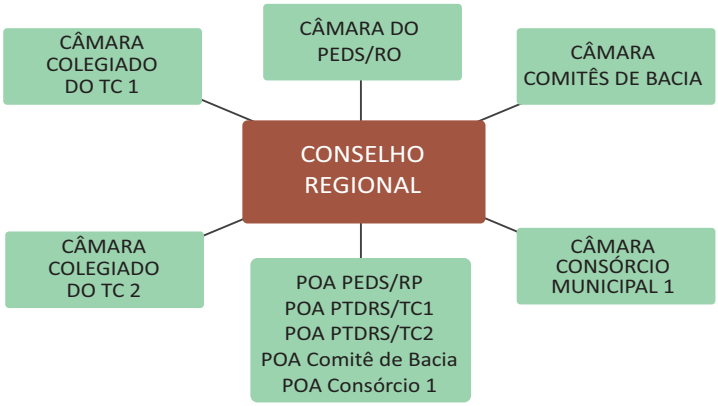
Assim, cada Conselho Regional deverá ser a instância de consolidação, complementação e coerência da programação anual de cada região, considerando o conjunto dos instrumentos de planejamento (como os PTDRS , Planos de Bacias ou Planos Regionais de Gestão de Resíduos Sólidos, dos Consórcios Intermunicipais, por exemplo) que convergem ou convergirão para o espaço territorial delimitado pela Região de Planejamento.

Não se trata da consolidação de uma única programação no âmbito do PDES-RO, mas sim de respeito à autonomia de estruturas já implantadas. Objetiva, desse modo, compatibilizar e eliminar duplicidade de trabalhos nas diferentes programações, de modo a torná-las complementares, sendo o Conselho Regional de Desenvolvimento a instância de articulação do conjunto das intervenções, seja do próprio PDES-RO, seja dos Territórios da Cidadania ou dos Comitês das Bacias Hidrográficas, sem o prejuízo de outros fóruns regionais de desenvolvimento.

Neste sentido, serão representadas e terão assento no Conselho todas as estruturas de gestão já existentes - princípio da integração das políticas e modelos de gestão, conforme MARTINS, H. F. (2007) -, podendo-se optar por um formato de Câmaras Técnicas, sendo o Conselho, além de propositivo da política local de desenvolvimento e de pactuação de projetos e metas no contexto do PDES-RO, um “guarda-chuva” integrador e de compatibilização de todo o planejamento regional-local. Este arranjo institucional local, de caráter horizontal, poderá potencializar todas as políticas de desenvolvimento em curso nos territórios regionais do Estado.

A Figura 28 dispõe de um organograma exemplificador da estrutura dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e o Quadro 23 apresenta a Estrutura e Competências de Nível Sub-Regional dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Figura 28 - Estrutura de Integração das políticas e modelos de gestão no território regional.



Quadro 23 - Estrutura e Competências de Nível Sub-Regional. Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Estrutura e Composição. Desenho preliminar propositivo	Competências
Composição: Presidente: Eleito entre os membros integrantes. Membros governamentais: Prefeitos Municipais e técnicos de órgãos estaduais e federais com representação local/regional. Membros representantes de fóruns regionais: Colegiado dos Territórios da Cidadania, Comitês de Bacias, Consórcios Intermunicipais e outros. Membros não-governamentais: representações de organizações regionais da sociedade (que abrangem mais de um município). Deverá ser instituído por instrumento legal estadual, que detalhe seus objetivos, composição, competências e funcionamento. Instrumentos de regulamentação também deverão ser desenvolvidos, como estatuto e regimento interno, definindo mecanismos operacionais, e interfaces com as demais instâncias do sistema de planejamento/modelo e gestão e procedimentos de rotina, prazos, etc. Deverá contar com uma Gerência Regional que apoiará o funcionamento do Conselho e promoverá as interfaces com as demais instâncias do sistema, como o Conselho Estadual e a Agência de Desenvolvimento.	• Definir e ajustar o Pacto de Metas na Região de Planejamento. A principal competência do Conselho é a proposição e ajustes de sua programação com a do PDES-RO, elaborando a programação plurianual e anual (POA Regional). • Compatibilizar e integrar as programações das demais instâncias colegiadas regionais (TC, Comitê de Bacias, etc.) de modo a eliminar no âmbito regional ações superpostas e duplicidade de trabalhos. • Propiciar a integração, no plano regional, da Agência de Desenvolvimento com os órgãos executores (federais, estaduais e municipais) de modo a facilitar a execução das ações previstas em programas e projetos. • Propor a implementação de políticas, planos setoriais federais e estaduais e planos regionais (que poderão ser agregados ao planejamento, nas reprogramações quinquenais ou anuais), no âmbito da Região de Planejamento (RP). • Monitorar e avaliar a execução do PDES-RO no âmbito regional, com a elaboração de relatórios periódicos. • Propor, aprovar e implementar parcerias com o governo estadual na promoção de conferências e outros eventos de iniciativa regional. • Propor, aprovar e implementar parcerias com instituições privadas, ONG e inclusive instituições e organismos internacionais (em articulação com as instâncias estaduais e federais competentes).

5.4.4. Nível Executivo

a) Agência de Fomento

Considerando o porte do conjunto de programas e projetos previstos pelo PDES-RO, torna-se imperiosa a definição de uma estrutura igualmente robusta para a sua implementação, em todos os momentos do processo de gestão, incluindo principalmente a etapa crucial de execução dos referidos programas e projetos, sem a qual não se logram os objetivos almejados. Este pressuposto está considerado em todo o desenho para o desenvolvimento do modelo de gestão aqui esboçado.

De outro lado, o diagnóstico elaborado no contexto do PDES-RO também identificou diversas fragilidades e gargalos no Estado de Rondônia com relação a sua capacidade na implementação de programas e projetos, notadamente de cunho produtivo, voltado ao desenvolvimento socioeconômico.

Também, "quanto ao arranjo de articulação institucional para implementação da PNDR, o documento original (2003) propôs três escalas de coordenação, em nível federal, macrorregional e sub-regional", aludindo que a escala sub-regional "seria de responsabilidade dos fóruns e agências de desenvolvimento, que responderiam pela articulação e coordenação dos programas sob governança do Ministério nos espaços prioritários da Política" (MI/SDR, 2012).

Vale observar que a referência à agência de desenvolvimento no citado documento tem um caráter amplo e abrangente, como são a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). No entanto, outras referências do documento apontam para o estimulo à criação de agências também em outras escalas regionais, quando se sugerem diretrizes, tais como: "estimular a multiplicação de consórcios municipais e agências de desenvolvimento regional com vistas à descentralização do desenvolvimento, a estruturação de redes de cidades e o aproveitamento de escalas na oferta de bens e serviços públicos." (MI/SDR, 2012).

Reforçando-se ainda que "a montagem de agências, ou superintendências regionais de desenvolvimento, mantidas por parcerias sólidas entre o governo federal e entes subnacionais, é igualmente necessária para a promoção econômica e comercial dos territórios. Tais organismos podem se encarregar da prospecção e identificação de oportunidades de investimentos, da promoção da imagem e dos produtos da região e oferecer informações aos investidores, além de outras tarefas estratégicas. Além dessas funções, essas agências se apresentam como canais privilegiados de execução dos fundos nacionais de desenvolvimento." (MI/SDR, 2012).

A redefinição da PNDR no sentido de sua atuação em Áreas Programa, que no caso do PDES-RO se conforma no estado de Rondônia, coloca a necessidade de focar o Estado, tanto como ente federativo com sua autonomia relativa constitucionalmente estabelecida, como também como espaço territorial das intervenções planejadas.

A formatação de um modelo de Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado tem por premissas proposições constantes na PNDR II, programas constantes no PPA e conclusões obtidas no diagnóstico.

Tem por fundamentos básicos convicções de que uma Agência de Fomento e Desenvolvimento deverá atuar articulada com as Políticas de Promoção e Expansão das Atividades Produtivas do Estado, com ênfase no estímulo à consolidação, ampliação e aumento da agregação de valores da competitividade dos produtos locais, tanto das atividades econômicas existentes e portadoras de futuro, como para apoiar o surgimento de novos empreendimentos e o empreendedorismo, privilegiando o apoio às micro, pequenas e médias empresas. Embora o modelo de Agência de Fomento ora proposto se baseie em referências e experiências bem-sucedidas de instituições similares no Brasil, o presente se reporta e se fundamenta considerando as peculiaridades da socioeconomia estadual rondoniense e nos termos do arcabouço legal vigente da esfera federal e estadual.

Conforme o diagnóstico, a política de desenvolvimento estadual tem sido focada em programas e ações setoriais e visando, em alguns casos, a promoção da verticalização da produção, mas sem levar em conta uma visão de futuro de longo prazo e sem estar assentada em uma política industrial de médio e longo prazo, como carente de um eficiente instrumental de fomento, no acaso, uma agência de fomento e de apoio ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Uma política de verticalização e de adensamento de cadeias produtivas pressupõe ações e esforços articulados de atração de investimentos em setores identificados como estratégicos para o desenvolvimento industrial do Estado, política que se efetua e se consubstancia pela busca crescente da construção de vantagens competitivas dinâmicas e sistêmicas – o que inclui construir e aperfeiçoar um conjunto de elementos e condições, dentre os quais da infraestrutura física, recursos humanos (qualificação de mão de obra) e institucional, em particular de ordem fiscal e financeira.

a.1) Perfil de atuação das Agências de Fomento e Desenvolvimento

Examinando-se a literatura disponível sobre modelos de Agências de Fomento e Desenvolvimento, percebe-se haver uma variedade de modelos, pois dependem de suas finalidades e focos. Porém, de um modo geral, uma agência de fomento ou de desenvolvimento, termo utilizado alternativamente, pode ser definida como sendo organismo criado para auxiliar na promoção do desenvolvimento de determinado território, zona geográfica ou outros. Para tanto, conta com instrumentos diversos (financeiros e não financeiros), tendo a instituição relativo grau de autonomia. Por ser instituição que possui atribuições também financeiras fica sujeita ao controle do Banco Central, além de outros organismos de controle, da esfera estadual e municipal, dependendo de sua constituição e atribuições definidas em seu estatuto. A maior ou menor ênfase a instrumentos financeiros e não financeiros irá depender da finalidade da instituição.

No rol de instrumentos financeiros incluem-se os incentivos fiscais e subsídios, empréstimos, concessão de garantias e avais e participação acionária. No grupo de instrumentos não financeiros os mais comuns são informação, assessoramento técnico especializado e infraestrutura física.

Segundo a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA) entre os principais objetivos das Agências de Desenvolvimento no pais, destacam-se:

- Orientar as ações públicas e privadas no processo de privatização e desregulamentação de serviços públicos que passam para áreas de competência do setor privado;
- Atuar como agente financiador de empreendimentos considerados relevantes para a promoção do desenvolvimento regional;
- Ampliar os espaços de parceria entre o setor público e o privado, via concessões e formação de *joint-ventures*;
- Atuar como agente catalisador entre governo e empresariado, identificando oportunidades de negócios, mobilizando recursos, realizando estudos e trabalhos de consultoria;
- Atuar como interlocutor junto aos demais organismos de fomento regional.

a.2) Breve histórico das Agências de Fomento e Desenvolvimento

O fomento é atividade prevista na Constituição Federal de 1988, no Capítulo Ordem Econômica e Financeira. No Artigo 170, o exercício da atividade de fomento está associado a princípios como a busca de justiça social, garantia de existência digna, redução das desigualdades regionais e sociais, favorecimento a empresas brasileiras de pequeno porte. No Artigo 174 está estabelecido que o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento na forma da Lei, determinantes para o setor público e indicativas para o setor privado. Mas a legislação que criou e regulamentou as agências de fomento é posterior. Historicamente, o ambiente ideológico da época do surgimento de agências de fomento no país data de um período de discussão da desestatização, ou seja, de preceitos propostos pelo neoliberalismo e sob influência do Consenso de Washington, que preconizava a redução do papel e da participação do Estado na economia. No caso da criação ou transformação dos bancos estaduais de investimentos em agentes de fomento a legislação foi consubstanciada com a instituição da Medida Provisória N^{0}1.514, de 07/08/96, e da Medida Provisória Nº 2.192-70, referente ao papel do Conselho Monetário Nacional (CMN) e das resoluções baixadas pela instituição – as de Nº 2.574 de 17/12/98 e Nº 2828, de 30/03/2001, que formalizaram e definiram a atividade das agências de fomento. Na nova legislação estavam embutidas medidas para evitar que as agências de fomento viessem a repetir equívocos praticados anteriormente por instituições financeiras públicas de fomento na década de 1980, as quais haviam passado por um processo traumático de degradação econômico-financeira decorrentes dos sucessivos insucessos dos planos econômicos e da gestão de créditos (NETO, RIBEIRO, 2004).

A Resolução Nº 2828 do CMN disciplina a operação de contratos de financiamento de capital fixo e de giro concedidos por uma agência de fomento em uma Unidade da Federação onde tenha sede. As exigências são: ser sociedade por ações de capital fechado; subordinar-se à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil e operar somente com a sua autorização; praticar operações com recursos próprios e de repasses oriundos de fundos constitucionais, recursos orçamentários, organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento; prestar garantias, utilizar a alienação fiduciária em garantia e de cédulas de crédito industrial e comercial; cobrar encargos conforme os permitidos às instituições financeiras. A Resolução citada faculta a atuação da instituição como prestadora de serviços de consultoria, agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento - desde que não assuma riscos.

No normativo do CMN aludido foram também estabelecidas restrições ao acesso ao mercado financeiro pelas agências de fomento, quais sejam: de acesso às linhas de assistência financeira do Banco Central; de acesso a conta Reservas Bancárias no Banco Central; de captar recursos financeiros junto ao público; de contratar depósitos interfinanceiros, tanto na qualidade de depositante ou de depositário; recorrer ao redesconto e ter conta de reserva no Banco Central.

Outros aspectos legais relativos às agências de fomento são:

- É permitida apenas uma única agência de fomento por Unidade da Federação;
- É vedada a participação societária em outras instituições financeiras;
- Em sua denominação social deve constar a expressão "Agência de Fomento" acrescida da indicação da Unidade da Federação Controladora;
- Aplica-se a mesma legislação às instituições financeiras, mas é vedada a sua transformação em instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional;
- O controlador deve manter fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% de suas obrigações e os recursos devem ser aplicados em Títulos Públicos Federais (BACEN).

a.3) O conceito contemporâneo da atividade de fomento

Com o novo arcabouço legal, definiram-se os tipos de fomento que podem ser praticados por uma agência de fomento. ATHAYDE, A. (1983) adota a seguinte classificação:

- Benefícios ou incentivos tributários;
- Desenvolvimento do mercado de títulos – que visa disponibilizar às empresas recursos para a atração de capitais, o que as permite obter recursos sem recorrer a empréstimos;
- Empréstimos em condições favoráveis, que podem ser de três formas distintas: diretamente pelo Tesouro Nacional ou pelos Tesouros Estaduais; créditos facultados por fundos especiais, a exemplo dos fundos regionais de desenvolvimento;–empréstimos dados por sociedades de economia mista e também pelas empresas públicas, como BNDES, Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Brasil (BB) e bancos de desenvolvimento;
- Subsídio – instrumento comumente empregado para promover a atração de investimentos e também para prover, temporariamente, competitividade a setores produtivos;
- Assistência técnica – que consiste em prestação de serviços de orientação por instituições da Administração Pública às atividades de produção e comercialização para empresas privadas, a exemplo dos oferecidos pela EMBRAPA e EMATER, organizações do Sistema S, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre outras;
- Privilégios especiais – cujo objetivo é conciliar objetivos políticos públicos e privados em prol do desenvolvimento econômico, sendo um mecanismo pelo qual se estabelecem padrões que podem representar vantagens mercadológicas a algumas empresas, a exemplo do Selo Verde para empresas que cumprem preceitos ecologicamente corretos;
- Protecionismos à produção nacional – um instrumento de fomento ao desenvolvimento industrial, independente do setor industrial, e que favorece situações como uma indústria nascente frente a concorrência internacional, a exemplo de tarifas aduaneiras diferenciadas, regime de quotas de importação, a reserva de mercado e o controle acionário nacionalizado. Polos Industriais e Zonas de Processamento de Exportação são exemplos clássicos de beneficiários desse tipo de instrumento (NETO RIBEIRO, 2004).

Por ser serviço de caráter público, uma agência de fomento deve atender os princípios básicos que norteiam a gestão e a ação pública: o princípio da relevância da atividade, a eficiência do serviço prestado, a equidade e a impessoalidade, e praticar atos conforme preceitos originários da atividade de fomento definida em lei. Embora operacionalmente a atividade de fomento possa em determinados momentos ser discricionária, por ser atividade que distribui benefícios e vantagens a particulares e assim representar risco ao princípio da isonomia, a validação de seus atos deve, em última instância, respeitar o princípio da isonomia nos termos definidos constitucionalmente. (MELLO, R. M., 2010).

b) Órgãos Executores

Grande parte do conjunto de programas e projetos previstos no PDES-RO são de responsabilidade legal (às vezes constitucional) de órgãos públicos instituídos exatamente para estes fins.

A articulação na execução do PDES-RO entre estes órgãos, sejam federais, estaduais ou municipais e as demais instâncias do sistema é de grande importância, considerando a necessidade de uma ação coordenada e integrada. Esses órgãos vinculados aos ministérios ou secretarias estaduais e municipais estarão representados nas diversas instâncias do SEDR, mas também serão responsáveis pela execução de muitos programas e projetos.

Ponto crucial na operacionalidade do sistema serão as relações entre estes órgãos e a Agência de Desenvolvimento, mediadas pelos instrumentos de planejamento e as instâncias decisórias (conselhos e outras instâncias de governo). Muitas das deficiências desses órgãos na execução de programas e projetos previstos no PDES-RO deverão ser complementadas por projetos específicos a serem desenvolvidos e executados no âmbito da Agência de Desenvolvimento, que poderão suprir necessidades e fragilidades existentes. Deve-se considerar que estes órgãos, alguns constituídos em empresas públicas, possuem experiência, conhecimento e estão integrados a muitos aspectos da cultura local, possuindo estruturas físicas e pessoal, o que já coloca muitas das condições essenciais à execução do PDES-RO. Nessa medida as ações deverão ser integradas, conveniadas ou contratadas, disponibilizando-se condições técnicas, financeiras e operacionais para que estes órgãos possam desenvolver e executar os projetos previstos na plenitude de seus objetivos.

No modelo de gestão a ser detalhado, os mecanismos de fomento a programas e projetos deverão considerar esta estrutura governamental de execução já existente e presente na região, sendo também alternativamente possível a terceirização, para empresas de assessoria e execução técnica.

5.3. Ciclo de Planejamento e Gestão do PDES-RO

Enquanto um modelo de governança implica numa clara definição de atribuições e papeis políticos, legais, normativos e institucionais de um conjunto de organizações governamentais (que poderão estar ainda articuladas a organizações não governamentais) articuladas em arranjos institucionais horizontais e verticais, na missão de executar, no caso aqui tratado, um plano de desenvolvimento; o modelo de gestão comporta um arcabouço de procedimentos e processos de planejamento (em seu sentido amplo, incluindo execução), num fluxo continuo e cíclico, que deve ser levado a cabo sob a governança das estruturas e arranjos institucionais definidos.

O Modelo de Gestão propriamente dito implica, assim, na gestão de todas as etapas do processo de planejamento, entendido desde a concepção de políticas, programas e projetos; programação temporal e espacial destes programas e projetos; execução da programação; acompanhamento e avaliação de todo o processo e replanejamento, reiniciando o ciclo de planejamento. Estas funções do planejamento são atribuições específicas das diferentes instâncias do SEDR, conforme as suas competências.

De maneira clássica (Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, Banco Mundial - BIRD e diversos Manuais de Planejamento) e adaptando às instâncias definidas para o SEDR, o ciclo de planejamento pode ser entendido como na Figura 29.

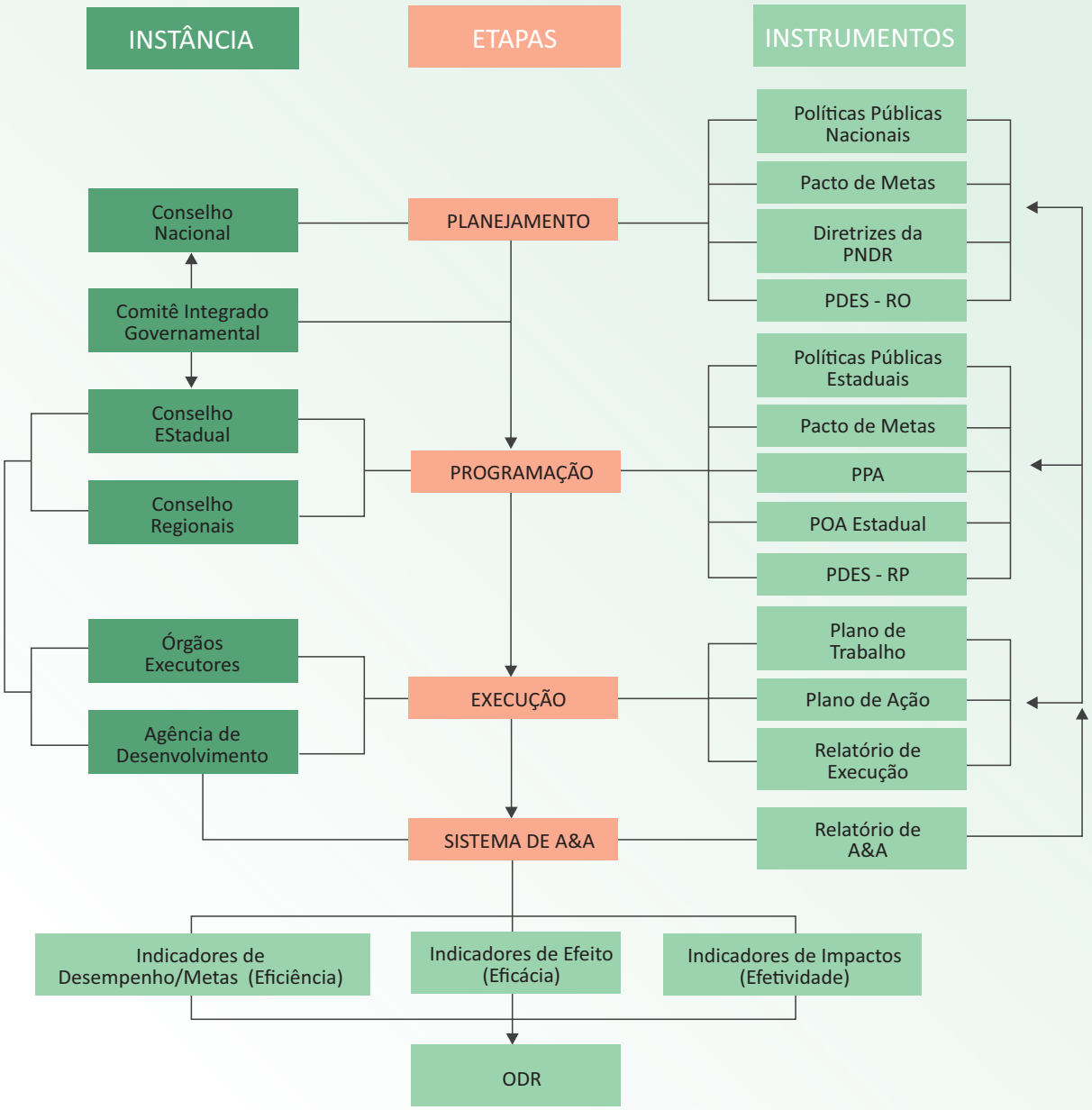
Figura 29 - Ciclo de Planejamento do PDES-RO.

Fonte: Concepção e elaboração CON&SEA LTDA.

O planejamento global pressupõe as políticas públicas nacionais, as diretrizes da PNDR e o Pacto de Metas Nacional. O planejamento estadual se refere às políticas públicas estaduais, consolidadas no PDES-RO e as programações e pactos periódicos estaduais (anual, quinquenal, etc.). O planejamento sub-regional diz respeito às programações e pactos periódicos do PDES-RO no nível das regiões de planejamento. As etapas de planejamento e programação segue-se a execução (setorial/integrada) e os sistemas de acompanhamento e avaliação (A&A) para o PDES, em seu conjunto de programas e projetos. Os Relatórios de Execução e de A&A são instrumentos que, uma vez gerados, permitem o replanejamento (e correção de rumos) em diversos níveis, reiniciando o processo periódico de planejamento. A condução deste ciclo de forma territorializada e integrada possibilita romper com a lógica exclusivamente setorial, alinhando as instâncias federativas em institucionalidades locais, regionais e nacionais (múltiplas escalas).

A Figura 30 apresenta, em grandes linhas, um fluxograma de todo o modelo proposto, relacionando as instâncias com as etapas e os instrumentos de planejamento.

Figura 30 - Fluxograma Propositivo para o Modelo de Gestão do PDES-RO.



Fonte: Concepção e elaboração CON&SEA LTDA.

A instância institucional superior é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional (incluindo suas demais estruturas, como a Câmara Técnica, etc.) responsável pelo planejamento global, que fornece as referencias nacionais por meio das políticas públicas nacionais, as diretrizes da PNDR e o Pacto Nacional de Metas.

Articulando as diretrizes nacionais (oriundas do Conselho Nacional e outras instâncias federais) com o planejamento estadual situa-se o Comitê Intergovernamental de Desenvolvimento, espaço politico-institucional de alinhamento entre políticas públicas federais e estaduais (*policies*) e a atividade política (*politics*) nacional e regional, incluindo pleitos, reivindicações e interesses nacionais/regionais/estaduais, em torno do desenvolvimento estadual. Essas articulações se efetivam com a elaboração de planos (que contém programas e projetos), executados a partir dos pactos de metas.

Nas instâncias e relacionamentos entre os Conselhos Nacional, Intergovernamental e Estadual desdobram-se as linhas estratégicas gerais, com a determinação, revisão e atualização das políticas públicas nacionais e estaduais, das diretrizes da PNDR e diretrizes estaduais de desenvolvimento, que se consolidam no PDES-RO e nas suas revisões de curto, médio e longo prazo (com base nos Relatórios de A&A), tendo também os pactos de metas como referências executivas.

Na etapa da programação territorializada do PDES-RO desempenham papel crucial os Conselhos Estadual e Regionais. No âmbito destes conselhos definem-se os pactos de metas estadual e regionais em programações anuais, pela elaboração dos Planos Operativos Anuais (POA). Esses conselhos também pactuam as revisões anuais e plurianuais do PDES-RO a partir do Sistema de A&A.

As programações anuais (POA) devem então ser executadas pelos órgãos executores federais, estaduais e municipais, conforme suas competências legais, institucionais e normativas. Nesse processo será de grande importância a articulação destes órgãos com a Agência de Desenvolvimento que deverá dispor de toda a assessoria técnica e demais funções já explicitadas. O processo de execução deverá também ser monitorado e apoiado, em diversos níveis, pelos conselhos instituídos, suas câmaras técnicas e fóruns.

O modelo também inclui a etapa de acompanhamento e avaliação, por meio de um sistema de indicadores já definidos no PDES-RO. O acompanhamento e avaliação são momentos decisivos no processo continuo de planejamento e replanejamento fornecendo uma gama de informações a partir de indicadores pré-formatados.

No âmbito do PDES-RO, quando da definição de programas e projetos foram formatadas matrizes de planejamento contemplando indicadores e metas. Neste nível de planejamento definem-se indicadores de desempenho, que se relacionam com a eficiência no cumprimento de metas pré-estabelecidas, integrando o pacto de metas. O alcance das metas para cada projeto proposto demonstra o desempenho ou a eficiência da execução, em termos percentuais. É um primeiro nível de acompanhamento que deve ser cotejado com o desempenho financeiro, na aplicação dos recursos previstos. O que pode gerar um relatório anual de desempenho físico-financeiro do PDES-RO.

No desenvolvimento de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação para o PDES-RO outras ferramentas, como estudos específicos podem ser previstas, como por exemplo, estudos sobre a adoção e resultados na aplicação de tecnologias na produção leiteira ou de produtos florestais, etc. Indicadores de desempenho não são capazes de explicar uma realidade complexa, mas fornecem elementos sobre o alcance de metas programadas, que devem ser periodicamente controladas, no sentido de identificar as razões dos desvios nas metas, proporcionando a correção de rumos no processo de execução. O acompanhamento de indicadores relacionados à metas afere apenas a eficiência da execução.

Desta forma, o acompanhamento da execução de metas do PDES-RO poderá ser realizado anualmente (ou com outra periodicidade que se queira definir), a partir da Matriz de Planejamento (contendo indicadores e metas), que deverá estar disponível no Observatório de Desenvolvimento Regional ou outro sistema de alimentação continua e permanente de informações georreferenciadas.

Além do acompanhamento do desempenho das metas programadas, o Sistema de A&A a ser desenvolvido deverá contemplar indicadores de efeitos. Indicadores de efeitos também foram previstos pelo PDES-RO (Matriz de Efeitos e Resultados Alcançados). São indicadores que vão além do desempenho (meta atingida - eficiência) e buscam aferir resultados (eficácia). Se o número de escolas construídas ou número de professores contratados, etc. indicam o desempenho dos órgãos da educação com relação às metas estabelecidas, a redução na repetência ou da evasão escolar indica um resultado, em termos de uma hipótese formulada, sendo assim um indicador de efeito.

Indicadores de efeitos, além do acompanhamento da execução, permitem um primeiro nível de avaliação: a avaliação de resultados ou de eficácia.

Também a avaliação de impactos, de maior prazo e alcance territorial mais amplo, deverá estar prevista no Sistema de A&A do PDES-RO. A avaliação de impactos deverá ser realizada no curto (5 anos), médio (10 anos) e longo prazo (15 anos), além de uma avaliação final, também chamada na literatura especializada de avaliação "*ex-post*". A avaliação de impactos requer, assim como os demais níveis de acompanhamento, indicadores monitorados desde o inicio da execução do Plano. A avaliação de impactos deverá avaliar as transformações operadas no espaço territorial da intervenção devido ao conjunto de programas e projetos. É certo que isolar a ação dos programas e projetos das demais variáveis que intervêm na realidade requer estudos acurados. No entanto, a princípio também no âmbito do PDES-RO, foram levantados alguns cenários genéricos de desenvolvimento regional com base em indicadores agregados como PIB, IDH e outros.

O Sistema de A&A a ser desenvolvido e implantado deverá gerar relatórios de acompanhamento e avaliação, que sob metodologias participativas, no âmbito dos Conselhos, fornecem elementos para o replanejamento e a reprogramação periódica do Plano, em seus programas e projetos.

O processo de acompanhamento e avaliação (assim como de execução) deverá estar a cargo dos órgãos executores federais, estaduais e municipais, apoiados e assessorados pela Agência de Desenvolvimento prevista, que neste particular deverá desempenhar papel crucial.

O Modelo de Gestão proposto, no entanto, ainda carece de diversos detalhamentos práticos operacionais que deverão ser objeto de consultoria especializada, na formatação dos mecanismos e instrumentos de execução, como os Planos Operativos Anuais (POAs) e de A&A, como os relatórios periódicos, além de toda a metodologia participativa na qual os Conselhos são fundamentais.

Toda a estrutura de planejamento, programação, execução, acompanhamento e avaliação se constitui de um complexo aparato técnico-administrativo a ser desenvolvido no âmbito da Agência de Desenvolvimento, onde também as atribuições e responsabilidades das instâncias, instituições, órgãos e parcerias deverão estar claramente definidas.

6. FLUXO DE INFORMAÇÃO. OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conforme previsto no modelo de gestão, o acompanhamento e a avaliação do PDES-RO será realizado por meio de um conjunto de indicadores e metas atribuídos aos projetos propostos, aos programas e aos objetivos do PDES-RO.Com relação aos indicadores vinculados aos projetos, trata-se de aferir o desempenho ou a eficiência na execução do plano (percentual de realização de metas). Além disso, foram também propostos indicadores de efeitos e impactos vinculados aos objetivos e programas do PDES-RO, que se referem a avaliação da eficácia e efetividade do PDES-RO. Os indicadores e metas devem ser atribuídos anual ou quinquenalmente (a depender do que seja pactuado na definição do sistema de gestão) e deverão estar disponíveis no Observatório de Desenvolvimento Regional.

Conforme o MI/SDR/ODR (2015), o ODR foi desenvolvido com o objetivo de aprimorar a avaliação, o monitoramento e, consequentemente, a gestão da Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR).

> *Trata-se de um instrumento de controle social e confere transparência à gestão dos recursos públicos, atendendo a crescente demanda da sociedade brasileira. E vai além, pois se constitui em uma ferramenta de pesquisa das ações do governo federal disponível para a sociedade que, por meio de suas análises, deve interagir e colaborar com o poder público para aperfeiçoar os seus gastos e tornar mais eficientes suas ações.*

Nesse sentido, em anexo encontra-se um CD com todas as matrizes de planejamento contendo todas as diretrizes, programas e projetos e indicadores e metas no formato apropriado à alimentação no sistema do ODR.

O sistema consta de três partes: 1) Acompanhamento do alcance das metas programadas. Indicadores de desempenho (eficiência); 2) Acompanhamento dos resultados esperados. Indicadores de efeitos (eficácia); e 3) Indicadores de Avaliação de impactos (efetividade).

Com relação ao alcance das metas programadas, as matrizes constam do item 4. Diretrizes, Programas e Projetos. Tratam-se de indicadores e metas definidas por projetos que devem ser programadas/reprogramadas e pactuadas anual ou quinquenalmente. Esse alcance deve ser verificado na periodicidade estabelecida, o que possibilita aferir o desempenho alcançado, ou seja, o percentual de cumprimento da meta estabelecida.

O funcionamento do sistema depende da alimentação das planilhas aí inseridas, tanto das metas estabelecidas, como das metas alcançadas, conforme o exemplo do Quadro 24.

Quadro 24 - Exemplo de cálculo de realização de metas e alcance de indicadores no fluxo de informações do PDES-RO.

Projeto	Indicador	Ano	Metas Programadas	Metas Alcançadas	Desempenho (%)
X	Y	aaaa	A	B	(B-A)/A x 100

Quanto aos indicadores de efeitos e impactos (ver item resultados esperados), os seus valores deverão ser estabelecidos após a implantação do sistema de gestão (ver item modelo de gestão) e o alcance (eficiência) dos resultados, assim como o alcance dos impactos (efetividade) também poderão ser aferidos mediante o cálculo do percentual de realização, conforme o exemplo do Quadro 24.

Os painéis de indicadores (matrizes com metas e indicadores programados e alcançados) representam o insumo básico na elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação do PDES-RO, em seus programas e projetos.

Os modelos de relatórios e as análises a serem desenvolvidas, com recomendações para a correção de rumos na execução do plano deverão ser desenvolvidos e formatados no contexto do sistema de gestão.

7. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Ações Preliminares relativas à implantação do sistema de gestão

A implementação de um plano com a complexidade, a multiplicidade de programas e projetos e horizonte de prazo como está equacionado o PDES-RO, requer, como já definido, um sistema de gestão, como pressuposto fundamental.

Uma primeira ação, portanto, se refere ao detalhamento deste sistema, a partir do modelo proposto, que deve envolver as diversas instâncias, instituições e órgãos governamentais. Para tanto, faz-se mister a constituição de uma comissão técnica, multi e interinstitucional, de alto nível, que dê inicio a este processo, sob assessoria e consultoria de especialistas nesta área.

A elaboração dos instrumentos do sistema deve seguir-se a sua implementação, com a montagem/modelagem das instâncias previstas, desde os conselhos superiores, agência de desenvolvimento e conselhos de base territorial. Possivelmente, também deverão ocorrer processos de capacitação, concurso público, contratação de consultorias e outras ações visando a preparação de condições essenciais para a implementação do sistema de gestão, que então deverá dar inicio à execução do PDES-RO.

Concomitantemente, às ações para o desenvolvimento e implantação do sistema de gestão do PDES-RO deverá ser dado inicio à execução da Diretriz IV – Modernização da Gestão Pública, que deverá se estender por todo o período do curto prazo (5 anos), mas que deverá estruturar mecanismos e interfaces com o sistema de gestão do PDES-RO.

Nesse sentido, estima-se que o primeiro ano de vigência do Plano deverá ser dedicado a esta tarefa, que representa o nascimento de novas estruturas institucionais estaduais, que dispondo de um plano estruturado, passe a sua execução.

Estratégias de implementação de Programas e Projetos

As estratégias de implementação dizem respeito ao conjunto de ações necessárias à execução dos programas e projetos previstos em cada uma das diretrizes definidas, considerando o horizonte de execução no curto (5 anos), médio (10 anos) e longo prazo (15 anos), conforme cronograma de execução (Capítulo 11). As ações necessárias à execução deverão se desenrolar com o funcionamento regular das instâncias e procedimentos do sistema de gestão.

As ações estratégicas propostas devem buscar, portanto, como um esforço fundamental na implementação do PDES-RO, a integração dos diferentes programas e projetos, considerando a diversidade das situações do Estado, em bases territoriais/regiões de planejamento distintas. A integração das políticas públicas deve ocorrer, assim, com a integração politico-institucional dos entes federados, mediante instâncias e procedimentos previstos no modelo de gestão.

7.1. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental

7.1.1. Programa 1. Implementação e Execução do ZSEE de Rondônia

Conforme o artigo 28 da Lei Complementar N.º 233, de 06 de junho de 2000, que dispõe sobre o ZSEE do estado de Rondônia, a Comissão Estadual de Zoneamento do Estado é o órgão colegiado encarregado de promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos do ZSEE-RO. Assim sendo, essa comissão deverá desempenhar as funções relativas à integração das diretrizes do ZSEE-RO com o PDES-RO.

De acordo com as orientações já definidas estão previstas ações que deverão estar a cargo da Comissão do ZSEE-RO:

Ação 1. Conclusão da elaboração da terceira aproximação do ZSEE-RO.
Ação 2. Funcionamento da Comissão Estadual do ZSEE-RO.
Ação 3. Primeira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.
Ação 4. Segunda Revisão e Atualização do ZSEE-RO.
Ação 5. Terceira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.
Ação 6. Acompanhamento dos indicadores e metas do PDES-RO, com a territorialização dos programas e projetos previstos.

A Ação 2, relativa ao funcionamento da comissão, significa que a mesma deverá estar responsável pelo cumprimento de todas as demais ações previstas. Além das revisões periódicas a serem realizadas no ZSEE-RO (ações 1, 3, 4 e 5), a comissão terá importante papel no acompanhamento da territorialização das ações do PDES-RO, conforme as diretrizes do ZSEE-RO previstas para suas zonas e subzonas, emitindo relatórios periódicos sobre a adequação na execução dos programas e projetos do PDES-RO, de acordo com os indicadores e metas programadas anual e quinquenalmente (conforme previsto no modelo de gestão). Essa comissão deverá estar articulada com o Conselho Estadual de Desenvolvimento (prevista no modelo de gestão), instância responsável pelo planejamento e acompanhamento da execução do PDES-RO.

7.1.2. Programa 2. Programa Desenvolvimento Territorial

O Programa Territórios da Cidadania e Territórios Rurais de âmbito federal, no estado de Rondônia deverá, por intermédio de Programa Desenvolvimento Territorial, atuar de forma integrada ao PDES-RO, principalmente mediante mecanismos propostos no modelo de gestão.

Uma ação inicial de curto prazo, de grande significado no processo de integração interinstitucional e operacional no âmbito do PDES-RO, é a conformação do Comitê de Articulação Estadual previsto no âmbito do Programa Nacional dos Territórios da Cidadania, que poderá ocorrer de forma articulada ao Comitê Intergovernamental do PDES-RO (integrando governo federal, estadual e municipal) previsto no modelo de gestão do PDES-RO, como instância estratégica deste plano (ver modelo de gestão proposto). Assim sendo, uma concertação entre os entes federativos na conformação destas instâncias é o passo inicial no desenvolvimento das demais ações estratégicas, assim como de todos os demais procedimentos visando a atuação integrada e a execução dos projetos previstos, dentro dos indicadores e metas a serem propostas e pactuadas anual e quinquenalmente (modelo de gestão).

Também os Territórios da Cidadania, além dos Territórios Rurais já possuem programações em curso (por meio dos PTDRS) e as primeiras ações, no contexto das instâncias definidas, deverão relacionar-se com a continuidade dos projetos e ações já previstas, de forma integrada.

Considerando a necessidade de compatibilizar as estratégias previstas para o conjunto dos programas do PDES-RO também no curto prazo deve-se buscar a implantação do Sistema de Monitoramento dos projetos dos programas Territórios da Cidadania, PTDRS e Economia Solidária.

Com relação ao caráter produtivista/desenvolvimentista dos Territórios da Cidadania e Rurais, sem que signifique relegar os projetos e ações previstos nas programações dos Territórios da Cidadania e Rurais, o que se propõe é que sejam reforçados pelo PDES-RO os projetos vinculados ao fortalecimento dos processos de organização da produção, os projetos de intervenção no processo produtivo agropecuário e os projetos que reforcem a consolidação dos Territórios, em termos de estruturas produtivas, técnicas, financeiras e de comercialização da produção. (projetos previstos na Diretriz III). A integração neste nível deve ser operacionalizada mediante órgãos executores federais e estaduais (modelo de gestão), que passaram a pautar suas programações com relação ao PDES-RO.

Deve-se atentar que projetos e ações para as Regiões de Planejamento (em seus municípios), no âmbito do PDES-RO, estarão ocorrendo nos mesmos espaços dos Territórios da Cidadania e Rurais (que abrangem a totalidade do Estado de Rondônia). A estratégia de planejamento deve alinhar e compatibilizar as programações do PDES-RO com as programações dos PTDRS. A estratégia é a de que ao fim de 15 anos os Territórios da Cidadania e os Territórios Rurais de Rondônia alcancem sua consolidação, demonstrando forte desempenho face aos indicadores previstos, com os produtores e suas organizações inseridos de modo estável e sustentado nos mercados local, nacional e internacional. Nesse sentido, são propostas as seguintes ações estratégicas de implementação:

Ação 1. Concertação governo federal/estadual/municípal
Ação 2. Continuidade dos Projetos atuais em desenvolvimento.
Ação 3. Ênfase nas ações de consolidação dos territórios.

7.1.3. Programa 3. Gestão Ambiental

Com relação à gestão ambiental é fraco o desempenho dos principais programas, como CAR, gestão das UC e de disseminação da gestão ambiental nos processos produtivos como PMFS madeireiros e não madeireiros, conforme registrado nas oficinas de diagnóstico (gargalos) o que indica a necessidade de fortalecimento do órgão ambiental em termos de capacidade técnica e operacional.

Nesse sentido, complementado a necessidade de reforçar as estruturas técnicas e administrativas do Estado de maneira geral (Diretriz IV – Modernização da Gestão Pública) e das estruturas previstas no modelo de gestão, inclusive com reforço de pessoal técnico via concurso público, propõe-se um fortalecimento do órgão ambiental no âmbito das ações da Diretriz IV. Considerando que esse fortalecimento deverá ter um tempo de desenvolvimento, implementação e maturação, propõe-se que os novos projetos indicados no PDES-RO, além daqueles que já constam do Plano Rondônia de Oportunidades, passem a execução somente a médio e longo prazo. Nesse sentido, recomenda-se as seguintes ações estratégicas na implementação do programa de gestão ambiental:

Ação 1. Estruturação da capacidade técnica e operacional do órgão ambiental.
Ação 2. Ênfase na execução dos projetos existentes no Rondônia de Oportunidades.

7.1.4. Programa 4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia

Com relação a este programa deve-se considerar que existem projetos em andamento e que este plano deverá ainda gerar novos projetos, uma vez que é um plano de orientação nacional, voltado a todos os estados em situação de fronteira internacional. Da mesma forma que os atuais projetos em andamento, os futuros projetos deverão estar integrados ao PDES-RO, por meio dos mecanismos já previstos no modelo de gestão (conselho estadual e regional, fóruns regionais e demais instâncias previstas). Considerando que a programação anual e quinquenal do PDES-RO em cada Região de Planejamento deve ser pactuada nos conselhos regionais, os novos projetos deste programa também deverão aí ser pactuados.

Nesse sentido, está prevista uma ação para a continuidade dos projetos atuais, sendo que a formulação e execução de projetos futuros deverá ocorrer no âmbito do PDES-RO, articuladas às instâncias e procedimentos de seu modelo de gestão. São previstas, portanto, as seguintes ações de implementação.

Ação 1. Continuidade e/ou finalização dos projetos em curso.
Ação 2. Continuidade de projetos em curso e desenvolvimento de novos projetos.ão 3. Ênfase na execução de novos projetos propostos.

7.2. Diretriz II. Bem-Estar Social

7.2.1. Programa 1. Enfrentamento à Pobreza

Para o avanço deste programa, no âmbito do PDES-RO estão propostos no curto prazo: 1. Elaboração de Diagnóstico Social de Área para subsídio das políticas públicas de assistência social; 2. Elaboração da Política Estadual de Assistência Social; 3. Elaboração do Plano Decenal de Direitos Humanos de crianças e adolescentes; 4. Implantação do Sistema de informação da infância e da adolescência em todos os municípios; 5. Elaboração da Política e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional; 6. Cadastramento das entidades de assistência social no Sistema de monitoramento; 7. Implantação e implementação dos Conselhos Municipais em todos os municípios; 8 Elaborar o Plano Estadual de Economia Solidária, 9 Instituir a Lei da Política Estadual de Economia Solidária; e 10. Mapear as iniciativas de empreendimentos econômicos solidários existentes.

No curto, médio e longo prazo, todas as demais ações devem ter continuidade durante a execução do PDES-RO. No longo prazo, está prevista a Revisão e Atualização do Plano Decenal de Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

7.2.2. Programa 2. Educação

Trata-se de um programa regular, continuado e permanente de governo. Considerando que a universalização do ensino fundamental e médio encontra-se assegurada em grande medida (ver diagnóstico), as estratégias devem estar voltadas para avançar na qualidade do ensino. Os projetos propostos neste programa (decorrentes das políticas no plano nacional e do Plano Estadual de Educação) têm este objetivo e articulam estratégias específicas que se voltam a propiciar aumentos gradativos no IDEB, em todo o Estado, pois este é o índice que indica o avanço na qualidade do ensino. Definir metas para o IDEB para o curto, médio e longo prazo no contexto do PDES-RO (modelo de gestão) e os meios de alcançá-las são a estratégia central. As metas já definidas para o IDEB (conforme pactos nacionais) podem e devem ser redefinidas para níveis mais consistentes, considerando o conjunto da intervenção do PDES-RO. Isso implica em articulações para programações anuais e quinquenais para o PDES-RO (definindo de que maneira os demais programas e projetos do PDES-RO podem ser complementares em cada RP ao programa de educação) atreladas ao alcance das metas previstas para o IDEB, para os três períodos diferenciados de planejamento: curto, médio e longo prazo.

Para o ensino profissionalizante e superior (incluindo pós-graduação e pesquisa) a oferta e interiorização, com qualidade, de escolas, cursos e vagas, com a adequação da formação ao perfil das necessidades regionais do Estado, deve ser a estratégia central. Nesse sentido, também o pacto de metas no âmbito do PDES-RO deve buscar assegurar a integração do conjunto de programas e projetos do PDES-RO às metas propostas.

Além disso, todos os demais projetos específicos (educação especial, etc.) deverão ter a sua execução ao longo de todo o prazo previsto (15 anos), também com metas articuladas ao conjunto da intervenção.

A adequação das estratégias conjuntas deve ser equacionada pelo modelo de gestão, sendo, preliminarmente, indicadas as seguintes ações de caráter geral.

Ação 1. Execução do conjunto de projetos previstos alçando o IDEB conforme meta do Primeiro Quinquênio (prevista no âmbito da política nacional de educação para cada Estado). Articular os conselhos de educação (estadual e municipais) com as instâncias do PDES-RO (modelo de gestão) visando a integração aos demais projetos do PDES-RO, no sentido de definir e alcançar metas consistentes para o IDEB, no curto prazo,em todas as regiões de planejamento e assim, para todo o Estado de Rondônia.

Ação 2. Avaliar os resultados alcançados (metas) no primeiro quinquênio, reforçando e/ou revisando os projetos previstos e definindo metas para o IDEB no segundo quinquênio. Deve-se prever também a articulação dos conselhos no âmbito do modelo de gestão do PDES-RO.

Ação 3. Avaliar os resultados alcançados (metas) no segundo quinquênio, reforçando e/ou revisando os projetos previstos e definindo metas para o IDEB no terceiro quinquênio. Deve-se prever também a articulação dos conselhos no âmbito do modelo de gestão do PDES-RO.

Ação 4. Execução do conjunto de projetos previstos para o ensino profissional e superior reprogramando metas a cada quinquênio.

Ação 5. Execução do conjunto de projetos previstos para as demais modalidades de ensino reprogramando metas a cada quinquênio.

7.2.3. Programa 3. Saúde

Trata-se de um programa regular, continuado e permanente de governo, cujos projetos deverão estar sendo executados, de forma integrada e considerando as instâncias e procedimentos do modelo de gestão, durante todo o período previsto para o PDES-RO.

7.2.4. Programa 4. Habitação

O principal objetivo da política de habitação é a redução do déficit habitacional. Neste sentido, os projetos definidos no âmbito do PDES-RO se voltam para o seu alcance e articulam as estratégias. No entanto, o avanço na redução do déficit deve estar programado desde o inicio do PDES-RO, considerando os horizontes de prazo, no contexto das programações anuais e quinquenais, conforme o modelo de gestão. As ações estratégicas devem, portanto, alcançar as metas que serão propostas para a redução do déficit, de modo articulado ao conjunto da intervenção, observando-se a integração de programas e projetos no contexto do modelo de gestão.

Ação 1. Planejamento e execução do conjunto de projetos previstos (articulados conforme o modelo de gestão) alcançando a redução do déficit habitacional, conforme metas do primeiro quinquênio.

Ação 2. Avaliação das metas alcançadas no primeiro quinquênio e planejamento e execução do conjunto de projetos previstos, alcançando a redução do déficit habitacional, conforme metas para o segundo quinquênio.

Ação 3. Avaliação das metas alcançadas no segundo quinquênio e planejamento e execução do conjunto de projetos previstos, alcançando a redução do déficit habitacional, conforme metas para o terceiro quinquênio.

7.2.5. Programa 5. Saneamento

Dentro da mesma linha do programa de habitação, o programa de saneamento deverá alcançar as metas a serem programadas no curto, médio e longo prazo visando a redução dos déficits em saneamento.

Ação 1. Planejamento e execução do conjunto de projetos previstos (articulados conforme o modelo de gestão) alcançando a redução do déficit em saneamento, conforme metas do primeiro quinquênio.

Ação 2. Avaliação das metas alcançadas no primeiro quinquênio e planejamento e execução do conjunto de projetos previstos, alcançando a redução do déficit em saneamento, conforme metas para o segundo quinquênio.

Ação 3. Avaliação das metas alcançadas no segundo quinquênio e planejamento e execução do conjunto de projetos previstos, alcançando a redução do déficit em saneamento, conforme metas para o terceiro quinquênio.

7.2.6. Programa 6. Segurança Pública

Trata-se de um programa regular, continuado e permanente de governo, cujos projetos deverão estar sendo executados, de forma integrada e considerando as instâncias e procedimentos do modelo de gestão, durante todo o período previsto para o PDES-RO.

7.3. Diretriz III. Competitividade Sustentável

Da mesma forma que para as demais diretrizes, os programas e projetos nesta diretriz deverão ter sua programação orientada segundo os procedimentos do modelo de gestão.

7.3.1. Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado

Estão previstos, no curto prazo a elaboração da política e do plano estadual de APL, além do empoderamento do Núcleo Gestor de APL, sendo que as ações para a efetiva implantação de APL deverão iniciar-se no curto prazo, estendendo-se ao médio e longo prazo.

7.3.2. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte

Esse setor é um dos mais bem estruturados no Estado, sendo capitalizado e dispondo de estruturas produtivas e industriais modernas e competitivas. No entanto, grande parte dos produtores são médios e pequenos, ocorrendo ainda diversos gargalos no processo produtivo, conforme diagnóstico. No curto prazo, deve-se buscar firmar Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e EMBRAPA (difusão de tecnologias). Durante toda a execução do PDES-RO deve-se manter o processo de certificação SISBOV, sendo que no longo prazo deverão ser iniciadas as ações visando a execução do Projeto Boas Práticas na Pecuária Bovina de Corte.

7.3.3. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite

Conforme o diagnóstico, este é um setor promissor devido ao grande número de produtores, em sua grade maioria pequenos e com demanda assegurada, porém com baixa competitividade, face ao produto importado de outras regiões do país. A intervenção do PDES-RO poderá se dar por meio de APL e/ou mediante projetos estruturantes de apoio ao desenvolvimento da atividade. No caso de apoio por projetos estruturantes recomenda-se uma hierarquia e ênfase de prioridade ao longo do prazo de execução, considerando sempre os procedimentos do modelo de gestão, principalmente com relação às regiões, municípios, número e perfil de produtores a serem apoiados, definindo-se assim, programações e reprogramações anuais e quinquenais.

Preliminarmente, portanto, a implementação deve considerar:

1. Projetos com ênfase no curto prazo
2. Projetos com ênfase no médio prazo.
3. Projetos com ênfase no longo prazo.

7.3.4. Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar

Conforme já definido (Capítulo 5), com relação à agricultura familiar, o conjunto da intervenção já prevista nos Territórios da Cidadania e Rurais supre, por intermédio dos PTDRS, os projetos que poderiam ser propostos no âmbito do PDES-RO para a agricultura familiar. Deve-se considerar ainda, que grande parte dos demais programas e projetos propostos neste PDES-RO também incide na agricultura familiar, como os programas de bovinocultura de corte e leite, cacau, café, etc., que conforme proposto no modelo de gestão, devem ser programados de modo complementar e integrado, assim como os programas e projetos das demais diretrizes.

Nesse sentido, a ação especificamente estadual com relação à agricultura familiar deverá ocorrer por meio do Projeto de Agroecologia e Produção Orgânica, que deverá atuar durante toda a vigência do PDES.

7.3.5. Programa de Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono

Este programa pressupõe o desenvolvimento e execução de um conjunto de projetos, conforme já observado. Recomenda-se, assim, uma hierarquia e ênfase de prioridade ao longo do prazo de execução previsto, considerando sempre os procedimentos do modelo de gestão, principalmente com relação às regiões, municípios, número e perfil de produtores a serem apoiados, definindo-se assim, programações e reprogramações anuais e quinquenais.

1. Projetos com ênfase no curto prazo
Projeto de Constituição do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC.
Projeto de Desenvolvimento das ações do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC.

7.3.6. Programa de Apoio à Aquicultura

No âmbito da aquicultura, o setor de piscicultura, conforme o diagnóstico, vem se desenvolvendo com bastante robustez no estado de Rondônia. No entanto, também o diagnóstico identificou diversos gargalos, tendo sido propostos diversos projetos visando a sua superação. A piscicultura tanto poderá ser estruturada mediante APL, como por meio de projetos de apoio, em função das diferentes características com que a atividade se apresente nas diferentes regiões do Estado. No caso de APL, a execução deve seguir os procedimentos já explicitados. Caso a opção ocorra pelo apoio por meio de projetos, recomenda-se, também neste caso, uma hierarquia e ênfase de prioridade ao longo do prazo de execução previsto, considerando sempre os procedimentos do modelo de gestão, principalmente com relação às regiões, municípios, número e perfil de produtores a serem apoiados, definindo-se assim, programações e reprogramações anuais e quinquenais.

Para o curto prazo, estão previstos: 1. Elaboração de Diagnóstico da Aquicultura no Estado; 2. Elaboração do Plano Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos; e 3. Elaboração de Projeto Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura para a Verticalização e Armazenamento do Pescado e Produção de Gelo.

Para o médio e longo prazo, deverá ser desenvolvido e executado o Projeto de Apoio à Comercialização e Exportação.

Os demais projetos e ações previstas deverão ter sua execução durante toda a vigência do PDES-RO.

7.3.7. Programa de Apoio à Lavoura Cafeeira

Conforme o diagnóstico, a lavoura cafeeira é uma atividade já tida como tradicional no Estado, mas apresenta alguns gargalos que precisam ser superados. Nesse sentido, foram propostos projetos que deverão ser implementados durante toda vigência do PDES-RO.

7.3.8. Programa de Apoio à Lavoura Cacaueira

Idem à lavoura cafeeira.

7.3.9. Programa de Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja

Os dois projetos previstos deverão ser executados à curto prazo.

7.3.10. Programa Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro

Dada a grande importância do setor madeireiro no Estado, este programa foi concebido com uma variedade de projetos, voltados para as diversas áreas diagnosticadas como gargalos. Também aqui, deve-se, considerando os procedimentos do modelo de gestão, adotar hierarquia e prioridade na execução dos projetos dentro do prazo previsto para a execução do PDES-RO.

1. Projetos com ênfase no curto prazo

Projeto Concessão florestal nas Florestas Estaduais e Nacionais.
Projeto de Fomento aos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário de Uso Múltiplo nas Reservas Extrativistas.
Projeto de Desburocratização, readequação e fortalecimento institucional e técnico nos processos de licenciamento dos PMFS.
Projeto implantação de ações na área de logística de transportes rodoviário e portuário.
Projeto de Desenvolvimento de APL Madeira - Móveis.
Projeto de Adequação do Ensino Técnico e Superior Regional.
Projeto de Capacitação em Política Florestal.
Projeto de Crédito e a Assistência Técnica para as atividades de custeio florestal e capital de giro.

2. Projetos com ênfase no médio prazo

Projeto de Fomento à Silvicultura (Florestas Plantadas).
Projeto de Desenvolvimento Tecnológico

3. Projetos com ênfase no longo prazo

Projeto de crédito voltado à verticalização do setor, em pequenas, médias e grandes indústrias do setor madeireiro.
Projeto de Apoio aos processos de exportação dos produtos madeireiros.
Projeto de marketing dos produtos da indústria de base florestal.

7.3.11. Programa de Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade

Apesar da tradição da atividade extrativista no Estado, esta possui inúmeros gargalos, sendo ainda que suas atividades são desenvolvidas por produtores de baixa renda. Apresentando, em algumas comunidades e regiões, certo grau de organização comunitária, o programa deverá necessitar de longo prazo para o seu desenvolvimento, implementação e maturação. Recomenda-se, portanto, que sua execução ocorra durante os 15 anos do PDES-RO.

7.3.12. Programa de Desenvolvimento da Indústria

Para o setor industrial foram definidas duas estratégias. A primeira se refere à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Industrial para o Estado e a segunda consiste na implementação de um conjunto de projetos específicos. O Plano deverá ter um Termo de Referência, ser contratado e enfim elaborado, dentro do horizonte de curto prazo. Para os demais projetos, dentro dos procedimentos do modelo de gestão, propõe-se sua execução dentro de escalas de prioridade.

1. Projetos com ênfase no curto prazo

Plano de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia.
Projeto de Apoio aos Polos de Confecções.
Projeto de Fortalecimento da ZPE Porto Velho.
Projeto de Fortalecimento do Distrito Industrial de Porto Velho e de novos projetos industriais estratégicos e/ou estruturantes.
Projeto Fortalecimento da Agroindústria.

2. Projetos com ênfase no médio prazo

Projeto de Apoio ao setor Metal-Mecânico de Vilhena.

3. Projetos com ênfase no longo prazo

Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Industria de Processamento de Couro.
Projeto Incubadoras.

7.3.13. Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral

Este setor está estruturado tanto com base no grande capital, como na atividade de pequenos garimpeiros. Por outro lado, apesar de conhecidas as riquezas minerais do Estado, este não dispõe de estudos que subsidiem políticas e um plano de ação.

Nesse sentido, duas estratégias diversas são colocadas. Primeiro, trata-se da elaboração de estudos que subsidiem políticas e um plano de ação, visando equacionar gargalos e formas de melhor estruturação. De outro lado, propõe-se um projeto de apoio aos pequenos garimpeiros na forma de desenvolvimento de um polo da economia criativa, o que remete a ação para o programa pertinente.

1. Ações para o desenvolvimento, elaboração e execução do Projeto de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral, no curto prazo.

2. Ações para o desenvolvimento, elaboração e execução do Projeto de Desenvolvimento de Polo Criativo no Setor Mineral Garimpeiro, também no curto prazo.

7.3.14. Programa de Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa

Este é um programa inovador que deve ser estruturado em diversas etapas, que se constituem em momentos distintos em sua estratégia de implementação.

Considerando as ações e projetos propostos a estratégia deverá seguir as seguintes etapas:

1. Etapa de estruturação. Curto prazo, incluindo as ações de criação do Instituto Estadual do Patrimônio e a instituição dos seguintes instrumentos legais: Lei do Plano Estadual de Cultura, Lei Estadual de Incentivo Fiscal da Cultura, Legislação específica para registro e tombamento do patrimônio cultural, Legislação de transferência de fundo a fundo entre estados e municípios regulamentada e Lei de selo de qualidade para os produtos culturais. Além disso, está também prevista a elaboração de diagnóstico cultural, o fortalecimento do Conselho Estadual de Política Cultural, o início do programa de editais de fomento à cultura e convênios com governo federal para o oferecimento de cursos técnicos no campo da arte e da cultura.

2. Ações de curto prazo no desenvolvimento do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa: 1. Estruturação de Grupo de Trabalho. 2. Elaboração de Diagnóstico do Potencial da Economia Criativa (incluindo cadeias produtivas do setor cultural). 3 Estruturação do Grupo Gestor de fomento à implantação de Polos Criativos. 4. Projeto de Incubadoras de Organizações Criativas.

3. Implementação dos demais projetos no decorrer da execução do PDES-RO.

7.3.15. Programa de Promoção do Turismo

Este programa parte da elaboração de um Plano de Turismo para o Estado, no curto prazo,uma vez que foi diagnosticada a fraca atuação deste setor, entre outros fatores, devido à inexistência de proposições consistentes, como também à elaboração de Planos de Turismo para Polos Turísticos identificados.

Também estão previstas ações de implementação da política cultural do Estado envolvendo iniciativas de curto, médio e longo prazo.

7.3.16. Programa de Infraestrutura Logística de Transportes

Na implementação deste programa estão previstos dois momentos distintos.
Ação 1. Implementação das ações imediatas a curto prazo.
Ação 2.Execução do Projeto de Desenvolvimento da Logística de Transporte para o Estado de Rondônia, ao longo de toda a execução do PDES-RO.

7.4. Diretriz IV. Modernização da Gestão Pública

Esta diretriz, conforme o item 5.4, foi proposta tendo como referência o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), que tem como finalidade fortalecer a gestão pública, a partir do Modelo de Excelência em Gestão Pública da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O programa expressa um conjunto amplo de diretrizes e ações, grande parte voltadas para a gestão do governo federal. No entanto, aponta importante instrumento para os estados, mediante uma Agenda Comum de Gestão Pública União - Estados, que consta de dez eixos voltados à implementação de um amplo programa de modernização da gestão pública estadual, em consonância com instrumentos comuns da União, facilitando sobremaneira os processos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados, na implementação das política públicas comuns.

Por outro lado, o Estado vem desenvolvendo ações que devem prosseguir ao longo da execução do PDES.

8. CORRELAÇÃO ENTRE PROGRAMAS/PROJETOS PDES-RO X PPA-RO X PPA-FEDERAL E INSTITUIÇÕES EXECUTORAS

Ver na versão completa (em CD) os Quadros que apresentam a correlação entre Programas/Projetos PDES-RO com o PPA do estado de Rondônia e com o PPA Federal por diretriz.

9. RESULTADOS ESPERADOS. EFEITOS E IMPACTOS

9.1. Breves Considerações de Ordem Metodológica

A rigor, a construção de resultados esperados e impactos a serem alcançados por um projeto, programa ou plano depende da construção de cenários futuros.

Conforme trabalho desenvolvido pela CODESVASF; FGV (2010):

> *A utilização de Cenários é um dos mais importantes e tradicionais atributos estratégicos, tendo em Peter Drucker um ícone de sua utilização para fins empresariais. A abordagem de Drucker, cuja primeira publicação data de 1939, foi recentemente ratificada em seu livro Managing in the Next Society, o qual apresenta minuciosa descrição do cenário de negócios mais provável, determinado pela análise das tendências atuais mais marcantes e de suas consequências mais lógicas, à luz de circunstâncias históricas esclarecedoras por suas semelhanças com as atuais.*
>
> *Um dos primeiros conglomerados produtivos mundiais a adotar de forma sistêmica os Cenários como ferramenta de planejamento estratégico foi a Royal Dutch/Shell. Este foi, provavelmente, o caso mais emblemático de aplicação, tendo utilizado esta metodologia (amplamente divulgada no meio empresarial, a partir dos anos sessenta e setenta do século XX, com os trabalhos de Peter Drucker, Herman Kahn, Alvin Toffler, Willis Herman e Jay Forrester, entre outros) no seu percurso de sucesso através da instabilidade no mercado petrolífero.*
>
> *No Brasil, uma das instituições pioneiras na utilização de Cenários como ferramenta de planejamento estratégico foi o BNDES, no início dos anos oitenta do século XX, consolidando uma cultura hoje enraizada em grandes empresas como a Petrobras e a Eletrobras, entre outras.*
>
> *O Ministério do Planejamento, desde os anos oitenta do século XX, também tem utilizado os Cenários em suas análises. Em 2003 publicou o estudo "Visão 2020" que envolveu consulta a mais de 300 especialistas e formadores de opinião.*
>
> *Conforme destaca Marques, planejar é determinar os objetivos e os meios eficazes para alcançá-los e, neste processo, uma atividade contínua de análise do futuro é uma exigência lógica e operacional.*
>
> *Do ponto de vista estritamente lógico, os objetivos são visualizados e devem-se realizar no futuro, cuja análise é, portanto, necessária. Do ponto de vista da eficácia da decisão, é preciso saber "ver antes", para modificar, aproveitar ou induzir ocasiões favoráveis.*

O atual ambiente de incertezas, marcado pela crise econômica global, que se inicia nos anos 2008/2009, cujos reflexos se intensificam atualmente sobre o Brasil, recomenda precauções em qualquer planejamento, principalmente no médio e longo prazo.

A construção de cenários é, portanto, uma tarefa complexa necessária, porém não prevista na elaboração do PDES-RO. No entanto, o Modelo de Gestão (ver Capítulo 5) prevê um processo contínuo de planejamento e replanejamento, no qual programas, projetos, metas e desempenhos podem ser revistos, atualizados e reprogramados anualmente, dentro da flexibilidade que caracteriza o processo de planejamento. Cenários prospectivos, com base em variáveis ou indicadores e índices pré-selecionados, no entanto, poderão ser elaborados no contexto do processo de planejamento.

Nesse sentido, os resultados que podem ser esperados com a execução do PDES-RO, são apenas prospecções, dadas por alguns indicadores, propostos a partir dos conceitos clássicos da Matriz Lógica de Projetos, que devem ser reajustados a cada ciclo anual ou quinquenal de planejamento.

Assim, na definição dos indicadores tomou-se o conceito de desempenho relacionado ao alcance das metas (% de cumprimento das metas), ou seja, busca-se aferir a eficiência na execução (exemplo: foram construídas 80% das escolas programadas). Os efeitos, relacionados à eficácia ou resultados a serem alcançados pelo plano, se vinculam ao cumprimento dos objetivos específicos do plano, para os quais (seguindo os preceitos da matriz lógica de projetos) devem ser formulados indicadores a eles vinculados. Por exemplo, para o objetivo específico 1 "Promover o ordenamento e a gestão ambiental do Estado com a implementação das diretrizes do ZSEE-RO de Rondônia e demais políticas públicas ambientais, programas e projetos de desenvolvimento de base territorial sustentável", espera-se, entre outros efeitos, que as Unidades de Conservação de Proteção Integral, com mecanismos de gestão implantados (desempenho) mantenham ou aumentem o nível de proteção da biodiversidade (desmatamento e queimadas zero).

Já os impactos, relacionados à eficácia, se vinculam ao objetivo geral almejado pelo plano, que reflete as mudanças desejadas na realidade do Estado, em termos de desenvolvimento econômico e social. Os impactos, portanto, podem ser avaliados a partir de indicadores/índices gerais de desenvolvimento, como PIB, IDH, Índice de Progresso Social (IPS), etc. A aferição dos impactos requer análises mais complexas, com a formulação de hipóteses sobre o alcance do conjunto da intervenção sobre a realidade inicialmente diagnosticada. Os indicadores funcionam tão somente como parâmetros, que devem ser contextualizados, em relatórios analíticos específicos que relacionem os resultados dos indicadores com o conjunto da intervenção. São estudos específicos para os quais devem ser elaborados Termos de Referência para análises periódicas (5, 10 e 15 anos), no contexto do Sistema de Acompanhamento e Avaliação, previsto no Modelo de Gestão.

Os resultados esperados, em termos de efeitos e impactos da execução do PDES-RO, assim como os níveis de desempenho (já contemplados nas Matrizes de Planejamento, ver Capítulo 4), foram construídos segundo metodologia dos Indicadores Objetivamente Verificáveis (IOV), propostos pelo Banco Mundial desde 1955. De forma a atualizar os conceitos foi consultada bibliografia específica mais recente[1].

Os sistemas de acompanhamento e avaliação utilizam indicadores ou índices como referências, como parâmetros a serem investigados no tempo (prazo de execução) e no espaço (local de execução). Um índice pode ser um indicador ou um conjunto de indicadores ponderados segundo uma fórmula matemática, como o IDH, IDEB, etc. Os indicadores utilizados foram descritos conforme: qualidade/unidade (o que se avalia e sua unidade de medida), a quantidade (meta quantitativa numérica a ser alcançada), temporalidade (tempo em que será alcançada – curto, médio e longo prazo) e espacialidade (onde será alcançada, Estado e Regiões de Planejamento).

No PDES-RO são utilizados índices/indicadores para acompanhamento e avaliação no decorrer de sua execução, tomando-se os conceitos: de eficiência (desempenho/% de cumprimento quantitativo da ação/meta – conforme o Capítulo 4); de eficácia (efeitos/resultados alcançados pela execução – alcance de objetivos) e de efetividade (impactos/mudanças efetivas na realidade diagnosticada, conforme o objetivo geral delineado).

[1] BANCO MUNDIAL, 2000; WORLD BANK, 2011; STEPHANOU, M. C. 2005; e MARTINS, H. F. 2007.

Os indicadores de desempenho ou de eficiência foram incluídos no detalhamento dos projetos (matriz de planejamento), pois no escopo do PDES-RO, as metas foram dimensionadas por projetos, conforme consta do Capítulo 5. O desempenho procura avaliar a eficiência na execução de ações e serviços. É limitado ao alcance da execução, sendo mais quantitativo, aferindo o "quanto" de uma meta foi alcançada. Os indicadores de efeitos e impactos são apresentados no presente capítulo. Vale observar que a construção das metas e dos indicadores foi submetida a oficinas e reuniões, junto aos órgãos e participantes do Estado de Rondônia.

Os indicadores de efeitos foram vinculados aos resultados esperados pelos programas, assim como os impactos se vinculam aos objetivos/diretrizes definidos no PDES-RO. Esta hierarquia, projetos, programas e objetivos/diretrizes, vinculados a desempenho (eficiência), efeitos (eficácia) e impactos (efetividade), respectivamente, segue também as orientações da construção de Matriz Lógica (Banco Mundial) para projetos, técnica muito em voga nos anos 1980 a 2000, mas ainda utilizados no planejamento. Desta forma, estes conceitos e técnicas de planejamento (que permitem o acompanhamento e avaliação de projetos) foram adaptados às condições de um Plano de grande amplitude, como o PDES-RO. A sua utilização é uma ferramenta decisiva no processo de gestão do Plano, conforme o fluxograma de planejamento/replanejamento (ciclo de projeto) do Modelo de Gestão.

9.2. Matriz de Resultados Esperados e Indicadores de Efeitos

A seguir são apresentados nos Quadros 25 a 27 uma proposição de indicadores de efeitos e resultados esperados. No âmbito do Sistema de Acompanhamento e Avaliação (Modelo de Gestão), deverão ser validados ou pactuados os indicadores propostos ou proceder-se à formulação de outros indicadores, conforme metodologia participativa a ser desenvolvida no âmbito do Modelo de Gestão. Preliminarmente propõe-se percentuais de avanço (50%, 75% e 100%, para 5, 10 e 15 anos, respectivamente), pois, os indicadores devem alcançar 100% de realização ao fim dos 15 anos de execução do plano, quando se espera que os objetivos específicos previstos sejam plenamente alcançados.

A pactuação efetiva dos valores para os indicadores de efeitos deverá ser definida a partir do funcionamento do Sistema de Gestão, no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento.

Quadro 25 - Matriz Resultados Esperados e Indicadores de Efeitos. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental.

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
1. Promover o ordenamento e a gestão ambiental do Estado com a implementação das diretrizes do ZSEE de Rondônia e demais políticas públicas ambientais, programas e projetos de desenvolvimento de base territorial sustentável.	Programa ZSEE-RO	Diretrizes de uso e ocupação implementadas em todas as zonas e subzonas do ZSEE-RO, com todas as unidades protegidas sob sistemas de gestão ambiental e as atividades produtivas desenvolvidas sob as diretrizes definidas em todo o Estado.	% da área do Estado sob florestas naturais originárias ou regeneradas.
			% de área do Estado sob florestas em Plano de Manejo de UC ou PMFS.
			% da área do Estado sob florestas plantadas.
			% de área do Estado sob áreas de produção agropecuária.
			% de área do Estado sob outros usos.
	Programa Desenvolvimento Territorial	Ações de desenvolvimento social, sustentabilidade da produção, saúde, saneamento, educação, cultura, infraestrutura e ações fundiárias em execução e articuladas com participação social e integração entre governo federal, estados e municípios.	Incremento da renda média nos municípios dos Territórios da Cidadania.
			Índice de Gini nos municípios dos territórios da Cidadania.
			Incremento no valor da produção agrícola.
			Incremento no valor da produção pecuária.
	Programa de Gestão Ambiental	Recursos naturais do Estado protegidos com uso sustentável do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização no uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, controle das atividades poluidoras e potencialmente poluidoras; recuperação de áreas degradadas e educação ambiental em todos os níveis de ensino e na comunidade implantados.	Incremento no valor da produção dos produtos florestais não madeireiros nas UC de Uso Sustentável.
			Incremento no valor da produção madeireira nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
			Unidades de Conservação com estruturas de gestão.
			Municípios operando sistemas de gestão ambiental, com controle, fiscalização e licenciamento implementados em todas as áreas e atividades produtivas potencialmente poluidoras.
	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	Municípios da faixa de fronteira alcançam dinamismo econômico com inclusão social, adequação das atividades produtivas as diretrizes do ZSEE-RO e integração socioeconômica ao Estado.	Incremento da população nos municípios da faixa de fronteira.
			Incremento da renda média nos municípios da faixa de fronteira.
			Índice de Gini nos municípios da faixa de fronteira.
			Incremento no número de empresas (CNAE) nos municípios da faixa de fronteira.
			Incremento no número de pessoal ocupado nas empresas (CNAE) nos municípios de fronteira.
			Incremento na arrecadação municipal nos municípios da faixa de fronteira.

Quadro 26 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz II. Bem-Estar Social.

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
3. Fomentar a inclusão social e o enfrentamento da pobreza em consonância com as políticas públicas federais e estaduais de desenvolvimento social inclusivo.	Programa Enfrentamento à Pobreza	Erradicação da miséria e redução da pobreza com alta predominância de famílias nas classes A, B e C.	% de famílias na classe A de nível de renda (IBGE).
			% de famílias na classe B de nível de renda (IBGE).
			% de famílias na classe C de nível de renda (IBGE).
			% de famílias na classe D de nível de renda (IBGE).
			% de famílias na classe E de nível de renda (IBGE).
2. Promover o desenvolvimento da infraestrutura social básica, criando condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos, como educação, saúde, saneamento, esporte e segurança no âmbito do Estado.	Programa Saúde	População de Rondônia com acesso integral aos serviços de saúde, com qualidade e de forma oportuna.	Taxa de mortalidade infantil.
			Esperança de vida.
			Morbidade Hospitalar/SUS/Local de Internação.
	Programa Habitação	Condições de moradia digna para todos os cidadãos rondonienses asseguradas.	Déficit habitacional total.
			Déficit habitacional habitação precária.
			Déficit habitacional Coabitação. Familiar.
			Déficit habitacional Ônus excessivo aluguel.
			Déficit habitacional Adensamento excessivo.
	Programa Saneamento	Serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e sistemas de drenagem pluvial plenamente implantados no Estado de Rondônia.	Redução de casos notificados de doenças de veiculação hídrica e outros vetores vinculados à falta de saneamento público.
	Programa Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública plenamente instituído no Estado com redução em todos os índices de criminalidade.	Redução o número de homicídios dolosos por cem mil.
			Redução das ocorrências de crimes e violações aos direitos humanos no Sistema Socioeducativo do Estado.
			Ampliação da reinserção social da população carcerária e dos adolescentes em conflito com a lei.
			Redução da participação de adolescentes na prática de atos infracionais.
			Redução na Taxa de vitimização.
			Redução na Taxa de subnotificação.
			Aumento no Índice de confiança da população na Polícia Militar.
			Aumento no Índice de confiança da população na Polícia Civil.

Quadro 26 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz II. Bem-Estar Social (continuação).

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
2. Promover o desenvolvimento da infraestrutura social básica, criando condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos, como educação, saúde, saneamento, esporte e segurança no âmbito do Estado (continuação)	Programa de Esporte	Acesso garantido à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.	Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica.
			Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte.
4. Promover, conforme o perfil produtivo das regiões de planejamento, a expansão da rede de ensino profissional e tecnológico, orientando a oferta de cursos em sintonia com o sistema produtivo e, em particular, com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, fortalecendo programas de pós-graduação, da rede de ensino e pesquisa, visando o desenvolvimento de sistemas locais de inovação.	Programa Educação	Assegurado o direito de todos os cidadãos rondonienses à educação básica, fundamental e superior de qualidade, com a universalização da alfabetização, a ampliação da escolaridade e acesso às diversas oportunidades educacionais.	Taxa de analfabetismo dos maiores de 15 anos.
			IDEB Ensino Fundamental. Ciclo Inicial.
			IDEB Ensino Fundamental. Ciclo Final.
			IDEB Ensino Médio.
			Conceito ENAD/IGC UNIR.
			Conceito ENAD/IGC IFRO.
			% concluintes em cursos técnicos/nível médio adequados ao desenvolvimento regional (por RP).
			% concluintes em cursos técnicos/nível superior adequados ao desenvolvimento regional (por RP).

Quadro 27 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz III. Competitividade Sustentável.

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
7. Estruturar programas e redes de APL para o fortalecimento e o adensamento de cadeias produtivas nas regiões estaduais selecionadas.	Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado	Principais setores produtivos eleitos estruturados em APL, com aumento da capacidade competitiva das pequenas empresas e produtores, por meio do desenvolvimento tecnológico e inovação, operando em uma ótica de cooperação e acessando mercados nacionais e internacionais.	Número de setores produtivos estruturados em Programas de APL.
			Valor total da produção comercializada dos produtos dos setores produtivos estruturados em Programas de APL.
			Número de produtores organizados nos setores produtivos estruturados em Programas de APL.
			Produtividade dos produtos dos setores produtivos estruturados em Programas de APL.
10. Fomentar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias de produção e gestão com foco na Agricultura Familiar.	Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar	Ver resultados e indicadores para o Programa Desenvolvimento Territorial.	
	Programa de Apoio à Aquicultura	Setor da piscicultura estruturado com ampliação no número de produtores, produção, comercialização e renda.	Incremento de lâmina de água de tanques de piscicultura.
			Incremento de número de produtores de piscicultura.
			Incremento na produção de pescado oriundo da piscicultura.
			Incremento no valor da produção de pescado oriundo da piscicultura.
			Produtividade alcançada.
			Incremento na renda dos produtores.
			Incremento no pescado comercializado in natura.
			Incremento de pescado processado industrialmente.
	Programa de Desenvolvimento da Lavoura de Cafeeira	Estabilidade na lavoura cafeeira com incrementos na produção, valor e produtividade.	Incremento na produção de café.
			Incremento no valor da produção do café.
			Incremento na produtividade.
	Programa de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira	Estabilidade na lavoura cacaueira com incrementos na produção, valor e produtividade.	% de incremento na renda média dos produtores.
			% de incremento na produção de cacau.
			% de incremento no valor da produção de cacau.
			Produtividade alcançada.
8. Promover o adensamento e o enraizamento de empreendimentos agropecuários, industriais e agroindustriais, articulando-os às economias de base local.	Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte	Melhorias nos processos produtivos da bovinocultura de corte com valores nos indicadores que demonstrem alta competitividade do setor.	Incremento na renda média dos produtores.
			Taxa de Mortalidade.
			Taxa de lotação de pastagens.
			Intervalo entre partos.
			Produtividade de carne.
			Idade média de abate.
			Rendimento de Carcaça.
			Taxa de desfrute.

Quadro 27 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz III. Competitividade Sustentável (continuação).

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
8. Promover o adensamento e o enraizamento de empreendimentos agropecuários, industriais e agroindustriais, articulando-os às economias de base local (continuação).	Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite	Melhorias nos processos produtivos da bovinocultura de leite com valores nos indicadores que demonstrem competitividade média do setor com relação aos parâmetros nacionais.	Rebanho especializado (raça/mestiçagem) em leite.
			Número de produtores especializados em leite.
			Produtividade de leite/hectare.
			Produtividade de leite/cabeça.
			Renda média do produtor de leite.
	Programa de Reorganização e Consolidação da Lavoura de Soja	Melhorias nos processos produtivos da lavoura de soja com valores nos indicadores que demonstrem alta competitividade do setor.	Incremento na produção de soja.
			Incremento no valor da produção de soja.
			Incremento na produtividade.
			Produtividade alcançada.
			Incremento de crédito de financiamento à lavoura de soja.
	Programa de Desenvolvimento da Indústria	Setor industrial de Rondônia com maior representatividade no PIB estadual, gerando postos de trabalho.	Incremento do Valor Adicionado da indústria no PIB estadual.
			Número de estabelecimentos industriais do Estado.
			Número de empregados nos estabelecimentos industriais.
			Número de projetos industriais em incubadoras.
			Incremento de valor de financiamento concedido à indústria.
	Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral	Setor mineral de Rondônia com maior representatividade no PIB estadual, gerando postos de trabalho.	Incremento do Valor Adicionado da indústria mineral.
			Incremento do valor das exportações da produção mineral.
			Incremento na arrecadação da CFEM.
			Variação % do consumo de energia elétrica pela indústria mineral.
			Incremento de crédito de financiamento para novas indústrias e expansão de produção.

Quadro 27 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz III. Competitividade Sustentável (continuação).

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
6. Promover a valorização da diversidade territorial e do meio ambiente como ativo para o desenvolvimento territorial, a partir da identificação e exploração das oportunidades e potencialidades locais e regionais, com respeito às diferenças históricas e estruturais das regiões do Estado, incorporando os princípios da sustentabilidade ambiental e da economia verde. 9. Criar mecanismos efetivos de estímulo à inovação e de atração e promoção de empresas inovadoras, principalmente no âmbito do uso sustentável da sociobiodiversidade. (alimentos, energéticos, fármacos e cosméticos). 11. Aumentar a eficiência dos centros urbanos por meio de programas e projetos que os tornem mais competitivos, com o incentivo à estruturação de novas atividades e aumento da capacidade de atrair investimentos.	Programa de Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono	Agropecuária de baixa emissão de carbono instituída com um número significativo de produtores certificados.	Redução na emissão de GEE em RO.
			Redução nos custos de produção da agropecuária.
			Aumento no valor da produção comercializada de produtos certificados.
			Número de Produtores certificados.
	Programa Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro	Setor madeireiro ordenado com a totalidade da produção em sistemas de manejo sustentáveis.	Incremento em florestas plantadas.
			Incremento de área em exploração sob PMFS.
			Incremento na produção de madeira em tora.
			Incremento no valor das exportações de produtos madeireiros.
	Programa de Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade	Setor de produção de produtos da sociobiodiversidade estruturado em sistemas de manejo sustentáveis, gerando ocupação e renda aos produtores.	Incremento na produção extrativista.
			Incremento no valor da produção extrativista.
			Incremento no valor das exportações da produção extrativista.
			Incremento na renda média dos produtores.
			Incremento de crédito de financiamento.
	Programa de Promoção do Turismo	Setor turístico estruturado e dinâmico.	Incremento no número de turistas.
			Incremento de UH de meios de hospedagem.
			Incremento de crédito de financiamento para meios de hospedagem.
	Programa de Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa Programa de Promoção da Cultura	Setor da economia criativa estruturado em empresas com geração de emprego e renda.	Incremento no número de unidades empresariais no setor da economia criativa.
			Incremento no número de empregados no setor da economia criativa.
			Incremento na renda média das unidades empresariais no setor da economia criativa.
			Incremento de crédito de financiamento para instalação e expansão da produção.

Quadro 27 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz III. Competitividade Sustentável (continuação).

Objetivos Específicos do PDES-RO	Programas Relacionados	Resultados Esperados	Indicadores de Efeitos Propostos (eficácia)
5. Fortalecer e consolidar os corredores logísticos estaduais que constituem eixos de desenvolvimento e integração dinâmicos no âmbito internacional, nacional, regional e entre as regiões do Estado.	Plano Estratégico de Logística e Transporte para o Estado de Rondônia Plano Diretor Rodoviário do Estado de Rondônia Plano Diretor Aeroviário do Estado de Rondônia Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia	Estado de Rondônia dotado de infraestrutura logística de transporte nas diferentes modais, articulado com os eixos nacionais e internacionais.	Extensão de estradas federais asfaltadas.
			Extensão de estradas estaduais asfaltadas.
			Extensão de estradas municipais asfaltadas.
			Pontes federais construídas.
			Pontes estaduais construídas.
			Pontes municipais construídas.
			Número de aeroportos regionais em operação.
			Número de aeroportos locais em operação.
			Extensão de hidrovias plenamente navegáveis.
	Programas de Curto Prazo em Logística		Número de portos.
			Número de estações de embarque.
			% custo de logística agregado ao produto final transportado.

9.3. Impactos Esperados

Indicadores de impactos, conforme conceitos da Matriz Lógica (STEPHANOU, M. C, 2005), se remetem ao avanço e ao cumprimento dos objetivos (gerais) de um projeto, que requer tempo de maturação para apresentar resultados. A avaliação propriamente dita possui metodologia própria e pode ser realizada durante e após a execução do projeto. Na amplitude de um plano de desenvolvimento regional a avaliação de impactos assume grande complexidade, dada a quantidade de fatores e variáveis envolvidos, considerando que estão equacionadas, simultaneamente, todas as dimensões do desenvolvimento: social, econômica e ambiental.

O processo de avaliação, reavaliação, programação e reprogramação do PDES-RO é objeto específico de seu Sistema de Gestão, a ser desenvolvido a partir do Modelo de Gestão proposto (ver Capítulo 5). No entanto, aqui são propostos alguns indicadores que deverão ser considerados, no sentido da compreensão dos rumos do desenvolvimento sustentável do Estado, de maneira ampla, devendo sua interpretação ser auxiliada por estudos específicos que identifiquem a efetividade dos programas e projetos em execução pelo PDES-RO.

Um indicador é um construto. No dicionário Houaiss, construto é uma "construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples para ser parte de uma teoria." Essa definição sugere, portanto, que um indicador, como construto no sentido científico, necessita de uma definição clara e também ser empiricamente verificável para ter sua validade. Um indicador é um artifício para representar um recorte da realidade complexa, para dar visibilidade a um ou mais de seus aspectos observados – forma de abordar uma realidade complexa e se contrapor ao que diz Martin Heidegger "Palavra é conflito". Assim, um indicador tem por finalidade não apenas mensurar, por exemplo, a qualidade de vida, mas também para poder qualificá-la, como são o IDH, IPS e outros aqui sugeridos.

Os indicadores de impactos sugeridos para o PDES-RO buscam sinalizar eventuais ganhos socioambientais e econômicos desejáveis e que indiquem, quantitativa e qualitativamente, melhorias das condições de vida do povo rondoniense e também a sua contribuição para o desenvolvimento do país. Espera-se, neste sentido, que com a implementação do Plano sejam alcançados resultados socioambientais e econômicos mais robustos, apesar das variações e flutuações do ambiente macroeconômico nacional e internacional marcado por grandes incertezas – uma característica do capitalismo, no qual crises econômicas são cíclicas e recorrentes e processos inerentes à evolução do sistema e ao seu funcionamento.

Os indicadores gerais sugeridos estão voltados para avaliar aspectos referentes ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Do ponto de vista do crescimento econômico (expansão das atividades econômicas e geração de riqueza), o indicador clássico é o PIB, o PIB *per capita* e a participação do PIB estadual no PIB nacional – indicadores que, isoladamente, não permitem avaliar o desenvolvimento socioeconômico de modo mais abrangente. Desse modo, uma avaliação mais geral requer considerar outros indicadores, a exemplo do IDH, IPS, Índice de Gini, IPS e índice de emprego. O IDH considera fatores como a evolução da renda, educação e longevidade; o IPS agrega 43 indicadores socioambientais; o Índice de Gini mede o grau de concentração ou desconcentração da renda e o índice de emprego, elaborado pelo IBGE, a evolução do nível de emprego no País.

Em seu conjunto, estes indicadores fornecem expectativas a respeito do crescimento da riqueza, sua distribuição entre a população, a qualidade ambiental e de vida e o desenvolvimento humano - fatores estes relacionados aos objetivos do PDES-RO.

Portanto, os indicadores de impacto como os mencionados fazem sentido tanto para se ter uma noção da situação socioeconômica e socioambiental atual, como para compreender o quanto a realidade terá mudado no futuro. A avaliação (enquanto momento do ciclo de gestão do plano) é o exercício (teórico e metodológico) de identificar em que medida a execução do plano contribuiu para os valores alcançados pelos indicadores. É uma análise avaliativa a ser construída no contexto do processo de gestão, inclusive com metodologia participativa - conselhos (Modelo de Gestão).

No entanto, a definição *a priori* dos indicadores (em sua totalidade: desempenho/metas, efeitos e impactos) permite o seu monitoramento desde o inicio da execução, fixando um marco zero do plano, constituído pelo conjunto de todos os indicadores definidos e valorados. A pactuação de todos os indicadores entre os atores governamentais e não governamentais de áreas e setores decisivos na sociedade e na economia local (conselhos), vai além de um pacto de metas, para se constituir em um pacto pelo desenvolvimento, que define resultados e transformações a serem alcançados (impactos) no território estadual.

Os indicadores mencionados são úteis para avaliar e mensurar situações altamente complexas. No entanto, mesmo com a utilização de índices que abrangem um complexo de indicadores, resta a difícil questão de como estabelecer hipóteses para o comportamento futuro de tais parâmetros. Reconhece-se, assim, a grande dificuldade de realizar qualquer projeção de impactos ou resultados para um horizonte de 15 anos, bem como a validade do uso de recursos e instrumentais analíticos. No entanto, conforme TOFLER, A. (1990): "*apesar de tudo, à medida em que avançamos para a terra desconhecida do amanhã, é melhor ter um mapa geral e incompleto, sujeito a revisões, do que não ter mapa nenhum".*

Assim, o primeiro momento da avaliação deve buscar construir, sob metodologia participativa, um painel de indicadores de efeitos e impactos, assim como as condições para o seu monitoramento (processos, fontes, sistemas de alimentação, etc.). A partir dos indicadores é possível formular hipóteses distintas, por meio de cenários. Alcançar um "cenário desejável" significa controlar variáveis, particularmente as variáveis que–intervêm na realidade socioeconômica, a partir da execução de programas, projetos e ações.

Desta forma, o Quadro 28 apresenta apenas um "mapa geral e incompleto, sujeito a revisões". Aproximações (cenários) no desenho deste mapa e suas revisões devem ser operadas no contexto do Sistema de Gestão a ser desenvolvido e implementado a partir do Modelo de Gestão proposto. Neste contexto, o "cenário desejável" se coloca como o referencial (ainda que geral e incompleto) a ser perseguido por todo o processo de execução do plano. Este cenário deve ser construído e pactuado entre os atores/protagonistas do plano. Os cenários se constituem, assim, em um conjunto de expectativas sobre o resultado a ser alcançado pelos indicadores/índices selecionados.

Na construção de cenários deve-se tomar o resultado alcançado pelos indicadores no passado recente de uma série histórica de, por exemplo, 10 anos. Este artifício permite trabalhar com tendências.

A partir de uma análise da evolução real dos indicadores no passado recente (indicando tendências), dos elementos conjunturais atuais e das condições reais da intervenção proposta pelo Plano, pode-se formular prognósticos. Na construção de cenários prospectivos recomenda-se a utilização de metodologia desenvolvida por GODET, M. (2007), pela qual, a partir da seleção de indicadores decisivos (eleitos pelos atores), realizam-se análises de motricidade e interdependência, na configuração de cenários.

Quadro 28 - Indicadores de Impactos Selecionados. Valores e Variações.

Indicadores	Anos de Referência e Valores				Variação	Fontes	Valores a serem pactuados para o Cenário Desejável com o PDES-RO		
	Ano	Valor	Ano	Valor			Curto Prazo (5 anos)	Médio Prazo (10anos)	Longo Prazo (15 anos)
PIB Brasil (mil reais)	2001	2.856.884.254,00	2.011	4.143.013.337,00	45,02	IBGE			
PIB Rondônia (mil reais)	2001	14.368.083,00	2.011	27.839.144,00	93,76	IBGE			
PIB *per capita* Brasil (reais)	2001	7.678,10	2.011	21.718,93	182,87	IBGE			
PIB *per capita* Rondônia (reais)	2001	4.753,11	2.011	17.898,08	276,56	IBGE			
% PIB RO/PIB Brasil	2001	0,50	2.011	0,67	0,17	IBGE			
IDH Brasil	2000	0,61	2.010	0,73	0,12	PNUD			
IDH RO	2000	0,54	2.010	0,69	0,15	PNUD			
Diferença IDH Brasil-Rondônia	2000	0,08	2.010	0,04	0,04	PNUD			
Índice de Gini Brasil	2000	0,64	2.010	0,60	0,04	PNUD			
Índice de Gini RO	2000	0,60	2.010	0,56	0,04	PNUD			
Diferença Gini Brasil-Rondônia	2000	0,04	2.010	0,04	0	PNUD			
Taxa de Desocupação Brasil	2000	13,82	2.010	7,29	6,53	PNUD			
Taxa de Desocupação RO	2000	9,26	2.010	5,19	4,07	PNUD			
Diferença TD Brasil-Rondônia	2000	4,56	2.010	2,10	2,46	PNUD			
IPS Brasil	2014	67,73	-	-	-	IHMA			
IPS RO	2014	59,21	-	-	-	IHMA			
Diferença IPS Brasil-Rondônia	2014	8,52	-	-	-	IHMA			

Nota:1: PIB 2001 corrigido pelo IGP-M de dezembro de 2011. Taxa de desocupação de maiores de 18 anos.2. A pactuação dos valores para os indicadores de impactos deverá ser definida a partir do funcionamento do Sistema de Gestão, no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento.

9.4. Breve referencial para uma análise dos possíveis impactos do PDES-RO

Pelo Quadro 28, todos os indicadores são favoráveis em Rondônia, no período considerado. Em todos os casos, Rondônia apresenta melhor desempenho que o quadro nacional. Ou seja, em termos tendenciais, mantidos os avanços verificados (e suas taxas de avanço) o estado de Rondônia deve conquistar melhores posições nos próximos 15 anos. Há de se esperar que com a implementação do PDES-RO estas tendências sejam potencializadas, provocando uma aceleração no crescimento econômico e na melhoria das condições sociais, ambientais e de qualidade de vida.

Falar de impactos futuros de um plano, programas ou projetos é sempre especular sobre a possibilidade de ocorrerem, ou não, situações diversas das atuais. Assim, as considerações que se seguem visam registrar uma perspectiva atual sobre as possibilidades de impactos do PDES-RO. Essas considerações poderão ser utilizadas em próximas avaliações de impactos, servido de referencia sobre as condições socioeconômicas no momento zero do PDES-RO (ano base, 2015).

As técnicas de construção de cenários são várias, mas em qualquer modelo parte-se sempre de hipóteses assumidas a partir da análise de determinada realidade, no caso, o território do estado de Rondônia. Os referenciais para a construção das hipóteses são os gargalos e oportunidades identificados no diagnóstico e suas recomendações, as quais são vistas tanto sob a perspectiva do ambiente interno ao Estado (fatores endógenos), como do ambiente externo ao objeto, quais sejam, no contexto do País, da Região Amazônica e da economia mundial. É nesse sentido que os indicadores sugeridos se justificam, ou seja, no contexto da realidade atual e das perspectivas de impactos positivos no território rondoniense em suas várias facetas econômicas, sociais, ambientais e institucionais.

Os fatores que teoricamente podem alavancar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável de Rondônia são de duas ordens: os investimentos públicos do Estado e dos capitais privados que levam a mudanças estruturais da economia e da sociedade local e os investimentos realizados pelo setor público federal, pelo setor privado e instituições externas ao Estado. Os tipos de investimentos que podem causar mudanças estruturais, em geral são aqueles em infraestrutura física, a exemplo dos investimentos em transportes e logística; em infraestrutura de comunicação; infraestruturas para o desenvolvimento industrial; em ampliação da base produtiva e em infraestruturas urbanas, principalmente daquelas voltadas para a melhoria das condições de produção física. São assim, investimentos que formam e ampliam o capital fixo e a melhoria das condições de acumulação do capital e do crescimento do PIB.

Todavia, há outros tipos de investimentos que embora não sejam em infraestrutura como os mencionados, podem ao longo do tempo modificar o ambiente socioeconômico e socioambiental interno. Também fortalecem as condições de acumulação do capital e a melhoria das condições de vida - como é o caso dos investimentos em educação, ciência e tecnologia e outros (jurídico-institucionais). São investimentos e fatores que criam ambientes favoráveis à aceleração do processo de acumulação do capital por melhorarem a competitividade da estrutura produtiva local e também sua ampliação - via reinvestimentos e atração de novos empreendimentos. Esses tipos de investimentos têm-se tornado cada vez mais relevantes pelo fato de o setor de serviços ser tão estratégico quanto o industrial na sociedade moderna, mesmo porque o primeiro tem peso maior em termos do PIB e na geração de empregos.

Dos investimentos estruturantes que favorecem e impulsionam a economia regional, para o caso rondoniense, destacam-se os promovidos pelo PAC I e PAC II - os em infraestrutura de energia; logística e transporte, notadamente no sistema rodoviário, hidroviário e aeroviário. Somam-se a esses os investimentos em logística e transporte efetuados pelo governo estadual. Conforme o Diagnóstico – Produto 2, verificou-se que a grande parte dos investimentos do PAC I e PAC II foram destinados ao setor de produção de energia elétrica e muito pouco em rede de distribuição no próprio Estado de Rondônia, e da mesma maneira, em logística e transporte. No PDES-RO há proposição de se elaborar e implementar um programa de desenvolvimento para o setor de transporte e logística, para otimizar e aproveitar as oportunidades que surgirão para o desenvolvimento de Rondônia, a partir da sincronização dos investimentos federais atuais e futuros em hidrovias, rodovias, aeroportos e ferrovia.

O aspecto jurídico-institucional se refere não apenas ao arcabouço legal do próprio Estado, mas também ao que regula o ambiente nacional e internacional, pois a segurança jurídica tem se tornado aspecto crucial para atrair investimentos para as diferentes regiões e nações no mundo globalizado.

Como visto, no PDES-RO, busca-se não apenas o crescimento do PIB ou do PIB *per capita*, mas também a melhoria das condições de reprodução da vida – consubstanciados nos projetos que promovem a melhoria das condições socioambientais que levam à melhor qualidade de vida, a exemplo daqueles que visam a melhoria da produção familiar e do extrativismo não madeireiro.

Há que se atentar para setores produtivos como o da agricultura familiar, que responde pela maior parte dos produtos agropecuários voltados ao consumo das famílias, embora não tenha grande peso econômico no PIB estadual. As atividades voltadas para o mercado nacional e internacional têm esse peso, como a pecuária bovina de corte, extrativa madeireira, mineração e agricultura mais especializada, como a da soja e milho, setores cuja produção está inserida mais fortemente nas cadeias produtivas mais longas existentes fora do Estado.

Assim, muitos dos projetos propostos para a agricultura familiar têm por objetivo perenizar receitas de sua reprodução; melhorar as condições de aumento da agregação de valor de seus produtos; aumento de sua produtividade e competitividade local; além de melhoria do atendimento de saúde; redução do o êxodo rural-urbano, entre outros - ou seja, pequenas mudanças das condições de reprodução da vida de sua qualidade. São projetos que têm por objetivo produzir, prioritariamente, efeito distributivo da renda que propriamente o aumento do PIB.

Por outro lado, os programas que visam aumentar o PIB são aqueles que promovem mudanças em maior escala e que levam a mudanças estruturais das condições de produção; ou seja, são investimentos e ações que fomentam o desenvolvimento de fatores produtivos existentes, notadamente de atividades econômicas que, em geral, estão voltadas para atender a demanda interna e externa.

Há também os programas que promovem, indiretamente, melhoria do desempenho da produção social, que são grupos de investimentos direcionados, por exemplo, ao desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias pela base produtiva. Incluem também investimentos no sistema educacional e em capacitação técnica; investimentos no sistema de saúde; investimentos em modernização administrativa; investimentos em cultura e lazer (economia criativa) que resultam em melhoria da qualidade de vida. Além desses, investimentos em adequação do aparato jurídico-institucional que criem condições mais propícias para melhorar o ambiente de novos investimentos, a exemplo de normas que regulem e facilitem as condições para a concessão de crédito a empreendedores; medidas legais que aumentam a segurança jurídica e que colaboram para atrair novos investimentos; investimentos em regularização fundiária e reforma agrária, um dos aspectos cruciais que inibem avanços do extrativismo vegetal madeireiro e não madeireiro, em sistemas agroflorestais e da sociobiodiversidade.

Assim, os fatores de crescimento endógeno (ou setores e atividades) relevantes para o crescimento do PIB, no curto, médio e longo prazo, são:

- Agronegócio: agropecuária de corte, agropecuária de leite, produção de soja, milho, café e mandioca, extração madeireira e aquicultura;
- Agroindústria: frigoríficos de bovinos, derivados de leite, industrialização do peixe da piscicultura, processamento de frutas e de produtos da sociobiodiversidade;
- Indústria: moveleira, tratores e implementos agrícolas, e, serviços técnicos e de engenharia mecânica e elétrica voltados ao setor de máquinas e implementos agrícolas (este último grupo, principalmente em Ariquemes e Vilhena), biocombustíveis (soja e milho) e derivados de soja e milho (óleo de soja e de milho, farelo de soja, farinha de milho), para consumo humano e, principalmente, para ração animal;
- Mineração: cassiterita e minérios e terras raras (grupo de 17 elementos químicos usados na indústria microeletrônica - por exemplo, em telas de televisores, monitores, baterias, telefones celulares, *tablets),* granito e areia;

- Exportação: carne bovina e derivados (embutidos e couro), minérios (cassiterita) e derivados, produtos de madeira, mas com maior agregação de valor;
- Comércio: comércio atacadista nas regiões do agronegócio moderno (voltados a bovinocultura de corte e pecuária leiteira de alto rendimento), e, comércio varejista nas cidades polos e nas com forte base agropecuária e agroindustrial;
- Serviços: técnicos especializados nos municípios com mais de 50 mil habitantes e com base de agronegócio forte; serviços especializados às empresas, principalmente nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e seu entorno com base produtiva mais capitalizada;
- Serviços técnicos especializados de manutenção e da produção de equipamentos de navegação fluvial em Porto Velho (reparos e manutenção de barcaças e barcos; fabricação de barcaças e equipamentos para instalações portuárias, retroportuárias e de sinalização de hidrovias);
- Economia criativa – segmento que mescla atividades de produção e serviços, artesanato, moda, *design*, cultura, gastronomia, turismo e outros.

Embora sejam diversos os setores econômicos, a hipótese mais plausível é de que os carros chefes, pelo menos nos próximos 10 anos, continuarão sendo os atuais:

- A bovinocultura de corte, que representa um dos maiores potenciais de contribuição ao crescimento do PIB estadual, atividade movida pelo crescimento da demanda nacional e internacional, mas que deverá superar os limites críticos atuais em que a capacidade média de carga dos pastos está saturada, devendo, portanto, promover meios e ações que elevem o índice de desfrute, via melhoramento genético, melhoria e recuperação de pastos, e aumento da adoção de métodos de criação semi-intensiva e incentivo à técnica de silagem;
- A produção e exportação de minerais (cassiterita e outros), devido ao crescimento principalmente da demanda internacional e, em menor grau, da nacional, mas que deve superar restrições como deficiências da rede de distribuição de energia elétrica, melhor mapeamento de jazidas minerais, dimensionamento de seu potencial e melhoria das condições logísticas e de transporte;
- O setor de produção de soja e milho, diante da expectativa de crescimento da agroindustrialização, para a produção de rações;
- O setor de máquinas e equipamentos agrícolas e serviços técnicos especializados associado aos setores de agroindústria e exploração madeireira;
- O setor de industrialização da madeira para exportação, que poderá avançar na diversificação de produtos e agregar maior valor à madeira; observa-se que haverá ampliação de áreas com licença de manejo florestal (há cerca de 15 mil pedidos de licença de manejo florestal junto à SEDAM), que poderá aumentar significativamente a oferta e madeira em tora e da produção de produtos madeireiros e em menor grau a indústria moveleira, principalmente por ser formada por micro e pequenas empresas e pouco capitalizadas, que têm baixa competitividade no mercado nacional

Dentre os novos segmentos com grande potencial se destacam:

- A sociobiodiversidade tem grande potencial, mas dependerá de investimentos significativos para a sua estruturação, para que se supere o extrativismo nos moldes atuais e se transforme num setor com características modernas, ou seja, com suporte de infraestrutura de pesquisa e incorporação de novas tecnologias, desde o processo de extração vegetal, até a industrialização dos produtos;
- Biocombustíveis, que além da cana-de-açúcar e milho, poderá explorar, com bases em tecnologias de terceira geração, a celulose;
- Economia criativa - grande parte dos empregos atuais são internos às empresas com atividades industriais e prestação de serviços. Trata-se, aqui, como hipótese, de ampliação de atividades e empregos nas áreas artísticas e culturais, produção de artesanato e semi-artesanal, além de confecção/moda – em geral produção de micro e pequenas empresas;

- Turismo – atividade ainda incipiente no Estado, mas que depende de uma mudança radical na postura e tratamento dada pelo governo, que não tem destinado recursos para apoiar o desenvolvimento da atividade; o potencial de mercado está restrito ao turismo regional, principalmente no de eventos, de compras, de saúde, de educação e lazer, concentrado nos municípios maiores; o desenvolvimento do turismo ecológico e de nicho dependerá de investimentos diversos, como para a elaboração de um plano diretor de turismo estadual e apoio aos municípios para a elaboração dos respectivos planos diretores municipais de turismo, visando ter acesso aos recursos de instituições como da EMBRATUR.

Na área urbana, as micro e pequenas indústrias de produção de bens não duráveis e semi-duráveis de consumo dependem do crescimento populacional e do aumento da massa de salários, dois fatores que nos próximos cinco anos não parecem ter condições de mudar o padrão atual em Rondônia ou se diferenciar em muito em relação aos dias atuais, diante das perspectivas de baixo crescimento do PIB nacional e mesmo de Rondônia. Para que as micro e pequenas empresas passem a ter um papel mais relevante será necessário aumentar fortemente as condições de seu crescimento, via ampliação do crédito, oferta de facilidades para que as mesmas incorporem tecnologia e práticas modernas de gestão de negócios e empreendedorismo. Tais mudanças são condições *sinequa non* para que aumentem a sua competitividade para além dos limites egionais.

Quanto ao ambiente econômico futuro para o Brasil e para Rondônia, as expectativas de crescimento econômico, pelo menos até o ano 2020, não parecem ser promissoras. O modelo nacional de desenvolvimento, nos últimos dez anos ou pouco mais, esteve centrado na ampliação do consumo, apoiado no aumento do crédito às famílias a juros reais historicamente menores do que os praticados em épocas anteriores. Colaboram também para o crescimento econômico os programas de investimentos do PAC I e PAC II em infraestrutura e habitação e os superávits do setor externo favorecido pela ascensão dos preços das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional – preços alavancados pela demanda chinesa. Com a mudança das condições econômicas internacionais após a crise global, o potencial de expansão do PIB brasileiro ficou reduzido e em xeque, assim como o modelo de crescimento baseado no consumo das famílias.

Há de se observar que com relação ao crescimento da base do consumo em Rondônia, pouco será acrescentado pelo crescimento populacional. A população do Estado de Rondônia não deverá crescer significativamente nos próximos 15 anos e no ritmo verificado nos últimos dez anos, conforme projeções do IBGE (IBGE/Projeções, 2012). Constata-se, também, que as projeções populacionais para 2030 indicam que a população brasileira poderá atingir 223,3 milhões de pessoas e a de Rondônia cerca de 2 milhões. Em termos absolutos, o país terá acrescido 18,7 milhões de habitantes (9,1%) e Rondônia 230 mil habitantes, aproximadamente (13%) em 15 anos.

Rondônia, por ter uma população mais jovem do que a média nacional, deverá realizar esforços maiores do que a média de outros estados em educação básica e em saúde, tanto para suprir a as deficiências atuais, como para atender a população futura. Vale notar que o processo de migração rural-urbana deverá acentuar-se nos próximos 15 anos em Rondônia, em vista da modernização da agricultura e pecuária, fato principalmente associado ao aumento da mecanização e utilização maior de insumos e processos mais racionais e poupadores de mão de obra, notadamente após 2020.

O aumento do índice de urbanização, por outro lado irá demandar não só mais serviços públicos básicos, mas também investimentos em infraestrutura urbana e habitação. Os municípios maiores, embora com maior poder de investimento nessas áreas, em vista da precariedade dos serviços e infraestrutura urbana atuais, terá grandes desafios a enfrentar nos próximos 15 anos.

No Brasil, os investimentos em ciência e tecnologia continuam baixos, assim como os índices de produtividade dos setores econômicos mais dinâmicos da indústria e serviços. Do mesmo modo, os índices de poupança não se ampliaram no período, situando-se abaixo de 20% do PIB. Embora polêmico (há economistas que defendem não haver relação fixa e direta entre taxa de poupança e índice de crescimento econômico), há grande consenso entre economistas de que para que o PIB possa crescer a taxas médias anuais de 5% seria necessário que a taxa de poupança fosse em torno de 25% e também os investimentos públicos aumentassem significativamente. Acredita-se que mesmo que se mude o modelo de desenvolvimento vigente - que deu ênfase à expansão do consumo -, se esgotou e agora se propõe um novo modelo e foco: a expansão da oferta (produção) e não mais da demanda (consumo), assim como ênfase em inovação tecnológica e em educação. A mudança do modelo macroeconômico, todavia, não irá surtir efeitos imediatos, pois a economia passará por vários tipos de ajustes (fiscal, tributário, financeiro, gastos governamentais e política de investimentos) e seus efeitos na economia nacional não deverão produzir efeitos significativos em menos de cinco anos. Aliás, educação e inovação tecnológica são investimentos que não resultam em benefícios imediatos, pois dependem da melhoria da qualidade de um conjunto de elementos, principalmente dos educadores e de grandes investimentos na infraestrutura de ensino. Portanto, tanto no País como em Rondônia, a ampliação de investimentos nas áreas de educação e inovação tecnológica só poderá apresentar seus resultados mais significativos após 2020.

Deve-se atentar para o fato de que há ainda grande *déficit* na oferta de vagas em escolas de formação técnica em Rondônia. É necessária também uma melhor adequação dos cursos oferecidos, em função do perfil produtivo de cada região do Estado, sendo, portanto, uma das prioridades da educação, juntamente com a atenção ao ensino básico.

A dependência do país, quanto ao setor externo, continuará grande, mas as perspectivas de aumento de superávits significativos não são alentadoras, pelo menos nos próximos cinco anos.

Os motivos são vários: desaceleração da demanda mundial por *commodities* minerais e bens de capital; instabilidade do preço do petróleo; demora para a reorganização e recuperação das condições de crescimento econômico da zona do Euro; melhoria do processo de recuperação da economia americana, com a consequente valorização do dólar e como desdobramento, maior atratividade de capitais para os EUA. Pode-se citar outros fatores, como os impactos negativos no câmbio com estabilidade das moedas dos países emergentes (que distorcem os preços relativos internacionais); fortalecimento do poder de concorrência de países asiáticos de produtos manufaturados e semimanufaturados, impactando a menor competitividade de produtos assemelhados brasileiros; dificuldades de inovação dos setores mais dinâmicos da estrutura industrial, situação que dificultará a reversão da perda crescente da competitividade brasileira no mercado internacional. Por fim, desaceleração da capacidade de investimento da União em infraestrutura de logística e de transporte nos próximos cinco anos. Neste sentido, a expectativa de se reverter o padrão de baixo crescimento da economia nacional tem sido feita apenas a partir dos próximos três anos.

A desvalorização cambial em período recente é outro aspecto que tem contribuído para acelerar a inflação. Da mesma maneira, o processo de ajuste macroeconômico, que prevê reajuste de preços administrados (energia elétrica, combustíveis e alguns tipos de serviços). As repercussões da inflação mais imediatas são a perda do poder de compra, principalmente da parcela da população assalariada, que em momentos de crise perde a capacidade de negociação dos salários.

Muitas projeções de crescimento do PIB brasileiro para os próximos 15 anos certamente cairão por terra, principalmente aquelas mais otimistas que previam que o PIB seria triplicado. Tal expectativa se aplica também a Rondônia, mas devido à sua estrutura econômica suas chances de crescer a um ritmo maior do que a média nacional são bastante plausíveis, e no limite, Rondônia tem potencial para dobrar o seu PIB no horizonte de tempo do PDES-RO, desde que os programas sugeridos e outros que vierem a se somar aos propostos tiverem alto grau de sucesso.

Tendo como pano de fundo as considerações feitas sobre os fatores de crescimento potencial de Rondônia e também de sua inserção na economia nacional e internacional, deve-se ter em conta a relevância e papel dos grandes investimentos governamentais em logística de transporte. Sabe-se hoje que tais investimentos deverão atrasar e serem retomados somente após 2017 ou 2018, tanto pelos ajustes macroeconômicos em curso, como pela baixa capacidade de investimento do governo federal, que tem por prioridade recuperar as condições objetivas de investir e criar um novo ambiente capaz de criar um novo ciclo de investimento nacional e internacional no País.

Ainda sobre a questão logística, chama-se atenção para o horizonte de construção da ferrovia entre Vilhena e Porto Velho, que possivelmente deverá sofrer atraso do cronograma de investimento inicial, de modo que impactos sobre a economia rondoniense só poderão ser vislumbrados após a sua construção, o que certamente não ocorrerá antes de 2020 ou 2025.

As melhores expectativas para Rondônia recaem, além da melhoria da competitividade de setores ligados ao agronegócio mais moderno, no setor logístico, em particular advindas de investimentos públicos e privados em melhorias de navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira e também em infraestrutura portuária e retroportuária. Além desses, em setores associados a investimentos em ZPE (fato ainda um pouco distante) e novas plantas industriais na zona portuária ou suas imediações, no médio e longo prazo, mas ainda a depender do ritmo de crescimento da economia brasileira após 2016 ou 2017. Porém, os setores da economia rondoniense que dependem das atividades industriais deverão ter menor ritmo de crescimento de investimentos, pois são empreendimentos que visam não apenas o mercado rondoniense, e sim os mercados regionais e o nacional.

Na área de agroindústria, há que se atentar para a política e esforços de aumentar os investimentos nessa área no Estado do Mato Grosso, o maior concorrente de Rondônia e que receberá antes de Rondônia as benesses dos investimentos em infraestrutura ferroviária e rodoviária.

O quadro que se apresenta, assim, sugere que, dentre as alternativas de política de crescimento econômico rondoniense, sua melhor estratégia seja fortalecer seus investimentos em melhoria das condições de interligações rodoviárias e fluviais entre as microrregiões e Regiões de Planejamento – como forma de aumentar a competitividade dos produtos locais. Isso, independentemente do tempo que levará para que se tenha a nova ferrovia e melhorias na principal rodovia-eixo de Rondônia, a BR-364. E no médio e longo prazo, as interligações com as saídas para o Pacífico e os mercados de seus países vizinhos.

10. FONTES DE FINANCIAMENTO E INCENTIVOS FISCAIS

Apresentam-se aqui os diferentes instrumentos e fontes de financiamento que poderão ser utilizados tanto em investimentos públicos, quanto privados que se relacionam com os programas do PDES-RO.

Representam fontes orçamentárias e extra orçamentárias (nacionais e internacionais) que, dependendo das orientações específicas de seus mecanismos e condições de financiamento, carecem da elaboração de projetos específicos.

São fontes complementares àquelas, que via de regra, compõem o PPA e que poderão ser articuladas, por exemplo, por intermédio da Agência de Desenvolvimento, prevista no modelo de gestão.

Como forma de estimulo à utilização de muitas destas fontes, inclusive incentivos fiscais, a Agência de Desenvolvimento poderá funcionar divulgando e assessorando tomadores públicos e privados nos mais diferentes programas e projetos propostos pelo PDES-RO, conforme os Quadros 29, 30 e 31.

Vale observar que os referidos quadros apenas indicam as instituições (bancos e fundos estruturados como instituições) que disponibilizam linhas de financiamento em fundos específicos.

Quadro 29 - Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental. Programas e Fontes de Financiamento.

PROGRAMA	FONTES DE FINANCIAMENTO NACIONAL	FONTES DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL
1. Programa Implementação e Execução do ZSEE de Rondônia	FUMIN, BNDES, FUNBIO e FNMA	BID, BIRD, CAF, GEF, JBIC, KfW e AFD
2. Programa Desenvolvimento Territorial	BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD
3. Programa Gestão Ambiental	FUMIN, BNDES, FUNBIO e FNMA	BID, BIRD, CAF, GEF, JBIC, KfW e AFD
4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia	FINEP (Fundos Setoriais: Infraestrutura, Transportes Terrestre e Saúde) e BASA	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD

Fonte: AFD; BASA; BB; BID; BIRD; BNDES; CAF; FIDA; FINEP; FNMA; FUMIN; FUNBIO; GEF; JBIC; KfW, 2015.

Quadro 30 - Diretriz II. Bem-Estar Social. Programas e Fontes de Financiamento.

PROGRAMA	FONTES DE FINANCIAMENTO NACIONAL	FONTES DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL
1. Programa Enfrentamento à Pobreza	FINEP (Fundos Setoriais: Infraestrutura, Transportes Terrestre e Saúde), FUMIN, BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD
2. Programa Educação	FINEP (Fundo Setorial: Infraestrutura), FUMIN, BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
3. Programa Saúde	FINEP (Fundo Setorial: Infraestrutura), BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, JBIC, KfW e AFD
4. Programa Habitação	FINEP (Fundo Setorial: Infraestrutura), BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
5. Programa Saneamento	FINEP (Fundo Setorial: Infraestrutura), BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, JBIC, KfW e AFD
6. Programa de Segurança Pública	FINEP (Fundo Setorial: Infraestrutura), BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
7. Programa de Esporte	FINEP (Fundo Setorial: Infraestrutura), FUMIN, BNDES e BASA.	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD

Fonte: AFD; BASA; BID; BIRD; BNDES; CAF; FINEP; FUMIN;JBIC; KfW, 2015.

Quadro 31 - Diretriz III. Competitividade Sustentável. Programas e Fontes de Financiamento.

PROGRAMA	FONTES DE FINANCIAMENTO NACIONAL	FONTES DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL
1. Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
2. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
3. Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
4. Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD
5. Programa de Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, FNMA, FUNBIO, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, GEF, JBIC, KfW e AFD
6. Programa de Apoio à Aquicultura	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
7. Programa de Apoio à Lavoura Cafeeira	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD
8. Programa de Apoio à Lavoura Cacaueira	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD
9. Programa de Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja.	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, FIDA, JBIC e AFD
10. Programa Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
11. Programa de Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade	FINEP (Fundo Setorial: Agronegócio), FUMIN, FNMA, FUNBIO, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, GEF, JBIC, KfW e AFD
12. Programa de Desenvolvimento da Indústria	FINEP (Fundo Setorial: Interação Universidade–Empresa), APEX-Brasil, FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
13. Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral	FINEP (Fundo Setorial: Interação Universidade–Empresa), APEX-Brasil, FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
14. Programa de Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa Programa de Promoção da Cultura	FINEP (Fundo Setorial: Interação Universidade–Empresa), FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, GEF, JBIC, KfW e AFD
15. Programa de Promoção do Turismo	FUMIN, BNDES, BASA e BB	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD
16. Programa Infraestrutura e Logística Plano Diretor Hidroviário do Estado de Rondônia	FINEP (Fundos Setoriais: Infraestrutura e Transporte), BNDES e BASA	BID, BIRD, CAF, JBIC e AFD

Fonte: AFD; APEX-Brasil; BASA; BB; BID; BIRD; BNDES; CAF; FIDA; FINEP; FNMA; FUMIN; FUNBIO; GEF; JBIC; KfW, 2015.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma (Quadro 32) de execução está alinhado com as estratégias de implementação (Capítulo 7).

Quadro 32 - Cronograma de Execução.

DIRETRIZES E PROGRAMAS. AÇÕES DE IMPLEMANTAÇÃO	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (anos)														
	Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Ações preliminares relativas a implantação do sistema de gestão.															
Diretriz I. Territorialização e gestão ambiental.															
Programa 1. Implementação e Execução do ZSEE de Rondônia.															
Ação 1. Funcionamento da Comissão Estadual do ZSEE-RO.															
Ação 2. Primeira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.															
Ação 3. Segunda Revisão e Atualização do ZSEE-RO.															
Ação 4. Terceira Revisão e Atualização do ZSEE-RO.															
Ação 5. Acompanhamento dos indicadores e metas do PDES-RO.															
Programa 2. Programa de Desenvolvimento Territorial.															
Ação 1. Concertação governo federal/estadual/municipais.															
Ação 2. Continuidade dos Projetos atuais em desenvolvimento.															
Ação 3. Ênfase nas ações de consolidação dos territórios.															
Programa 3. Programa Gestão Ambiental.															
Ação 1. Estruturação da capacidade técnica e operacional do órgão ambiental (no âmbito da Diretriz IV).															
Ação 2. Ênfase na execução dos projetos existentes no Rondônia de Oportunidades.															
Ação 3. Ênfase na execução de novos projetos propostos.															
Programa 4. Programa de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia.															
Ação 1. Continuidade e/ou finalização dos projetos em curso.															
Ação 2. Continuidade de projetos em curso e desenvolvimento de novos projetos.															

Quadro 32 - Cronograma de Execução (continuação).

DIRETRIZES, PROGRAMAS E AÇÕES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (anos)														
	Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Diretriz II. Bem-Estar Social.															
Programa 1. Enfrentamento à Pobreza.															
Programa 2. Educação.															
Ação 1. Execução do conjunto de projetos previstos alçando IDEB conforme meta do primeiro quinquênio e articulação dos Conselhos de Educação.															
Ação 2. Execução do conjunto de projetos previstos alçando IDEB conforme meta do segundo quinquênio..															
Ação 3. Execução do conjunto de projetos previstos alçando IDEB conforme meta do terceiro quinquênio..															
Ação 4. Execução do conjunto de projetos previstos para o ensino profissional e superior reprogramando metas a cada quinquênio.															
Ação 5. Execução do conjunto de projetos previstos para as demais modalidades de ensino reprogramando metas a cada quinquênio.															
Programa 3. Saúde.															
Programa 4. Habitação.															
Ação 1. Execução do conjunto de projetos previstos alcançando a redução do déficit habitacional conforme metas do primeiro quinquênio.															
Ação 2. Execução do conjunto de projetos previstos alcançando a redução do déficit habitacional conforme metas do segundo quinquênio.															
Ação 3. Execução do conjunto de projetos previstos alcançando a redução do déficit habitacional conforme metas do terceiro quinquênio.															
Programa 5. Saneamento.															
Ação 1. Execução do conjunto de projetos previstos alcançando a redução dos déficits de saneamento conforme metas do primeiro quinquênio.															
Ação 2. Execução do conjunto de projetos previstos alcançando a redução dos déficits de saneamento conforme metas do segundo quinquênio.															
Ação 3. Execução do conjunto de projetos previstos alcançando a redução dos déficits de saneamento conforme metas do terceiro quinquênio.															
Programa 6. Segurança Pública.															
Programa 7. Esporte															

Quadro 32 - Cronograma de Execução (continuação).

DIRETRIZES, PROGRAMAS E AÇÕES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (anos)														
	Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Diretriz III. Competitividade Sustentável.															
Programa 1. Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado.															
1. Elaboração da política e do plano estadual de APL e empoderamento do Núcleo Gestor de APL.															
2. Implementação de APL no Estado.															
Programa 2. Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte.															
1. Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e EMBRAPA.															
2. Certificação SISBOV.															
3. Execução do Projeto Boas Práticas na Pecuária Bovina de Corte.															
Programa 3. Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite.															
1. Implementação dos projetos com ênfase no curto prazo.															
2. Implementação dos projetos com ênfase no médio prazo.															
3. Implementação dos projetos com ênfase no longo prazo.															
Programa 4. Fortalecimento da Agricultura Familiar.															
Programa 5. Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono.															
Elaboração e execução dos projetos de curto prazo.															
Programa 6. Apoio à Aquicultura.															
Implementação dos projetos de curto prazo.															
Implementação do conjunto dos projetos previstos.															
Implementação do o Projeto de Apoio à Comercialização e Exportação.															
Programa 7. Apoio à Lavoura Cafeeira.															
Programa 8. Apoio à Lavoura Cacaueira.															
Programa 9. Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Soja.															
Programa 10. Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro.															
Elaboração e execução dos projetos de curto prazo.															
Elaboração e execução dos projetos de médio prazo.															
Elaboração e execução dos projetos de longo prazo.															

Quadro 32 - Cronograma de Execução (continuação).

DIRETRIZES, PROGRAMAS E AÇÕES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (anos)														
	Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Programa 11. Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade.															
Programa 12. Desenvolvimento da Indústria.															
Elaboração e execução dos projetos de curto prazo.															
Elaboração e execução dos projetos de médio prazo.															
Elaboração e execução dos projetos de longo prazo.															
Programa 13. Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral.															
1. Ações para o desenvolvimento, elaboração e execução do Projeto de Desenvolvimento e Consolidação do Setor Mineral.															
2. Ações para o desenvolvimento, elaboração e execução do Projeto de Desenvolvimento de Polo Criativo no Setor Mineral Garimpeiro.															
Programa 14. Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa.															
1. Etapa de estruturação.															
2. Ações de Curto prazo.															
3. Implementação do conjunto dos projetos previstos.															
Programa 15. Promoção do Turismo.															
Elaboração do Plano Turístico do Estado.															
Implementação do conjunto de projetos previstos.															
Programa 16. Infraestrutura Logística de Transportes.															
Ação 1. Implementação das ações imediatas à curto prazo.															
Ação 2. Execução do Projeto de Desenvolvimento da Logística de Transporte para o Estado de Rondônia.															
Diretriz IV. Modernização da Gestão do Governo.															
1. Articulação e implementação do GESPÚBLICA.															
2. Implementação do conjunto de projetos previstos.															

POSFÁCIO

Importante registrar que a construção do PDES-RO 2015-2030 teve como referencial teórico, conceitos e reflexões de autores contemporâneos acerca da sustentabilidade do desenvolvimento partindo da evolução da idéia de desenvolvimento como sinônimo de progresso material ou enriquecimento, ao conceito de desenvolvimento sustentável e conceitos atuais de desenvolvimento humano.

Entende-se que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica, conforme as reflexões de Veiga (2005), quando este coloca que o crescimento da economia deve ser entendido como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios. Nesse sentido, Celso Furtado (2004) vem explicar o desenvolvimento numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social.

Assim, levou-se em consideração a afirmativa do autor quando este diz que, o crescimento econômico só se transforma em desenvolvimento quando existe um projeto social que prioriza a melhoria das condições de vida da população. E ainda que, “o desenvolvimento se faz para os homens e somente se legitima quando permite a este exercer plenamente suas forças criadoras e identificar-se, no esforço com que contribui pessoalmente, com suas aspirações mais nobres”. (FURTADO, 2004, p.493).

Referencia-se também a construção do PDES-RO 2015-2030 em conceitos de desenvolvimento sustentável, que veio para indicar a nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Nesse sentido, adotou-se o conceito do Relatório de Brundtland, 1987, que é adotado pelos organismos internacionais e por todos os países, de desenvolvimento que para ser sustentável deverá atender as gerações presentes sem esgotar as possibilidades das gerações futuras terem suas necessidades também atendidas.O desenvolvimento sustentável também é entendido como processo em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, inovações (que devem cumprir demandas atuais e futuras) e exploração dos recursos naturais (SACHS, 2002). Assim, reconheceu-se à importância de assumir a idéia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento constante no PDES-RO 2015-2030.

Amartya Sen (2000), criador do IDH, amplia a visão mostrando que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Recomenda que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e privação social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. Para ele só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. As mais elementares são: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Essas são recomendações que buscou-se atender na elaboração do Plano.

Buscou-se também inspiração nos ensinamentos de Sachs (2002) que nos alerta dizendo que para que o desenvolvimento seja sustentável deverá ter como base oito dimensões que são as sustentabilidades: social, cultural, ecológica, ambiental, econômica, territorial, política nacional e política internacional. Todas essas dimensões de sustentabilidade estão contempladas no Plano em todas as suas diretrizes.

Como vimos a sustentabilidade constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, em seus diversos contextos sócio-historicos e culturais. Para Bellen (2005), a sustentabilidade é dada como a presença do homem na biosfera. O bem-estar do homem, as condições humanas e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida são a preocupação maior.

Alcançar sustentabilidade é claramente uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos e qualquer mudança só será possível quando houver grande envolvimento da sociedade pensando a longo prazo e reconhecendo o seu lugar dentro da biosfera, e nosso caso, no território amazônico com sua riqueza de diversidades.

É no sentido de alcançar um desenvolvimento com sustentabilidade, nas suas múltiplas dimensões, para o Estado de Rondônia, que o PDES-RO 2015-2030 se materializou. As diferentes concepções e tendências técnicas ou políticas não estão acima dos valores e princípios que unem a população de Rondônia em uma luta comum. Por isso, chamamos todos a comungar conosco e com os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e povos da floresta o sonho de uma lugar sem males em que haja lugares que "...se possa ouvir o desabrochar da folhagem, na primavera ou o tinir das asas de um inseto" (Seattle: Washington, 1856).

LAGO CUNIÃ
Foto: R. Machado

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia. 30
Figura 2 - Mapa de Localização do Estado de Rondônia. 31
Figura 3 - Mapa da Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia. 33
Figura 4 - Vista aérea atual do Forte do Príncipe da Beira. 34
Figura 5 - Porto Velho (1909). 35
Figura 6 - Mapa de Aptidão Agrícola do Estado de Rondônia. 37
Figura 7 - Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado de Rondônia. 39
Figura 8 - Mapa de Vegetação do Estado de Rondônia. 41
Figura 9 - Mapa do Desmatamento do Estado de Rondônia. 43
Figura 10 - Mapa das Áreas Protegidas do Estado de Rondônia. 45
Figura 11 - Sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral em Rondônia. 47
Figura 12 - Mapa dos Assentamentos Rurais do Estado de Rondônia. 48
Figura 13 - Evolução da População Total do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 1950 a 2010. 50
Figura 14 - Taxa de Urbanização do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2000 e 2010. 51
Figura 15 - Densidade Demográfica do Estado de Rondônia - 2010. 51
Figura 16 - Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Rondônia no mercado amazônico. 56
Figura 17 - Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país. 56
Figura 18 - Evolução do rebanho bovino da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012. 61
Figura 19 - Evolução da Produção de Cacau do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012. 67
Figura 20 - Incremento na produção de soja do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012. 68
Figura 21 - Evolução da produção de madeira em tora da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012. 68
Figura 22 - IDH do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 1991, 2000 e 2010. 74
Figura 23 - Evolução da taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade no Brasil, na Região Norte e em Rondônia - 2000 e 2010. 76
Figura 24 - Esperança de Vida ao Nascer do Brasil e de Rondônia -1991, 2000 e 2010. 76
Figura 25 - Taxa de Mortalidade Infantil do Brasil e de Rondônia - 1991, 2000 e 2010. 76
Figura 26 - Mapa de Logística do Estado de Rondônia. 79
Figura 27 - Organograma Propositivo para o Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional (Governança). 201
Figura 28 - Estrutura de Integração das políticas e modelos de gestão no território regional. 206
Figura 29 - Ciclo de Planejamento do PDES-RO. 211
Figura 30 - Fluxograma Propositivo para o Modelo de Gestão do PDES-RO. 212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental. 89
Quadro 2 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz II. Bem-Estar Social. 91
Quadro 3 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz III. Competitividade Sustentável. 92
Quadro 4 - Matriz de Programas e Projetos. Diretriz IV. Modernização da Gestão Pública. 94
Quadro 5 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.1. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 98
Quadro 6 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.2. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 99
Quadro 7 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.3. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 100
Quadro 8 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 1. Subzona 1.4. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 101
Quadro 9 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 2. Subzona 2.1. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 102
Quadro 10 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 2. Subzona 2.2. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 103
Quadro 11 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 3. Subzona 3.1. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 104
Quadro 12 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 3. Subzona 3.2. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 105
Quadro 13 - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Zona 3. Subzona 3.3. Características, diretrizes, Regiões de Planejamento de incidência e ações indicadas. 106
Quadro 14 - Projetos previstos por zonas e subzonas do ZSEE do Estado de Rondônia no âmbito do PDES-RO. 107
Quadro 15 - Matriz de Planejamento. Programa ZSEE-RO. Ações. Indicadores e Metas. 111
Quadro 16 - Projetos e Objetivos. Programa Saúde. 132
Quadro 17 - Projetos Proposto para o Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite e seus objetivos. 156
Quadro 18 - Ações e prazos para o desenvolvimento e implantação do Modelo de Excelência em Gestão Pública. 196
Quadro 19 - Sistema Estadual de Desenvolvimento Regional. Níveis de gestão, instâncias e competências gerais. 199
Quadro 20 - Estrutura e Competências de Nível Intergovernamental. Comitê Intergovernamental de Desenvolvimento. 202
Quadro 21 - Estrutura e Competências de Nível Estadual. Conselho de Desenvolvimento. 204
Quadro 22 - Estrutura e Competências de Nível Estadual. Câmara Técnica Estadual. 205
Quadro 23 - Estrutura e Competências de Nível Sub-Regional. Conselhos Regionais de Desenvolvimento. 207
Quadro 24 - Exemplo de cálculo de realização de metas e alcance de indicadores no fluxo de informações do PDES-RO. 215
Quadro 25 - Matriz Resultados Esperados e Indicadores de Efeitos. Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental. 226
Quadro 26 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz II. Bem-Estar Social. 227
Quadro 27 - Matriz de Efeitos e Resultados Esperados. Diretriz III. Competitividade Sustentável. 229
Quadro 28 - Indicadores de Impactos Selecionados. Valores e Variações. 235
Quadro 29 - Diretriz I. Territorialização e Gestão Ambiental. Programas e Fontes de Financiamento. 242
Quadro 30 - Diretriz II. Bem Estar-Social. Programas e Fontes de Financiamento. 242
Quadro 31 - Diretriz III. Competitividade Sustentável. Programas e Fontes de Financiamento. 243
Quadro 32 - Cronograma de Execução. 244

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regiões de Planejamento e Gestão do Estado de Rondônia. 29
Tabela 2 - PIB* da Região Norte e de Rondônia – 2001 a 2011 (valores em R$ bilhões). 53
Tabela 3 - PIB - participação relativa (em %) da Região Norte e de Rondônia – 2001 e 2011. 53
Tabela 4 - Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país - 2010. 56
Tabela 5 - Balança Comercial do Estado de Rondônia – 2006 a 2011 (US$ 1.000 FOB). 57
Tabela 6 - Exportação por fator agregado do Estado de Rondônia – 2006 a 2011 (US$ 1.000 FOB). 57
Tabela 7 - Importação por fator agregado do Estado de Rondônia – 2006 a 2011 (US$ 1.000 FOB). 57
Tabela 8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico de Rondônia - 2010 a 2012 (Em R$ milhão). 60
Tabela 9 - Participação das atividades econômicas do setor de serviços no valor adicionado bruto a preços básicos por setor de serviços - 2010 a 2012. 60
Tabela 10 - Resultados gerais da produção de leite em Rondônia - 2012. 63
Tabela 11 - Principais produtos da agricultura familiar do Estado de Rondônia, produção e taxa de crescimento - 2010 a 2012. 64
Tabela 12 - Evolução da produção de café do Brasil, da Região Norte e de Rondônia - 2008 a 2012. 66
Tabela 13 - IDEB. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Total das Redes Administrativas. 75
Tabela 14 - IDEB.Anos Finais do Ensino Fundamental. Total das Redes Administrativas. 75
Tabela 15 - IDEB. Ensino Médio. Total das Redes Administrativas. 75

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Belém/Brasília: IMAZON. 2010.

A FERROVIA que criou a cidade de Porto Velho. Disponível em <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/0-Estrada-Ferro-Madeira-Mamore.shtml> Acesso em 4 jan. 2015.

A PECUÁRIA em Rondônia. Disponível em <http://www.fefaro.com.br/ronatural/mais/a_pecuaria_em_rondonia_2008.pdf>. Acesso em 20 out. 2014.

AGÊNCIA de Promoção de Exportações. Quem Somos. Disponível em <http://www.apexbrasil.com.br/quem-somos> Acesso em 02 abril 2015.

AGÊNCIA Francesa de Desenvolvimento. Disponível em <http://www.afd.fr> Acesso em 04 abril 2015.

APOIO Financeiro - Apresentação. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/index.html>. Acesso em 02 abril 2015.

AQUINO, R. S. L. *et al*. *Fazendo a História:* Sociedades Americanas e a Europa na Época Moderna. Rio de Janeiro: Livro Técnico,1990.

Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros. PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Brasília, 2013.

BAKER, J. L. *Banco Mundial.* Evaluación del impacto de los proyectos de desarrollo en la pobreza.Manual para profesionales. Washington D.C., 2000.

BANCO do Brasil -BB. Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/page100,107,10851,9,1,1,2.bb?codigoNoticia=642&codigoMenu=11629>. Acesso em 02 abril 2015.

BASA. 2015. Banco da Amazônia -BASA. Institucional. Disponível em <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>. Acesso em 02 abril 2015.

BELLEN, H. M. V. *Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BECKER, B. *Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia.* Lições do Passado e Desafios do Presente. IN: Fleischfresser, V (org.). Causas de Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001, Vol. 1, p. 05-28.

BECKER, B. K. - *Geopolítica na Amazônia* - Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BECKER, B. K. *Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?Parcerias Estratégicas* - Número 12 – Setembro, 1999.

BRUNDTLAND, G. H. (org.). *Nosso futuro comum*. Editora da FGV, 1987.

Café - Acompanhamento da safra brasileira. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Brasília, 2014.

Cenários Prospectivos para os Vales do São Francisco e do Parnaíba: 2009 a 2028. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF. Fundação Getúlio Vargas - FGV. Brasília, 2010.

Censo Demográfico. IBGE/Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro.

Cidades@ - Área dos Municípios. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acesso em 15 set. 2014.

COMISSÕES do Senado e da Câmara dos Deputados realizam Seminário de Logística em Porto Velho. Disponível em <http://www.ariquemes190.com.br/noticia.php?id=19979> Acesso em 26 ago. 2014.

Déficit Habitacional Municipal no Brasil. Fundação João Pinheiro - FJP. Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Brasília, 2013.

Economia Mineral do Estado do Pará. Disponível em http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=6860 Acesso em 22 abr. 2014.

EM RO, apenas Ariquemes construiu aterro sanitário dentro do prazo. Disponível em <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/08/em-ro-apenas-ariquemes-construiu-aterro-sanitario-dentro-do-prazo.html.>. Acesso em 13 jan. 2015.

EMPRESA Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.Disponível em <2014. http://www.infraero.gov.br/index.php/aeroportos/rondonia.html>. Acesso em 20 set. 2014
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, 2014.

EVOLUÇÃO do Emprego Formal.Disponível em <http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm>Acesso em 12 set. 2014.

FACHINELLO, D.T.; SIENA, O. *Problemas de gestão das reservas extrativistas de Rondônia (BR): a visão dos gestores*. Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, VIII, 2009, Cuiabá.

FIDA en Brasil.Disponível em <http://operations.ifad.org/es/web/ifad/operations/country/home/tags/brazil>. Acesso em 05 abril 2015.

FINAM - Apresentação. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/web/guest/apresentacao2> Acesso em 02 abril 2015.

FUNDO Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO. Disponível em <http://www.funbio.org.br/o-funbio/quem-somos>. Acesso em 05 abril 2015.

FUNDO Constitucional do Norte- FNO. Disponível em <http://www.sudam.gov.br/incentivo-a-investimentos/fundo-constitucional-do-norte-fno>. Acesso em 02 abril 2015.

FUNDO de Desenvolvimento da Amazônia - Apresentação. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/web/guest/apresentacao15>. Acesso em 02 abril 2015.

FUNDO Global para o Meio Ambiente - GEF. Disponível em <http://www.gefweb.org>. Acesso em 05 abril 2015.

FUNDO Multilateral de Investimento - FUMIN. Disponível em <http://www.iadb.org/pt/recursos-para-empresas/fundo-multilateral-de-investimentos,5763.html>. Acesso em 02 abril 2015.

FUNDO Nacional do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/fundo-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em 02 abril 2015.

FUNDOS Constitucionais de Financiamento - FCO. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/web/guest/fundos-constitucionais-de-financiamento>. Acesso em 02 abril 2015.

FUNDOS de Investimentos. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/web/guest/fundos-fiscais-de-investimento-apresentacao> Acesso em 02 abril 2015.

FURTADO, C. *Os Desafios da Nova Geração*. Revista de Economia Política.Vol.24, n. 4 (96) outubro-dezembro 2004.

FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUSINATO, T. B. *Cooperativa de Trabalho*: Reflexões a partir de uma experiência na Amazônia rondoniense. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio. Rio de Janeiro, 2005.

GERTLER, P.J., *World Bank*. Impact evaluation in practice, 2011

GODET, M. *Manuel de Prospective Stratégique.*3ème Ed. Paris: Ed. Dunod. 2007. 2 v

GOVERNO anuncia programa de investimento em aeroportos. Disponível em <http://www.anac.gov.br/Noticia.aspx?ttCD_CHAVE=839>. Acesso em 20 set. 2014.

Lei Complementar N.º 233, de 06 de junho de 2000, que dispõe sobre o ZSEE do Estado de Rondônia e dá outras providências. Governo do Estado de Rondônia, 2000.

Lei Complementar N° 414, de 28 de dezembro de 2007. Estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão para o Estado de Rondônia e dá outras providências. Governo do Estado de Rondônia, 2007.

IMAGENS do porto de Porto Velho. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=porto+de+porto+velho&rlz=1C2SNNT>. Acesso em 12 set. 2014.

INCENTIVOS Fiscais - Apresentação. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/web/guest/apresentacao18> Acesso em 02 abril 2015.

INICIATIVA para la Integración de la Infraest Ructura Regional Suramericana. Disponível em <www.iirsa.org> Acesso em 08 set. 2014.

JAPAN Bank for International Cooperation. Disponível em < http://www.jbic.go.jp/wp-content/uploads/page/about/role-faunction/brazil_en.pdf>. Acesso em 02 abril 2015.

KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU. Disponível em <https://www.kfw.de/EN#> Acesso em 05 abril 2015.

MACHADO, L.O. *Mitos y realidades de la Amazonia Brasileñaenel contexto mundial.* Tese de Doutorado. Barcelona, 1989.

Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília, 2010. 138p.

Manual de Boas Práticas Agropecuárias– Bovino de Corte. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA, 2014.

Manual *de financiamentos externos:* organismos internacionais de financiamento.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Assuntos Internacionais. Secretaria de Assuntos Internacionais. Brasília, 2013.

Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais – Série Documentos Institucionais nº 2. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDT. Brasília, 2005.

MARTINS, H. F. *Fortalecimiento de los sistemas de monitoreo y evaluación (M&E) en América Latina.* Brasil. Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD). Venezuela: 2007.

MI. Termo de Referência - Concorrência nº 192/2013.Contratação de consultoria pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA para conduzir a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia - PDES-RO. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <www.mpa.gov.br/safra> Acesso em 12. set. 2014.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. Programa Zoneamento Ecológico – Econômico –PZEE. Parte I. Brasília, 2006. 34p.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública. Disponível em<http://www.gespublica.gov.br/pasta.2013-049.9699092171/Agenda%20Comum%20de%20Gestao%20Publica%20Uniao-Estados%20ASSINADA.pdf/view>. Acesso em 18 fev. 2015.

MÜLLER, I. *Anuário brasileiro do cacau.* Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2012. 64 p.

NOTA Técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponívelem<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em 22 set. 2014.

OBSERVATÓRIO de desenvolvimento Regional - ODR. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/observatorio-do-desenvolvimento-regional>. Acesso em 18 fev. 2015.

Organização da Rede Estadual de Atenção à Saúde. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado de Saúde – SESAU. Porto Velho, 2013. 90p.

PERFIL Socioeconômico Industrial do Estado de Rondônia. Disponível em <http://www.fiero.org.br/publicacoes.asp>. Acesso em 02 dez. 2014.

Plano CNT de transporte e logística. Confederação Nacional do Transporte- CNT. Brasília, 2014. 752 p.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. UNIR. Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Porto Velho, 2014.

Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira Rondônia - PDIF. Governo do Estado de Rondônia. SEPLAN. Porto Velho: SEPLAN, 2012.145p.

Plano Estadual de Educação 2011- 2020.SEDUC. Governo do Estado de Rondônia. Porto Velho: SEDUC, 2011. 164p.

PLANO Futuro. Programa de Cidadania, Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza. Disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/seas/institucional/plano-futuro/sobre-o-plano-futuro/>. Acesso em 22 out. 2014.

Plano Mais Brasil – PPA 2012 - 2015. Plano Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Brasília-DF, 2011. 274p.

Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Ministério da Educação - MEC. Brasília, 2014.

Plano Nacional de Habitação. Ministério das Cidades - MC. Secretaria Nacional de Habitação - SNH. Brasília, 2009. 212 p.

Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB. Ministério das Cidades - MC. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA. Brasília, 2013.

Plano Nacional de Saúde – PNS 2012-2015. Série B. Textos Básicos de Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Brasília, 2011.

Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono*).* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2012. 173 p.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Território Vale do Jamari. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ariquemes, 2006.

Portaria Interministerial (MDA, MDS e MMA) Nº 239 de 21 de julho de 2009 - Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências.

PPA 2016 - 2019.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Brasília, 2015.

Primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Documento de Referência. Ministério da Integração - MI. Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR. Brasília, 2012. 77p.

Produção Agrícola Municipal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 a 2013

Produção da Extração Vegetal e Silvicultura. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 a 2012.

Produção da Pecuária Municipal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 a 2013.

Produto Interno Bruto - PIB. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro-RJ. IBGE, 2001 a 2011.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC- 2012 – 2015**.** Governo do Estado. Rondônia. SEPLAN. Porto Velho: SEPLAN, 2011.

Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia. Carta Consulta. SEAE. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos. Porto Velho, 2011.94p.

PROGRAMAS e Linhas. Disponível em <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_apresentacao> Acesso em 02 abril 2015.

Projeções de Crescimento Populacional do Brasil e Estados.IBGE/Projeções. 2012 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Projeto de Reavaliação de Estimativas e Metas do PNLT - Relatório Final. Brasília: Ministério dos Transportes. Secretaria de Política Nacional de Transportes. SPNT, 2012.

QUADRO Geral dos Povos Indígenas. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>. Acesso em 27 dez. 2014.

RABELO, Zilene S.S. *Uma história a ser contada: a participação dos assistentes sociais no desenvolvimento do Estado de Rondônia*. Porto Velho, RO, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Universidade Federal de Rondônia / UNIR.2009.

Relatório de Atividades Desenvolvidas, Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2013.Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. SEPOG. Porto Velho, 2013.

Relatório do V Encontro Técnico da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2013.

RIBEIRO, A. R. *Projeto Demonstrativo para a Gestão Territorial* – PDGT. Territórios Rurais. MDA/IICA. Brasília, 2003.

Rondônia em Números. Governo do Estado de Rondônia.GEP/SEPLAN-RO, 2012.

RONDÔNIA produz 20% da carne bovina exportada pelo país. Disponível em < http://www.agricultura.gov.br/animal/noticias/2013/11/rondonia-produz-20porcento-da-carne-bovina-exportada-pelo-pais>. Acesso em 12 set. 2014.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. *Rumo ao Ecosociodesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ANTOS, D.; CELENTANO,D.; GARCIA,J.; ARANIBAR,A.; VERÍSSIMO, A. *Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira*: IPS Amazônia 2014.–PA: Imazon; Social Progress Imperative. Belém: IMAZON, 2014.

SANTOS,M. A. S. dos,*et al*..*Mercado e dinâmica local da cadeia produtiva da pecuária de corte na Região Norte.*Banco da Amazônia.Estudos Setoriais:1. Belém: SEBRAE, 2007. 48p.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Mota, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIENA, O.; FACHINELO, D. T.; MAIA, D. 2010. *O Extrativismo Não-Madeireiro nas RESEX.* Encontro Nacional da Anppas, 5º, 2010. Florianópolis. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-879-1029-20100903225315.pdf>. Acesso em 12 ago. 2014.

Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB. Ministério da Saúde. Brasília, 2014.

Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB. Ministério da Saúde. Brasília, 2013.

Sistema de Informações de Recursos Humanos para o SUS (SIRH) (a partir dos registros administrativos dos conselhos profissionais e base demográfica do IBGE). 1990 a 2010. Ministério da Saúde - MS. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde - SGTES.

SOBRE a CAF.Disponível em <http://www.caf.com/pt>. Acesso em 05 abril 2015.

SOBRE a CFEM. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=60>. Acesso em 19 ago. 2014.

STEPHANOU, M. C. *Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, 2005. v. 5. n. 1.

TEIXEIRA, P. R. R. Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Revista da Cultura, 2003. ano III, nº 4.

*Territórios da Cidadania.*Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDT. Brasília, 2008.

TOFFLER, A. *As mudanças do poder.*: Editora: Record, 1990.

VALIANTE, J; SIENA, O. 2008. *Produção Sustentável em Reservas Extrativistas*. Rio

Branco (Acre), 20 a 23 de julho de 2008. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/443.pdf>. Acesso em 12 ago. 2014.

VALOR ECONÔMICO. 2014. Disponível em

<http://www.valor.com.br/brasil/3661796/isolamento-encarece-logistica>. Acesso em 20 set. 2014.

VOTORANTIM. 2015. Disponível em <http://www.votorantimcimentos.com.br/Imprensa/Noticias.htm> Acesso em 4 jan. 2015.

ZONA de Processamento de Exportação.Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3050>. Acesso em 08 set. 2014.

Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia: Um Instrumento de Gestão Ambiental a Serviço do Desenvolvimento Sustentável de Rondônia.Governo do Estado de Rondônia. Porto Velho. SEDAM, 2000, 58p.

PDES
RONDÔNIA
Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável
2015 – 2030

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA

Con&SeA

IICA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

RONDÔNIA
Governo do Estado

Ministério da Integração Nacional

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA